



Mulheres na Reforma Agrária

A experiência recente no Brasil

A photograph of three women standing in a field of tall grass. The woman on the right is wearing a wide-brimmed hat. The image is semi-transparent and serves as a background for the text.

Organização
Adriana L. Lopes
Andrea Butto



Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil

Organizadoras:

Adriana L. Lopes

Andrea Butto

MDA
Brasília / 2008

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente da República

GUILHERME CASSEL

*Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário*

MARCELO CARDONA ROCHA

*Secretário-Executivo do Ministério
do Desenvolvimento Agrário*

ROLF HACKBART

*Presidente do Instituto Nacional
de Colonização e Reforma Agrária*

ADONIRAM SANCHES PERACI

Secretário de Agricultura Familiar

ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA

Secretário de Reordenamento Agrário

JOSÉ HUMBERTO OLIVEIRA

Secretário de Desenvolvimento Territorial

ANDREA BUTTO

*Coordenadora-Geral do Programa de
Promoção da Igualdade de Gênero,
Raça e Etnia*

CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES

*Coordenador-Geral do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural*

ADRIANA L. LOPES

*Coordenadora-Executiva do
Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Rural*

NEAD DEBATE 14

Copyright 2007 by MDA

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação

Caco Bisol Produção Gráfica

Revisão e Preparação de Originais

Renata Moherdau

Produção Editorial

Lênin Ferreira da Silva

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO (MDA)

www.mda.gov.br

NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS
E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
RURAL (Nead)

SBN, Quadra 2, Edifício Sarkis

Bloco D – loja 10 – sala S2

CEP: 70.040-910 – Brasília/DF

Telefone: (61) 3961-6420

www.nead.org.br

*PCT MDA/IICA – Apoio às Políticas e à Participação Social no
Desenvolvimento Rural Sustentável*

M956m Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil /
organizadoras Adriana L. Lopes, Andrea Butto Zarzar. –
Brasília : MDA, 2008.
240 p. ; -- (Nead Debate ; 14).

Vários autores.

ISBN 978-85-60548-29-3

I. Lopes, Adriana L. II. Zarzar, Andréa Butto. III. Série. 1.
Gênero. 2. Reforma agrária. 3. Política pública.

CDD 305.4734

Sumário

Prefácio	5
Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa <i>Leonilde Servolo de Medeiros</i>	7
Mulheres e Reforma Agrária no Brasil <i>Andrea Butto</i> <i>Karla Emmanuela R. Hora</i>	19
O Censo da Reforma Agrária de 1996 e 1997 em uma Perspectiva de Gênero <i>Hildete Pereira de Melo</i> <i>Alberto Di Sabbato</i> <i>Faculdade de Economia/UFF</i>	39
Agricultura Familiar nos Assentamentos Rurais: nas relações entre as mulheres e os homens O Caso do Pontal de Paranapanema <i>Hildete Pereira de Melo (UFF)</i> <i>Paola Cappellin (UFRJ)</i> <i>Elisa Guaraná de Castro (IEC)</i>	81

Um Olhar de Gênero nos Assentamentos da Reforma Agrária <i>Hildete Pereira de Melo</i> <i>Alberto Di Sabbato</i>	153
Ruídos com Marcas de Transgressões Ancoradas em Mulheres Assentadas <i>Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo</i>	185
Relações de Gênero em Assentamentos: a noção de empoderamento em questão <i>Anita Brumer</i> <i>Gabriele dos Anjos</i>	217



Prefácio

Neste livro estão reunidos diversos artigos acadêmicos e de gestoras públicas que buscam problematizar a presença das mulheres na reforma agrária no Brasil. Estudos quantitativos e qualitativos que abordam aspectos fundiários, da produção e reprodução, das relações familiares, das lutas sociais dos movimentos sociais do campo e o das políticas públicas. Uma pluralidade de temas que revela a amplitude da agenda a ser percorrida para garantir o direito das mulheres à terra e sua autonomia econômica.

As autoras e o autor que integram esta coletânea, oriundos de instituições e regiões de várias regiões do país, discutem as dinâmicas sociais em curso partindo de diferentes abordagens que resultam em uma atual e significativa reflexão sobre o estatuto das relações entre homens e mulheres na reforma agrária.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a partir do diálogo com as distintas organizações de mulheres e dos compromissos expressos no II Plano Nacional de Reforma Agrária e no I e II Plano de Políticas para as Mulheres, vem implementando um conjunto de políticas públicas dirigidas à promoção da autonomia econômica, componente essencial para superar as desigualdades que marcam a vida das mulheres assentadas. São ações básicas voltadas para o reconhecimento das mulheres como cidadãs, por meio do acesso à documentação civil, de revisão dos procedimentos e das normas que regem o acesso a terra para a efetivação da titulação conjunta e ações afirmativas nas políticas agrícolas e de assistência técnica para fortalecer suas organizações econômicas.

Estas conquistas abrem novos horizontes para as lutas das mulheres, para a democratização do Estado brasileiro e para a construção de um novo projeto de desenvolvimento nacional. A partir dos espaços de

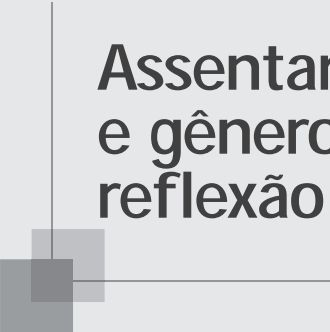
participação conquistados e do fortalecimento das alianças sociais e políticas, podemos avançar muito mais na elaboração e implementação das políticas públicas voltadas para a superação das desigualdades impostas às mulheres rurais.

Este livro contribui para analisar criticamente as mudanças recentes e para iluminar os caminhos a serem percorridos.

Boa leitura!

Rolf Hackbart – *Presidente do Incra*

Guilherme Cassel – *Ministro do Desenvolvimento Agrário*



Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa

Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa

::: Leonilde Servolo de Medeiros*

A literatura sobre assentamentos rurais já é bastante volumosa e vem se nuançando por meio de estudos que apontam para aspectos particulares desta nova realidade criada por políticas públicas estatais, a partir das pressões dos trabalhadores rurais, em especial de acampamentos e ocupações de terra. Sob essa perspectiva, é extremamente bem-vinda a publicação de trabalhos que, explorando diversos tipos de dados, qualitativos e quantitativos, jogam algumas luzes sobre as relações de gênero nos assentamentos e permitem uma consistente problematização sobre a invisibilidade do trabalho feminino no mundo rural e sua continuidade em áreas em que a luta tornou possível o acesso à terra.

O conjunto de estudos apresentados nesse volume é multifacetado. Há diferenças metodológicas e recurso a distintas situações empíricas, em diversos pontos do País. Se estão longe de esgotar o universo de questões, sem dúvida eles trazem um panorama relevante de temas e problemas em torno do lugar das mulheres nos assentamentos e constituem um esforço na direção de entender melhor as mudanças pelas quais vem passando o mundo rural, sob uma ótica de gênero. E, sempre é importante ressaltar, os assentamentos são apenas uma parte desta mudança.

Nesta introdução, minha proposta é comentar algumas vertentes temáticas que aparecem nos artigos e apontar algumas linhas de possíveis investimentos em pesquisa.

* Professora do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Bolsista do CNPq e do programa Cientistas do Nosso Estado, da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

Os assentamentos são produtos de lutas e produzem demandas. Qual o lugar das mulheres?

No geral, a literatura tem enfatizado que os assentamentos rurais são produtos de conflitos em torno da posse da terra e das pressões dos trabalhadores e de suas organizações pelo direito ao seu uso pleno. No entanto, muitas vezes, a ênfase na dimensão conflitiva da criação dos assentamentos acaba por, contraditoriamente, silenciar alguns de seus atores e as diferentes perspectivas com que se engajam nas lutas. É o caso da presença das mulheres, muitas vezes somente evidenciada quando elas ganham destaque como lideranças.

Na análise dessas lutas, é relevante problematizar a dimensão de gênero nelas presente e, por vezes, uma espécie de divisão de trabalho político que se estabelece com base nesse critério. Assim, relatando eventos como marchas, acampamentos e ocupações, embora de forma pouco sistemática, a literatura tem apontado, por exemplo, algumas diferenças sobre o lugar das mulheres, enquanto componente de determinadas estratégias desenhadas para as mobilizações: em que circunstâncias vão à frente, como uma espécie de símbolos das famílias; em que momentos ficam em casa com as crianças e os homens assumem as iniciativas, impulsionadas e avaliadas por toda a família. A análise desses aspectos permite perceber o investimento diferenciado e as dimensões complexas que o termo “luta” envolve. A experiência desse processo pode ter significados distintos para homens e mulheres, para jovens e para adultos em uma mesma família. Da mesma forma, seus desdobramentos.

Anita Brumer e Gabriele dos Anjos, em um dos capítulos deste volume, mostram que “a experiência de mobilização em torno da luta pela terra constitui-se como uma ruptura social com a situação anterior das mulheres assentadas, tanto para aquelas originárias do meio rural – devido à precariedade de sua situação como membros de famílias de parceiros, arrendatários ou de agricultores familiares com dificuldade de reprodução –, como para aquelas oriundas de periferias urbanas, em situação de subemprego ou desemprego”. Como a literatura assinala, o acesso à terra produz sensíveis mudanças na condição da família, para a estabilidade relativa que se ganha, criando condições para a própria reconstituição de laços familiares, muitas vezes em processo de diluição em razão das migrações sucessivas impostas pela necessidade de garantir a sobrevivência.

O processo de mobilização que dá origem aos assentamentos acaba por colocar em debate não só o tema da terra, mas diversos outros que podem passar a compor uma agenda extensa, que envolve várias ordens de questões

não estritamente ligadas à terra, mas também formas específicas de vivência da passagem para a condição de assentados, trazendo continuidades e rupturas em relação ao passado recente. Um deles certamente refere-se ao lugar da mulher e suas demandas específicas, relacionadas à titulação, crédito, saúde, educação etc.

Há também continuidades importantes, que necessitam ser observadas para que não se superestime as novidades que os assentamentos podem trazer. Após a concretização do assentamento, parece haver dificuldades em manter os laços de solidariedade e a singularidade das relações que se constituíram no período de intensa mobilização que corresponde aos acampamentos. Como aponta uma das entrevistadas por Anita Brumer e Gabriele dos Anjos: “quando eles chegam [nos assentamentos], o individualismo toma conta, cada um fica no seu lote, na sua casinha, com os seus bichinhos, e a coisa se desmantela”.

Por outro lado, produto da experiência acumulada nos encontros, seminários, mobilizações etc., onde temas são colocados de maneira nova, invertendo lugares aparentemente consolidados, a incorporação da linguagem dos “direitos” parece se solidificar. Uma das entrevistadas pelas autoras acima citadas sintetiza essa “descoberta”: “nós temos direitos e (...) não sabíamos onde procurar”. Acesso à seguridade social, a créditos, à titulação da terra, a melhores condições de acesso a cuidados médicos são algumas dessas dimensões que reposicionam as mulheres do campo.

Os textos que se seguem trabalham principalmente em torno do que parece ser mais marcante e recorrente em toda a literatura feminista: a experiência da luta e a constituição dos trabalhadores do campo em “sem-terra”, com todas as implicações da construção de uma nova identidade política, não necessariamente implica em rompimento com as formas de dominação anteriormente vigentes no interior da família. Se elas parecem estar “suspensas” em momentos críticos, relações de poder anteriores se reavivam e se refazem na volta ao cotidiano. Como mostram diferentes pesquisas sobre assentamentos, isso se verifica não só no que se refere às relações de gênero, mas também em relação à política, à vida associativa, às formas de organização produtiva.

A percepção da condição de subordinação não é decorrência imediata da participação na luta, mas em especial da forma como essa participação se dá. Nesse sentido, torna-se central analisar o processo pelo qual se dá a constituição desses novos lugares das mulheres. A questão subjacente é a de como se constituem possibilidades de desnaturalização da dominação. Como a observação do processo de constituição dos movimentos sociais nos indica, não há nada de miraculoso nisso. Trata-se de um trabalho cotidiano de re-socialização (de homens e mulheres), que nem sempre tem continuidade.

Frente a isso colocam-se questões tanto relacionadas à continuidade de algum nível de militância, quanto referentes à participação de mulheres comuns que, no jargão dos movimentos sociais, constituem a “massa” ou a “base”. Essa participação parece não subsistir sem a presença de mediações, capazes de problematizar condições anteriores, a partir da vivência de experiências diferenciadas que tendem a provocar um reordenamento de relações e, conseqüentemente, novos conflitos. Produto do encontro entre concepções distintas sobre o lugar da mulher, eles percorrem desde os espaços públicos até o interior do lar, desdobrando-se em questionamentos, mas também em reprodução da submissão. A tentativa de superar esses impasses é visível em alguns movimentos sociais, mas sua introjeção é um processo lento para além do círculo restrito dos que estão à frente nas lutas, dos passam por cursos de formação etc, onde uma reordenação de lugares é mais visível e construída cotidianamente.

Há questões específicas nas relações de gênero que impõem o seu tratamento vinculado à problemática geracional. Certamente, mulheres com filhos de idade mais elevada, capazes de assumir tarefas na casa e/ou no lote, ou mesmo com filhos que já saíram de casa, têm maior possibilidade de assumir diferentes níveis de participação política do que mulheres jovens, com filhos pequenos, que exigem maior cuidado. É neste caso que a questão de gênero possivelmente aflora em sua plenitude, uma vez que coloca em jogo a própria possibilidade de redefinição da divisão de trabalho doméstico e a naturalização do papel da mulher como aquela que é a responsável maior pela “criação” dos filhos e que lhe impõe atividades que ocupam todo o tempo, com uma certa rigidez de horários, como dar banho, lavar roupas, preparar alimentação etc. Nesse contexto coloca-se a demanda, cada vez mais constante, por creches e escolas infantis nos assentamentos, na medida em que há um reordamento da lógica familiar que faz com que muitas vezes mães, sogras e irmãs, ou os parentes mais próximos não vivam perto e, assim, não possam dividir as tarefas cotidianas do cuidado das crianças. Ao lado disso, verifica-se a reprodução de concepções enraizadas sobre o que seja o trabalho feminino e, ao mesmo tempo, seu lento mas progressivo questionamento.

Sem dúvida, nesse processo, a presença de agentes de organizações – seja sindicato, movimento pastoral, organizações não-governamentais (ONGs), etc. – é fundamental, na medida em que têm um papel central na desnaturalização de determinados comportamentos, em uma dura batalha de se levar a pensar em reorganizar e refazer práticas do cotidiano.¹

1. É interessante verificar como, aos poucos, nos espaços de formação construídos por algumas organizações, tem-se incorporado o tema, produzindo espaços e condições para que as mulheres possam frequentá-los, trazendo seus filhos pequenos, pois dispõem lá de lugar seguro para deixá-los.

Mudanças na lógica camponesa

O quadro apontado pelos trabalhos reunidos no presente volume revela, em diversos aspectos, uma organização das famílias assentadas que reproduz traços típicos, há muito apontados nos estudos clássicos sobre camponato. É reiterado em todos os artigos que a produção agropecuária nos assentamentos está organizada por meio do trabalho da família e que o homem, na qualidade de responsável pelo lote e como marido, apresenta-se como o “chefe”. É ele quem organiza a produção e gere seu desenvolvimento no cotidiano, toma as decisões a ela relativas, comercializa e decide o que fazer com eventuais ganhos ou como agir para minorar perdas, assim como para viabilizar outras possíveis fontes de rendas, inclusive externas à agropecuária. É, via de regra, o homem quem coordena e distribui – a partir de práticas costumeiras, entre os familiares que vivem no lote, tanto adultos como crianças – as diferentes atividades: plantio, tratamentos agrícolas, colheita, cuidado dos animais, administração e planejamento, a definição da finalidade dos itens da produção de seu lote (mercado e/ou consumo), os contatos com bancos, cooperativas, técnicos etc. Ao fazer esta distribuição, o homem acumula um capital específico de conhecimento e de relações que o habilita a permanecer com as mesmas atribuições e manter sua posição de poder.

No entanto, mudanças são inevitáveis e não só por estarmos falando de assentamentos. Várias delas correspondem a transformações mais amplas na dinâmica da vida social que afetam o cotidiano das famílias rurais. A própria dinâmica do mundo rural, em diversos pontos do país acelerada pelas reivindicações dos assentados, tem produzido alterações nessa lógica. Um exemplo disso é que, apesar da precariedade que tem caracterizado suas vidas ao longo dos anos, os assentados, por meio dos mecanismos de crédito a que têm acesso, conseguem utilizar algumas máquinas e insumos agrícolas. Isso tem provocado alterações importantes na estrutura da família, na medida em que se reduz a necessidade de mão-de-obra e impõe o remanejamento de tarefas tradicionais.

Ao longo dos últimos 25 anos, os assentamentos também foram o palco de experimentos de organização produtiva que, pela sua natureza, colocaram em debate os arranjos produtivos tradicionais (os filhos aprendendo com os pais, as filhas com as mães, reproduzindo os modelos herdados), mas não sem gerar intensos conflitos. Sob essa perspectiva, é interessante pensar o que significaram, em termos de problematização e mudança nas relações de gênero, experiências como a dos coletivos implantados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), no final dos anos 80. Eles colocaram em questão todos os fundamentos da divisão de trabalho no interior das

famílias, na medida em que a organização da produção não se fazia regida pela lógica da organização familiar nos lotes, mas sim do trabalho conjunto, sob outras relações de poder. No entanto, não necessariamente trouxeram para a cena principal a crítica à dominação masculina, ou seja, as inovações em uma esfera não necessariamente se repercutem em outra. Ou mesmo, talvez se deva considerar que os rearranjos familiares que essas experiências impuseram provocaram uma resistência surda a essas inovações e geraram conflitos e reformulações, muitas vezes interpretados em outros termos.

Um outro aspecto a considerar na reflexão sobre gênero e mudanças na lógica camponesa que vêm se manifestando nos assentamentos é o perfil dos assentados. Como mostra o estudo sobre o Pontal do Paranapanema, muitos deles passaram por sucessivas ondas de migrações, tendo vivenciado a experiência urbana em atividades marcadas pelo subemprego e precariedade. Essas experiências, acumuladas à vivência dos acampamentos, com toda a instabilidade que lhes é constitutiva, permitem que se relativize o significado dos valores tradicionais camponeses, uma vez que eles estavam em processo de crise antes mesmo do assentamento, em decorrência da própria crise pela qual passam os modos de vida tradicionais, provocado, entre outras coisas, pela expansão das diferentes formas do agronegócio.

Como apontado no estudo sobre o Pontal do Paranapanema, apesar de uma trajetória bastante marcada pela instabilidade, após o assentamento, a capacidade de decisão das mulheres é bem menor do que sua participação efetiva na produção. As autoras assinalam, inclusive, que um discurso que pode estar escamoteando esta diferença é a declaração recorrente de que “ambos decidem tudo”, “ambos trabalham”, “ambos discutem”. Mas, a palavra final muitas vezes é só dos homens. As autoras interpretam o uso do termo “ambos” como uma primeira sinalização de uma mudança no tradicional comportamento masculino, agora admitindo uma parceria, mas não como uma mudança efetiva de práticas sociais arraigadas.

As associações dos assentamentos podem se tornar o lugar por excelência de criação de novas sociabilidades. Muitas vezes, no entanto, espera-se delas a possibilidade de instaurar uma nova ordem. Como aponta Gema Esmeraldo, isso nem sempre acontece. Nos casos por ela estudados, a associação serviu mais para fortalecer as relações de dominação masculina e reforçar o caráter patriarcal da família. Na associação estudada, reduziu-se a participação política da mulher nas decisões sobre a gestão produtiva das culturas agrícolas e inibiu-se seu acesso à informação e relações institucionais. Um dos resultados é a saída das filhas que estavam buscando empregos como domésticas por não conseguirem ficar nos lotes. Nessas funções, reproduzem o lugar tradicionalmente destinado às mulhe-

res. A família assentada reorganiza-se, mas as posições tradicionalmente atribuídas se reproduzem.

Se a luta por terra indica uma resistência a essa mudança e um esforço de recuperação da terra, não há como não deixar de perceber que outros elementos entram em jogo, mesmo com a valorização do “ethos” camponês, estimulada pelos movimentos sociais. O trabalhador que emerge dessas disputas é tensionado entre valores antigos e novos. Direcionar a produção mais para o mercado ou para o consumo, colocar os filhos e as filhas para ajudar na lavoura, buscar algum trabalho complementar fora, deixar as filhas migrarem (ou muitas vezes, ver sua autoridade confrontada ante o fato consumado) são alternativas que reorganizam a família e não podem ser lidas estritamente do ponto de vista da sua reprodução econômica. Há outros componentes no desenho da estratégia familiar, que envolvem rearranjos internos, disputas por capacidade de decisão, colocando o tempo todo em questão um modelo de autoridade paterna e as tradicionais relações de gênero, tensionando os costumes.

O papel da educação

Uma outra mudança em curso apontada nos trabalhos é o fato de que cada vez mais as crianças têm tido acesso à escola. Grande parte dos artigos que compõem esta coletânea aponta uma significativa melhoria da situação educacional, pelo menos do ponto de vista da ampliação da oferta e aumento dos anos de escolaridade. Abre-se, assim, uma frente interessante de investigação em torno da relação entre escola, educação e gênero.

A frequência à escola e a obtenção de um certificado de conclusão tem se mostrado um indicador frágil sobre alfabetização, capacidade de leitura, escrita e reflexão sobre determinadas questões que escapam à esfera do cotidiano (inclusive nas cidades, como a imprensa tem recorrentemente denunciado e nossa experiência cotidiana nos mostra). No entanto, ela pode abrir novas perspectivas, diferenciando oportunidades. Do ponto de vista dos temas levantados pela presente publicação, trata-se de indagar até onde a escola reproduz a tradicional visão do lugar das mulheres ou transmite conteúdos que conflitam com as experiências familiares. Sem produzir juízos de valor, o fundamental é problematizar que novos conflitos se tecem a partir dessas experiências, ou que disputas de poderes se constituem no interior das famílias. Tudo indica que essa tensão é maior quando a variável *gênero* é introduzida.

Mais do que uma questão de adesão a determinadas mudanças, o que parece estar em jogo é a própria definição e reprodução da autoridade. No caso

das mulheres, menos estudado, o tema recoloca-se, com as jovens recusando-se a assumir o papel tradicional das mães, responsáveis pelos cuidados domésticos, mas não encontrando espaço no âmbito da “comunidade”. O acesso à escola talvez contribua para a produção de um questionamento cada vez mais profundo desses papéis. O tema da migração das jovens, trazido por Hildete Melo e Alberto di Sabatto, chama a atenção para investigar com mais profundidade que jovens são essas que saem de casa, em que condições deixam o assentamento, para onde vão e até onde reproduzem nos novos espaços e posições sociais os lugares que a tradição lhes atribui.

Outro aspecto a ser ressaltado quando se pensa a relação entre gênero e educação é que esta e o processo de formação dos indivíduos fazem-se para além da escola. O acesso a equipamentos como televisão, videocassete e, mais recentemente DVD e, ainda lentamente, a internet, levam para o campo novos padrões de comportamento, produzindo uma progressiva e irreversível desnaturalização dos valores tradicionais e também trazendo a necessidade de ganhos extras para o acesso a bens de consumo. Além disso, o constante contato com agentes provindos de outros ambientes relativiza o lugar da mulher. Segundo Gema Esmeraldo, é “o mundo do consumo mais do que o da produção que começa a interferir nos modos de vida da família camponesa. A autonomia dos hábitos camponeses começa a se relativizar diante do acesso aos meios de comunicação, do sistema de transporte diário para as cidades, das redes de parcerias que se constroem com os movimentos sociais e organizações não-governamentais – ONGs, que introduzem valores e comportamentos citadinos no meio dos assentados”. Ainda segundo essa mesma autora, é a mulher que se mobiliza para garantir rendas extras que permitam o acesso ao consumo das novidades que lhes vão chegando e que, em grande medida, têm um papel importante na facilitação das tarefas domésticas.

Políticas públicas e direitos da mulher

Os últimos 30 ou 40 anos foram marcados pelas lutas feministas, trazendo a questão de gênero para a pauta dos movimentos sociais, como apontam Andréa Butto e Karla Hora. Concomitantemente, as relações familiares foram reorganizadas e novos temas passaram a compor a agenda da luta por direitos.

Diversos autores na presente coletânea, nas décadas de 80 e 90, indicam que as mulheres tiveram garantida uma série de direitos, que envolveram outras lutas que não estritamente a luta pela terra. Muitos desses direitos relacionam-se diretamente às conquistas dos movimentos feministas que eclodi-

ram nos anos 60 e que problematizaram profundamente o lugar da mulher na sociedade. Ganha destaque o direito à terra, quer pensado como repartição igualitária do patrimônio familiar em termos de herança, quer como acesso ao título para o casal. No entanto, embora a Constituição Federal de 1988 afirme que o título de domínio ou concessão de uso deverá ser conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente de seu estado civil, a sua regulamentação foi demorada. Sua implementação está relacionada, por um lado, às demandas das mulheres, em especial aquelas que participam de organizações; por outro, ao papel das políticas públicas, no sentido de gerar condições para a efetivação de direitos. O que não é simples, como indicam alguns dados apresentados por Andréia Butto e Karla Hora, uma vez que as políticas voltadas quer à reforma agrária, quer aos agricultores em regime de economia familiar tinham em sua base o conceito de família, uma família com determinados padrões de organização que as políticas não colocaram em questão. Ou seja, foram necessárias novas formas de intervenção estatal para garantir direitos às mulheres, uma vez que os mecanismos das políticas públicas, reconhecendo e normatizando direitos, acabam tendo um importante papel para que, cada vez mais, o tema das mulheres vá ganhando espaço na agenda e institucionalizando-se no interior da estrutura estatal e, assim, criando um patamar para novas demandas. Sem dúvida, essas intervenções parecem já estar mostrando seus efeitos, como indicam os dados apresentados pelas autoras sobre o aumento da titularidade dos lotes em nome de mulheres. No entanto, cabe ainda indagar em que medida e de que forma as normas tradicionais, em especial no que se refere ao patrimônio, se combinam com as instituições legais, de forma a reproduzir os costumes.

Anita Brumer e Gabriele dos Anjos, valendo-se dos estudos de Carmen Diana Deere mostram que, em função da pressão dos movimentos sociais, houve mudanças nas normas de seleção de beneficiários para facilitar o acesso de mulheres aos resultados da reforma agrária. Essa pressão também foi importante para garantir a adoção de uma perspectiva de gênero em todos os procedimentos administrativos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como é o caso da institucionalização, dentro do Ministério, do programa de ações afirmativas para igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres; o estabelecimento de uma meta de 30% na representação das mulheres na distribuição de créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Banco da Terra, quando este foi criado, bem como nos treinamentos do Pronaf e dos programas de extensão; o objetivo de assegurar, progressivamente, 30% de representação de mulheres na estrutura administrativa do MDA e, quando em 2003, tornou-se obrigatória a titularidade conjunta da terra.

O direito à titulação tem se revelado crucial, em especial em casos de viuvez e separação, por garantir à mulher o direito à terra e a conseqüente estabilidade, mesmo que relativa, da família. Esse fato ganha maior significado quando se considera a relativamente alta freqüência, em alguns lugares, de famílias chefiadas por mulheres.

A literatura sobre gênero no meio rural aponta ainda a relevância do direito das mulheres trabalhadoras rurais à aposentadoria e ao salário-maternidade, também previstos na Constituição de 1988. No caso da aposentadoria, ela garante um aumento da renda familiar, mas talvez seja equivocado olhar esse aspecto de um ângulo estritamente econômico. Para além do aumento da renda, o pagamento da aposentadoria também à mulher agricultora permite-lhe maior independência no uso dos recursos e uma relativa autonomia, na medida em que a dependência financeira absoluta do marido se desfaz. Com isso abrem-se portas, mais uma vez, para a reordenação das relações de poder no interior da família, como bem enfatizam Anita Brumer e Gabriele dos Anjos.

Nos últimos anos, foram tomadas outras medidas que visam à melhoria das condições das mulheres. É o caso da criação de uma linha específica de crédito para mulheres rurais; de campanhas de esclarecimento e informação sobre o acesso ao crédito; eliminação de algumas barreiras junto a bancos e intermediários na elaboração de projetos para obtenção de crédito; ofertas de cursos de capacitação para gestores do crédito e para as próprias agricultoras, assentadas ou não. Para essas diversas iniciativas, havia um pressuposto básico, nem sempre preenchido: a posse de documentos identificadores (carteira de identidade, Cadastro de Pessoa Física etc). Desta perspectiva, as campanhas de documentação tiveram um papel central, como apontam Andréa Butto e Karla Hora.

No entanto, o reconhecimento dos direitos e a sua incorporação na institucionalidade estatal não garantem a sua efetiva implementação. A luta pelo reconhecimento é, como apontado anteriormente, essencialmente produtora de conflitos e não são raros os casos em que os direitos garantidos na lei contrapõem-se a costumes locais, também percebidos como direitos ou se enfrentam com concepções costumeiras de diversos agentes que atuam junto aos assentados e que tendem a desconhecer, na sua prática cotidiana, algumas mudanças em curso. Olhar para os diversos planos simultaneamente e se deter sobre as tensões geradas nesse processo constitui um desafio importante para a pesquisa, uma vez que alguns temas sugeridos nos textos da presente coletânea ultrapassam o espaço dos assentamentos ou das mulheres rurais, mas colocam-se como dimensões das formas como se constituem as relações de gênero em nossa sociedade.



Mulheres e Reforma Agrária no Brasil

Mulheres e Reforma Agrária no Brasil

::: Andrea Butto¹

::: Karla Emmanuela R. Hora²

1. Introdução

Este artigo analisa a inflexão recente do Estado Brasileiro em relação às políticas para as mulheres rurais. Houve um reconhecimento da legitimidade das reivindicações dos movimentos sociais de mulheres e a valorização de uma agenda de cunho feminista como condição para um projeto nacional de desenvolvimento e uma sociedade mais democrática.

Apesar disso as desigualdades entre homens e mulheres persistem no meio rural de forma naturalizada e estruturada sob relações de poder e em bases econômicas³. Historicamente, as mulheres trabalhadoras rurais ainda não foram suficientemente reconhecidas pelo Estado e pela sociedade como agricultoras familiares e assentadas pela reforma agrária. De uma forma geral, as políticas públicas, pouco se direcionaram para este segmento, e quando o faziam, eram destinadas à família rural considerando-a como um todo homogêneo. Apenas recentemente, este quadro começa a se alterar, não só com um novo quadro normativo e institucional, mas também, com ações efetivas na incorporação e efetivação dos direitos das mulheres assentadas.

1. Antropóloga, Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Coordenadora do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre) do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

2. Arquiteta-urbanista, Msc. em Geografia, Doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR. Consultora do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre) do Ministério do Desenvolvimento Agrário pelo projeto PCT/FAO_UTF/BRA/057/BRA.

3. Esta análise embasa-se nos diferentes processos sociais, documentos (programas, projetos e relatórios técnicos), estudos, pesquisas e publicações elaborados no âmbito do Governo Federal, em especial, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre) e nas diretrizes e agenda proposta no II Plano Nacional de Reforma Agrária em 2003 e nos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres I e II, produzidos a partir de 2004.

Há o início de um novo caminho em curso no Governo Federal no sentido de implementar ações afirmativas reconhecendo a pluralidade e diversidade do campesinato e da agricultura familiar brasileira. Um caminho ainda a ser trilhado pela ação conjunta do Estado e movimentos sociais voltadas para a elaboração e implementação de políticas públicas com enfoque de gênero.

O escasso acesso das mulheres à propriedade e aos recursos econômicos, é uma realidade no mundo. Estimativas da FAO indicam que apenas 1% da propriedade no mundo está nas mãos das mulheres. A maioria dos Estados nacionais sequer dispõe de estatísticas oficiais relativas ao sexo dos/as proprietários/as. Os sistemas de herança estabelecidos no código civil e nos chamados direitos costumeiros condicionam o acesso à terra à condição civil das mulheres e à sua posição na família.

O direito à terra e o controle da propriedade têm muitas implicações sobre as relações estabelecidas entre homens e mulheres. O controle amplia o grau de autonomia das mulheres. Nos casos de separações e morte na família, elas preservam os seus direitos e ampliam a sua capacidade de decidir sobre sua vida afetiva, seus projetos pessoais, coletivos e garantem acesso à renda própria.

Os Estados nacionais reproduzem a lógica de exclusão, ao tomar como unidade de referência de planejamento e de ação o grupo familiar e, em especial, ao escolher o “chefe da família” como intercolutor. Na reforma agrária isso aparece de forma muito clara, as estatísticas oficiais sequer identificam o sexo dos sujeitos envolvidos e são feitas exigências para se encaixar no perfil dos beneficiários que excluem as mulheres: ser chefe de família, privilegiar famílias maiores e com maior força de trabalho (DEERE:2002). A concepção que sustenta estes critérios é de que a pobreza é um fenômeno masculino. Com isso não se percebe a sua manifestação diferenciada nos grupos sociais específicos, nos homens e nas mulheres.

Não é distinta esta realidade quando se observam os demais direitos econômicos, como é o caso do acesso à assistência técnica, ao crédito, a mercados para comercializar os excedentes da produção familiar ou comunitária. A agricultura familiar e camponesa constitui-se em alternativa ao atual modelo agrícola hegemônico pela agricultura patronal. No entanto esta opção não pode ocultar que o familiar e camponês desta outra agricultura guarda muitos conflitos internos, hierarquias entre homens e mulheres com forte expressão no acesso aos recursos econômicos.

O trabalho nas comunidades rurais organiza-se a partir da divisão sexual do trabalho. As mulheres responsáveis pelo trabalho reprodutivo e

pelos cuidados doméstico, os homens no trabalho gerador de rendas monetárias, apenas este reconhecido como produtivo. Acompanham estas distinções valorações e representações da desigualdade que sustentam por exemplo a noção de ajuda dos homens em casa e de ajuda das mulheres na roça.

As mulheres pertencentes a populações que usam de forma coletiva a terra e guardam nela referências cosmológicas próprias, vêm sua condição com a terra determinada por prescrições sobre casamento que definem a moradia das mulheres, e a sua relação com o território.

2. Invisibilidade nas políticas de reforma agrária

A análise da presença das mulheres nas políticas de reforma agrária deve considerar dois elementos estruturantes da formação econômica e social do Brasil. A primeira refere-se a forma de apossamento da terra decorrente de uma estrutura agrária baseada no latifúndio resultante da grande empresa colonial. O regime de sesmarias consolidou bases produtivas e econômicas que se assentavam na grande fazenda voltada para a exportação e na utilização da força de trabalho abundante e barata disponibilizada, num primeiro momento, pelo trabalho escravo. Tal situação vigorou mesmo após a promulgação da Lei de Terras de 1850, um vez que, entre outras coisas, estabelecia a compra como única forma de acesso à terra e abolia o regime de sesmarias. Com os preços elevados das terras e os baixos salários ofertados, o campesinato brasileiro que se formava, os negros libertos e os trabalhadores rurais tiveram poucas condições de acesso legal à terra. Prevaleceu, assim, diversas formas de apossamento, na maioria das vezes, reproduzindo situações de subordinação e opressão do/a pequeno/a produtor/a e sua família.

Se, de um lado, o marco legal e institucional das formas de acesso à terra pouco ampararam o campesinato brasileiro, de outro, foi a forma de constituição da sociedade agrária brasileira que acalentou as desigualdades entre homens e mulheres com a consolidação de uma sociedade patriarcal. A partir dos hábitos culturais e costumes informados pelo Direito Positivo, a sociedade agrária associou a figura da mulher a sua posição na família. Referindo-se a esta doutrina Fischer e Gehlen: 2002 afirmam: *"...Do ponto de vista patriarcal a terra é um patrimônio e, como tal, deve pertencer ao homem. A mulher, como dependente do pai ou do marido, de acordo com o direito consuetudinário ou positivo, somente tem a possibilidade de administrar e se desfazer da terra em caso de morte do referencial*

masculino e, mesmo assim teoricamente, pois, a perda desse referencial, o patrimônio deve ser mantido como bem masculino...”.

A elaboração de um novo marco jurídico sobre a questão fundiária brasileira que previsse a democratização do acesso à terra e criasse as condições para a reforma agrária, somente se concretizará com o Estatuto da Terra em 1964. Nele a reforma agrária é compreendida como o conjunto de medidas para promover uma melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, e assim atender aos princípios de justiça social e do aumento da produtividade. A partir de então, a política de reforma agrária se concentrará na implantação dos assentamentos voltados para a instalação das famílias de agricultores familiares, apoiadas por programas de desenvolvimento destinados à unidade de produção familiar. Mas mesmo neste novo marco jurídico e conceitual a condição subordinada das mulheres rurais não aparece.

O mesmo ocorreu nos processos produtivos. A modernização conservadora do campo brasileiro nos anos 70, por exemplo, se fez com a intensificação do uso de máquinas agrícolas e insumos, não incluiu equipamentos e infra-estrutura para facilitar o trabalho doméstico, contribuindo, mais uma vez, para a segregação e divisão sexual do trabalho.

Nos assentamentos criados e nas unidades familiares já constituídas manteve-se a subordinação das mulheres. Subentendidas no grupo familiar e na unidade de produção não existiram políticas específicas que lhes garantissem o acesso à terra e a autonomia produtiva.

No Brasil, os direitos das mulheres à terra e ao desenvolvimento rural só entram na agenda pública com a redemocratização no final dos anos 80 e em decorrência das lutas das mulheres rurais pela igualdade.

Nesse contexto a constituição de um novo quadro normativo de ação do Estado expressa por diretrizes, competências e orçamento, deu pouco destaque à situação das mulheres em geral e, em particular, no meio rural e na reforma agrária. Os programas e as diversas políticas dos anos 80/90, como as políticas de reordenamento fundiário (I PNRA, Novo Mundo Rural e Banco da Terra) e de desenvolvimento agrícola não consideraram a situação das mulheres, mantiveram a noção de família como unidade de referência e a modernização com o aumento da produtividade agrícola como objetivo.

As políticas não se adequavam à realidade e às demandas das mulheres rurais, e resultavam num claro processo de exclusão das políticas produtivas, de acesso a direitos e de desenvolvimento rural, apesar de sua significativa presença na população rural.

No contexto das políticas agrícolas, o melhor exemplo é o crédito destinado à agricultura familiar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, foi criado em 1996 a partir de reivindicação dos movimentos sociais no campo, incluindo os movimentos de mulheres. Os dados são reveladores: nos primeiros anos do Pronaf a participação das mulheres como titulares dos contratos de crédito chegou a apenas 7% do total (GRZYBOWSKI:1999).

Apesar de mudanças nas instruções do Pronaf, estabelecendo um mínimo de 30% dos recursos a serem destinados preferencialmente às mulheres (Portaria 121, de 22 de maio de 2001), o acesso das mulheres ao crédito não se alterou. Na safra 2001/2002, as mulheres representavam 10,4% dos contratos realizados e 11,2% do montante financiado.⁴ No caso das assentadas, o acesso delas ao Pronaf A significava uma proporção maior, 14% do total de beneficiários/as, mas apenas 2,7% do total de contratos celebrados na modalidade A/C tinham mulheres como titulares.

Programas como o Proceca – Programa de Crédito Especial à Reforma Agrária e do Lumiar – Programa de Assistência Técnica para a Reforma Agrária, implantados nos anos 90, não produziram ou não publicizaram dados e informações sobre a participação das mulheres. Isso dificulta uma avaliação precisa dos seus impactos no combate à desigualdade de gênero no meio rural.

Provocada pela nova Constituição Federal de 1988, que previu direitos das mulheres à terra independente da condição civil, a década seguinte foi marcada por várias pesquisas sobre o tema. Interessante notar que, em sua grande maioria, estas não foram amplamente divulgadas, vindo a público somente agora, neste livro.

O primeiro censo da Reforma Agrária (1996) produziu informações relativas às mulheres assentadas mas que não foram objeto de nenhuma iniciativa específica por parte do Estado. No Censo e em outras pesquisas, a conclusão relativa aos direitos das mulheres à terra é a mesma: a efetivação dos direitos conquistados na lei não foram garantidos pelo Estado; os procedimentos administrativos para inscrição, seleção e destinação dos lotes da reforma agrária continuavam inalterados.

Considerando os direitos econômicos de forma mais ampla, a conclusão é semelhante. O Estado seguiu adotando como unidade de planejamento a família, desconsiderando as relações de poder existentes entre

4. Este percentual representa, na Safra de 2001/2002, 97.200 mulheres titulares de contratos e 244 milhões financiados. Na safra 2002/2003 houve uma diminuição em números de contratos, sendo 94.670, embora tenha aumentado o volume emprestado para 262 milhões.

seus membros. Ao escolher a figura do “titular” exclui-se as mulheres das decisões e do acesso a políticas públicas permanecendo a invisibilidade da contribuição econômica, marginalizando-as da economia rural.

Nas políticas de reforma agrária, o foco também permaneceu na família e as ações seguiram voltadas exclusivamente para o desenvolvimento da unidade de produção familiar. A idéia de família não era problematizada, e as hierarquias das relações de poder no seu interior não eram reconhecidas. Nem eram considerados os problemas pertinentes à situação que se encontravam as mulheres rurais em caso de abandono, viuvez e separação.

As mulheres participavam do processo de seleção das famílias cadastradas e beneficiárias da reforma agrária, mas não constava nenhuma menção à sua posição na unidade de produção familiar. Os diversos cadastros, quer de seleção ou a relação de beneficiários, reservavam apenas um item de caracterização do beneficiário dado pelo campo denominado “Titular” e outro denominado “Cônjuge”, para indicar as situações de casamento. O Titular era compreendido como chefe da família, logo, pelo nome do homem; raramente constava o nome da mulher como titular e chefe de família. Esta exclusão ficou evidente no Censo da Reforma Agrária (1996) que constatou que as mulheres titulares da terra eram apenas 12% do total dos beneficiários da reforma agrária. Em 2002, pesquisa realizada pela FAO/Unicamp revelou que 87% dos títulos da terra emitidos pelo Incra destinavam-se aos homens, indicando a manutenção da situação anterior.

3. A reforma agrária a partir de 2003: a inserção do conteúdo de gênero

A partir de 2003, há uma mudança importante no governo federal com a implantação de iniciativas de ampliação dos direitos econômicos e políticos das mulheres rurais e de seu protagonismo envolvendo o fortalecimento de alternativas econômicas e a criação de oportunidades específicas e dirigidas às mulheres assentadas da reforma agrária. Mudança também expressa no caráter participativo que passou a ser adotado na elaboração das políticas e nas ações voltadas para incentivar a participação das mulheres rurais em diversos espaços.

Tanto o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA, 2004) quanto o I e o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM, 2004; II PNPM, 2008) buscaram superar a ausência anterior do Estado com a

incorporação de proposições de ações afirmativas e de mudanças na concepção que orientam as políticas do meio rural na promoção da igualdade de gênero. O II PNRA assumiu o desafio de enfrentar o “...*padrão secular de subordinação e negação das mulheres rurais enquanto sujeitos políticos e econômicos do mundo rural, assumindo que cabe ao Estado a implementação de políticas dirigidas à superação dessa situação de desigualdade social...*” (MDA, 2004, p.23).

Um passo importante no âmbito da estrutura estatal foi a criação, em 2003 de Assessoria Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, denominada Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre/MDA). O Programa passou a atuar no desenvolvimento de políticas públicas de promoção dos direitos econômicos das trabalhadoras rurais, por meio de ações de apoio à produção, acesso e garantia de uso da terra, acesso à documentação civil e da valorização da participação e do controle social. Inclui ações articuladas e integradas dos órgãos vinculados ao MDA, suas secretarias e assessorias, ao Incra e com os demais ministérios e instituições afins. A principal interface interinstitucional é com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM).

Desde então, a atuação do governo federal dirigiu-se para a revisão do marco legal constituído e as concepções vigentes e para a implementação de ações efetivas que garantissem o reconhecimento do trabalho desempenhado pelas mulheres e contribuíssem para sua autonomia econômica. Vimos construindo, gradativamente, um novo padrão de atuação do Estado centrado nos seguintes eixos: promoção dos direitos das mulheres à terra, reconhecendo-as como parte-titular dos assentamentos de reforma agrária; garantia aos direitos civis básicos, permitindo o acesso à documentação básica; efetivação dos direitos econômicos das mulheres trabalhadoras rurais, através do apoio à organização produtiva, acesso ao crédito, assistência/assessoria técnica, mercados, dentre outras.

3.1. O direito a ter direitos

Desenvolver políticas para as mulheres no contexto rural implica reconhecer as desigualdades de gênero e adotar uma estratégia de superação dos principais entraves à conquista de sua autonomia econômica. Um passo fundamental é superar os obstáculos para que as trabalhadoras rurais e assentadas da reforma agrária possam acessar direitos sociais e políticas públicas. É este o objetivo do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR.

Para que a reforma agrária dê visibilidade às mulheres rurais e reconheça seu direito à terra é preciso garantir instrumentos que viabilizam este acesso, ou seja, o acesso à documentação civil e trabalhista para as assentadas. Sem documentação básica não há como se inscrever no cadastro do Incra.

O PNDTR representa o reconhecimento de um direito, fruto das lutas dos movimentos de mulheres a partir dos anos 90, impulsionadas pelas campanhas de documentação. Representa ainda a institucionalização desta ação, condição para que ela tenha escala e a dimensão de uma política universal. Os movimentos, com todo o seu acúmulo político e organizativo, participaram diretamente da implementação do Programa integrando o comitê gestor, responsável pelo planejamento e avaliação do referido programa. Participam, também na mobilização e na organização dos mutirões de documentação onde, além do acesso aos documentos, as mulheres rurais recebem informações sobre as políticas públicas e programas sociais.

O PNDTR foi criado em 2004 e já realizou **837 mutirões** itinerantes em 1050 **municípios** predominantemente rurais, garantindo a emissão de mais de 546 **mil documentos** que beneficiaram mais de 275 mil **mulheres trabalhadoras rurais**.

3.2. Direito à terra

A luta dos movimentos feministas, nos anos 80, incluiu no artigo 189 da Constituição Federal o direito das mulheres rurais à terra, prevenindo a titulação da terra em nome do homem e da mulher ou de ambos, independente do estado civil. No entanto, restava a implementação efetiva deste direito.

A Portaria do Incra nº 981/2003 tornou obrigatória a titulação conjunta da terra para lotes de assentamentos constituídos por um casal em situação de casamento ou de união estável. Conquista da Marcha das Margaridas daquele ano. No caso de separação e em que a terra está em processo de titulação a área fica com a mulher, desde que ela tenha a guarda dos filhos, em respeito ao código civil. No caso de separação, os homens ou as mulheres devem requisitar outra vez o acesso à terra e são os/as primeiros/as beneficiados/as com a criação de novos assentamentos da reforma agrária. Se houver uma falsa separação, a atitude será considerada fraude e sofrerá as penas previstas em lei.

No caso de terras já tituladas, os/as interessados/as podem ir ao cartório de imóveis para solicitar a modificação e inclusão do nome da mulher. São necessários os documentos pessoais do casal e os de regula-

rização fundiária do lote. No caso de assentamentos já criados, o casal deve ir ao Incra requerer a inclusão do nome da mulher na titularidade do lote apresentando os documentos que comprovem a união entre ambos.

O cadastro dos/as candidatos/as para seleção para os assentamentos, o contrato de concessão de uso e o título definitivo de propriedade também foram alterados para efetivar o direito de titulação conjunta obrigatória. O Incra alterou, ainda, os procedimentos e instrumentos para emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural e o Cadastro das Famílias nas áreas de Regularização Fundiária e de Titulação.

Para fazer valer este direito, as famílias passaram a declarar ou comprovar obrigatoriamente a sua condição civil. A sistemática de classificação das famílias beneficiárias da reforma agrária foi alterada com a inclusão de um novo critério complementar que deu preferência às famílias chefiadas por mulheres. O Incra também criou a Certidão da Mulher Beneficiária da Reforma Agrária para facilitar a requisição de seus direitos junto aos órgãos governamentais. Todas estas mudanças estão contidas na Instrução Normativa nº 38.

Não ter terra implica em não ter acesso às políticas de desenvolvimento. Por esse motivo, participar da produção nos assentamentos está, na maioria das vezes, limitado pelas responsabilidades desiguais entre homens e mulheres no trabalho reprodutivo das famílias. Com menor tempo para o trabalho produtivo e sem acesso a decisões de gestão da produção, as mulheres assentadas, assim como as agricultoras familiares, atuam nos quintais garantindo o auto-consumo das famílias. Ao não ter acesso a renda monetária permanecem invisíveis na economia dos assentamentos.

Os dados do Sipra - Sistema de Processamento de Informações da Reforma Agrária, relativos ao período 2003/2007 já nos indicam a mudança, especialmente o impacto a partir de 2007 com a efetivação da Instrução Normativa nº 38. Se a média até o início década atual equivalia a 13% (BUAINAIN:2002), por força da portaria 981 do Incra a média percentual entre os anos de 2003-2006 registra um total de 25,6% de mulheres como titulares do lote. Com a incorporação da IN 38 no Sipra o percentual aumenta e atinge 55,8% em 2007, conforme Tabela 1 (ver pág. 30).

Importante observar que nos dados obtidos junto ao Sipra acerca dos assentamentos, as mudanças na sistemática de classificação dos beneficiários e beneficiárias da reforma agrária em favor das mulheres chefes de família já se expressam de forma significativa. Se em 2003 o percentual equivalia a 13,6% em 2007 o universo de mulheres nessa condição no total de beneficiários/as passa para 23%, conforme Tabela 2 (ver pág. 30).

Tabela 1: Beneficiários/as da Reforma Agrária por sexo
Período: 2003 a 2007

Ano	Total	Abs. Feminino	% Feminino	Abs. Masculino	% Masculino
2003	36.301	8.752	24,10	27.549	75,89
2004	81.254	14.244	17,53	67.010	82,47
2005	127.506	33.241	26,07	94.265	73,93
2006	136.358	47.466	34,81	88.892	65,19
2007	67.535	37.712	55,84	29.823	44,16

Fonte: Sipra / Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (Brasília)

Tabela 2: Mulheres Chefes de Família em relação ao total de beneficiários/as da Reforma Agrária - Período: 2003 a 2007

Ano	Total	Total de MCF	% MCF em relação ao Total
2003	36.301	4.951	13,64
2004	81.254	7.483	9,21
2005	127.506	20.120	15,78
2006	136.358	29.971	21,98
2007	67.535	15.574	23,06

Fonte: Sipra / Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (Brasília)

3.3. Acesso ao conhecimento técnico e sócio ambiental

Para viabilizar o acesso ao conhecimento técnico, indispensável para o fortalecimento econômico dos assentamentos, o Incra estruturou com os movimentos sociais o Programa de Assessoria Técnica e Sócio-ambiental (ATES).

Diversas oficinas regionais foram realizadas com mulheres assentadas para avaliar este Programa. O resultado foi a elaboração de propostas de ajustes, tanto nas normas como no Manual Operativo. Novos objetivos foram incluídos: o reconhecimento e valorização dos conhecimentos das trabalhadoras rurais; a inserção das trabalhadoras rurais nos processos de construção do saber; com metodologias que dêem visibilidade e contribuam para transformar a divisão sexual do trabalho; o incentivo à incorporação das demandas individuais e coletivas das mulheres na produção; a orientação sobre adequações no perfil das equipes de articulação dos núcleos operacionais ATES para atender as especificidades das mulheres. Uma nova diretriz foi acrescentada tratando do apoio à organização econômica.

O Programa passou a prever o incentivo à participação das mulheres assentadas nos projetos produtivos por meio da capacitação dos técnicos da ATES em gênero e reforma agrária e da difusão de metodologias que reconheçam e favoreçam o protagonismo das trabalhadoras rurais. Iniciativas de adequação da composição e de capacitação das equipes dos núcleos operacionais dos serviços de ATES foram feitas para atender as especificidades das mulheres e para viabilizar a implementação de projetos que visem a autonomia econômica das mulheres.

Uma prioridade vem sendo dada à promoção ativa e efetiva das mulheres na elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA) e nos Planos de Recuperação dos Assentamentos (PRA), bem como no planejamento da gestão produtiva. Esta participação está voltada para a implementação de assentamentos diferenciados, nos quais a localização das moradias, a implantação das infra-estruturas básicas e a preocupação com a segurança alimentar e nutricional refletem este compromisso com a superação das desigualdades.

Esse diálogo entre governo e organizações autônomas de mulheres e organizações mistas resultou em modificações que sintonizam a ATES com a estratégia de promoção da igualdade entre homens e mulheres.

A ação da ATES, a partir de 2008, passou a ser articulada e integrada ao Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, cujo público beneficiário são as mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar e da reforma agrária. O objetivo central deste novo Programa é fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da econômica solidária e feminista, de forma a viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, a fim de promover a autonomia econômica das mulheres e a garantia do seu protagonismo na economia rural. (MDA/Ppigre, 2008). O Programa conta com ações voltadas para o fortalecimento institucional de grupos e redes de produtoras rurais, a promoção da agroecologia e manutenção da biodiversidade, o acesso a políticas de apoio à produção e acesso a mercados, além da formação em gênero e desenvolvimento rural.

3.4. Crédito para as mulheres assentadas

O tema crédito na reforma agrária sempre foi um assunto polêmico, devido à situação de precariedade por que passavam os assentamentos e a elevada inadimplência do Procerá. No senso comum, o crédi-

to até então, destinado ao titular do lote, era visto como uma atividade do homem, inclusive pelas mulheres. A criação da linha Pronaf Mulher contribui para mudar esta concepção ao apoiar atividades desempenhadas exclusivamente pelas mulheres, proporcionando a elevação da auto-estima e a maior autonomia monetária.

O Pronaf Mulher foi criado no Plano Safra de 2003-2004. Começou não como uma linha de crédito específica, mas como um sobreteto, um valor adicional de 50% ao montante de recursos já disponibilizados às mulheres integrantes de famílias enquadradas nas linhas C e D.

Para ampliar o acesso ao Pronaf de forma geral e facilitar o acesso ao crédito especial, no Plano Safra de 2004/2005 a DAP passou a ser feita obrigatoriamente em nome do casal. O Pronaf Mulher tornou-se uma linha de investimento, embora ainda restrito às mulheres que se enquadravam nas linhas C, D e E.

Apesar das mudanças e do aumento do acesso das mulheres ao crédito, as assentadas da reforma agrária ainda não eram atendidas. O crédito especial Pronaf Mulher para as assentadas da reforma agrária só passou a existir na safra 2005/06⁵ como linha destinada ao investimento e custeio. Teve desempenho restrito na safra 2006/2007. Os dados disponíveis segregados por grupo no Pronaf Mulher, referem-se apenas ao nordeste. Nesta região registram-se contratos em três estados: Rio Grande do Norte, Ceará e em maior proporção o estado de Sergipe. Em sua maioria, as operações contratadas foram destinadas para atividades de investimento.

Se o crédito especial para as assentadas é mais recente, o acesso ao Pronaf A não o é, mas se caracteriza por limitações importantes. O Pronaf é estruturado como um crédito à unidade familiar e compromete o conjunto de seus integrantes. Até 2004 a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP - documento que habilita o público enquadrado no programa a solicitar o crédito) tinha apenas um titular. Com a implantação da titularidade conjunta obrigatória na DAP, ocorreu um aumento para 18,7 % no número de contratos concedidos em nome das mulheres na safra 2004/2005.

O acesso das mulheres assentadas ao Pronaf A é menor do que a média geral de acesso das mulheres ao Pronaf na safra 2004/2005. A média geral de acesso das mulheres ao Pronaf, relativo ao número de

5. As condições do Pronaf Mulher para este público corresponde a um financiamento de até R\$1.000,00 (hum mil reais) na safra de 2005/06 e na safra 2006/07 o valor foi de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais). A taxa de juros é de 1% ao ano e o prazo de pagamento é de até 2 anos. Aquelas que pagam a parcela do crédito em dia, recebem um desconto de 25%.

contratos na safra 2005/2006, foi de 25,5%. Entre as assentadas da reforma agrária nesta mesma safra a média cai para 16,4%.

Além do Pronaf, as políticas de reforma agrária garantem o chamado Crédito Instalação. O crédito instalação foi bastante ampliado, passando de R\$ 4,5 mil em 2002 para até R\$18,3 mil em 2007. Não há no crédito instalação previsão de recursos específicos para as mulheres. Em 2008 está se discutindo a criação da modalidade de crédito adicional para as mulheres assentadas, conforme orientações estabelecidas na IN 38 de 13 de março de 2007.

3.5. Novas frentes

Com o objetivo de qualificar a ação governamental e capacitar os gestores públicos e as gestoras públicas sobre a temática de gênero e reforma agrária, nos últimos anos, foram desenvolvidos vários projetos em parceria com instituições públicas e movimentos de mulheres.

Realizaram-se parcerias com instituições acadêmicas para estruturação de redes de pesquisas, realização de encontros científicos, edição de publicações e outras iniciativas voltadas para o resgate da memória das mulheres camponesas, especialmente por meio do Prêmio Margarida Alves de Estudos Rurais e Gênero.

Destaca-se a ampliação recente da participação das mulheres rurais e do conteúdo de gênero na agenda internacional. Na Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) foi criado em 2005 por unanimidade dos governos dos quatro Estados-Membros do Mercosul o GT de Gênero.

A partir de 2007 o GT Gênero em interface com o GT de Acesso à Terra e Reforma Agrária iniciou a implementação de estudos e análises sobre a situação do acesso à terra pelas mulheres nos países da região. Uma ação construída de forma articulada por representantes de governos e movimentos de mulheres destes países, orientada por diretrizes e prioridades comuns. Desta forma, o GT de Gênero da REAF tem priorizado atividades de monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas para as mulheres rurais, a produção de estatísticas e informações sobre o direito e as formas de acesso das mulheres à terra e aos programas de reforma agrária, e, ainda a difusão de informações, estudos e pesquisas sobre as condições de vida e trabalho da mulher no meio rural.

Estas iniciativas tem repercutido na ampliação do tratamento dado a estes temas em cada país e na constituição de uma agenda regional comum, que tem intensificado, inclusive, ações de cooperação e de intercâmbios bilaterais e regional.

4. Desafios da agenda governamental

As mulheres representam 47,8% da população residente no meio rural (PNAD 2006). São quase 15 milhões de mulheres, muitas delas sem acesso à cidadania, saúde, educação e sem reconhecimento da sua condição de agricultora familiar, trabalhadora rural, quilombola ou camponesa. Muitas limitações se impõem ao desenvolvimento da autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais e com forte expressão entre assentadas da reforma agrária e agricultoras familiares, e entre elas destaca-se a falta de reconhecimento da atividade produtiva desempenhada por elas.

Há avanços significativos na atuação recente do Estado na formulação e implementação de ações voltadas para as mulheres na reforma agrária, embora há muito ainda por ser feito. Nesta agenda destacam-se alguns desafios: 1) efetivar os direitos das mulheres à terra, por intermédio do monitoramento da execução da Portaria 981 e Instrução Normativa Incra 38, e da oferta de apoio jurídico para rever titulações antigas; 2) qualificar a prestação dos serviços de ATEs; 3) ampliar e qualificar o acesso ao crédito especial; 3) fortalecer a capacidade de gestão dos recursos e a participação das mulheres nas decisões produtivas e econômicas.

É preciso avançar na estruturação, organização e coordenação dos grupos produtivos de mulheres rurais. Neste sentido, o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais abre novas possibilidades. Ao integrar ações de diversos órgãos – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Companhia Nacional de Abastecimento e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra, o Programa cria condições mais favoráveis para o acesso aos conhecimentos de gestão e produção, às políticas de agregação de valor e comercialização. Trata-se de uma ação maior, mais forte e articulada que poderá repercutir positivamente na promoção da autonomia das mulheres e da igualdade no meio rural.

A implementação do Programa Territórios da Cidadania, envolvendo 15 ministérios e dirigido a 60 regiões com menor IDH e maior concentração de assentamentos da reforma agrária e agricultura familiar, ao reconhecer a legitimidade e a importância das demandas das mulheres rurais, e ao direcionar políticas para elas oferece um novo cenário que poderá consolidar a incorporação da dimensão de gênero nas políticas públicas de desenvolvimento rural.

É preciso superar a fragilidade e a insuficiência de informações e diagnósticos sobre os programas e as políticas públicas em curso, aperfeiçoando a compreensão sobre os processos de empoderamento, de geração de renda monetária e de construção da autonomia para as mulheres na reforma agrária.

Nas oficinas de políticas para mulheres na reforma agrária realizadas pelo MDA/Incrá a educação infantil (EI) apareceu como nova demanda, parte da Educação Básica do Campo. Cresce o apelo e o reconhecimento da importância dos direitos da criança, mas também, a responsabilização do Estado pela socialização e garantia dos cuidados infantis. O desafio agora é construir uma estratégia específica para ampliar e qualificar a educação infantil no meio rural como parte das ações voltadas para a superação das desigualdades entre homens e mulheres.

Os desafios ainda são muitos. Mas os avanços conquistados permitem novos horizontes para a luta feminista no meio rural. A combinação de políticas de promoção de direitos com a força e a organização política, econômica e social das organizações e movimentos de mulheres é capaz de superar as desigualdades entre homens e mulheres historicamente construídas no meio rural e, também, na reforma agrária.

5. Referências Bibliográficas

I PNPM – *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Pres. da República/SPM, 2004.

II PNPM – *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Pres. da República/SPM, 2008.

II PNRA – *Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília: MDA, 2004.

BUANAİM, A. M.; SILVEIRA, J.M.F.J. da; MAGALHÃES, M.M. ARTES, R.; SOUZA FILHO, H. M.; NEDER, H. D.; LEON, F.; PLATA, L.A (2002). *Perfil dos beneficiários PCT e Incra*, 2001. Relatório de Pesquisa Convênio Fecamp, Nead, MDA. Mimeo, 393p.

DEERE, C. D. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2002

FISCHER, I. R.; GEHLEN, V. *Reforma Agrária: chão masculino, pão feminino*. Fevereiro 2002. Mimeo. www.fundaj.gov.br.

GRZYBOWSKI, C.; SOARES, S. *Eficácia das políticas de geração de emprego*

e renda. Rio de Janeiro: Observatório da Cidadania, n, 3, p.125-134, 1999

HEREDIA, B.; MENASCHE, R.; WOORTMANN, E. (orgs). *Coletânea sobre Estudos Rurais e Gênero*. Brasília: MDA/Nead (Nead Especial), 2006.

INCRA. *Questões para discussão: o crédito produtivo e uma nova estratégia de produção*. (apresentação em Power Point). 2007.

LOPES, A.; MOLINA, C.; WOORTMANN, E.; ZARZAR, A. (orgs). *II Coletânea sobre Estudos Rurais e Gênero*. Brasília: MDA/Nead (Nead Especial 4), 2007.

MDA. *Acesso das mulheres à terra*. Texto apresentado pelo GT de acesso à terra e GT Gênero no Debate da Sessão Nacional Brasileira da REAF, na reunião preparatória para a IX REAF, 2008 (mimeo)

MDA/DIEESE. *Estatísticas do Meio Rural*, 2006. Brasília/São Paulo, 2006.

MDA/Incrá. *Balanco da Reforma Agrária 2003-2005*.

MDA/Nead. *Cirandas do Pronaf*. Brasília: MDA/Nead (Nead Debate, 6), 2005.

MDA/Nead. *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: MDA/Nead (Nead Debate 9), 2006.

MDA/Ppigre. *Documento Programa de Apoio à Organização dos Grupos Produtivos de Mulheres Trabalhadoras Rurais*, 2008. (mimeo)

MDA/Ppigre. *Relatório dos Encontros Regionais de Políticas do MDA/Incrá para as mulheres assentadas*, 2006. (mimeo)

MDA/Ppigre. *Revista do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural*. Brasília: MDA, 2004

MDA/Ppigre. *Análise da evolução da participação das mulheres no Pronaf 2001-2006*. (mimeo), 2007.

MDA/Ppigre. *Brasil com Igualdade para as Mulheres Rurais. Texto complementar apresentado para Conferência Setorial de Mulheres como contribuição para a I CNDRSS*, 2008. (mimeo)

MDA/Ppigre. *Relatório de Gestão: Políticas para as trabalhadoras rurais, 2003-2006*. Brasília: MDA, 2007.

MDA/Ppigre. *Crédito Especial para Mulheres Assentadas da Reforma Agrária*. (Versão para debate) (mimeo), 2008.

MDA/Ppigre. *Educação Infantil e Reforma Agrária*. (Doc. em debate). (mimeo), 2008.

Normativas

Instrução Normativa nº 37, de 08 de dezembro de 2006 – Fixa valores e normas gerais para a implementação do Programa de Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária.

Instrução Normativa nº 38, de 13 de março de 2007 - Dispõe sobre normas do Incra para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária

Portaria nº 981, de 2 de outubro de 2003 - Altera a Norma de Execução Nº 29, de 11 de setembro de 2002. - Efetiva o Direito de acesso à terra para as trabalhadoras rurais na reforma agrária

Portaria nº 121, de 22 de maio de 2001 - Estabelece medidas para facilitar o acesso das mulheres agricultoras rurais aos recursos de crédito do Pronaf, Banco da Terra e outros créditos fundiários.



**O Censo da Reforma Agrária
de 1996 e 1997 em uma
Perspectiva de Gênero**

O Censo da Reforma Agrária de 1996 e 1997 em uma Perspectiva de Gênero*

::: Hildete Pereira de Melo
::: Alberto Di Sabbato
::: Faculdade de Economia/UFF

Introdução

A história do Brasil é cheia de conflitos pela posse da terra. Estes se arrastam desde a chegada dos portugueses a esta região, seja para ocupar o vasto território na rota das riquezas asiáticas do século XVI, seja para escravizar a população ameríndia e africana trazida à força para a grande fazenda colonial (PRADO JÚNIOR, 1970). A colonização portuguesa implantou a grande propriedade escravista, que produzia para o mercado externo e para a subsistência dos seus moradores. Com a promulgação da Lei de Terras de 1850, a terra foi transformada em uma forma patrimonial de riqueza e de exploração predatória de recursos naturais, expulsão e incorporação de populações locais e imigradas, o que explica a extrema desigualdade existente no país (TAVARES, 1999).¹ Esta concentração da propriedade da terra está presente até os dias atuais, através do domínio da grande propriedade na estrutura agrária e o restante distribuído entre uma infinidade de agricultores(as). Essa constatação reforça a idéia de que a reforma agrária é uma diretriz para a política econômica e que sua aplicação levaria a uma melhoria da distribuição de renda no Brasil.

Com o fim da escravidão e a difusão do trabalho livre multiplicaram-se as unidades familiares no meio rural nacional, através das posses

* Este estudo faz parte do projeto FAO/MDA.

1. Esta lei imperial consolidou a grande propriedade fundiária, na medida em que determinou que a terra só poderia ser obtida pelo ato de compra e venda.

e pequenas propriedades, mas o acesso a terra permaneceu preso à legislação, somente através de um ato de compra e venda (Lei de Terras, 1850). Assim, as lutas sociais no campo brasileiro nunca desapareceram e explodiram com maior ímpeto nos anos de 1950 com o movimento das *ligas camponesas*, e retornaram com vigor nos últimos vinte e cinco anos, com o movimento dos *trabalhadores sem terra*. À essa luta pela Reforma Agrária agregou-se a mobilização das mulheres do meio rural pela ampliação de sua cidadania. Essas agricultoras pobres, ocupando posses e minifúndios, trabalham e trabalhavam a terra com a família, mas a figura central desses núcleos produtores era e é o Pai, o chefe da família. A divisão do trabalho decorre do sexo e da idade dos componentes da família: os homens fazem determinadas tarefas, as mulheres outras e as crianças ainda outras, todos subordinados à autoridade paterna.

Incorporar a perspectiva de gênero na luta pelo direito a terra implica combinar as definições de rural/urbano e a definição do significado de gênero. Rural e urbano são conceitos oriundos da separação campo e cidade, da generalização das relações mercantis e da emergência do capitalismo industrial, mas este estudo limita-se a tratar as mudanças na estrutura socioeconômica da sociedade brasileira, privilegiando o meio rural. O conceito de gênero, fio condutor desta análise, é a construção histórica e social do feminino e do masculino para as relações sociais entre os sexos, vividas na sociedade com forte assimetria. Esta formulação teórica é uma das novidades dos últimos quarenta anos, introduzida pelas acadêmicas feministas na comunidade científica internacional e fruto do recrudescimento do movimento de mulheres que, a partir dos anos de 1960/70, avançou a produção científica e acadêmica feminista no mundo e possibilitou a emergência de novos fundamentos teóricos para interpretar a histórica discriminação das mulheres.²

Nas últimas décadas do século XX, a introdução do progresso técnico muda a organização do trabalho agropecuário e quebra a lógica familiar. Atualmente, as mulheres são pequenas produtoras, *sem terra*, empregadas de forma temporária e permanente nas fazendas e surgem no cenário político buscando uma nova identidade que as diferencie do tradicional papel feminino. Dessa forma, desde meados dos anos 1980, as trabalhadoras rurais vêm-se organizando em todo o país, em uma mobilização extraordinária em congressos específicos e nos sindicatos

2. O conceito de gênero é um dos principais instrumentais teóricos utilizados pela produção acadêmica feminista e é definido por uma de suas mais relevantes teóricas, Joan Scott, como "Gênero é a organização social da diferença sexual" (1992, 1994).

locais, lutando pela extensão dos direitos trabalhistas à sua categoria (CUT, 1991). É esse contexto que este trabalho analisa, tendo como base as informações produzidas pelo I Censo da Reforma Agrária de 1996/97. Este trabalho está organizado da seguinte forma: depois desta introdução é feita uma apresentação das possibilidades existentes de informações sobre o tema gênero e meio rural; em seguida, através de cruzamentos dos microdados da pesquisa, foram analisadas as variáveis: sexo, idade, escolaridade, posição na família.

Considerações sobre as bases de dados e a temática de gênero

Há uma grande dificuldade de informações no que se refere ao aspecto de gênero na análise do processo de transferência de terra no país. Da Lei de Terras de 1850 ao Estatuto da Terra de 1964, as políticas agrária e agrícola passaram por contestações e obstáculos sempre que a questão da reforma agrária era trazida pelo povo para a arena política. Essa disputa provavelmente se reflete na diferente perspectiva utilizada para analisar a estrutura agrária nacional a respeito da coleta de dados sobre a questão: uma trata da identificação do espaço fundiário entre proprietários e parceiros e a outra se ocupa com a forma como os proprietários rurais ocupam e exploram tal espaço (FERREIRA, 1994). A primeira relaciona-se ao Cadastro de Imóveis Rurais, cujo primeiro levantamento data de 1972 e era competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).³ A segunda deriva dos censos demográficos e agropecuários realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Estas agências (Incra e IBGE), como atendem a demandas próprias, produzem informações específicas para cada um dos seus contextos, o que dificulta a compatibilização dos dados das duas fontes de informações. O IBGE foi fundado em 1936 e herdou a estrutura das estatísticas demográficas e econômicas que vinham sendo produzidas pelo estado brasileiro desde 1872. Já o Incra foi criado em 1970, depois da extinção do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), instituições organizadas depois que a Lei 4.504 – Estatuto da Terra foi sancionada em 30 de novembro de 1964.

3. A rigor, o primeiro Cadastro de Imóveis Rurais foi realizado em 1966, pelo então Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), cujos resultados não estão disponíveis atualmente.

O IBGE é o órgão responsável pelos censos demográficos e econômicos do país, no caso específico pelos censos agropecuários que tratam especificamente da realidade do meio rural. Os censos demográficos foram realizados nos anos de 1920, 1940, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000 e os censos agropecuários foram a campo nestes mesmos anos e também em 1975, 1985 e 1995-96. Em 1872, 1890, 1900 foram feitas contagens da população pelo Serviço Federal de Estatísticas, mas não foram contabilizadas as atividades econômicas propriamente ditas. Além dos censos demográficos que são decenais e continuam fazendo a contagem da população, inclusive da população residente na zona rural, os censos econômicos foram extintos. Permanece apenas o agropecuário, este foi a campo em 1995/96 e no momento está em fase de coleta (2007) com referência ao ano de 2005/06. Além dos censos, o Instituto produz ainda as seguintes pesquisas com informações sobre o meio rural: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e a Pesquisa Sindical.

Os Censos Agropecuários utilizam como objeto de pesquisa o *estabelecimento agropecuário*, que é uma unidade de produção, e que permite mensurar a concentração de terras, mas não permite revelar inteiramente a propriedade da terra, principalmente por que: 1) não atinge as propriedades em que não há produção agropecuária; e 2) não agrega todas as unidades pertencentes a um mesmo proprietário. Lamentavelmente, no Censo Agropecuário só existe corte de sexo nas informações sobre pessoal ocupado no estabelecimento agropecuário nas seguintes categorias: número de homens e mulheres responsáveis pela família e membros não remunerados da família, empregados permanentes e temporários, parceiros e outra condição. Ainda sim, estas informações são agregadas por estabelecimento, isto é, somente temos a informação de quantos homens ou mulheres estão ocupados no estabelecimento.

Outra grande possibilidade para analisar o meio rural em um corte de gênero é oferecida pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD). Durante algum tempo os estudiosos utilizaram pouco estas estatísticas nas suas análises, mas na última década surgiram muitos trabalhos usando as PNADs, apesar da limitação da abrangência da amostra, que não pesquisava a zona rural da Região Norte. Isso foi resolvido quando a PNAD 2004 teve sua amostra expandida e a zona rural da Região Norte foi incorporada, o que ampliou as possibilidades analíticas dessa pesquisa. Na realidade, as informações provenientes das PNADs são uma das mais factíveis para a análise de gênero no mundo rural. Isso

porque seus microdados permitem os cruzamentos com a variável sexo e permitem elaborar uma rica análise dos papéis sexuais e da divisão sexual do trabalho. A variável base da pesquisa, a pessoa, é discriminada por sexo, o que possibilita cruzamentos disponíveis para todos os pontos levantados pelo questionário, permitindo um panorama amplo de análise de todos os campos da pesquisa.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) analisa os gastos de consumo das famílias brasileiras e foi a campo pela primeira vez em 1974/75, com o nome de Estudo Nacional de Despesas Familiares (EN-DEF), e depois como Pesquisa de Orçamentos Familiares em 1987/88, 1995/96 e 2002/03. Ela abrange todo o território nacional e distribui a população residente pelas zonas urbana e rural. A unidade de análise é o domicílio, mas na avaliação do questionário do domicílio as características dos seus moradores são discriminadas, tais como responsável pelo domicílio, sexo, idade, grau de instrução, cor/raça, religião e peso e altura. As informações da POF podem ser extremamente relevantes para a discussão da problemática das atividades de autoconsumo na análise do meio rural. No entanto, todas estas pesquisas não identificam os estabelecimentos oriundos dos assentamentos de Reforma Agrária, o que coloca um grave empecilho para análise do tema com estes instrumentos estatísticos.

A segunda fonte nacional de informações sobre o tema é oriunda do Incra; este sucedeu ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), que realizou levantamentos de dados, zoneamento, cadastro e tributação, e definiu áreas de atuação para a política agrária. Essas ações geraram um banco de dados sobre o meio rural nacional, que foi herdado pelo novo órgão. Assim, o Incra agrega os dados relativos ao mundo rural brasileiro no Sistema de Informações Rurais (SIR). Atualmente, no *site* deste órgão, o público pode acessar estas informações na publicação “*Estatísticas do Meio Rural*”. A primeira grande tarefa do Incra quando de sua criação foi continuar a realização dos levantamentos sobre os imóveis rurais que seus antecessores tinham criado. O primeiro Cadastro de Imóveis Rurais foi elaborado pelo Ibra em 1967, posteriormente foram feitos recadastramentos em 1972, 1978, 1992 e 1998. O primeiro Cadastro de Imóveis Rurais feito pelo Incra foi o de 1972, e seguiram-se os outros recadastramentos nos anos citados acima. Infelizmente, nesses cadastros não há nenhuma informação referente ao sexo dos detentores de imóveis rurais (proprietários ou possuidores a quaisquer títulos). O detentor do imóvel rural pessoa física identifica-se pela data de nascimento, nacionalidade, local de nascimento, se mora no imóvel rural e pelo tipo de documento de identificação, mas não tem

declarado seu sexo. Assim, a utilização do conceito *imóvel rural*, definido como uma unidade de propriedade, permite revelar de forma mais aproximada a realidade da concentração da propriedade da terra no país. Mas a ausência do sexo desses detentores é uma lacuna grave nas análises de gênero. Portanto, recomenda-se urgentemente que seja discriminado o sexo dos detentores pessoas físicas dos imóveis rurais.

Este Cadastro de Imóveis Rurais foi o único efetivamente implantado e mantido atualizado ao longo do tempo, devido ao seu caráter tributário. Com a Lei nº 8.022, de 12 de abril de 1990, foram transferidas para a Receita Federal as atividades relativas ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). O cadastro perdeu este aspecto e passou a ser utilizado para identificação de áreas aptas para a reforma agrária. O recrudescimento da luta pelo acesso a terra forçou a organização de um Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra). Este aglutina a produção do conhecimento sobre o desenvolvimento rural com estatísticas diversas sobre os assentamentos e a reforma agrária, com o intuito de registrar as informações dos processos de reforma agrária no país, tais como: dados sobre estudos de viabilidade técnica, identificação do Projeto, aspecto fundiário, aspecto de constituição, informações da origem, aspectos físicos, educação, apoio social, associativismo, energia elétrica, assistência técnica, plano de desenvolvimento, demandas problemas e entraves.

Este sistema de informações é muito importante porque permite ter acesso ao registro dos dados dos Candidatos a Beneficiários da Reforma Agrária: esses incluem a identificação do candidato e do cônjuge, história ocupacional, composição familiar, exploração agrícola, pecuária, créditos, renda familiar anual, maquinário, infra-estrutura, habitação rural, saúde e treinamento. Deve-se destacar uma importante mudança ocorrida na execução do II Plano Nacional de Reforma Agrária feita pelo MDA e implantada pelo Incra, através da Portaria nº 981/2003, que determinava a obrigatoriedade da titularidade conjunta da terra em nome do casal (casamento ou união estável) para lotes de assentamento, uma reivindicação histórica do movimento das trabalhadoras rurais. No entanto, as informações dos Censos Agropecuários do IBGE e os Cadastros de Imóveis Rurais do Incra⁴ têm dados precários sobre os assentamentos da reforma agrária.

Até o presente momento, uma das poucas pesquisas com caráter de censo sobre a questão da reforma agrária foi feita no final de 1996 e

4. Deve-se considerar, entretanto, que não está disponível atualmente o Cadastro de Proprietários Rurais, previsto no Sistema Nacional de Cadastro Rural, que permitiria agregar todos os imóveis rurais de um(a) mesmo(a) proprietário(a), e que revelaria com mais fidelidade a concentração da propriedade e posse da terra no país.

início de 1997, e intitulou-se *I Censo da Reforma Agrária no Brasil*, coordenada por uma equipe da Universidade de Brasília – UnB, em convênio com o Incra. Este estudo teve um caráter censitário, embora limitado à contagem simples do beneficiário da reforma agrária em projetos de assentamentos do Incra, por meio de informações cadastrais.⁵ Os próprios autores do projeto fizeram críticas à coleta dos dados, mas, apesar das falhas, estes números foram os primeiros em abrangência que trataram da questão no país. O I Censo da Reforma Agrária permite uma análise de gênero, ainda que superficial, para os propósitos de uma pesquisa acadêmica feminista, pois se limita a discriminar os beneficiários por sexo, idade, escolaridade, estado civil, atividades rurais e não rurais. A metodologia utilizada foi censitária, sendo uma “contagem simples do beneficiário da reforma agrária em projetos de assentamentos do Incra, por meio de informações cadastrais” (SCHMIDT ET ALII, 1998). Apesar de reconhecer alguns problemas metodológicos, Sparovek (2003) afirma que este censo trouxe dados até então desconhecidos sobre os assentamentos, inclusive a variável sexo. Este estudo analisa os microdados deste censo para desvendar a perspectiva de gênero no acesso a terra nos anos noventa do século XX no Brasil.

Gênero no I Censo da Reforma Agrária

O I Censo da Reforma Agrária de 1996 e 1997 analisou uma população de 115.011 beneficiários(as) da reforma agrária no Brasil. O Relatório dessa pesquisa alerta que este levantamento incluiu apenas as famílias assentadas até 31 de outubro de 1996 e que provavelmente este cadastro compreende 80% das famílias efetivamente assentadas no país naquele ano, com alguma variação de uma região para outra (I Censo da Reforma Agrária do Brasil, s/data). As informações foram coletadas entre dezembro de 1996 e janeiro de 1997.

Este estudo fez um cruzamento dos microdados desse cadastro censitário e encontrou apenas 12,6 % de mulheres na população pesquisada (Tabela 1). A grande maioria, ou seja, 85,9% dessas pessoas tidas como beneficiários da reforma agrária eram do sexo masculino. Esta baixa taxa de participação feminina no processo da reforma agrária reflete as dificuldades das mulheres em obterem os títulos de propriedade da terra, e expressa também o peso da tradição familiar, bem como a subalternidade do papel feminino na sociedade. A literatura feminista denuncia

5. Na literatura especializada, os assentamentos rurais são, de modo geral, considerados como oriundos de ações de reforma agrária.

sistematicamente a ausência da mulher do controle dos meios de produção e dos direitos econômicos como uma das faces da exclusão social das mulheres (DEERE & LEON, 2001).

No meio rural a divisão sexual do trabalho é tão forte que diante das reivindicações das trabalhadoras rurais em 1986 e da pressão do recém criado Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), composto por representantes da sociedade civil e feministas, o serviço de extensão rural do Ministério da Agricultura organizou o Primeiro Congresso Nacional de Mulheres Rurais. Neste congresso praticamente todos os grupos de trabalho reivindicaram a distribuição de terra para mulheres chefes de família e a titulação conjunta para casais de terras da reforma agrária (DEERE, 2004, 181). Onze anos depois, o I Censo da Reforma Agrária mostra um quadro nitidamente masculino dos beneficiários da Reforma Agrária no Brasil (Tabela 1).⁶

A legislação sobre a reforma agrária emanada do Estatuto da Terra de 1964, vigente até 1985, priorizava os chefes de famílias dedicados às atividades agropecuárias. Esse critério discriminava as mulheres, porque estando o homem presente na família, pelos padrões culturais, ele era designado como chefe.⁷ A própria legislação do Incra beneficiava a seleção masculina nesse processo, devido a um sistema de pontuação em que os homens na idade entre 18 e 60 anos ganhavam um ponto e as mulheres nas mesmas condições recebiam apenas 0,75 pontos. A justificativa para essa atitude era de que as mulheres eram consideradas menos experientes no trabalho agrícola. Com um sistema tão discriminatório implantado pelo próprio órgão encarregado de fazer a reforma agrária, não era estranho que as mulheres tivessem tão baixa taxa de participação nos assentamentos da reforma agrária. Mesmo a mudança constitucional de 1988 não alterou muito esta questão: o Incra estabeleceu peso igual para o trabalho de mulheres e homens no sistema de pontuação, mas as mulheres continuaram discriminadas pelos critérios que beneficiavam as famílias mais numerosas e a experiência (Deere, 2004, 184, 185).⁸

Quais os entraves que essa política agrária sofreu ao longo do tempo? O primeiro foi a própria hostilidade dos proprietários de terra, e dessa forma o órgão público para executar esta política viveu altos e baixos, criação, extinção, re-criação; não há nada mais difícil do que implan-

6. O sonho da titularidade conjunta só foi regulamentado em 2003.

7. Esta norma estava apoiada no Código Civil e foi modificada com a Constituição de 1988.

8. Esta discussão sobre a titularidade da terra deve-se ao fato de que este estudo analisa os microdados do I Censo da Reforma Agrária de 1996/97, em que este era um problema importante naqueles anos. Só em 2003 esta política foi mudada.

tar uma política de reforma agrária no Brasil. O segundo entrave, as mulheres rurais sofrem duas vezes: a injustiça do direito ao acesso a terra e a ordem patriarcal que as sujeita no interior da família.

As informações da Tabela 1 explicitam uma realidade cruel, como chama atenção o Dossiê “*As agricultoras do Sul do Brasil*”, organizado por Anita Brumer e Maria Ignez Paulilo (2004), publicado na *Revista Estudos Feministas*, principalmente o artigo de Carmen Diana Deere (2004), ao comparar o Brasil com outros países latino-americanos nos seus processos de reforma agrária. O processo brasileiro tem baixa taxa de participação feminina, como mostra a Tabela 1, enquanto na Colômbia, também em meados da década de 1990, o percentual atingia 45% de mulheres beneficiárias (DEERE, 2004, 175).

Seguramente, esta baixa taxa de participação das mulheres como beneficiárias diretas da reforma agrária brasileira reflete a discriminação às mulheres que prevaleceu antes da reforma constitucional de 1988. Mas, não basta a lei para que a vida seja transformada, por isso o *slogan* feminista “*na lei e na vida*”. Observe que, na legislação brasileira, nada impede que as mulheres sejam selecionadas para o cadastramento e acesso a terra. Mesmo assim, são escolhidos homens como titulares dos contratos de posse ou propriedade de parcelas de terra. Elas são dependentes, assim como seus filhos e filhas; esta situação foi alterada em 2003 com a regulamentação do artigo constitucional feita pela Portaria 981 do Incra, que garante a titularidade conjunta e obrigatória dos lotes de assentamento (MDA/Nead, 2006).⁹

Tabela 1: Número de beneficiários da Reforma Agrária segundo sexo
Brasil – 1996/97

Sexo	Número de beneficiários	% sobre o total
Homem	98.749	85,9
Mulher	14.460	12,6
Sem informação	1.802	1,6
Total	115.011	100,0

Fonte: Incra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. *Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006*

9. RUA E ABRAMOVAY (2000, 195) colocam ainda como problema a falta de documentos civis, tais como identidade, CPF, carteira de trabalho, como uma situação que gera exclusão para as mulheres, pois sem estes documentos pessoais elas não conseguem fazer o cadastro para ter acesso ao processo de reforma agrária. Atualmente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem uma ação específica sobre o assunto: o “Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural”, criado em 2004, através de mutirões itinerantes que garantem a documentação para as mulheres trabalhadoras rurais. Até 2005 estes mutirões haviam feito a emissão de mais de 211 mil documentos beneficiando mais de 122 mil mulheres trabalhadoras rurais (BUTTO, 2006).

A Tabela 2, além de distinguir o sexo dos(as) beneficiários(as) da reforma agrária, mostra ainda o seu perfil etário. De forma interessante, mulheres e homens apresentam a mesma distribuição etária: são praticamente 50% de adultos nas faixas de 30 a 49 anos, portanto, pessoas em plena capacidade laboral, sejam de um sexo ou de outro. Talvez refletindo a migração feminina do campo para a cidade nas faixas etárias 25/29 anos e 30/39 anos, a participação feminina é abaixo da média (Tabela 2). Mesmo quando se considera apenas as crianças, há um predomínio do sexo masculino. Chama atenção esta taxa de participação das crianças neste banco de dados: os menores de 10 anos de idade são 3% e agregando aqueles com até 16 anos a taxa de participação desta faixa etária atinge 5%. Não há uma explicação clara sobre o porquê estes menores aparecem como beneficiários da reforma agrária.¹⁰ Talvez isso se deva à morte ou separação dos pais, ao fato de que a pesquisa engloba todos os membros da família ou a um erro estatístico. Estes dados não permitem analisar essa questão com profundidade e há uma lacuna na literatura sobre esse problema.

**Tabela 2: Número de beneficiários da Reforma Agrária segundo sexo e idade
Brasil – 1996/97**

Faixas de idade	Número de beneficiários				% sobre o total				% homem/mulher		
	Homem	Mulher	s/inf.	Total	H	M	s/inf.	Total	H	M	s/inf.
Menos de 10	273	52	3	328	0,3	0,4	0,2	0,3	83,2	15,9	0,9
10 a 14	108	23	1	132	0,1	0,2	0,1	0,1	81,8	17,4	0,8
15 a 16	61	23	1	85	0,1	0,2	0,1	0,1	71,8	27,1	1,2
17 a 24	6.218	1.035	54	7.307	6,3	7,2	3,0	6,4	85,1	14,2	0,7
25 a 29	10.142	1.288	99	11.529	10,3	8,9	5,5	10,0	88,0	11,2	0,9
30 a 39	24.942	3.371	233	28.546	25,3	23,3	12,9	24,8	87,4	11,8	0,8
40 a 49	23.419	3.362	235	27.016	23,7	23,3	13,0	23,5	86,7	12,4	0,9
50 a 59	17.777	2.765	158	20.700	18,0	19,1	8,8	18,0	85,9	13,4	0,8
60 a 64	4.998	756	51	5.805	5,1	5,2	2,8	5,0	86,1	13,0	0,9
65 e mais	5.549	924	75	6.548	5,6	6,4	4,2	5,7	84,7	14,1	1,1
Não informado	5.262	861	892	7.015	5,3	6,0	49,5	6,1	75,0	12,3	12,7
Total	98.749	14.460	1.802	115.011	100,0	100,0	100,0	100,0	85,9	12,6	1,6

Fonte: Incra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006

10. Na tabulação dos microdados desta pesquisa esta informação foi gerada a partir da data de nascimento dos(as) beneficiários(as), assim há grande possibilidade de erro na informação relativa a este dado.

Confirmando a literatura socioeconômica, que aponta o baixo grau de instrução do meio rural, os dados censitários analisados por este estudo mostram uma dura realidade: analfabetismo e pobreza. Os beneficiários da reforma agrária têm baixa instrução, como a grande maioria dos trabalhadores rurais, e como estes se caracterizam por serem as pessoas mais pobres do país¹¹, e a pobreza anda junto com a pouca instrução, os dados de escolaridade dos assentados mostram uma triste realidade: cerca de um terço (30%) destes são analfabetos e as mulheres apresentam uma taxa ainda mais alta (32,5%). De forma contundente, 70% dos assentados declararam ser analfabetos ou ter cursado apenas até a terceira série do ensino fundamental (Tabela 3).

Para melhor entender esta realidade foi feito um cruzamento entre as variáveis sexo, idade e escolaridade. O resultado está expresso na Tabela 4. Observem que um terço das mulheres e homens eram analfabetos; as faixas etárias de 30 a 59 anos respondiam com a expressiva taxa de participação de 66% de analfabetos para ambos os sexos. Considerando os anos de estudos até a quarta série do fundamental como baixa escolaridade, esta taxa de participação passava para 83% dos homens e 79% das mulheres do total dos(as) assentados(as). Estes números confirmam toda a realidade rural consagrada pela literatura socioeconômica sobre a baixa escolaridade que caracteriza o meio rural. Observando os mais jovens nas faixas de 10 a 24 anos, ainda encontramos cerca de 16% da população masculina analfabeta e 11% das mulheres, para a mesma idade. Isso talvez já sinalize o aumento da escolaridade feminina, fato marcante da sociedade brasileira nos anos noventa, e também que a população mais jovem tanto de homens como de mulheres fizeram um esforço maior para se alfabetizarem na última década. Este fato também pode expressar o êxodo feminino rural; a realidade urbana exige uma população mais alfabetizada e esta taxa de escolaridade das jovens do meio rural pode refletir esta questão.

11. Este argumento é reforçado por Guanziroli (1994) que afirma: a clientela da reforma agrária caracteriza-se por ser basicamente da população de baixa renda.

Tabela 3: Brasil - Número de beneficiários da Reforma Agrária segundo sexo e escolaridade – 1996/97

Escolaridade	Número de beneficiários				% sobre o total				% homem/mulher		
	Homem	Mulher	s/inf.	Total	H	M	s/inf.	Total	H	M	s/inf.
Analfabeto	29.787	4.694	294	34.775	30,2	32,5	16,3	30,2	85,7	13,5	0,8
Alfabetizado (Incompleto)	10.596	1.140	86	11.822	10,7	7,9	4,8	10,3	89,6	9,6	0,7
Alfabetizado (Completo)	3.045	408	27	3.480	3,1	2,8	1,5	3,0	87,5	11,7	0,8
1ª Série 1º Gr. Menor	8.600	1.069	90	9.759	8,7	7,4	5,0	8,5	88,1	11,0	0,9
2ª Série 1º Gr. Menor	9.153	1.271	84	10.508	9,3	8,8	4,7	9,1	87,1	12,1	0,8
3ª Série 1º Gr. Menor	8.475	1.233	95	9.803	8,6	8,5	5,3	8,5	86,5	12,6	1,0
4ª Série 1º Gr. Menor	12.569	1.685	128	14.382	12,7	11,7	7,1	12,5	87,4	11,7	0,9
5ª Série 1º Gr. Maior	4.568	707	45	5.320	4,6	4,9	2,5	4,6	85,9	13,3	0,8
6ª Série 1º Gr. Maior	1.721	285	17	2.023	1,7	2,0	0,9	1,8	85,1	14,1	0,8
7ª Série 1º Gr. Maior	1.342	222	8	1.572	1,4	1,5	0,4	1,4	85,4	14,1	0,5
8ª Série 1º Gr. Maior	2.386	485	35	2.906	2,4	3,4	1,9	2,5	82,1	16,7	1,2
1ª Série do 2º Grau	373	106	2	481	0,4	0,7	0,1	0,4	77,5	22,0	0,4
2ª Série do 2º Grau	437	98	8	543	0,4	0,7	0,4	0,5	80,5	18,0	1,5
3ª Série do 2º Grau	1.340	364	18	1.722	1,4	2,5	1,0	1,5	77,8	21,1	1,0
Superior (Incompleto)	108	36	1	145	0,1	0,2	0,1	0,1	74,5	24,8	0,7
Superior (Completo)	190	31	3	224	0,2	0,2	0,2	0,2	84,8	13,8	1,3
Outros	83	20	0	103	0,1	0,1	0,0	0,1	80,6	19,4	0,0
Não informada	3.976	606	861	5.443	4,0	4,2	47,8	4,7	73,0	11,1	15,8
Total	98.749	14.460	1.802	115.011	100,0	100,0	100,0	100,0	85,9	12,6	1,6

Fonte: Incra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006.

Tabela 4: Brasil – Número de beneficiários da Reforma Agrária segundo sexo, escolaridade e idade – 1996/97

Escolaridade	Faixas de idade (em anos)											Total
	<10	10 a 14	15 a 16	17 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 64	≥65	Não inf.	
Homem												
Analfabeto	102	37	19	960	1.949	5.533	6.942	7.417	2.374	3.073	1.381	29.787
Alfabetizado (Incompleto)	26	14	9	410	741	2.371	2.780	2.409	681	720	435	10.596
Alfabetizado (Completo)	9	3	4	136	252	681	845	597	182	189	147	3.045
1ª Série 1º Gr. Menor	25	12	1	517	861	2.288	2.268	1.546	406	346	330	8.600
2ª Série 1º Gr. Menor	21	8	7	699	1.018	2.549	2.332	1.549	364	270	336	9.153
3ª Série 1º Gr. Menor	21	9	5	748	1.089	2.390	2.135	1.209	284	268	317	8.475
4ª Série 1º Gr. Menor	30	8	7	1.074	1.733	3.860	3.065	1.575	371	322	524	12.569
5ª Série 1º Gr. Maior	12	7	2	596	831	1.502	860	406	85	81	186	4.568
6ª Série 1º Gr. Maior	4	2	2	260	400	647	228	67	16	12	83	1.721
7ª Série 1º Gr. Maior	5	1	2	159	262	541	233	60	16	8	55	1.342
8ª Série 1º Gr. Maior	5	1	0	249	390	892	512	182	27	27	101	2.386
1ª Série 2º Gr.	0	1	0	71	62	143	59	17	8	4	8	373
2ª Série 2º Gr.	0	0	0	49	60	191	91	22	2	5	17	437
3ª Série 2º Gr.	3	2	1	109	192	527	327	96	19	16	48	1.340
Superior Incompleto	0	0	0	14	23	31	22	10	3	2	3	108
Superior Completo	0	0	0	3	11	64	52	31	2	5	22	190
Outros	0	0	0	3	5	11	25	21	6	5	7	83
Não informada	10	3	2	161	263	721	643	563	152	196	1.262	3.976
Total	273	108	61	6.218	10.142	24.942	23.419	17.777	4.998	5.549	5.262	98.749

CONTINUA ►

Tabela 4: Brasil – Número de beneficiários da Reforma Agrária segundo sexo, escolaridade e idade – 1996/97 (conclusão)

Escolaridade	Faixas de idade (em anos)											Total
	<10	10 a 14	15 a 16	17 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 64	≥65	Não inf.	
Mulher												
Analfabeto	12	8	2	106	168	651	1.100	1.368	412	607	260	4.694
Alfabetizado Incompleto	3	1	1	31	68	242	313	279	80	75	47	1.140
Alfabetizado Completo	0	0	0	19	20	82	113	88	29	25	32	408
1ª Série 1º Gr. Menor	7	3	3	68	79	291	314	192	36	27	49	1.069
2ª Série 1º Gr. Menor	4	3	3	90	127	359	335	213	49	36	52	1.271
3ª Série 1º Gr. Menor	5	3	3	107	128	361	300	178	52	41	55	1.233
4ª Série 1º Gr. Menor	6	4	5	205	240	517	360	204	42	39	63	1.685
5ª Série 1º Gr. Maior	3	0	2	103	116	209	153	59	12	18	32	707
6ª Série 1º Gr. Maior	2	0	0	66	57	97	37	9	3	2	12	285
7ª Série 1º Gr. Maior	4	0	0	31	39	95	32	7	2	5	7	222
8ª Série 1º Gr. Maior	3	0	2	67	95	165	93	29	1	6	24	485
1ª Série 2º Gr.	0	0	0	33	13	35	13	6	1	1	4	106
2ª Série 2º Gr.	0	0	0	21	15	31	22	2	1	1	5	98
3ª Série 2º Gr.	1	1	0	53	76	123	66	25	5	0	14	364
Superior Incompleto	0	0	0	7	7	8	9	0	0	1	4	36
Superior Completo	0	0	0	1	6	13	4	3	0	0	4	31
Outros	0	0	0	1	6	8	4	1	0	0	0	20
Não informada	2	0	2	26	28	84	94	102	31	40	197	606
Total	52	23	23	1.035	1.288	3.371	3.362	2.765	756	924	861	14.460

Fonte: Incra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006.

O estado civil dos(as) beneficiários(as) da reforma agrária reflete seu perfil etário: cerca de 55% são casados, provavelmente casamentos legais, já que havia uma pergunta que separava as uniões legais das livres; somando estas com as formais, a taxa de participação das pessoas casadas atinge quase 76% dessa população (Tabela 5). Mas, a situação muda um pouco quando se observa a distribuição da população feminina e sua posição na família. Na população analisada, observa-se que as casadas, formais ou não, são 53,4% das mulheres; há também 16,3% de viúvas, 12% de mulheres solteiras e 8,7% de separadas.¹² Este percentual de 21% de solteiras e separadas chama atenção. Por que estas mulheres tinham e tem maiores dificuldades de acesso a terra? Estas declarações relativas a uma situação familiar sem a figura masculina talvez expressem a presença nos assentamentos de pessoas com engajamento político e isso pode refletir mulheres com atitudes mais independentes diante da vida.

Tabela 5: Número de beneficiários da Reforma Agrária segundo sexo e estado civil – Brasil – 1996/97

Estado Civil	Número de beneficiários				% sobre o total				% homem/mulher		
	Homem	Mulher	s/inf.	Total	H	M	s/inf.	Total	H	M	s/inf.
Solteiro	8.165	1.717	103	9.985	8,3	11,9	5,7	8,7	81,8	17,2	1,0
Casado	57.894	4.455	552	62.901	58,6	30,8	30,6	54,7	92,0	7,1	0,9
Amasiado / Amigado	20.606	3.273	232	24.111	20,9	22,6	12,9	21,0	85,5	13,6	1,0
Separado	2.227	1.264	37	3.528	2,3	8,7	2,1	3,1	63,1	35,8	1,0
Desquitado	433	121	5	559	0,4	0,8	0,3	0,5	77,5	21,6	0,9
Divorciado	480	124	10	614	0,5	0,9	0,6	0,5	78,2	20,2	1,6
Viúvo	2.114	2.357	46	4.517	2,1	16,3	2,6	3,9	46,8	52,2	1,0
Outros	4.982	890	191	6.063	5,0	6,2	10,6	5,3	82,2	14,7	3,2
Não informado	1.848	259	626	2.733	1,9	1,8	34,7	2,4	67,6	9,5	22,9
Total	98.749	14.460	1.802	115.011	100,0	100,0	100,0	100,0	85,9	12,6	1,6

Fonte: Incra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. *Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006*

Nas situações de viúvos, solteiros e separados, os homens apresentam taxas de participação bem inferiores, sendo que a dos viúvos é insignificante, expressando a maior esperança de vida feminina. Os percentuais de solteiras e separadas são bem superiores às correspondentes taxas de

12. Rua e Abramovay (2000, p.197) sugerem que o motivo das mulheres casadas aparecer como beneficiárias da reforma agrária deve-se ao impedimento de seus maridos ou companheiros de serem elegíveis para este processo.

participação masculina. No entanto, as pequenas taxas dos solteiros e separados masculinos talvez mostrem a dificuldade dos homens de viver sozinhos e terem de assumir os afazeres domésticos, portanto estes refazem suas relações conjugais rapidamente após a separação (Tabela 5).

O que fazem as mulheres e homens nos assentamentos rurais?

Os(as) beneficiários(as) da reforma agrária, na sua maioria, viviam da atividade rural como mostra a Tabela 6, mas há um pequeno contingente de pessoas que declararam ter atividades não rurais, isto é, provavelmente não-agrícolas. São principalmente as mulheres que fazem estas atividades ditas não rurais. Graziano Silva e Bianchini (2001) discutem esta questão definindo rural como um corte espacial, de natureza geográfica, e que não caracteriza atividades econômicas, portanto, nas áreas agrícolas podem ser realizadas tanto atividades agrícolas como não-agrícolas. Talvez essa constatação defina bem este caso. Estas atividades não são plantar, nem colher, mas relacionam-se com a economia daquele território e com a vida das pessoas e, portanto, indiretamente com o meio rural. Estas são atividades ligadas à reprodução da vida ou do mundo econômico no contexto rural.¹³ Provavelmente deve haver grande influência das atividades reprodutivas, e estas são mais diretamente relacionadas ao trabalho das mulheres do que ao dos homens, como mostra os números da Tabela 6.

Tabela 6: Número de beneficiários da Reforma Agrária segundo sexo e atividade – Brasil – 1996/97

Tipo de atividade	Número de beneficiários				% sobre o total				% homem/mulher		
	Homem	Mulher	s/inf.	Total	H	M	s/inf.	Total	H	M	s/inf.
Rural	91.097	9.210	957	101.264	92,3	63,7	53,1	88,0	90,0	9,1	0,9
Não rural	5.655	4.821	120	10.596	5,7	33,3	6,7	9,2	53,4	45,5	1,1
Não informada	1.997	429	725	3.151	2,0	3,0	40,2	2,7	63,4	13,6	23,0
Total	98.749	14.460	1.802	115.011	100,0	100,0	100,0	100,0	85,9	12,6	1,6

Fonte: Incra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006

Isso talvez corrobore o que Graziano Silva chama do “novo” rural brasileiro e que na visão neoliberal seria a dicotomia pobre e atrasada da agricultura familiar, rica e moderna do agronegócio. O crescimento de

13. As atividades classificadas como não rurais são discriminadas no anexo estatístico. Sobre este assunto ver também VEIGA, José Eli da (2001). Além da definição de rural que é expressa pela relação econômica de plantar, colher e criar (alimentos) há um critério político definido pelos planos diretores municipais que define o recorte rural e urbano em seus territórios: este é o critério adotado pelo IBGE (SIQUEIRA, Deis e OSORIO, Rafael, 2001).

atividades de prestação de serviços ligadas ao serviço doméstico remunerado nesse meio rural provavelmente é uma expressão da desigualdade social que marca a sociedade brasileira.

A primeira grande constatação da Tabela 6 é de que os(as) beneficiários(as) da reforma agrária são na sua maioria agricultores(as) (88%). Fazendo o recorte por sexo, esta participação aumenta um pouco mais, pois 92,3% dos homens exercem atividades agrícolas, enquanto que as mulheres dividem-se entre estas atividades e outras não-agrícolas (para as mulheres predominam as declarações de que são donas de casa). Desagregando cada uma dessas atividades (rurais e não rurais), como as tabelas abaixo mostram, é possível fazer algumas observações a respeito da pluriatividade das famílias rurais brasileiras, segundo a definição de Graziano Silva (2001). Para este autor, a pluriatividade é resultado de uma estratégia de sobrevivência das famílias agrícolas mais pobres, como talvez ainda seja o caso dos assentados, embora numa escala reduzida dentro dos assentamentos.

A Tabela 7 mostra que os homens são 90% agricultores/camponeses, 5% declararam serem trabalhadores rurais e 3% pecuaristas, somando 98% do total de beneficiários da reforma agrária em 1996/97. A Tabela 8 mostra que as mulheres são 87% agricultoras, 6% declararam ser trabalhadoras rurais e 2% pecuaristas, representando 95% do total feminino. Estas taxas de participação das mulheres e homens nas atividades agropecuárias mostram que *estes* e *estas* definem suas estratégias de reprodução familiar e de sustento econômico no próprio lote. Combinam marginalmente estas atividades com outras também relacionadas com o assentamento. Deve-se fazer uma ressalva para a categoria “trabalhador rural”: esta provavelmente deve estar relacionada com o trabalho

Tabela 7: Número de beneficiários homens da Reforma Agrária com atividade rural – Brasil – 1996/97

Atividade	Nº de beneficiários	%	% acumulado
Agricultor/Camponês	82.280	90,3	90,3
Trabalhador Rural	4.416	4,8	95,2
Pecuarista	3.032	3,3	98,5
Capataz/Vaqueiro	293	0,3	98,8
Outras Atividades Rurais	1.076	1,2	100,0
Total	91.097	100,0	...

Fonte: Incra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006

fora do lote, trabalhos temporários ou eventuais, talvez originados em cooperativas agrícolas.¹⁴

Tabela 8: Número de beneficiárias mulheres da Reforma Agrária com atividade rural – Brasil – 1996/97

Atividade	Nº de beneficiários	%	% acumulado
Agricultor/Camponês	8.087	87,8	87,8
Trabalhador Rural	523	5,7	93,5
Pecuarista	214	2,3	95,8
Extrativista	174	1,9	97,7
Outras Atividades Rurais	212	2,3	100,0
Total	9.210	100,0	...

Fonte: Inbra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006

As Tabelas 9 e 10 apresentam os dados relativos aos homens e mulheres que declararam realizar atividades não rurais. Aqui aparecem questões diferenciadas quando se considera o sexo dos beneficiários: as mulheres [Tabela 10] declararam na sua maioria ser domésticas (76%), isto é, donas de casa; considerando o conjunto das mulheres beneficiárias da reforma agrária, a taxa de participação dessas donas de casa atinge 25% do total das beneficiárias. Estas mulheres detêm o título de propriedade, mas afirmaram que sua profissão é de “*prendas domésticas*”. Uma provável explicação é que o título tenha saído nos seus nomes devido a algum impedimento que tenha tornado inelegíveis seus maridos ou companheiros para a reforma agrária, como sugerem Rua e Abramovay (2000). Pode haver outra explicação ditada pelo estereótipo feminino: elas exercem também atividades agrícolas, mas a ocupação com os afazeres domésticos é a razão de sua existência; responsáveis pela reprodução humana, vivem o eterno papel feminino dos cuidados com o marido, filhos, crianças, doentes e velhos.

A pulverização de trabalhos relacionados ao setor terciário é expressiva nessas Tabelas (9 e 10): tanto homens, com uma taxa de participação reduzida de 5,7%, como mulheres, com uma taxa de participação bem mais expressiva de 33,3%, realizam inúmeras atividades de serviços no espaço rural, condizentes com a modernidade da realidade da vida atual.

Analisando a Tabela 9, observa-se que os homens estão em dezenas de atividades de serviços e industriais e sem grande concentração em

14. As tabelas que discriminam estas atividades econômicas são apresentadas por extenso em um anexo estatístico no final do trabalho.

nenhuma delas. Classificando estas atividades como industriais ou de serviços, tem-se que 27,4% delas são industriais, portanto 72,6% são do setor terciário (ver anexo). Os serviços de educação ocupam 20% dos homens, o comércio tem uma taxa de participação de 10,6% e há uma participação reduzida de homens prestando serviços domésticos remunerados, cerca de 3,8%, mas esta reduzida participação aponta talvez para os baixos rendimentos desses assentados, já que exercem também estas atividades típicas do sexo feminino. Surpreendentemente, tem-se 2% de declarantes cuja ocupação é lar – terá sido talvez por doença, ou esta resposta já não assusta os homens? Estas tabelas demonstram que o assalariamento é o destino traçado para o sexo masculino, enquanto para as mulheres a profissão ainda é esposa.

Tabela 9: Número de beneficiários homens da Reforma Agrária com atividade não rural – Brasil – 1996/97

Sector de atividade	Número de beneficiários	%
Indústria	1.644	29,1
Comércio	594	10,5
Educação	1.135	20,1
Emprego doméstico	217	3,8
Outros serviços	1.205	21,3
Outras Atividades Não Rurais	746	13,2
Dono de casa	114	2,0
Total	5.655	100,0

Fonte: Incra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006

Tabela 10: Número de beneficiárias mulheres da Reforma Agrária com atividade não rural – Brasil – 1996/97

Sector de atividade	Número de beneficiários	%
Indústria	210	4,4
Comércio	116	2,4
Educação	363	7,5
Emprego doméstico	77	1,6
Outros serviços	171	3,5
Outras Atividades Não Rurais	218	4,5
Dona de casa	3.666	76,0
Total	4.821	100,0

Fonte: Incra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006

Mulheres e Homens Cônjuges nos Assentamentos

A análise deste item levanta algumas questões relativas ao acesso das mulheres a terra. A propriedade da terra é um privilégio do sexo masculino e esta é uma característica do papel social dos homens no mundo todo. As filhas dos agricultores não partilham a herança em pé de igualdade com irmãos do sexo masculino. O direito ao acesso a terra foi conquistado pelos movimentos sociais urbanos e rurais brasileiros através da intensa participação feminina, assegurado pela Constituição de 1988, e lentamente conquistado pelas trabalhadoras rurais ao longo dos anos 1990.

Os microdados do I Censo da Reforma Agrária permitem realizar cruzamentos que possibilitam conhecer quais as atividades que as(os) cônjuges dos beneficiários da reforma agrária exerciam naquela data da pesquisa, e dessa forma compreender por que a titulação feminina é tão rara nos cadastros do Incra. Rua e Abramovay (2000, 194) afirmam que esta baixa titulação está relacionada ao baixo cadastramento feminino para a Reforma Agrária, e essa não é uma situação especial do Brasil, mas uma realidade da América Latina. As mulheres são esposas/companheiras e acabam herdando pequenas parcelas de terra para subsistência, enquanto os homens controlam as terras voltadas para agricultura comercial.

A Tabela 11 apresenta o primeiro indicador gerado para este item. Observem que nos assentados recenseados há um contingente de 7,4% de homens em uma posição invertida numa família patriarcal – são os maridos da proprietária do lote. Mas a expressiva taxa de participação, de 71% de mulheres como cônjuges, caracteriza bem a divisão sexual do trabalho ainda vigente nos assentamentos: a mulher é a esposa do beneficiário. Por que esses homens não obtiveram a titularidade da terra? Ou por que estas mulheres foram tituladas? A pesquisa não permite responder. Nota-se que cerca de 22% dos cônjuges não têm o sexo nem as atividades discriminadas, o maior número de respostas corresponde a não declaração do sexo. Em relação à atividade exercida, observa-se que os homens cônjuges ocupam-se de atividades rurais propriamente ditas, e as mulheres repartem-se entre atividades não rurais e rurais de forma diferente, prevalecendo o não rural nas suas declarações, talvez seja simplesmente o estereótipo da dona de casa.

A utilização dos microdados permite continuar com a análise das mulheres cônjuges através do cruzamento desta informação desagregada pelas atividades rurais e não rurais para ambos os sexos. Os resultados estão apresentados nas Tabelas 12, 13, 14 e 15. As Tabelas 12 e 13 mos-

Tabela 11: Número de cônjuges dos beneficiários da Reforma Agrária segundo sexo e atividade – Brasil – 1996/97

Tipo de atividade	Nº de cônjuges dos beneficiários				% sobre o total				% homem/mulher		
	Homem	Mulher	s/inf.	Total	H	M	s/inf.	Total	H	M	s/inf.
Rural	6.847	26.236	1.617	34.700	80,6	32,1	6,5	30,2	19,7	75,6	4,7
Não rural	1.123	52.031	2.855	56.009	13,2	63,7	11,5	48,7	2,0	92,9	5,1
Não inf.	523	3.439	20.340	24.302	6,2	4,2	82,0	21,1	2,2	14,2	83,7
Total	8.493	81.706	24.812	115.011	100,0	100,0	100,0	100,0	7,4	71,0	21,6

Fonte: Incra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006

Tabela 12: Número de cônjuges homens de beneficiárias da Reforma Agrária com atividade rural – Brasil – 1996/97

Atividade	Nº de beneficiários	%	% acumulado
Agricultor/Camponês	6.064	88,6	88,6
Trabalhador Rural	477	7,0	95,5
Pecuarista	166	2,4	98,0
Capataz/Vaqueiro	23	0,3	98,3
Bóia-Fria	14	0,2	98,5
Outras Atividades Rurais	103	1,5	100,0
Total	6.847	100,0	

Fonte: Incra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006

tram as ocupações exercidas pelos homens cônjuges com atividade rural e não rural; considerando a ocupação rural, esta é massivamente exercida por agricultores/camponeses (88,5%), 6,9% são trabalhadores rurais e 2,4% são pecuaristas; estas três atividades significam 97,9% da ocupação desses homens. Na Tabela 13 estão discriminados os cônjuges masculinos com atividades não rurais: a dispersão é muito grande, mas, de forma marcante, 22,5% destes cônjuges masculinos são “do lar”; não temos informações para saber se esta classificação é devido à deficiência física ou doenças que impossibilitem o trabalho fora do domicílio, mas a declaração de atividades domésticas soa estranho, sobretudo no meio rural.

Seguem-se outras atividades de serviços ou industriais mal discriminadas com uma taxa de participação de 14,6%, seguidas dos serviços que estão presentes tanto na vida urbana como na rural tais como: motorista (8,3%), professores (6,41%), comércio (6,59%); em atividades industriais tem-se cerca de 9% e como pescadores 5,97%.

Tabela 13: Número de cônjuges homens de beneficiárias da Reforma Agrária com atividade não rural – Brasil – 1996/97

Setor de atividade	Número de cônjuges	%
Indústria	267	23,8
Comércio	74	6,6
Educação	72	6,4
Emprego doméstico	33	2,9
Outros serviços	260	23,2
Outras Atividades Não Rurais	164	14,6
Dono de casa	253	22,5
Total	1.123	100,0

Fonte: Incra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006

Há uma infinidade de outros serviços privados e públicos, o que permite estabelecer uma relação com o conceito de *rurbano* de José Graziano da Silva (2001) para melhor entender estas atividades.

As Tabelas 14 e 15 discriminam as atividades das mulheres cônjuges: estas apresentam uma concentração das ocupações na atividade rural similar à masculina: as cônjuges dos beneficiários da reforma agrária com atividade rural são 82,8% agricultoras/camponesas e 7,4 trabalhadoras rurais, e estas duas atividades respondem por 90,2% da ocupação dessas mulheres/esposas. O seguinte número chama a atenção: 83% das mulheres cônjuges declararam realizar trabalhos na agropecuária. Esta taxa de participação expressa bem o trabalho não remunerado dos membros da família rural – sobretudo a grande contribuição feminina nessas tarefas. O leque de atividades eminentemente agrícolas é o mesmo para ambos os sexos, a variação fica pelas participações relativas que seguem os papéis estabelecidos para os dois sexos na sociedade ou a localização do assentamento recenseado, que explica a relativa participação das mulheres cônjuges como cacaucultoras.

A diferença encontra-se na situação do exercício de atividades não rurais, mostrada pela Tabela 14. A discriminação das atividades não rurais mostra que as mulheres, neste caso, são donas de casa com uma taxa de participação de 88,5%. Elas se dedicam apenas aos afazeres domésticos; as outras, aproximadamente 11,5%, repartem-se entre professoras com 4% de participação, seguindo-se uma gama de atividades de serviços ou industriais com cerca de 7,5% de participação. Estas mulheres se inserem no esquema tradicional da familiar patriarcal do homem provedor.

Tabela 14: Números de cônjuges mulheres de beneficiários da Reforma Agrária com atividade rural – Brasil – 1996/97

Atividade	Nº de cônjuges	%	% acumulado
Agricultor/Camponês	21.728	82,8	82,8
Trabalhador Rural	1.961	7,5	90,3
Cacaucultor	833	3,2	93,5
Extrativista	689	2,6	96,1
Pecuarista	184	0,7	96,8
Apicultor	119	0,5	97,2
Outras Atividades Rurais	722	2,8	100,0
Total	26.236	100,0	

Fonte: Incra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006

Tabela 15: Número de cônjuges mulheres de beneficiários da Reforma Agrária com atividade não rural – Brasil – 1996/97

Sector de atividade	Número de cônjuges	%
Indústria	1.476	2,8
Comércio	357	0,7
Educação	2.293	4,4
Emprego doméstico	265	0,5
Outros serviços	894	1,7
Outras Atividades Não Rurais	655	1,3
Dona de casa	46.091	88,6
Total	52.031	100,0

Fonte: Incra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006

Para avançar melhor na compreensão dessa problemática foi feito um cruzamento das mulheres cônjuges de beneficiários da reforma agrária com as seguintes variáveis: idade e atividades rurais e não rurais. As Tabelas 16 e 17 apresentam estes indicadores. Uma questão interessante relaciona-se com a separação entre as mulheres cônjuges que declararam atividades rurais e as não rurais. As primeiras maciçamente declinaram que eram agricultoras/camponesas (83%), enquanto que as segundas afirmaram que eram donas de casa (88,5%). Esta taxa de participação foi um pouco mais alta nas faixas etárias de 17 a 29 anos (91%) para as não rurais, enquanto que as que declararam atividades rurais esta participação foi 82% para a mesma faixa etária. No ciclo de vida das mulheres, estas faixas etárias correspondem há uma vivência mais intensa da maternidade.

Tabela 16: Número de cônjuges mulheres de beneficiários da Reforma Agrária com atividade rural segundo idade – Brasil – 1996/97

Atividade	Faixas de idade (em anos)											Total
	<10	10 a 14	15 a 16	17 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 64	≥65	Não inf.	
Agricultor/ Camponês	63	20	12	838	1.642	5.320	5.738	4.522	1.295	1.368	910	21.728
Trabalhador Rural	3	2	2	53	143	494	514	443	138	97	72	1.961
Cacaucultor	2	0	1	24	50	217	234	173	42	63	27	833
Extrativista	1	0	0	35	76	183	172	134	28	29	31	689
Pecuarista	0	0	0	5	9	41	52	45	10	13	9	184
Apicultor	2	0	0	2	15	33	24	17	8	10	8	119
Outras Ativ. Rurais	0	1	0	36	88	158	182	134	30	37	56	722
Total	71	23	15	993	2.023	6.446	6.916	5.468	1.551	1.617	1.113	26.236

Fonte: Incra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006.

Tabela 17: Número de cônjuges mulheres de beneficiários da Reforma Agrária com atividade não rural segundo idade – Brasil – 1996/97

Setor de Atividade	Faixas de idade (em anos)											Total
	<10	10 a 14	15 a 16	17 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 64	≥65	Não inf.	
Indústria	2	0	0	52	108	388	398	312	62	72	82	1.476
Comércio	2	1	0	5	22	102	140	54	9	3	19	357
Educação	6	2	3	84	258	805	663	280	57	29	106	2.293
Emprego doméstico	0	1	0	6	28	63	79	52	13	5	18	265
Outros serviços	1	0	2	20	48	260	301	161	28	19	54	894
Outras												
Não Rurais	0	0	0	23	59	191	157	122	22	49	32	655
Dona de casa	135	50	28	2.462	4.938	12.219	11.151	8.346	2.307	2.423	2.032	46.091
Total	146	54	33	2.652	5.461	14.028	12.889	9.327	2.498	2.600	2.343	52.031

Fonte: Incra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006.

Conclusões Finais

Este trabalho constitui uma aproximação preliminar à questão da presença feminina nos assentamentos rurais. Como as(os) estudosas(os)

dos problemas de gênero alertam, é preciso um olhar feminista para desvelar as mulheres que lutaram e hoje vivem a realidade dos assentamentos rurais. A invisibilidade também está presente nessas informações quando se busca analisar a condição feminina, vejam que foram poucos os cruzamentos possíveis relativos à variável sexo (MELO & SABBATO, 2006).

As mulheres rurais estão na raiz da luta pelo acesso a terra no Brasil. Neste processo explodiu o movimento de mulheres trabalhadoras rurais que, ao longo dos anos de 1980, arrancou o véu legal do poder masculino no controle sobre a propriedade da terra. O momento histórico da escrita dessa transformação foi a Constituição de 1988, que representou uma conquista em todas as dimensões da vida feminina no combate a discriminação. Foram assegurados direitos iguais para mulheres e homens rurais e urbanos em relação à legislação do trabalho e aos benefícios da previdência social.¹⁵ No entanto, esta mudança constitucional não alterou significativamente a vida das mulheres, mesmo nos anos seguintes com o Incra estabelecendo peso igual para o trabalho de mulheres e homens no sistema de pontuação para efeito da reforma agrária, isto é, as mulheres continuaram discriminadas pelos critérios que beneficiavam as famílias mais numerosas e a experiência no trabalho agropecuário.

Analisar o I Censo da Reforma Agrária de 1996/97 nos assentamentos da reforma agrária mostra que a posse dos direitos formais de acesso a terra entrou devagar na vida das mulheres do meio rural. Basta observar a pequena taxa de participação das mulheres como beneficiárias da reforma agrária nacional, mostrada pelas informações deste Censo de 1996/97. Elas são somente 12,6% dos titulares de terras. Esta baixa participação reflete antes de tudo a cidadania partida feminina e a baixa autonomia econômica das mulheres. As dificuldades das mulheres em obterem os títulos de propriedade da terra expressa o peso da tradição familiar e a subalternidade do papel feminino na sociedade. A literatura feminista denuncia sistematicamente a ausência da mulher do controle dos meios de produção e dos direitos econômicos como uma das faces da exclusão social das mulheres. Este estudo relaciona o conceito de gênero e de propriedade como uma das questões fundamentais para transformar as relações entre os papéis feminino e masculino e a subordinação das mulheres aos homens.

Os indicadores analisados neste estudo traçam um perfil dos assentados e das atividades desenvolvidas por elas e eles, com o objetivo

15. As empregadas domésticas não têm os mesmos direitos que os demais trabalhadores.

de retirar o véu que encobre o viver feminino. As mulheres e homens presentes nos assentamentos apresentam uma distribuição etária bastante similar: são adultos nas faixas de 30 a 49 anos, portanto, pessoas em plena capacidade laboral, sejam de um sexo ou de outro. A masculinização do meio rural é evidente também nos assentamentos. Mesmo quando se considera apenas as crianças, há um predomínio do sexo masculino, o que talvez seja explicado pelo êxodo muito cedo das meninas e moças para a cidade.

Os beneficiários da reforma agrária têm baixa instrução, como a grande maioria dos trabalhadores rurais. A escolaridade dos assentados mostra uma triste realidade: cerca de um terço (30%) são analfabetos, e as mulheres apresentam uma taxa ainda um pouco mais alta (32,5%). De forma contundente, 70% dos assentados declararam ser analfabetos ou ter cursado apenas até a terceira série do ensino fundamental. Como aconteceu na sociedade brasileira em geral, a diminuição do analfabetismo deve-se ao aumento da escolarização das pessoas mais jovens e isso também ocorreu nos assentamentos rurais. A população mais velha esforça-se para garantir à sua descendência um melhor nível educacional e isso pode ser comprovado quando se analisa a escolaridade dos responsáveis pelos lotes: a taxa de participação dos analfabetos alcança 28% dos titulares. Esta taxa amplia-se para 59% de participação quando se considera a frequência à escola até a segunda série do fundamental, o que expressa uma escolaridade muito precária desse conjunto de pessoas.

Um forte núcleo familiar parece ser a característica dos assentados, pois consoante com o perfil dos assentados de uma população adulta, 53,4% das mulheres eram casadas legais ou não. Tinham-se 16,3% de viúvas, 12% de mulheres solteiras e 8,7% de separadas na população assentada em 1996/97, números distantes da realidade urbana.

Os assentados dedicam-se na sua grande maioria às atividades agropecuárias (88%), mas fazendo o corte de sexo nota-se que a participação dos trabalhadores rurais e camponeses aumenta um pouco mais, atinge a taxa de 92,3%. Praticamente todos os homens que vivem nos assentamentos ocupam-se destas atividades, enquanto que as mulheres dividem-se entre estas e outras atividades não-agrícolas propriamente ditas, tais como as tarefas vinculadas à reprodução humana. Aparentemente todos, com raras exceções, trabalham nas atividades agrícolas, esposas, filhos(as) e os agregados familiares. Chamo a atenção para o fato de que 83% das mulheres cônjuges declararam realizar trabalhos na

agropecuária. Esta taxa de participação expressa bem o trabalho não remunerado dos membros da família do meio rural, sobretudo a grande contribuição feminina nessas tarefas, seja como trabalhadora familiar, seja como produzindo para autoconsumo.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra), *I Censo da Reforma Agrária do Brasil, 1996/1997*, microdados.

_____, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Nead, 2006.

BRUMER, Anita & PAULILO, Maria Ignez (orgs), As Agricultoras do Sul do Brasil (dossiê), em *Revista Estudos Feministas*, CFH/CCE Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vol. 12 n° 1/2004.

BUTTO, Andrea, Políticas para as mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias, em *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Nead, 2006.

DEERE, Carmen Diana, Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira, em *Revista Estudos Feministas*, CFH/CCE Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vol. 12 n° 1/2004.

DEERE, Carmen Diana & LÉON, Magdalena, Derechos de propiedad, herencia de lãs esposas e igualdad de género: aspectos comparativos entre Brasil e Hispanoamérica, em *Revista Estudos Feministas*, CFH/CCE Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vol. 9 n° 2/2001.

GUANZIROLI, Carlos, Reforma Agrária: viabilidade econômica no contexto de uma política agrícola em transformação” em MEDEIROS, L. et alii (orgs), *Assentamentos Rurais – uma visão multidisciplinar*, São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), 1994.

MELO, Hildete Pereira de & SABBATO, Alberto Di, Mulheres Rurais – invisíveis e mal remuneradas em *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Nead, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio, *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1970.

RUA, Maria das Graças & ABRAMOVAY, Miriam, *Companheiras de luta ou Coordenadoras de Painéis? – As relações de gênero nos assentamentos rurais*, Brasília, Unesco, 2000.

SILVA, José Graziano da, Velhos e novos mitos do rural brasileiro, em *Estudos Avançados*, 15 (43), 2001.

SILVA, José Graziano, BIANCHINI, Jean Marc, *O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento*, Brasília, MDA, Nead, série Textos para Discussão n° 2, 2001.

SIQUEIRA, Deis & OSÓRIO, Rafael, O conceito de Rural, em GIARRACA, Norma, (compiladora), *Una nueva ruralidad em América Latina*, Buenos Aires, *Coleccion Grupos de Trabajo de CLACSO*, CLACSO, 2001.

TAVARES, Maria da Conceição, Império, território e dinheiro, em FIORI, J.L. (org), *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*, Petrópolis, Editora Vozes, 1999.

VEIGA, José Eli da, *O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento*, Brasília, MDA, Nead, Série Textos para Discussão, n° 1, 2001.

Sites Utilizados

■ www.secom.planalto.gov.br, acesso 26 de janeiro de 2006.

■ www.mda.gov.br, acessos meses de junho a setembro de 2006, dias variados.

Anexo

Tabela Completa (7): Número de beneficiários homens da Reforma Agrária com atividade rural – Brasil – 1996/97

Atividade	Nº de beneficiários	%	% acumulado
Agricultor/Camponês	82.280	90,321	90,321
Trabalhador Rural	4.416	4,848	95,169
Pecuarista	3.032	3,328	98,497
Capataz/Vaqueiro	293	0,322	98,819
Outras Atividades Rurais	198	0,217	99,036
Seringueiro	158	0,173	99,210
Cafeicultor	123	0,135	99,345
Tratorista	112	0,123	99,468
Boia Fria	105	0,115	99,583
Fruticultor	87	0,096	99,678
Operador de Moto Serra	70	0,077	99,755
Horticultor	42	0,046	99,801
Avicultor	38	0,042	99,843
Extrativista	36	0,040	99,883
Ordenhador	25	0,027	99,910
Apicultor	24	0,026	99,936
Sericultor	24	0,026	99,963
Suinocultor	17	0,019	99,981
Cabo de Engenho	5	0,005	99,987
Vacinador	5	0,005	99,992
Cacaicultor	4	0,004	99,997
Caprinocultor	1	0,001	99,998
Herveicultor	1	0,001	99,999
Ovinocultor	1	0,001	100,000
Total	91.097	100,000	

Fonte: Incra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006

Tabela Extensa (8): Número de beneficiárias mulheres da Reforma Agrária com atividade rural – Brasil – 1996/97

Atividade	Nº de beneficiários	%	% acumulado
Agricultor/Camponês	8.087	87,81	87,81
Trabalhador Rural	523	5,68	93,49
Pecuarista	214	2,32	95,81
Extrativista	174	1,89	97,70
Outras Atividades Rurais	97	1,05	98,75
Cacaucultor	46	0,50	99,25
Horticultor	18	0,20	99,45
Bóia Fria	14	0,15	99,60
Avicultor	11	0,12	99,72
Fruticultor	6	0,07	99,78
Apicultor	4	0,04	99,83
Cafeicultor	4	0,04	99,87
Capataz/Vaqueiro	3	0,03	99,90
Tratorista	3	0,03	99,93
Ordenhador	2	0,02	99,96
Suinocultor	2	0,02	99,98
Sericultor	1	0,01	99,99
Seringueiro	1	0,01	100,00
Total	9.210	100,00	

Fonte: Incra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006

Tabela Extensa (9): Número de beneficiários homens da Reforma Agrária com atividade não rural – Brasil – 1996/97

Atividade	Nº de beneficiários	%	% acumulado
Professor Cursado	1.025	18,13	18,13
Outras Atividades Não Rurais	746	13,19	31,32
Motorista	469	8,29	39,61
Comerciante	468	8,28	47,89
Pescador	363	6,42	54,31
Pedreiro	318	5,62	59,93
Diarista	206	3,64	63,57
Servidor Público Civil	160	2,83	66,40
Artesão em Pedras	152	2,69	69,09
Artesão em Couro	144	2,55	71,64
Carpinteiro	134	2,37	74,01
Madeireiro	122	2,16	76,16
Doméstico	114	2,02	78,18
Professor Leigo	109	1,93	80,11
Administrador	102	1,80	81,91
Mecânico	96	1,70	83,61
Carvoeiro	87	1,54	85,15
Vigilante	79	1,40	86,54
Servente	65	1,15	87,69
Marceneiro	63	1,11	88,81
Artesão (outros)	49	0,87	89,67
Camelô/Ambulante/Vendedor	47	0,83	90,50
Agente de Saúde	45	0,80	91,30
Açougueiro	39	0,69	91,99
Comerciário	38	0,67	92,66
Garimpeiro	38	0,67	93,33
Eletricista	36	0,64	93,97
Artesão em Barro	26	0,46	94,43
Oleiro	25	0,44	94,87
Pintor	20	0,35	95,23
Servidor Público Militar	20	0,35	95,58
Artesão em Palha	16	0,28	95,86
Borracheiro	16	0,28	96,15
Frentista	16	0,28	96,43
Alfaiate	15	0,27	96,69

CONTINUA ►

Tabela Extensa (9): Número de beneficiários homens da Reforma Agrária com atividade não rural – Brasil – 1996/97 (conclusão)

Atividade	Nº de beneficiários	%	% acumulado
Artesão em Cipó	13	0,23	96,92
Artesão em Resíduos de madeira	12	0,21	97,14
Cobrador	12	0,21	97,35
Ferreiro	12	0,21	97,56
Forneiro	11	0,19	97,75
Enfermeiro	10	0,18	97,93
Marchante/Magarefe	10	0,18	98,11
Motoqueiro	10	0,18	98,28
Escriturário	9	0,16	98,44
Faxineiro(a)/Serviçal	9	0,16	98,60
Metalúrgico	9	0,16	98,76
Carroceiro	8	0,14	98,90
Queijeiro	8	0,14	99,05
Barbeiro	7	0,12	99,17
Garçon	7	0,12	99,29
Encanador/Bombeiro Hidráulico	5	0,09	99,38
Músico	5	0,09	99,47
Rendeiro	5	0,09	99,56
Doceiro	4	0,07	99,63
Radiotécnico	4	0,07	99,70
Costureiro	3	0,05	99,75
Bordadeiro	2	0,04	99,79
Cantor	2	0,04	99,82
Empregado Doméstico	2	0,04	99,86
Sacoleiro	2	0,04	99,89
Tecelão	2	0,04	99,93
Defumador	1	0,02	99,95
Merendeiro Escolar	1	0,02	99,96
Para-Médico	1	0,02	99,98
Parteiro	1	0,02	100,00
Total	5.655	100,00	

Fonte: Incra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006

Tabela Extensa (10): Número de beneficiárias mulheres da Reforma Agrária com atividade não rural – Brasil – 1996/97

Atividade	Nº de beneficiários	%	% acumulado
Doméstica	3.666	76,04	76,04
Outras Atividades Não Rurais	218	4,52	80,56
Professora Leiga	182	3,78	84,34
Professora Cursada	156	3,24	87,58
Comerciante	83	1,72	89,30
Costureiro	55	1,14	90,44
Servidor Público Civil	55	1,14	91,58
Empregada Doméstica	46	0,95	92,53
Agente de Saúde	31	0,64	93,18
Artesão em Pedras	28	0,58	93,76
Servente	26	0,54	94,30
Merendeira Escolar	25	0,52	94,81
Artesão em Barro	23	0,48	95,29
Diarista	17	0,35	95,64
Camelô/Ambulante/Vendedor	16	0,33	95,98
Artesão em Couro	15	0,31	96,29
Enfermeiro	15	0,31	96,60
Faxineiro(a)/Serviçal	14	0,29	96,89
Comerciário	11	0,23	97,12
Administrador	10	0,21	97,32
Artesão (outros)	10	0,21	97,53
Doceira	10	0,21	97,74
Rendeira	9	0,19	97,93
Artesão em Palha	8	0,17	98,09
Pescador	7	0,15	98,24
Tecelão	7	0,15	98,38
Carvoeiro	6	0,12	98,51
Madeireiro	6	0,12	98,63
Motorista	6	0,12	98,76
Carroceiro	5	0,10	98,86
Sacoleira	5	0,10	98,96
Escriturário	4	0,08	99,05
Ferreiro	4	0,08	99,13
Marceneiro	4	0,08	99,21
Vigilante	4	0,08	99,29

CONTINUA ►

Tabela Extensa (10): Número de beneficiárias mulheres da Reforma Agrária com atividade não rural – Brasil – 1996/97 (conclusão)

Atividade	Nº de beneficiários	%	% acumulado
Garimpeiro	3	0,06	99,36
Garçon/Garçonete	3	0,06	99,42
Artesão em Cípo	2	0,04	99,46
Bordadeira	2	0,04	99,50
Cantor	2	0,04	99,54
Forneiro	2	0,04	99,59
Parteira	2	0,04	99,63
Queijeiro	2	0,04	99,67
Sapateiro	2	0,04	99,71
Servidor Público Militar	2	0,04	99,75
Alfaiate	1	0,02	99,77
Artesão em Resíduos de madeira	1	0,02	99,79
Açougueiro	1	0,02	99,81
Carpinteiro	1	0,02	99,83
Cobrador	1	0,02	99,85
Compositor	1	0,02	99,88
Eletricista	1	0,02	99,90
Manicure	1	0,02	99,92
Manipulador de Bebidas Regionais	1	0,02	99,94
Mecânico	1	0,02	99,96
Oleiro	1	0,02	99,98
Para-Médico	1	0,02	100,00
Total	4.821	100,00	

Fonte: Inbra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006

Tabela (12): Número de cônjuges homens de beneficiários da Reforma Agrária com atividade rural – Brasil – 1996/97

Atividade	Nº de cônjuges	%	% acumulado
Agricultor/Camponês	6.064	88,56	88,56
Trabalhador Rural	477	6,97	95,53
Pecuarista	166	2,42	97,96
Outras Atividades Rurais	29	0,42	98,38
Capataz/Vaqueiro	23	0,34	98,71
Bóia-Fria	14	0,20	98,92
Tratorista	12	0,18	99,09
Extrativista	11	0,16	99,26
Operador de Moto Serra	11	0,16	99,42
Apicultor	6	0,09	99,50
Fruticultor	5	0,07	99,58
Horticultor	5	0,07	99,65
Seringueiro	5	0,07	99,72
Avicultor	4	0,06	99,78
Cacaicultor	4	0,06	99,84
Ordenhador	3	0,04	99,88
Cafeicultor	2	0,03	99,91
Suínocultor	2	0,03	99,94
Cabo de Engenho	1	0,01	99,96
Herveicultor	1	0,01	99,97
Irigante	1	0,01	99,99
Sericultor	1	0,01	100,00
Total	6.847	100,00	

Fonte: Incra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006

Tabela (13): Número de cônjuges homens de beneficiários da Reforma Agrária com atividade não rural – Brasil – 1996/97

Atividade	Nº de cônjuges	%	% acumulado
Doméstico	253	22,53	22,53
Outras Atividades Não Rurais	164	14,60	37,13
Motorista	93	8,28	45,41
Pescador	67	5,97	51,38
Pedreiro	63	5,61	56,99
Professor Cursado	61	5,43	62,42
Comerciante	51	4,54	66,96
Servidor Público Civil	38	3,38	70,35
Carpinteiro	32	2,85	73,20
Artesão em Couro	25	2,23	75,42
Diarista	25	2,23	77,65
Mecânico	22	1,96	79,61
Vigilante	21	1,87	81,48
Eletricista	14	1,25	82,72
Artesão em Pedras	12	1,07	83,79
Professora Leiga	11	0,98	84,77
Administrador	10	0,89	85,66
Camelô/Ambulante/Vendedor	10	0,89	86,55
Servente	10	0,89	87,44
Carvoeiro	9	0,80	88,25
Servidor Público Militar	9	0,80	89,05
Comerciário	8	0,71	89,76
Madeireiro	8	0,71	90,47
Pintor	8	0,71	91,18
Artesão em Barro	7	0,62	91,81
Faxineiro(a)/Serviçal	7	0,62	92,43
Marceneiro	7	0,62	93,05
Artesão em Resíduos de Madeira	6	0,53	93,59
Garimpeiro	6	0,53	94,12
Garçon/Garçonete	6	0,53	94,66
Artesão(outros)	5	0,45	95,10
Açougueiro	5	0,45	95,55
Ferreiro	5	0,45	95,99
Agente de Saúde	4	0,36	96,35
Barbeiro	3	0,27	96,62

CONTINUA ►

Tabela (13): Número de cônjuges homens de beneficiários da Reforma Agrária com atividade não rural – Brasil – 1996/97 (conclusão)

Atividade	Nº de cônjuges	%	% acumulado
Cobrador	3	0,27	96,88
Costureiro	3	0,27	97,15
Enfermeiro	3	0,27	97,42
Escriturário	3	0,27	97,68
Oleiro	3	0,27	97,95
Artesão em Cipó	2	0,18	98,13
Artesão em Palha	2	0,18	98,31
Carroceiro	2	0,18	98,49
Encanador/Bombeiro Hidráulico	2	0,18	98,66
Músico	2	0,18	98,84
Radiotécnico	2	0,18	99,02
Borracheiro	1	0,09	99,11
Doceira	1	0,09	99,20
Empregado Doméstico	1	0,09	99,29
Forneiro	1	0,09	99,38
Frentista	1	0,09	99,47
Marchante/Magarefe	1	0,09	99,55
Motoqueiro	1	0,09	99,64
Para-Médico	1	0,09	99,73
Parteiro	1	0,09	99,82
Rendeiro	1	0,09	99,91
Tecelão	1	0,09	100,00
Total	1.123	100,00	

Fonte: Incra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006

Tabela (14): Número de cônjuges mulheres de beneficiários da Reforma Agrária com atividade rural – Brasil – 1996/97

Atividade	Nº de cônjuges	%	% acumulado
Agricultor/Camponês	21.728	82,818	82,818
Trabalhador Rural	1.961	7,474	90,292
Cacaucultor	833	3,175	93,467
Extrativista	689	2,626	96,093
Outras Atividades Rurais	499	1,902	97,995
Pecuarista	184	0,701	98,696
Apicultor	119	0,454	99,150
Horticultor	46	0,175	99,325
Boia Fria	38	0,145	99,470
Avicultor	35	0,133	99,604
Ordenhador	28	0,107	99,710
Fruticultor	17	0,065	99,775
Cafeicultor	13	0,050	99,825
Capataz/Vaqueiro	10	0,038	99,863
Herveicultor	6	0,023	99,886
Suínocultor	6	0,023	99,909
Sericultor	5	0,019	99,928
Seringueiro	4	0,015	99,943
Caprinocultor	3	0,011	99,954
Irrigante	3	0,011	99,966
Ovinocultor	3	0,011	99,977
Tratorista	2	0,008	99,985
Vacinador	2	0,008	99,992
Cabo de Engenho	1	0,004	99,996
Operador de Moto Serra	1	0,004	100,000
Total	26.236	100,000	

Fonte: Inbra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006

Tabela (15): Número de cônjuges mulheres de beneficiários da Reforma Agrária com atividade não rural – Brasil – 1996/97

Atividade	Nº de cônjuges	%	% acumulado
Doméstica	46.091	88,584	88,584
Professora Leiga	1.166	2,241	90,825
Professora Cursada	888	1,707	92,531
Outras Atividades Não Rurais	655	1,259	93,790
Costureiro	364	0,700	94,490
Artesão em Barro	329	0,632	95,122
Servidor Público Civil	301	0,579	95,701
Comerciante	246	0,473	96,173
Merendeira Escolar	239	0,459	96,633
Agente de Saúde	174	0,334	96,967
Servente	151	0,290	97,257
Empregada Doméstica	150	0,288	97,546
Artesão em Couro	98	0,188	97,734
Enfermeiro	98	0,188	97,922
Faxineiro(a)/Serviçal	98	0,188	98,111
Bordadeira	86	0,165	98,276
Artesão em Palha	82	0,158	98,434
Rendeira	78	0,150	98,584
Doceira	72	0,138	98,722
Artesão(outros)	71	0,136	98,858
Comerciário	61	0,117	98,976
Artesão em Pedras	54	0,104	99,079
Tecelão	48	0,092	99,172
Camelô/Ambulante/Vendedor	35	0,067	99,239
Ferreiro	33	0,063	99,302
Pescador	32	0,062	99,364
Motorista	27	0,052	99,416
Manipulador de Bebidas Regionais	19	0,037	99,452
Administrador	18	0,035	99,487
Carroceiro	18	0,035	99,521
Garimpeiro	18	0,035	99,556
Carvoeiro	17	0,033	99,589
Diarista	17	0,033	99,621
Barbeiro	16	0,031	99,652
Queijeiro	16	0,031	99,683

CONTINUA ►

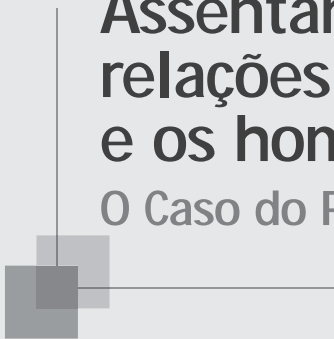
Tabela (15): Número de cônjuges mulheres de beneficiários da Reforma Agrária com atividade não rural – Brasil – 1996/97 (conclusão)

Atividade	Nº de cônjuges	%	% acumulado
Eletricista	14	0,027	99,710
Escriturário	13	0,025	99,735
Artesão em Cipó	12	0,023	99,758
Manicure	12	0,023	99,781
Sacoleira	11	0,021	99,802
Artesão em Resíduos de Madeira	10	0,019	99,821
Madeireiro	10	0,019	99,840
Marceneiro	9	0,017	99,858
Encanador/Bombeiro Hidráulico	8	0,015	99,873
Para-Médico	8	0,015	99,889
Parreira	7	0,013	99,902
Servidor Público Militar	7	0,013	99,915
Alfaiate	5	0,010	99,925
Forneiro	5	0,010	99,935
Açougueiro	4	0,008	99,942
Garçon/Garçonete	4	0,008	99,950
Dançarino	3	0,006	99,956
Mecânico	3	0,006	99,962
Pedreiro	3	0,006	99,967
Pintor	3	0,006	99,973
Vigilante	3	0,006	99,979
Oleiro	2	0,004	99,983
Cantor	1	0,002	99,985
Carpinteiro	1	0,002	99,987
Cobrador	1	0,002	99,988
Folclorista	1	0,002	99,990
Frentista	1	0,002	99,992
Metalúrgico	1	0,002	99,994
Motoqueiro	1	0,002	99,996
Radiotécnico	1	0,002	99,998
Sapateiro	1	0,002	100,000
Total	52.031	100,000	

Fonte: Incra, Censo da Reforma Agrária, 1996/97. Tabulações especiais Melo & Di Sabbato, 2006

Agricultura Familiar nos Assentamentos Rurais: nas relações entre as mulheres e os homens

O Caso do Pontal do Paranapanema



Agricultura Familiar nos Assentamentos Rurais: nas relações entre as mulheres e os homens O Caso do Pontal de Paranapanema

::: Hildete Pereira de Melo (UFF)

::: Paola Cappellin (UFRJ)

::: Elisa Guaraná de Castro (IEC)

FAO/Incra

Rio de Janeiro, maio de 1996

MULHER NA ROÇA

“Mulher da roça,
os homens te esqueceram, mesmo assim, de luta não te cansas.
vejo no teu rosto e corpo judiados,
mãe que expressa sempre um gesto de esperança.
Dos que labutam para cultivar a terra,
a mulher é sempre quem mais trabalha.
Pense um pouco, vai à luta,
pros homens ver que tu não dormes nas palhas.”

(dezembro de 1985, Música de Antônio Gringo)

A Equipe agradece à Direção e ao Corpo Técnico e Servidores do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) a valiosa contribuição para a realização deste trabalho.

INTRODUÇÃO*

As preocupações que guiam este relatório sobre o perfil da agricultura familiar nos assentamentos rurais, têm como fio condutor individualizar a contribuição das mulheres para, desta forma, poder analisar a diversidade dos papéis masculinos e femininos e suas inter-relações no que diz respeito à gestão e ao desenvolvimento da produção agropecuária.

Assim, parece ser bastante instigante apresentar as condições e as perspectivas da agricultura familiar, incorporando a análise de gênero como um conceito que incentiva a repensar a família não mais como um conjunto homogêneo, mas como uma situação de convivência entre indivíduos de sexos diferentes que realizam atividades produtivas e reprodutivas, compartilhando um projeto de sobrevivência.

Incorpora-se, também, a recente reflexão que tem substituído a análise da “questão da mulher” pela análise das diferenças de gênero, isto é, “o estudo dos papéis femininos e masculinos no contexto social, político, econômico e ecológico”¹. A delimitação dos objetivos da pesquisa está apoiada nas diretrizes das grandes agências internacionais e nas orientações dos seus programas de cooperação, que oferecem estratégias e instrumentos para estudar e promover a integração das mulheres ao desenvolvimento².

Recuperando alguns aspectos da terminologia “Mulheres e Desenvolvimento”³, estes oferecem elementos para uma análise transversal das iniciativas de gestão agrícola. Esta nomenclatura, ao desenhar um quadro geral do papel das mulheres nos processos de desenvolvimento por meio da divisão sexual do trabalho, tem evidenciado uma variação em diferentes contextos regionais e nacionais. O problema é que o desconhecimento da especificidade da contribuição das mulheres leva a aumentar a subestimação das práticas por elas exercidas no espaço familiar e no produtivo, acentuando a idéia do subemprego das mulheres. Velar o estudo das diferenças fortalece a reprodução das desigualdades junto às possibilidades e às oportunidades de emprego que podem ser oferecidas às mulheres pelo desenvolvimento rural. Ester Boserup (1970), no seu traba-

* As autoras agradecem o suporte econométrico dado pelo Professor João Lizardo de Araujo (IE/UFRJ).

1. Conforme FAO, *Les Femmes dans le Développement Agricole, Plan d'Action de la FAO*, Roma, 1991.

2. Citamos como exemplos: *Women as Agents and Beneficiaries in Development Projects*, Departamento da Mulher e Desenvolvimento - DG VIII/CEE, e *Le Plan d'Action FAO Pour L'Integration des Femmes dans le Développement* (1995).

3. Esta terminologia foi definida pela primeira vez por Ester Boserup no livro *Women's Role in Economic Development*, Nova York, St Martin's Press, Inc./George Allen & Unwin Ltd, 1970.

lho pioneiro, definiu a divisão sexual do trabalho como um elemento de base na divisão do trabalho. A autora apontou como as atividades realizadas e às contribuições das mulheres são subestimadas ou não são valorizadas da forma correta no cálculo do produto nacional, na produção e nos serviços de subsistência.⁴ As críticas realizadas por outras autoras Beneria (1981), SEN (1983), no final dos anos 70, ajudaram a ampliar a discussão sobre as formas de valorizar o papel das mulheres nas duas instâncias sociais: a reprodução e a produção. Este enfoque mais amplo evidencia que a plena participação das mulheres pode ser visualizada através da eliminação das limitações que as marginalizam ou as tornam invisíveis, seja nas atividades domésticas, seja nas atividades públicas e produtivas.

Nos anos 80, a perspectiva “Mulher e Desenvolvimento” introduziu o enfoque de gênero que reforçava a definição da condição feminina de uma forma mais dinâmica, avaliando a quantidade e a qualidade das mudanças que as mulheres vivenciaram no decorrer das transformações da agricultura nas últimas décadas. A utilização do conceito de gênero envolve também o estudo das implicações das diferenças entre os papéis econômico/social das mulheres e dos homens permitindo a superação da desvalorização atribuída aos trabalhos realizados pelas mulheres. Esta nova perspectiva de gênero está voltada a reconhecer que tipo de especificidade e de colaboração existe entre os papéis desempenhados pelos homens e pelas mulheres. Nesta orientação, o interesse é resgatar o conjunto diversificado dos papéis desempenhados pelas mulheres, considerando-as como agentes/atrizes e não exclusivamente como indivíduos beneficiados no interior homogêneo dos núcleos familiares ou invisíveis no interior da população.

Neste marco conceitual, o estudo que encaminhamos sobre a contribuição das mulheres nos assentamentos rurais deve fazer referência a dados que permitam responder:

■ As intervenções sócio/econômicas dos assentamentos rurais têm algum tipo de impacto sobre a condição das mulheres?

■ De que maneira as mulheres tem conseguido participar da tomada de decisões da agricultura familiar? Quais as conseqüências de sua presença ou de sua falta de participação nesses projetos de desenvolvimento da agricultura?

4. Sobre o papel do trabalho doméstico na reprodução da economia de mercado e do sistema capitalista ver Melo, H.P. de & Serrano, F. “A Mulher como Objeto da Teoria Econômica”, Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos sobre o Trabalho (ABET), São Paulo, 1995.

Estas questões podem facilitar a compreensão de como se caracterizam as práticas dos homens e das mulheres nos núcleos familiares.

A pesquisa e seus objetivos

A principal questão a ser abordada com este estudo é a introdução da análise da participação da mulher junto ao perfil dos núcleos familiares inseridos nos assentamentos. Para tal, buscamos identificar e problematizar esta participação a partir de diversos ângulos: o sistema agrário, a administração do lote e a tomada de decisões nas diferentes estruturas familiares. Estas informações estão em parte já avaliadas graças ao estudo da FAO (1994) no Pontal de Paranapanema (oeste de SP) em colaboração com o Incra. Naquela oportunidade o chefe de família, responsável pelos lotes agropecuários dos assentamentos, foi o interlocutor privilegiado. Foram registradas 68 entrevistas nos assentamentos da Gleba XV (37), Areia Branca (10), Água Sumida (14) e Santa Rita (6).

Como continuidade desta pesquisa, a FAO/Incra solicitou uma análise específica do papel feminino nos assentamentos do Pontal. A equipe de pesquisadoras (UFF, UFRJ, IEC)⁵ realizou uma nova fase de investigação, recolhendo algumas entrevistas com as esposas dos chefes de famílias inseridos no assentamento que tinham sido entrevistados pela pesquisa anterior, em janeiro de 1993. O nosso estudo visa por um lado complementar e atualizar os dados registrados nesta pesquisa, mas também, preocupa-se em destacar as experiências e os depoimentos das mulheres e através de suas *vozes* estudar a organização familiar nos assentamentos. Foram realizadas 19 entrevistas ao longo de três dias em um universo de 68 núcleos familiares.

Para poder dar conta das diversidades existentes entre os núcleos familiares, considerou-se primeiro as mulheres que pertencem a grupos familiares nucleares e ampliados⁶; segundo as mulheres cujo núcleo familiar se instalou no assentamento no período de sua organização; e finalmente as outras mulheres que se incorporaram mais recentemente. Foram incluídas também diferentes estruturas familiares: as mulheres casadas e que vivem com seus maridos nos lotes, as mulheres que vivem hoje sem os maridos (separadas ou não) e as viúvas. Um último critério que

5. Hildete Pereira de Melo - Universidade Federal Fluminense (UFF); Paola Cappellin - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Elisa Guaraná de Castro - Instituto de Estudos da Cultura e da Educação Continuada (IEC).

6. Família Nuclear (conjugal): homem, mulher, filhos, agregados crianças e adolescentes; Família Ampliada: mulher, homem, filhos casados, outros membros da família adultos.

orientou a escolha das mulheres diz respeito a sua participação em organizações ou associações no interior dos assentamentos.

Como apoio para compreender a realidade dos assentamentos na conjuntura de 1995, no decorrer da sua permanência no Pontal, as pesquisadoras participaram de uma reunião da Associação de Mulheres do Setor 2 da Gleba XV e de um seminário sobre os assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema, organizado pelo Itesp. Este seminário contou com a participação de assentados dos diversos núcleos da região, de professores universitários (Unesp), empresários locais, parlamentares e prefeitos dos municípios da região, representantes de movimentos sociais organizados (como o MST), técnicos do Itesp e responsáveis pelos assentamentos do Pontal.

Este relatório está, portanto, apoiado nas releituras dos resultados da pesquisa de 1993, na contribuição oferecida pela coleta de novos materiais empíricos em 1995 e na revisão da literatura mais atual sobre os assentamentos rurais no Brasil.

1. OS ASSENTAMENTOS RURAIS NA LITERATURA BRASILEIRA

Os projetos de assentamento rural no Brasil, que começaram a ser implementados na década de 80, principalmente em áreas de conflito, surgiram como resultado das lutas pela Reforma Agrária. Estes se desenvolveram através da pressão sobre o Estado por parte de entidades que apoiaram o movimento de resistência à expulsão ou de ocupação de terras. Estes projetos apresentaram-se, assim, como uma nova condição de acesso a terra, incorporando-se à estrutura fundiária com uma forma específica de organização da produção familiar na agricultura. Entre 1985 e 1991, o governo criou 524 assentamentos de Reforma Agrária, em um total aproximado de 4.713.910 hectares, com 94.026 famílias de agricultores assentados em todo o território nacional (GUANZIROLI C., 1994).

A originalidade dos assentamentos rurais está no fato de que, atualmente, são parte da realidade do campo brasileiro, mas sua significação econômica e social não pode ser compreendida apenas como resultado desses processos políticos. A sua configuração interna, no que diz respeito às modalidades do trabalho familiar, das formas de produção, do nível da tecnologia agrícola, assim como as relações que estes estabelecem com as diversas instâncias econômicas e políticas que intervêm nestas localidades e com a sociedade como um todo, está em constante

processo de construção e reconstrução. Nos últimos anos as tensões geradas pelos movimentos de ocupação da terra têm colocado a questão da formação dos assentamentos na ordem do dia. Daí a importância da análise dos assentamentos para a compreensão da questão agrária brasileira (CASTRO E., 1995)⁷.

Após uma década da adoção da política de assentamentos por parte de diferentes representantes do Estado - municipal, estadual e nacional - os balanços e as análises feitas sobre os seus "resultados" foram diversos (N. ESTERCI, 1994, C. GUANZIROLI, 1994), e alguns aspectos foram apontados como centrais para a percepção dos assentamentos: as questões políticas, tanto destas comunidades em relação aos órgãos governamentais ou não que nelas intervêm, assim como a organização interna e suas instâncias representativas, foram objeto de muitos estudos sobre o tema (D'INCAO, 1991, FERRANTE, 1994; NOVAES, 1994). Outra questão que se tornou central para a discussão diz respeito à reprodução econômica e produtiva dos assentamentos, em que buscou-se perceber principalmente se os assentados e suas famílias tiveram uma melhoria em suas condições de vida em relação a situação anterior ao assentamento, e se os assentamentos têm se expandido economicamente, conseguindo se manter no mercado (C. GUANZIROLI, 1994; CASTRO, 1994).

Uma questão relacionada a esta última refere-se às formas de reorganização do espaço produtivo, neste sentido o debate nacional analisa basicamente as propostas de produção coletiva (apresentada principalmente em assentamentos no Sul do País) e as produções individuais (BERGAMASCO, 1994; ROMANO, 1994; ZIMMERMANN, 1989). Em ambos os casos o elemento central é o núcleo familiar e as formas como este se integra no espaço produtivo. Portanto, este tema é de fundamental importância para discussão da realidade dos assentamentos no Brasil atual.

2. RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA BRASILEIRA

A importância econômica da agricultura brasileira é sem dúvida uma marca histórica que foi amplamente documentada pela literatura⁸.

7. A importância do estudo dos assentamentos rurais está no fato desta ser a política atual de uma possível Reforma Agrária, apresentada como uma resposta para as tensões que sempre fizeram parte do campo brasileiro. Neste sentido, diversos são os elementos a serem abordados, mas nos deteremos neste relatório as questões mais diretamente relacionadas à pesquisa aqui realizada. Um desenvolvimento possível do tema pode ser visto em "Entre o Rural e o Urbano: dimensões culturais dos assentamentos rurais do Estado do Rio de Janeiro" (CASTRO E., 1995).

8. Sobre o assunto ver Sorj, B. (1980); Wanderley, M.N.B. (1979); Silva, J.F.Graziano (1978); D'Incao e Mello, M.C. (1976).

A tradição do trabalho familiar é também um tema que engajou pesquisadores de diferentes ramos do conhecimento - historiadores, antropólogos, sociólogos, economistas - mostrando como nos anos 60 e 70 esta relação específica de produção sofreu alterações importantes devido à expansão capitalista na agricultura, à integração de algumas culturas no complexo agro-industrial, modalidades estas que viabilizam sua integração horizontal e vertical ao mercado. Os pesquisadores que estudaram as formas de trabalho no campo têm evidenciado como no Brasil agrário ampliou-se o leque das modalidades de incorporação da mão-de-obra e das estratégias de contratação, além e apesar da importância da unidade produtiva familiar. Estuda-se os bóias-frias, os assalariados temporários e permanentes, os safristas, os clandestinos, isto é, as práticas de trabalho que expressam por um lado as modalidades regionais da modernização da agricultura e que por outro lado manifestam sob quais modalidades se encaminham os processos através dos quais se realizam a individualização dos trabalhadores rurais⁹.

Se assim não podemos afirmar que é frágil ou recente a literatura que explicitou o impacto da modernização e da integração vertical da produção agropecuária provinda da unidade familiar, não temos as mesmas referências se deslocarmos nosso olhar para o estudo da relação homem/mulher na agricultura brasileira em geral e sobre os assentamentos em especial. No entanto, para esta pesquisa podemos nos apoiar em algumas importantes referências bibliográficas que desfrutam de respaldo acadêmico e qualificam nossa proposição de estudo.

As primeiras referências desta problemática se formaram por uma conjugação de reflexões que emergiram no final dos anos 70 na análise do meio urbano e que repercutem para a realidade rural. Estamos fazendo referência por um lado à literatura sobre a divisão sexual do trabalho e, por outro, às análises que acompanharam as transformações das demandas dos movimentos sociais agrários. Nos dois espaços - urbano e rural - o tratamento das práticas produtivas das mulheres assume contornos próprios. Se a importância crescente do assalariamento urbano tem levado a individualização do trabalho das mulheres, distanciando os lares dos locais de trabalho, por outro a organização do trabalho na unidade familiar, em que nem sempre se generaliza a individualização do trabalho, se superpõe as atividades produtivas com práticas doméstico/familiares. Sublimam os laços afetivos, como modalidades de autoridade marital ou

9. Sobre o tema ver Palmeira, M. (1994); Heredia, B. (1979); Sigaud, L. (1979); Garcia, A.R. (1983).

paterna, que fomentam a lógica da repartição das responsabilidades e mantém coeso o grupo familiar. A literatura, assim, problematiza a invisibilidade das contribuições econômicas das mulheres rurais, seu caráter auxiliar, e evidencia como os laços familiares se tornam mecanismos de reprodução hierárquica e de submissão entre os membros pertencentes a sexos e idades diversas.

A literatura sociológica e antropológica no fim dos anos 70 teve a iniciativa de mapear estudos setoriais e regionais que explicitavam sob quais condições os núcleos das unidades domésticas de pequenos agricultores repartiam atividades entre os homens e as mulheres. No Nordeste, a plantação açucareira ou a pequena produção familiar foram fontes de reflexões importantes para ressaltar a complementaridade entre os diferentes grupos de famílias na geração de sua renda e de seu orçamento (B. HEREDIA 1979; M.F. GARCIA 1977 e A.R. GARCIA JR. 1983). Em alguns destes estudos é ressaltado a emergência das qualificações diferenciadas entre as atividades masculinas e as femininas: entre o *trabalho pesado* e o *trabalho leve*; entre o papel provedor dos homens e o trabalho de ajuda das mulheres. (M. PAULILO, 1982)

Também estudou-se, com particular atenção, como o desenvolvimento da agricultura, tendo como ponto de apoio a realidade do sul do país, envolveu um conjunto diferenciado de trabalhadores (SAFFIOTI H. 1979, V. STOLCKE 1975 e M. C. DE OLIVEIRA 1979). Estas pesquisas buscavam caracterizar sob quais condições as mulheres se tornaram a mão-de-obra almejada pela emergente modernização da agricultura e sob quais alterações elas ainda se mantinham responsáveis pela manutenção do lar.

Em meados dos anos 80 uma diferente abordagem foi acrescentada ao arquivo da reflexão. A conjuntura política brasileira foi sacudida pelos diferentes movimentos pela Reforma Agrária, assim como por movimentos e grupos que conseguiram politizar a precariedade do vínculo à terra de um grande contingente da população rural e de suas lutas de resistência pela posse da terra. A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, organizações sindicais, os Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra e algumas Pastorais Católicas em diferentes dioceses do Brasil discutiram e ampararam esta luta, e muitas vezes incorporaram as mulheres como interlocutoras. O acesso à sindicalização é a primeira demanda coletiva formulada pelos diferentes segmentos de mulheres trabalhadoras rurais (IV Congresso da Contag em 1985). As mulheres parecem assumir o fato de que fazem parte do conjunto da população que produz na agricultura, mesmo que as fontes censitárias as incluam

entre os “membros da família não remunerados”. É bom lembrar que em 1980 o Censo Agropecuário do IBGE registrava que na população ativa, na agricultura, as mulheres empregadas eram 11%, enquanto estavam registradas 88,9% como membro não remunerado da família. (H. SAFFIOTI & V. B. FERRANTE, 1983)

Este fato expressava uma mudança: a luta que o movimento urbano de mulheres por mais direitos travava nas cidades tinha sua interlocução no campo, encaminhada pelas próprias agentes reagindo frente a tradicional visão que as colocava exclusivamente como “donas de casa”. Conjuntamente a este esforço organizativo, outros movimentos mobilizaram as mulheres nas greves dos trabalhadores da cana, da laranja, dos movimentos em defesa da terra, nos movimentos que demandavam os direitos trabalhistas e nos planos de emergência nas áreas do semi-árido nordestino. A literatura volta-se, assim, para o registro e estudo destas mudanças, avançando a discussão sobre as modalidades e as trajetórias das mulheres que percorrem os caminhos da participação sindical e associativa, aderindo e atuando no interior dos movimentos (N. MIELE, 1985, V. BOTTA FERRANTE, 1983, P. CAPPELLIN & N. MIELE, 1987, M.N. BRITO & J. REIS, 1987). Um dos novos objetos formulados pela literatura sobre as trabalhadoras e a agricultura é questão que trata sob quais anseios e perspectivas as mulheres contribuem não só economicamente para a reprodução familiar rural, mas articulam suas atividades produtivas com a participação em movimentos de defesa do vínculo à terra.

No decorrer dos anos 80, pelo menos dois eventos acadêmicos ofereceram a oportunidade para a troca de resultados e incentivo para análises comparativas: primeiro o seminário “A mulher na força de trabalho na América Latina” promovido pelo IUPERJ (N. AGUIAR, 1984), e segundo a conferência “Mulher rural: identidades na pesquisa e na luta política”, promovido pelo IPPUR/UF RJ (L. LAVINAS, 1987). Sob preocupações diferentes, a análise volta a enfatizar a necessária reflexão sobre o processo contraditório entre a aceitação por parte da agricultura moderna da mão-de-obra feminina e a formação inovadora de barreiras (econômicas, jurídicas e sociais) que dificultam a superação da naturalização da divisão sexual do trabalho. Estas velam o registro e desconhecem o exercício dos diferentes papéis - na produção, na administração, na tomada de decisões, no gerenciamento familiar - desempenhados pelas mulheres.

O perfil da agricultura brasileira nos anos 90 renova a perspectiva dos estudos e pesquisas rearticulando antigas perguntas e os desa-

fos provindos da significação da agricultura integrada, vinculada verticalmente à indústria e incentivada pela concorrência internacional, mas ainda vocacionada a se manter como uma das fontes para a reprodução da população rural. Também nesta nova conjuntura os temas resgatam o interesse de perseguir o debate sobre a capacidade da produção familiar de atualizar-se e moldar-se às novas exigências. A perspectiva de avaliar as modalidades de permanência das mulheres vinculadas diretamente à terra é apoiada agora com um maior suporte teórico, devido a introdução da categoria gênero. Isto fez com que a inclusão das mulheres como participantes fosse articulada e confrontada com a atuação dos trabalhadores rurais. Reaparecem os desafios econômicos, mas também evidencia-se a significação social dos valores familiares, da cultura política que reforça e distribui diferenciados papéis e colore a incorporação de parte dos homens e das mulheres. (L. LAVINAS, & P. CAPPELLIN, 1991)

O exercício do trabalho, a distribuição das atividades, sobretudo, temporárias, a baixa remuneração, o freqüente desrespeito aos direitos básicos da legislação trabalhista (carteira de trabalho, salário mínimo, aposentadoria, escolas, creches, auxílio maternidade, etc.) são ainda hoje considerados os direitos pouco freqüentes entre muitas assalariadas rurais.

Para a pequena produção agropecuária é ainda marcante o difícil ou irregular acesso ao crédito, a incipiente ou até a inexistente difusão da profissionalização técnica entre as mulheres/agricultoras, a não implementação de uma política agrária e agrícola que as protejam das contínuas crises. Esta realidade tem fomentado estudos e pesquisas voltados, sobretudo, para resgatar as formas de segmentação dos produtores e, em especial, das produtoras rurais no que diz respeito a falta de reciprocidade entre a atuação das agricultoras e seu afastamento ou até sua reduzida participação nas tomadas de decisões sobre o destino da produção agrícola. Vários estudos regionais (MMA/SC 1994, DESER/CEMTR/PR 1995 e R. MENASCHE 1995) têm evidenciado como em algumas cadeias de produção (produção leiteira, milho e plantas medicinais) se mantém e se reproduzem no interior do núcleo familiar uma rígida divisão sexual do trabalho, na medida em que as agricultoras permanecem, exclusivamente, consideradas como mão-de-obra sem nenhum poder de intervenção na comercialização, sendo pouco ou nada informadas e preparadas para debater os desafios tecnológicos atuais. E mais ainda, não reconhecidas como interlocutoras nas

relações com as instituições que subsidiam e planejam o crédito agrícola. Esta nova forma de invisibilidade chega a subestimar, ou até desconhecer, a capacidade de intervenção das mulheres na produção, reproduzindo, assim, a hierarquia que ainda vê nos homens os autênticos “chefes dos núcleos familiares”.

A literatura recente (Z.A. TEIXEIRA, & H.M. DE CARVALHO & M. SUAREZ IPEA, 1994) que resgata a implantação dos assentamentos, graças à incorporação da perspectiva de gênero, apresenta tanto os vários mecanismos que fomentam a continuidade do padrão excludente junto as mulheres, assim como experiências de mudanças que lhes oferecem credibilidade e capacidade de gerir e tomar iniciativas. Este texto se detém sobre como é possível elaborar estratégias de elevação do prestígio social feminino, seguindo a recente conceitualização elaborada pelo PNUD para o desenvolvimento humano. Esta abordagem baseia-se na busca de modalidades que possam ampliar as possibilidades de opção das pessoas, de modo a libertar-lhes o potencial criativo e garantir, assim, a existência de recursos humanos competitivos. Não podemos esquecer que esta perspectiva se apóia nas orientações gerais da própria FAO. Apesar das dificuldades e das precariedades das informações estatísticas, segundo a FAO (1995) tem havido sinais de progresso em escala mundial:

- esperança de vida das mulheres tem aumentado de 20% a mais do que a dos homens;
- o aumento progressivo da taxa de alfabetização dos adultos e a escolarização têm sido duas vezes mais significativos entre as mulheres;
- diminuiu a taxa de fertilidade para quase a metade das mulheres que vivem no mundo em via de desenvolvimento.

Estas evidências permitiram que as pesquisadoras acima citadas chegassem a sugerir a institucionalização da perspectiva de gênero na formulação das futuras políticas agrícolas brasileiras.

3. OS ASSENTAMENTOS RURAIS DO PONTAL DE PARANAPANEMA: ocupação e núcleos familiares - na visão de 1993

3.1. Apontamentos sobre a História da Ocupação das Terras do Pontal¹⁰

Os assentamentos do Pontal de Paranapanema foram organiza-

10. Sobre o assunto ver *Evaluation and Planing of Development Support Activities for Settlement Areas in The State of São Paulo*, Relatório FAO/Incra, Roma, 1994 (Mimeo)

dos no início da década de 1980, depois que trabalhadores sem terra invadiram diversas fazendas na região. A região do Pontal é uma área de baixa densidade populacional, cuja principal atividade econômica é a pecuária realizada em grandes fazendas. A ocupação das terras da região Alta Sorocabana de Presidente Prudente, no triângulo formado pelos rios Paraná e Paranapanema, data dos anos 1920, quando a Estrada de Ferro Sorocabana atingiu a região. Da extração de madeiras para a construção da ferrovia ao desmatamento das terras para exploração agropecuária foi um passo.

Grandes fazendas foram instaladas para café, e em 1940 expande-se a cultura do algodão no bojo do crescimento da indústria paulista e da enorme expansão das exportações de algodão brasileiro nos anos da segunda Guerra Mundial. Juntamente com o aumento da cultura algodoeira cresceram os problemas com o desmatamento, provocando desequilíbrio regional. Isto levou o Governo Estadual a intervir no local criando as reservas florestais de Morro do Diabo, Lagoa São Paulo e Pontal, em 1942. Estas reservas foram sistematicamente desrespeitadas e invadidas pelos fazendeiros locais para extrair madeira e formar pastagens. Posteriormente, em paralelo à pecuária, entrou naquelas terras a cultura do algodão que parecia ser uma boa atividade econômica para a região.

Esta ocupação desordenada e predatória das terras do Pontal trouxe a rápida degradação do solo, o que comprometeu a fertilidade das terras desflorestadas e teve um impacto negativo no nível de renda dos pequenos produtores locais. Entre 1970 e 1980 a expansão da pecuária para corte substituiu a velha cultura algodoeira, provocando mais concentração de terras. Com a formação de grandes propriedades para pecuária extensiva, o avanço do gado arruinou inúmeros pequenos produtores regionais e transformou-os em trabalhadores temporários para a lavoura local.

Em meados dos anos 70 o início da construção de grandes obras hidrelétricas nos rios Paraná e Paranapanema atraiu para o Pontal centenas de trabalhadores para as obras das barragens de Rosana, Taquaraçu e Porto Primavera. No início dos anos de 1980, o término de uma das barragens e a interrupção ou ritmo mais lento de construção das obras de terraplanagem da outra barragem reduziu o emprego local, dispersando inúmeros trabalhadores pela região. A esta massa de trabalhadores desempregados junta-se um outro grupo social: os chamados “ribeirinhos”, a população que vivia nas margens dos rios e que tinha tido suas terras inundadas pelas barragens, que perderam suas casas e fontes de subsistência. Estes problemas contribuíram para criar um clima tenso no local, com centenas de desempregados vivendo em precária situação ao lado de

extensas fazendas de gado subtilizadas. No começo dos anos 80 a disputa pela terra tornou-se mais aguda, culminando com uma série de invasões que forçaram o Governo Estadual a desapropriar algumas fazendas. Foi criado primeiro o assentamento da Gleba XV de Novembro e em seguida Água Sumida, Areia Branca, Rosana, Santa Rita, Tucano, Santa Clara, Santa Rosa e Ribeirão Bonito, com aproximadamente 2 mil famílias sob a administração do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp).

A Gleba XV foi formalmente demarcada em 1985 com uma área de 13.310 hectares entre os rios Paraná e Paranapanema; foram 561 lotes distribuídos em 5 setores com 15, 18 e 40 hectares. Na sua origem, de acordo com a qualidade do terreno, 75% da área foi destinada à agricultura e 25% à pecuária. Os lotes para pecuária têm 40 hectares e foram selecionados nas terras mais acidentadas. Estão situados no município de Euclides da Cunha e Porto Primavera.

O assentamento de Água Sumida tem uma área de 4.462 hectares. Localizado no município de Teodoro Sampaio, foi instalado em 1988 beneficiando 121 famílias. O processo de seleção das famílias foi conduzido pelo Incra. O assentamento de Areia Branca foi organizado em Marabá Paulista, numa área de 1.873 hectares. O processo de expropriação também foi conduzido pelo Incra em 1987 e foram instaladas 92 famílias em módulos de cerca de 16 hectares. O último assentamento pesquisado pela FAO em 1993 foi o de Santa Rita, localizado perto do município de Euclides da Cunha. Este assentamento tem uma origem diferente, pois era de antigos posseiros de quem o Estado regularizou a situação quando desapropriou a área, formando pequenos lotes de 2,4 hectares a 9,6 hectares para pecuária e agricultura.

3.2. Os Núcleos Familiares:

a trajetória de bóias-frias/barrageiros/ribeirinhos assentados

A trajetória familiar dos assentados mostra que estes eram *bóias-frias* (40%), homens e mulheres que viviam na região do Pontal em trabalhos agrícolas temporários, cortando cana, pegando algodão, tirando lenha, fazendo derrubadas para os grandes fazendeiros, e nos anos de 1970, com o advento do Pró-Álcool que estimulou a lavoura canavieira nacional, muitos trabalharam para usinas de cana da região. Frequentemente a derrubada da mata era feita em regime de troca de terra para arrendamento por determinado período, no entanto, os assentados denunciavam que os fazendeiros não cumpriam os acordos, e isto provavelmente colaborou para aumentar a tensão social na região.

Outra parcela importante deles foram os chamados *barrageiros*, (35%), trabalhadores que vieram para as obras de terraplanagem e construção das hidrelétricas regionais e que permaneceram no Pontal depois do encerramento das barragens de Rosana e Taquaraçu e a semi-paralização de Porto Primavera. Os restantes eram *ribeirinhos*, trabalhadores rurais em regime de subsistência que aspiravam possuir um pedaço maior de terra.

Quase a metade destes homens e mulheres (45%) era do Nordeste brasileiro, mas cerca de 33% eram da região de Presidente Prudente e dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha e Teodoro Sampaio. O restante, 22%, vinham de Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso do Sul. Todos tinham uma origem rural. A chegada ao Pontal devia-se ao abandono de sua localidade de nascimento pelas precárias condições de vida das suas famílias, sobretudo, depois do casamento, pois as terras em que viviam e trabalhavam não geravam renda suficiente para os novos membros. A explicação para este êxodo estava na baixa renda auferida proveniente da estrutura do sistema agrário, dominado pelo pequeno tamanho das propriedades paternas, insuficientes para o cultivo; no caso do Nordeste esta questão era aguçada pelas freqüentes “secas”. Na trajetória rural-urbanorural que alguns homens fizeram havia os que eram trabalhadores sem nenhuma qualificação, outros que eram carpinteiros, pedreiros e operadores de máquinas, sobretudo, na parcela dos *barrageiros*. As mulheres tinham nesta trajetória um emprego como domésticas, lavadeiras e passadeiras nos pequenos centros urbanos onde viviam. O desemprego aparece como a principal explicação para as invasões do início dos anos 80.

Analisando a composição das famílias observa-se uma elevada participação de mulheres chefes de família (13,5%); consideramos ser esta uma grande percentagem, pois a legislação que preside a seleção para a distribuição dos lotes discrimina que a ocupação deva ser deferida para o casal. Menos de 10 anos depois, por morte ou separação, a maioria na última situação, encontra-se esta realidade, com muitas mulheres à frente da família. É verdade que há uma reclamação feminina quanto à decisão de quem permanecerá no lote no caso de separação. Quando a decisão é masculina as mulheres são expulsas com os filhos em situação extremamente precária.

Embora o lote seja pensado para o sustento de uma família, havia 28 famílias com agregados nos assentamentos pesquisados, o que significa uma estrutura familiar ampliada. Destas famílias agregadas, a maioria são filhos casados que permanecem no lote vivendo das atividades agrícolas; pela leitura dos questionários não se consegue saber se estes faziam

algum trabalho fora para complementar a renda. Pelas informações obtidas sabe-se que 34% do total dos filhos dos assentados trabalhavam fora. Cerca de 70% dos chefes de família tinham mais de 40 anos, já quando se considera o cônjuge esta proporção cai para 50%, mas deve-se ainda levar em consideração que do universo de nossa amostra 10 famílias não têm cônjuge, são mulheres chefes de família. O primeiro e o segundo Gráfico mostram a distribuição do número total de filhos pelas famílias, e o terceiro Gráfico mostra a escolaridade dos filhos. Nota-se uma elevada participação dos filhos abaixo de 15 anos (58% das famílias tem até um filho com 15 ou mais anos), e uma relativa escolaridade: 54% dos filhos dos assentamentos freqüentavam a escola e deve-se notar que 18% destes tinham idade acima de 21 anos.

Gráfico Primeiro: Histograma das famílias por número total de filhos

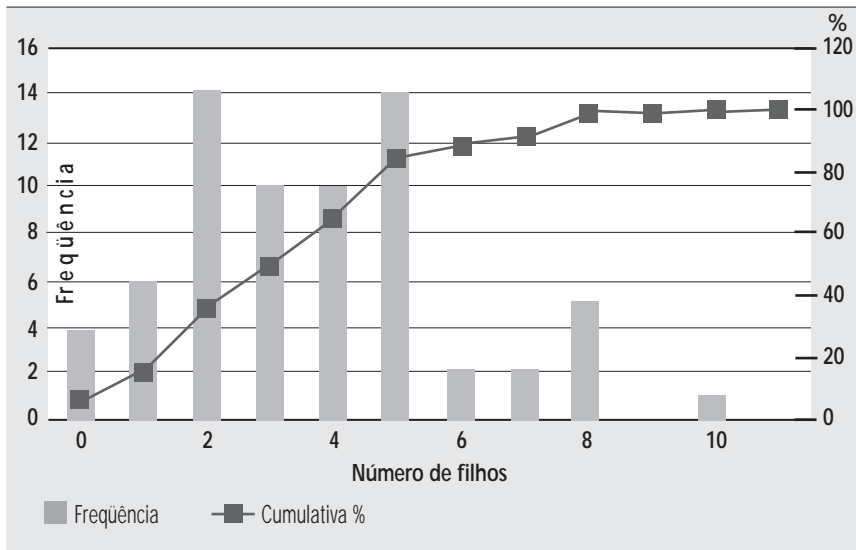


Gráfico Segundo: Histograma das famílias por número de filhos com 14 anos ou mais

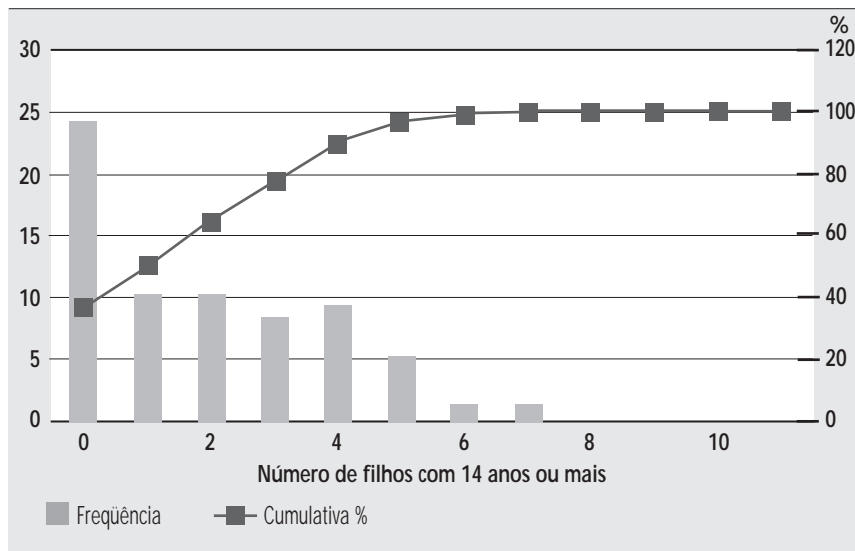
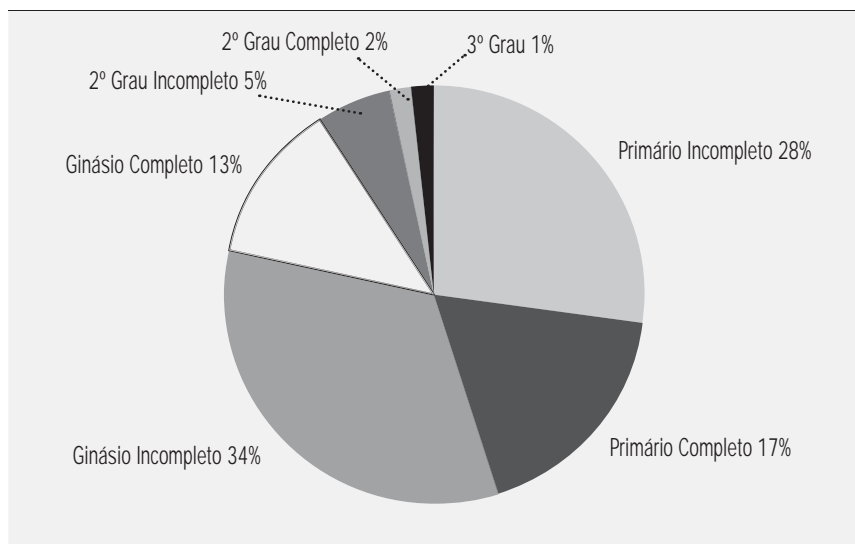


Gráfico Terceiro: Escolaridade dos filhos



4. O SISTEMA PRODUTIVO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA VISÃO DE 1993

4.1. Análise dos Dados

Na formação dos assentamentos rurais do Pontal, a produção foi organizada para as culturas de algodão, mandioca, milho, feijão, café e pecuária. A Gleba XV, o maior dos assentamentos do Pontal, teve 75% dos lotes destinados para a agricultura e 25% para a pecuária. Como os outros assentamentos tinham áreas bem menores não houve um esquema de distribuição dos lotes tão definido, atividades agrícolas e pecuárias caminharam juntas. No entanto, a tendência já observada em 1993 pela FAO de pecuarização dos assentamentos é hoje uma realidade. Na Gleba XV o rebanho é idêntico nos lotes agrícolas e pecuários, são cerca de 2.200 cabeças para cada um deles. Isto provavelmente porque a pecuária gera uma renda mensal (venda de leite) e os bezerros nascidos equivalem a uma caderneta de poupança.¹¹

Neste estudo da FAO/Incrá (1994) sobre a região foi feita uma análise do sistema agrário dos assentamentos do Pontal, determinando a renda dos sistemas produtivos. Não havia sido feita nenhuma análise de corte de gênero, embora tivessem sido inseridas nos questionários várias perguntas sobre a participação feminina no trabalho rural e na vida familiar. Com objetivo de suprir esta lacuna retornou-se aos questionários de 1993 para analisar a participação das mulheres nos assentamentos rurais do Pontal. Para desvendar este papel fez-se uma nova estimativa do cálculo da renda agropecuária para, a partir desta, avaliar se a mulher e seu trabalho têm alguma influência na geração da renda. A renda agropecuária foi estimada aos preços atuais, já que os questionários forneciam a produção comercial e de autoconsumo para todos os lotes. Foi somada à renda obtida com a venda da produção comercial, uma renda imputada a produção de autoconsumo. Esta renda foi calculada pela monetização dos produtos consumidos pela família, o que seria pago por estas caso fossem ao mercado comprá-los.¹²

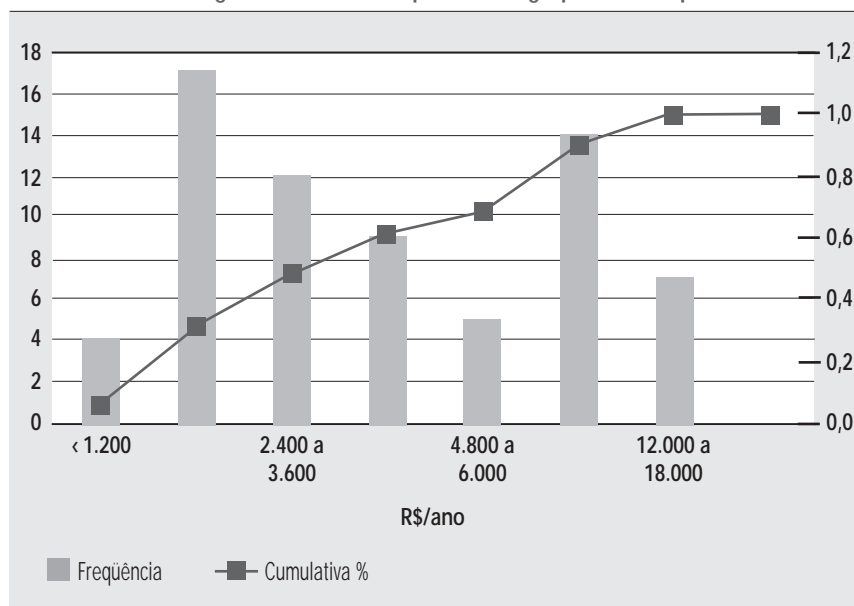
O quarto Gráfico mostra a distribuição das famílias de acordo com a renda imputada; nota-se que a maior concentração de famílias está na faixa de R\$ 2.400/ano, não são os mais pobres, mas tem 2 salários míni-

11. Entrevista com técnicos do Itesp.

12. Usou-se os preços dos produtos agropecuários publicados pelo Jornal "A Folha de São Paulo", no Caderno Dinheiro de 2 de março de 1996.

mos (SM) de renda mensal; outro ponto de concentração são as famílias com 10 SM, abastadas para os padrões do assentamento. No quinto Gráfico observa-se a participação do autoconsumo na renda agropecuária total imputada, esta varia entre 20% a 40% para a maioria dos assentados no cômputo geral da renda, embora haja algumas famílias muito pobres, nas quais o autoconsumo representava acima de 70% da renda agropecuária. Consistente com as expectativas, a produção para autoconsumo cai como proporção da renda total para maiores níveis de renda, a regressão do autoconsumo contra a renda agropecuária comercial é significativa ao nível de 1%. A elasticidade do autoconsumo com respeito à renda comercial é de 0,32%. Ilustrando este fato tem-se a Figura 1 que mostra a dispersão entre as duas produções.¹³

Gráfico Quarto: Histograma das famílias por renda agropecuária imputada



Sobre esta renda imputada realizamos diversas análises buscando estimar o peso relativo da participação das mulheres nessa renda, além de outros fatores relevantes. A participação feminina pode ser avaliada

13. Sobre o autoconsumo ver no Anexo as regressões específicas sobre o papel da mulher e que não foram analisadas no corpo do trabalho. (Quadros 14, 15 e 16).

Gráfico Quinto: Histograma das famílias segundo participação do auto-consumo na renda agropecuária total imputada

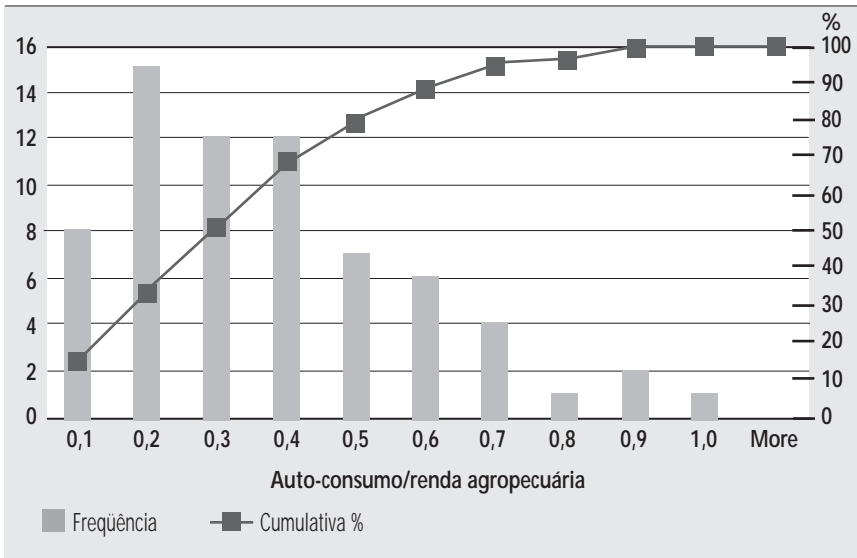
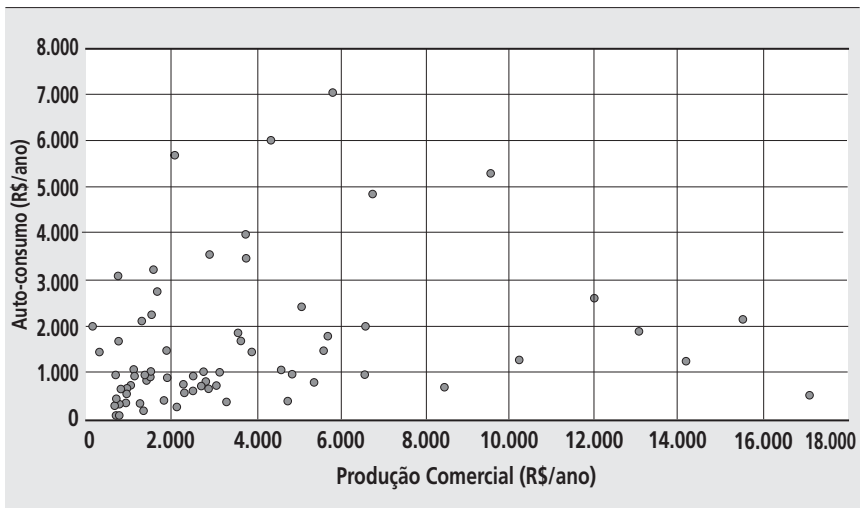


Figura 1: Auto-consumo X Produção comercial



pelos questionários através de diferentes itens: a nota dada ao seu envolvimento em atividades agropecuárias, sua participação nas decisões e sua mão-de-obra, assim como a existência de mulheres chefes de família. Estes dados foram registrados pelas entrevistas (questionários) juntos aos homens, chefes da família¹⁴.

A primeira análise foi uma regressão da renda agropecuária imputada contra os seguintes indicadores: nota dada pelo envolvimento da mulher na atividade agropecuária, nível de participação da mulher nas decisões agropecuárias, mulheres chefes de família e mulheres que trabalham na roça. O resultado foi negativo: nenhum dos indicadores foi significativo, e tampouco a regressão (que “explicou” apenas 4,4% da variação observada, com 57% de probabilidade deste resultado ser mero acaso).

Dado este resultado negativo, analisamos a renda contra outras variáveis para testar a consistência da imputação feita à renda agropecuária. Inicialmente foi testada uma regressão da renda contra a mão-de-obra disponível (contando o chefe, cônjuge, filhos com 14 anos ou mais e esposos de filhos). Esta regressão foi altamente significativa (probabilidade inferior a 1,5% de ser devida ao acaso), apesar de explicar apenas 8,7% da variação observada entre as rendas. Isto aponta para outros fatores como os dominantes na determinação da renda; assim, o coeficiente encontrado por trabalhador (R\$ 600 por ano, ou ½ salário mínimo) pode ser interpretado como produto marginal apenas admitindo-se que os demais fatores estão distribuídos de modo homogêneo.

Uma hipótese natural, a partir da leitura do relatório da FAO de 1994, é que a composição das distintas atividades é uma variável chave na determinação da renda. De fato, como se pode observar, gado mais algodão mais “outros”¹⁵ (cujo peso na renda é 55%) respondem por mais de 77% da variação observada. Mais ainda, apenas gado e algodão (30% da renda total) explicam 2/3 da variação observada entre as rendas das famílias. Existe forte associação entre o gado e “outros” (seda, café, cana), como transparecem no coeficiente do gado: cada real imputável a gado está associado a 3,5 reais de renda total. Confirma-se assim, a tendência a pecuarização, porque o gado é a melhor forma de gerar renda. O teste econométrico foi realizado para mensurar este impacto, originado da utilização de mais mão-de-obra nos trabalhos agropecuários e da correlação entre as rendas das diversas produções. Este impacto pode também

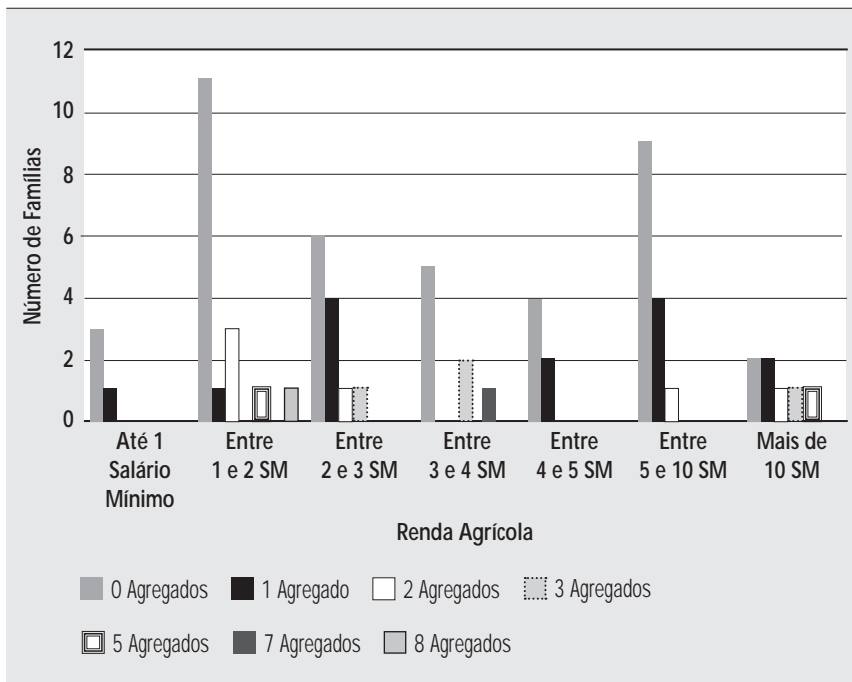
14. Para mensurar estes itens foram atribuídas notas variando de zero a 10 nos questionários analisados.

15. Esta variável agrega seda, café, cana-de-açúcar e outras não classificáveis.

ser notado no sexto Gráfico, no qual as famílias estão distribuídas por faixa de renda e número de agregados.

Em primeira instância, poderíamos dizer que os fatores determinantes para a renda familiar são a estrutura produtiva e a mão-de-obra disponível. Abaixo discutimos possíveis explicações para isso. Para estas análises complementares foi utilizada a renda e as despesas medidas em 1993.

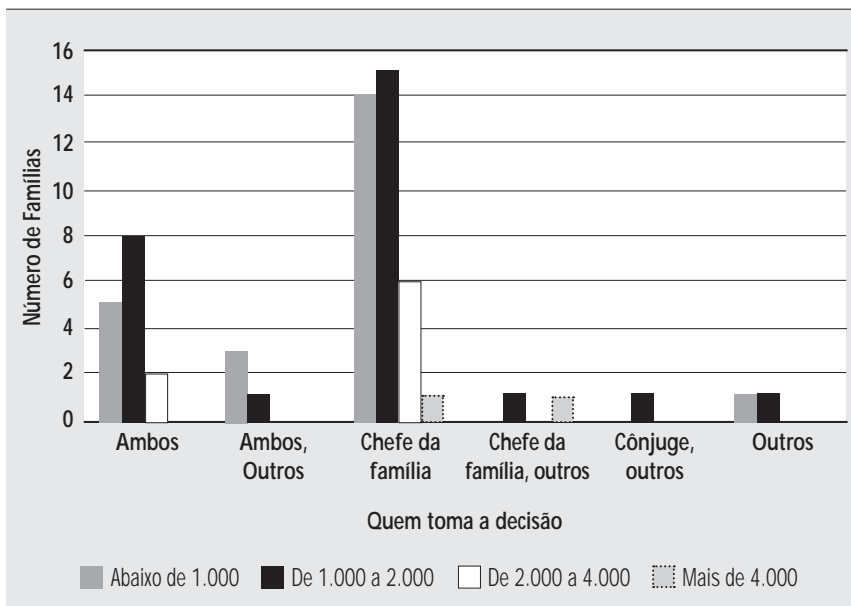
Gráfico Sexto: Número de famílias por Renda Agrícola e Número de Agregados



Analisando a exploração agrícola e pecuária dos lotes notou-se uma grande participação de todos os membros da família nos trabalhos na roça, as mulheres e filhos tinham uma participação semelhante, cerca de 64% delas e deles trabalhavam no campo.

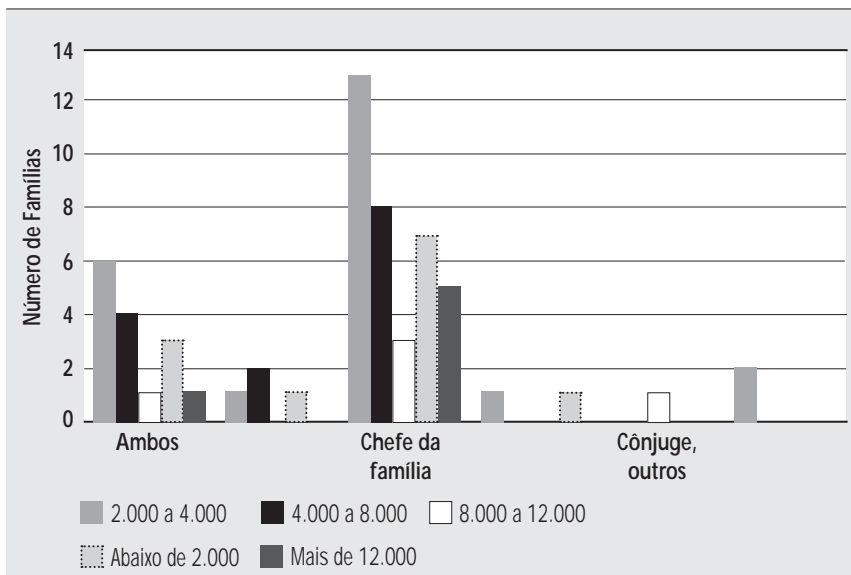
Todavia, esta correlação positiva entre mais trabalhadores(as) na exploração do lote aparece diluída na apreciação que o homem faz do trabalho de sua mulher na roça, isto visto sob o ângulo da tomada de decisão (Sétimo e Oitavo Gráfico).

Gráfico Sétimo: Tomada de Decisão na Produção Agropecuária X Despesas



Nota: Despesas estão expressas em Reais por ano.

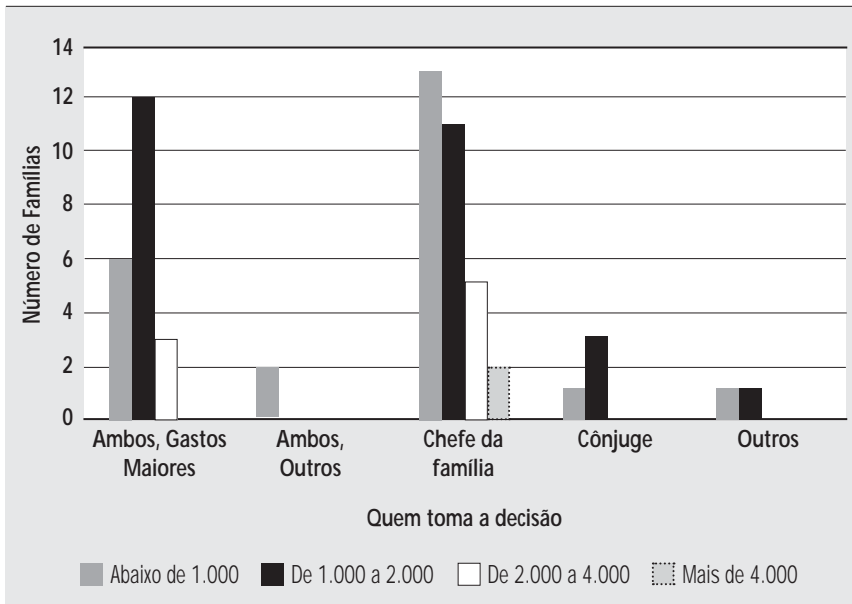
Gráfico Oitavo: Tomada de Decisão na Produção Agropecuária X Renda Imputada



Nota: Renda Expressa em R\$/ano

A mulher trabalha e isto é extremamente importante para a renda, mas as decisões quanto à definição das despesas (totais) são preponderantemente tomadas pelos homens em qualquer dos níveis de renda. Tanto os mais pobres quanto os mais abastados têm uma visão tradicional do papel feminino, a única concessão que fazem é admitir a parceria. Na nossa avaliação esta concessão é dada pela resposta de que “ambos” decidem o que plantar, sobre o pedido de financiamento e até sobre a educação dos filhos. Isto pode ser uma sinalização de alguma mudança em curso no comportamento masculino quanto à participação da mulher no assentamento. É interessante notar que a resposta admitindo parceria nas decisões foi maior na faixa de renda (1.000 a 2.000) dos assentados mais pobres (Nono Gráfico).

Gráfico Nono: Tomada de Decisão sobre gastos Maiores X Despesas



Nota: Despesas estão expressas em Reais por ano

A seguir, tratou-se de correlacionar a renda agropecuária com a participação da mulher em diversos níveis:

Quanto ao seu papel na decisão das grandes despesas do lote nas atividades da agropecuária

Fazendo uma regressão da Renda Imputada contra a tomada de decisões na produção agropecuária o resultado obtido foi que esta não é significativa. O nível de significância e a fração da variância explicada são tão baixos que não cabe mais qualquer interpretação. Usando as despesas tem-se um resultado ligeiramente diverso, mas compatível com o resultado da regressão anterior. Existe uma diferença pouco significativa de 10% entre as despesas das famílias segundo o envolvimento da mulher nas atividades agropecuárias. As famílias em que o nível de envolvimento do cônjuge é 'zero' têm despesas média de cerca de 1851. As famílias em que a participação do cônjuge é 'dez' têm despesa média inferior em 747 àquelas em que seu envolvimento é nulo. Entretanto, os baixos valores da significância, bem como da proporção da variância explicada pela regressão (4%!) recomendam prudência.

Quanto ao papel feminino na decisão das grandes despesas do lote nas atividades agrícolas

Não há diferença significativa nem na renda nem nas despesas entre as famílias caracterizadas pelos papéis de decisão da mulher quanto à produção agrícola. Apenas há uma tendência (não significativa) das famílias em que o chefe decide terem menor renda em relação àquelas em que o cônjuge decide. A renda média das famílias em que somente o Chefe decide é de R\$ 5245/ano. Quanto às despesas há uma tendência (não significativa) das famílias em que o chefe decide terem mais despesas do que aquelas em que o cônjuge decide e menos do que aquelas em que outros decidem. Nem regressão, nem coeficientes são significativos.

Análise do papel da Mulher nas decisões quanto a hortas e pequenas criações

Poderia se esperar alguma relação entre estas atividades que no campo são, em geral, atribuídas às mulheres, mas também aqui a análise verificou que não há diferença significativa de despesas entre as famílias diferenciadas pelo envolvimento do cônjuge nas hortas e pequenas criações. Apenas há uma tendência a terem maiores despesas aquelas em que o cônjuge tem envolvimento nota 10 sobre aquelas em que o cônjuge tem nota zero.

Quanto ao papel da mulher na tomada de decisões sobre a Educação dos Filhos

Neste item encontrou-se uma diferença entre a regressão da renda e a da despesa. A regressão da renda não chega a ser significativa, e a fração da variação explicada é muito baixa. Entretanto, o coeficiente do Cônjuge está perto de ser considerado significativo ($P= 0,08$) e seu valor é elevado:

famílias nas quais o cônjuge decide tendem a ter uma renda maior em + R\$ 4.284/ano do que aquelas nas quais o chefe decide sobre a educação dos filhos. Usando a despesa como variável para caracterizar as famílias pelos papéis de decisão quanto à educação dos filhos a regressão não é significativa. Apenas há uma tendência das famílias em que o chefe decide terem mais despesas do que aquelas em que a mulher decide sobre o assunto, e menos do que aquelas em que outros decidem. Nem regressão, nem coeficientes são significativos.

Pode-se concluir que esta discrepância entre a renda e as despesas não é necessariamente uma questão feminina, mas da família. Num recorte de geração os filhos estudaram mais que seus pais. A vida mudou e esta geração está investindo mais na educação dos filhos e, como a orientação de acompanhar os filhos é responsabilidade da mulher, a assentada copia o estilo de vida das classes populares urbanas.

Esta análise dos dados dos questionários de 1993 pode ter sido prejudicada pelo tamanho da amostra. Verificou-se que várias tendências foram pouco significantes, embora façam sentido do ponto de vista sócio-econômico. Uma possível explicação é que o tamanho da amostra foi pequeno, principalmente tendo em vista a baixa proporção da variância na variável independente (Renda) explicada pela regressão (essa proporção é o R-Quadrado). Uma amostra maior poderia confirmar ou não os efeitos da participação da mulher na administração da agricultura familiar.

Para melhor ilustrar a análise feita acima sobre o papel das mulheres no assentamento, veja a Tabela 1, com alguns cruzamentos da renda imputada com a participação feminina nas decisões que sintetizam o quadro acima descrito.

4.2. A família: uma rede de cooperação

A produção agropecuária nos assentamentos está organizada através do trabalho familiar. O homem, na qualidade de responsável pelo lote e como marido, apresenta-se como o “chefe da família”. A ele cabe organizar a produção, gerir o lote, assim como viabilizar a contabilidade das possíveis fontes de rendas, até as externas à agropecuária. Como consequência destas responsabilidades ele chega a coordenar e distribuir entre seus familiares - adultos e crianças - as diferentes atividades: o plantio, os tratamentos agrícolas, a colheita, o cuidado dos animais, a administração e o planejamento, a definição da finalidade da produção de seu lote - para o mercado e/ou para o consumo familiar - os contatos mantidos com agências externas - bancos, cooperativas e técnicos.

Tabela 1

Renda Imputada	Gastos Maiores					
	Ambos	Ambos Outros	Chefe Família	Cônjuge	Outros	Total
Abaixo de 1.000	0	0	1	0	0	1
De 1.000 a 2.000	3	1	5	1	0	10
De 2.000 a 4.000	9	0	13	0	1	23
De 4.000 a 8.000	5	1	6	2	0	14
Mais de 8.000	4	0	6	1	1	12
Total	21	2	31	4	2	60

Renda Imputada	Produção Agropecuária						
	Ambos	Ambos, outros	Chefe Família	Chefe Família, outros	Cônjuges, outros	Outros	Total
Abaixo de 1.000	0	0	1	0	0	0	1
De 1.000 a 2.000	3	1	6	0	0	0	10
De 2.000 a 4.000	6	1	13	1	0	2	23
De 4.000 a 8.000	4	2	8	0	0	0	14
Mais de 8.000	2	0	8	1	1	0	12
Total	15	4	36	2	1	2	60

Renda Imputada	Educação dos Filhos						
	Ambos	Ambos	Ambos, outros	Chefe Família	Cônjuges	Outros	Total
Abaixo de 1.000	0	0	0	0	1	0	1
De 1.000 a 2.000	5	1	0	0	1	1	8
De 2.000 a 4.000	17	0	0	4	0	1	22
De 4.000 a 8.000	9	0	0	1	4	0	14
Mais de 8.000	5	0	1	1	2	2	11
Total	36	1	1	6	8	4	56

O marido, como responsável perante as autoridades, está em definitivo exercendo uma prática de gerenciamento que implica, junto ao núcleo familiar, na estruturação da divisão do trabalho. Este padrão viabiliza o fomento de uma modalidade específica: a divisão sexual do trabalho. Ele tem, assim, diferentes opções: implementar uma rígida subdivisão entre quem faz, quem planeja e quem decide, reiterando seu poder como chefe de família; pode encaminhar uma colaboração assumindo a

complementaridade entre as distintas funções; e compartilhar com os familiares estas atribuições. Pode, enfim, oferecer a cada membro uma autonomia na realização, no planejamento e na decisão.

Da forma como ele estrutura o conjunto das atividades, explicitam-se mecanismos de inclusão, de exclusão, de colaboração e de autonomia. De sua capacidade organizativa depende a qualificação de seus familiares: colaboradores e/ou dependentes. Estamos, assim, procurando detectar como os chefes de família constituem a rede de cooperação entre os diferentes membros de sua família. A documentação da vida familiar, registrada em vários itens nos questionários, ajuda a perceber como os agricultores fomentam a organização de seu lote, sabendo lidar, administrar e colocando em prática estratégias de integração das atividades dos diferentes membros - a esposa, as crianças, os rapazes e moças.

Para analisar a divisão sexual do trabalho selecionamos os núcleos familiares no qual temos a possibilidade de analisar os questionários aplicados aos esposos e os depoimentos das esposas, em 1995. Primeiro, analisam-se as respostas registradas nos questionários sobre a divisão das atividades, a distribuição das responsabilidades e o grau de importância atribuído ao chefe de família nas atividades de seus familiares. Segundo, através da leitura dos depoimentos das esposas, caracteriza-se sob quais recortes realiza-se a divisão sexual do trabalho.

4.3. Os agricultores “chefes de famílias” resgatam as contribuições dos familiares

A família chefiada por M e V

Este é um núcleo familiar com nove filhos (três homens e seis mulheres). O Sr. M., filho de arrendatário, se candidatou e se instalou no assentamento na época de sua formação. Seu filho mais velho se formou em direito e mora em uma cidade distante 25 km do lote. O casal já estava beirando os 50 anos quando entrou no assentamento e em 1993 não contava mais com a colaboração direta de todos seus familiares: os três filhos e cinco mulheres não moravam mais na parcela.

As fontes de renda externa à agricultura, provenientes dos filhos e das filhas, permitiram que o casal construísse, logo em seguida a sua entrada no assentamento, uma casa com caixa d'água e de boas condições materiais. Este apoio tem se mantido ao longo dos anos. Como presentes dos filhos o casal recebe alguns bens para a infra-estrutura doméstica, como geladeira, máquina de lavar, jogo de sala e de copa, a

cesta básica e, em caso de necessidade, alguns remédios. Nenhum investimento foi realizado para a compra de máquinas e implementos agrícolas entre 1987 e 1991. Pelo relato do questionário, na safra de 1991/92, o trabalho agrícola principal, neste lote de 15 hectares, foi a lavoura comercial do algodão, cultivo temporário que demandou a contratação de um diarista. Para a fase de plantio M se apoiou na colaboração parcial de três filhas: de 22, de 19 e de 15 anos de idade. A cultura comercial de algodão (9 hectares) plantado em 1991/92 registrou uma perda de quase 60% devido à seca. A horta e o pomar, que demandava uma dedicação parcial do tempo de trabalho do casal, têm sido destinados, sobretudo, para o consumo familiar. A esposa colaborava nas atividades da horta e do pomar, além de em tempo integral se dedicar ao trabalho doméstico, com a colaboração da filha caçula de 12 anos, que ainda frequenta a escola. M assumia sozinho a tarefa de puxar água do poço e gerir e administrar em tempo integral o seu empreendimento. A criação de galinhas é realizada com a contribuição indispensável de V e é exclusivamente para o consumo familiar.

O Sr. M, frente a pergunta sobre as modalidades de participação da esposa no lote, sabe resgatar o suporte essencial das atividades dela: para ele a colaboração da esposa é fundamental para o trabalho doméstico, para a horta e a pequena criação, bem como sua contribuição nas atividades agrícolas. Com respeito a tomada de decisão ele é efetivamente o gerenciador do lote, aceitando a colaboração da esposa somente na decisão dos pequenos gastos e na educação dos filhos.

A família chefiada por G e A

G, filho de pequeno proprietário (15 hectares em Minas Gerais), em sua infância acompanhou o pai nas atividades agrícolas. Adulto, migrou para cidade e durante vinte anos foi servente na cidade de São Paulo, enquanto sua esposa trabalhava como empregada doméstica. Entraram no assentamento após quatro anos de uma demorada espera: enfrentaram dois anos de residência em um barraco comprado com a poupança que haviam trazido da cidade. Sua família, em 1991, estava assentada em um lote de 40 hectares e era constituída pelo casal já próximo aos 60 anos, e mais os núcleos chefiados pelos dois filhos casados com filhos pequenos. Uma das suas noras realizou um curso de digitação, embora as duas jovens esposas não trabalhassem fora do lote.

As fontes de rendas externas à agricultura foram importantes para sua primeira instalação. A atividade do primeiro filho - com curso de se-

gundo grau, desenho mecânico - gerente de um restaurante de São Paulo foi uma contribuição importante.

A sua casa (de seis cômodos) foi construída em 1991 e é bem equipada (TV, fogão a gás, geladeira, jogo de sala e copa e um carro). Esta casa foi considerada pelos entrevistadores, em 1993, como a melhor da gleba. As duas casas dos agregados são bem menores (uma de dois cômodos e a outra de um só). Nessa mesma época, foram realizados diferentes investimentos com recursos próprios: curral, bebedouro, cerca, armazém e caixa d'água. A energia elétrica foi instalada em 1993, e sua despesa foi custeada na sua quase totalidade com recursos de um dos seus filhos.

O gado e leite são as atividades que oferecem a renda mais importante do lote. São 70 cabeças de gado que fornecem 150 litros de leite pó dia. O leite é vendido, sem contrato para uma empresa de laticínio, a 20 km de distância, que se responsabiliza pela coleta do leite. A ordenha manual é realizada pelos familiares do sexo masculino. A família também planta 14 hectares de algodão, 2,5 hectares de capim e 2 hectares de milho. No entanto, a colheita de 1991/92 foi prejudicada pela seca. Possuem ainda uma horta, um pomar e uma criação de 150 galinhas, todas estas atividades são de responsabilidades exclusivas de A e de suas duas noras. Alguns produtos destas atividades chegam a ser vendidos, mas são destinados principalmente a alimentação das três famílias.

A partir do relato do chefe de família sobre a safra de 1991/92, o núcleo familiar contratou mão-de-obra para capinar, aplicar veneno e colher. O trabalho doméstico é considerado por G fundamental, assim como a produção de alimentos na horta, sempre sob a responsabilidade das mulheres. Quanto as atividades referentes à pecuária, G considera que a colaboração feminina é desnecessária. No gerenciamento do lote para decidir sobre os gastos maiores, a produção agropecuária e também sobre as despesas menores G demanda apenas a colaboração do filho mais velho. G e A tomam conjuntamente apenas decisões quanto a educação dos filhos.

A família chefiada por N e S

N é também filho de arrendatário originário de outro estado (SC). Em sua infância acompanhou o pai em vários deslocamentos: Paraná, São Paulo, onde seu pai tornou-se proprietário de uma indústria de farinha em sociedade com um irmão e um cunhado. Acompanhou o pai até 1971 quando se casou e se tornou sócio da casa de farinha. Em 1977 esta casa foi vendida e N recebeu uma parte do dinheiro. Não conseguindo terra para arrendar tornou-se carpinteiro e, juntamente com outro sócio, chegou

a montar uma nova indústria de farinha. Em 1987 fez parte da ocupação do assentamento e após um primeiro plantio correu o risco de ser despejado pelo Estado. Conseguiu finalmente um lote de 40 hectares onde hoje vive com a esposa, um filho e três filhas. N e o filho, desde 1993, se afastam do lote para realizar serviços de motorista de caminhão e de tratorista. O filho também foi trabalhador temporário em uma usina.

A casa construída em 1989 com recursos próprios possui boas condições materiais, tem banheiro interno, água encanada, fogão à gás, geladeira, ventilador, TV e máquina de lavar roupa. A luz elétrica foi instalada neste ano, graças ao financiamento do Estado. Tinha um telefone que foi vendido para comprar gado. Nestes anos, N realizou vários investimentos: armazém elevado, curral para bezerros, bebedouro, chiqueiro, galpão para máquinas, ferramentas e arado, sempre com recursos próprios. Recentemente, em sociedade com um vizinho, comprou uma semeadora e um pulverizador e, em 1992, um caminhão.

Seu pequeno rebanho de corte e de leite foi parcialmente adquirido em 1991 com o financiamento do Proceara. Produzem em média 40 litros de leite por dia. A ordenha é feita manualmente pelos familiares, isto é, por ele e pela esposa. A família tem 14 hectares de pastagem e duas produções voltadas para o mercado: o algodão, plantado em 10 hectares e vendido para a Cooperativa Copagra, e a mandioca, cultivada em 21 hectares em terra própria e 10 hectares em terra arrendada. Para estas culturas N contratou mão-de-obra externa para plantio, carpa e colheita. Em geral, a lavoura é uma responsabilidade dele e do filho. A horta com 150 m² é responsabilidade da esposa e das filhas (durante as férias escolares), e às vezes S recebe a ajuda dos filhos. Na safra de 1991/92 foram importantes as produções de repolho, abacaxi, café e abóbora, embora a finalidade fosse apoiar o consumo da família.

N relata que a esposa se dedica em tempo integral à pecuária. Intervém, parcialmente, também no gerenciamento e na administração do lote. Ademais, atua integralmente na horta, pomar e no trabalho doméstico. O filho homem e ele mesmo se dedicam em tempo integral as lavouras. Os dois parcialmente se ocupam também do manejo do trator e do caminhão, fazendo alguns fretes para fora do assentamento. As filhas que estudam em tempo integral ajudam a mãe nos trabalhos domésticos.

N explicita, claramente, que a contribuição de sua esposa é indispensável para os trabalhos domésticos, para a horta e para a atividade pecuária. Juntos tomam as decisões sobre os pequenos e grandes gastos

e planejam a produção da agropecuária. N afirma que as decisões mais importantes sobre a educação dos filhos são atribuições de sua esposa.

A família chefiada por C e A

C é filho de um arrendatário que morava na zona rural de São Paulo. A trajetória do seu pai foi diversificada: afastou-se deste estado entre 1967/68 para trabalhar em empreitada e em desmatamento, depois foi auxiliar de tipografia, diarista e ocupante. C foi também diarista e servente em usinas entre 1977 e 1983. Neste último ano, participou primeiro sozinho da invasão e depois a família se incorporou. Construiu a sua casa em 1987 e a dos agregados em 1991. O seu núcleo familiar, em 1993, é composto pelo casal, dois filhos e uma filha de seis anos. O mais velho mora com eles, mas trabalha como encarregado de máquinas fora do lote, enquanto o outro trabalha na roça. Na casa dos agregados moram um sobrinho de dezoito anos e um trabalhador de 66 anos que ajuda A em tempo integral no cultivo da horta.

Na chegada ao assentamento a família trouxe alguns bens: TV, fogão à gás, geladeira, uma bicicleta e um carro. Em 1990 foi adquirida uma camioneta.

Desde 1989 foram realizadas algumas instalações importantes: o galpão, o galinheiro, a caixa d'água em amianto, a instalação elétrica (1992) e a cerca. Compraram também um trator, um arado, uma semeadora, um pulverizador e uma carreta. Algumas destas compras foram financiadas.

Seu lote tem 18 hectares, onde são plantados 2 hectares de feijão para o consumo familiar e 17 hectares de algodão para o mercado. Esta última lavoura foi financiada, mas a seca de 1991 prejudicou cerca de 45% de sua floração. Como cultura consorciada C planta milho em 2 hectares. Experimentou também cultivar amendoim em 2 hectares, mas este foi abandonado por dificuldade de comercialização. Os frangos e galinhas servem para o consumo familiar. Uma pequena parte destes frangos de granja é criada em parceria com um vizinho. Para a colheita do algodão ele contrata mão-de-obra externa à família. A horta é também, desde 1991, uma importante fonte de alimentos para o consumo da família: são 625 m², onde são plantados durante todo o ano principalmente alface, chicória, cenoura, quiabo, chuchu e pimenta.

C subdivide as responsabilidades de seus familiares da seguinte maneira: ele, o segundo filho e os sobrinhos se dedicam integralmente às lavouras comerciais e o filho e o sobrinho manejam as máquinas; a esposa e o trabalhador agregado trabalham na horta e cuidam dos pequenos

animais. A nunca realizou nenhuma tarefa de pulverização. O trabalho doméstico é desempenhado por ela sem nenhuma ajuda dos familiares. Ele gerencia e administra o lote sozinho.

Os homens da família também trabalham fora do lote durante alguns meses, como tratoristas ou encarregados de máquinas. Assim, a renda familiar é acrescida por estes serviços além do aluguel de algumas de suas máquinas.

Segundo o registro do questionário, preenchido em 1993, C considera que a contribuição da esposa é indispensável para os trabalhos domésticos, a horta e a criação de pequenos animais. C apenas incorpora A nas tomadas de decisões que dizem respeito ao futuro dos filhos, isto é, pensar juntos sobre a educação deles.

5. AS MULHERES APRESENTAM OS NÚCLEOS FAMILIARES NA VISÃO DE 1995

5.1. A Vida no Assentamento Contada por Elas

Com foi apontado no capítulo 3, a região do assentamento foi muito marcada pela construção das barragens, pelo plantio da cana e do algodão e pela pecuária. Embora na história do assentamento haja uma forte presença de *barrageiros*, quando se escuta as mulheres o passado de bóia-fria é o mais freqüente. Provavelmente os próprios *barrageiros* tiveram a mesma trajetória. Assim, a maioria das mulheres entrevistadas afirmou ter como passado o trabalho de bóia-fria e este era desgastante e sofrido, pois os fazendeiros do Pontal eram violentos e não respeitavam os acordos feitos de troca de trabalho: derrubada de mata e realização de cercas por um pedaço de terra.

“Se uma pessoa trabalhasse por 4 ou 5 anos... e eu sou uma pessoa, que não sei se vocês se lembram aqui no Rancho Alegre eu tinha só minhas 2 crianças, foi em 1962. A gente foi contratado pra derrubar o Rancho Alto, era uma mata muito grande, madeira.... meu Deus do céu como tinha. Então, naquele tempo não tinha sindicato aqui, a gente foi contratado na fazenda para derrubar o mato, fazer a derrubada e plantar para 4 anos. Então, entramos, fizemos a derrubada e quando plantamos o primeiro ano, que foi arroz, milho e mamona, o fazendeiro entrou com despejo. Sindicato aqui só em Prudente, aí entrou com o despejo e judiou do povo a vontade. Teve mulher que desmaiava de fome, jogavam elas num canto do caminhão, porque

pobre não tem mudança, tem caco, quando chegava no meio da estrada o que tivesse de porco eles soltavam, e assim fizeram a mudança do pessoal. Aí o finado meu pai, quando eles se reuniram foram 40 homens para Prudente. Chegaram em Prudente, pelejaram e ganharam a terra por mais 3 anos. Mas não teve na fazenda quem suportasse ficar os 3 anos, porque era a gente plantar e eles soltarem o gado. A gente corria em Prudente não sei o que havia, que ninguém fazia nada. Aí o povo que ganhou de ficar os 3 anos teve de sair; a gente plantou arroz no varjão e eles faziam represa embaixo e cobria o arroz d'água, e assim foi saindo um por um, sem nada. Deixamos tudo pra traz e pronto pro pasto, porque antes era mata bruta mesmo. E de lá pra cá era assim, procurava terra os fazendeiros não davam. As vezes dá o serviço na fazenda, mas tem que morar na cidade, porque não querem a gente na fazenda... e assim a gente foi sofrendo.”

Todas as entrevistadas são de origem rural e a maioria das famílias é de bóias-frias. Muitas vezes moravam em cidades próximas, como Porto Primavera, Euclides da Cunha e Teodoro, e trabalhavam no campo.

“Toda vida eu trabalhei na roça, trabalhei muito de bóia-fria, passava aqui de madrugada, cortei cana, pegando algodão para os outros.”

“Trabalhei na Usina de bóia-fria, eu e as meninas.”

“Eu trabalho na roça desde que me entendo por gente. Só a roça.”

“Desde pequena que trabalho na roça, desde a idade de 6 anos, eu me lembro como hoje, quando fiz 6 anos meu pai me deu uma enxada, aí ele disse vamos arrancar umas touceiras de algodão. Eu tinha um cabelo grande que vinha até embaixo, veio de carrapicho que minha mãe precisou cortar.”

Algumas afirmaram ter migrado para a cidade para exercerem uma profissão diferente:

“Trabalhei 10 anos como enfermeira, aí sosseguei.”

Outras afirmaram que tiveram que migrar por terem sido expulsas do lugar onde trabalhavam, mas que sempre desejaram voltar. É o caso de uma família que foi para São Paulo, a mulher trabalhava de doméstica e o homem de mecânico. Algumas ainda contaram como antes trabalhavam em terras arrendadas, mas ainda assim precisavam de outras fontes de renda:

“Toda vida trabalhamos com lavoura, terra arrendada, destocando também, lavoura de mandioca, milho.... quando não estava em época de colheita... eu era doméstica, só na minha casa, mas costurava pra fora, agora não costuro mais o tempo é pouco.”

Em alguns casos o marido tinha outra profissão, como trabalhador nas obras de construção de barragens, fazendo casa de farinha, o que foi importante, segundo informaram, no começo do assentamento quando ainda não tinham uma renda direta da produção.

A maioria das famílias veio de áreas próximas ao assentamento, em alguns casos tendo passado pela trajetória rural/urbano/rural, 2 vieram de São Paulo, 1 da Bahia, 1 do Mato Grosso, 5 de Santa Catarina ou Paraná, as demais famílias ou estavam na área ou eram da região.

O assentamento foi formado há 15 anos a partir de uma invasão, a maioria está desde o primeiro acampamento na beira da estrada. Seis entrevistadas entraram entre 6 e 8 anos atrás, souberam por parentes, conhecidos já assentados. Todos passaram pelo processo de seleção após permanecerem cerca de 6 meses na beira da estrada, sendo levados para a “emergencial”¹⁶ por um período de 1 ano e só então recebendo o lote. No depoimento abaixo pode-se ter em detalhes como foi o processo de assentamento:

“Morei, quando a gente foi pra invasão morávamos em Euclides. Eu tinha essas meninas, eu tinha 8 filhos, tudo de menor, era 9, mas a mais velha tinha casado. A gente procurava um emprego não tinha, às vezes o serviço da Usina não dava nem para muito bóia-fria, então a gente teve que fazer a invasão. Foi numa reunião e combinaram e fizeram a invasão. A invasão foi feita lá em cima. Nós montamos barraca e começamos a trabalhar; primeiro derru-

16. Nesta fase os assentados que estavam acampados à beira da estrada já passaram por um processo de seleção. A área “emergencial” é destinada a alojar temporariamente os que esperam por um lote, a área era dividida em lotes de 1 alqueire e ½ e deveria ser utilizada para que as famílias fizessem a primeira plantação.

bando mata, depois veio o policiamento, aí a gente foi para beira do asfalto. Depois da beira do asfalto, a gente passou 6 meses em baixo, quando foi o mês de novembro fomos trazidos para o alqueire e meio, ficamos 1 ano no alqueire e meio, todo mundo, depois de 1 ano certinho, aí foi loteado. No alqueire e meio plantei milho e amendoim. Então, é o que é difícil pra gente, a terra devoluta que tem do Mirante pra cá, dava pra colocar muita gente. Essas fazendas aqui eu conheci, era tudo uma fazenda só, que era do José Baldino, por causa desse negócio eles dividiram a fazenda, cada um dos filhos tem um pedaço. Mas é como eu tô falando, na minha opinião o governo pagar para os fazendeiros... o governo tinha era pra receber, porque a madeira que eles tiraram aqui de dentro não foi brincadeira. O desfrute de tantos anos, porque eu trabalhei aqui dentro já era invernada há 20 anos, nós tiramos o que restava da madeira há 20 anos atrás, então, eles desfrutando dessa terra, guardando boi e vendendo até agora. Essa terra aqui pro governo não existia, porque era pra ser reserva. Quem chegou fez a cerca, invadiu aí 15 ou 20.000 alqueires. Agora tá bom, té ótimo, nós morou dentro da fazenda Maná de 18.000 alqueires, uma fazenda muito grande, eles só desfrutando. Os fracos ficam sem ter aonde morar.”

O principal motivo apontado pelas entrevistadas para terem participado do acampamento foi o desemprego. Algumas falaram da importância da Reforma Agrária e acreditam que a distribuição de terras através de assentamentos é um começo para diminuir as distorções.

“Acho errado, a terra não era deles (os fazendeiros locais), era do Estado, deveriam pagar ao Estado e não receber dinheiro com a desapropriação”.

“Foi o desemprego, nem sei quem teve essa idéia, e vamos ocupar, e fomos lá pra fazenda, Ponte Branca, nós fomos um dos primeiros.”

Uma assentada veio de outro assentamento, Gleba Ribeirão Bonito, onde morava com os pais, o que pode apontar a dificuldade dos filhos de permanecerem nos lotes de seus pais e, às vezes, até no mesmo assentamento. Foram muitas as dificuldades no começo, principalmente no acampamento na beira da estrada.

“Aí chegamos e fez a barraca e passamos 6 meses na beira da estrada, e com os filhos junto e a netinha de um ano e sete meses, agora tá com 14 anos. Lá era duro porque o sol era muito quente, debaixo da lona, deu desidratação nela, a gente tomava água de tambor, mesmo com o cuidado de ferver a água, as crianças não agüentavam o calorão, era perigoso até morrer e teve muita criança que morreu de desidratação.... mas, no começo, a gente não podia sair nem pra trabalhar e aí eles começaram a mandar alimentação. E nós tamos vivendo essa vida há 15 anos vai fazer agora.”

Uma das assentadas era agregada, juntamente com sua família, em uma das fazendas que foi desapropriada na época para formar o assentamento, contou como sofreu pressão do fazendeiro para sair e como insistiu com o marido para que ficassem:

“Eu já tava aqui dentro e não saí, mas não aqui, ali na baixada, aí o juiz do estado chegou e falou para o meu marido, é pra você desocupar dentro de 24 horas. A gente falou tudo bem, vocês pagando a minha benfeitoria a gente sai, a gente tinha uma roçona grande, ele falou: vocês não ponham a enxada nessa roça, só vai na roça buscar para comer. Aí mandaram uma carta para o meu marido e falava você vai em Teodoro, aí chegou lá e perguntaram pra mim: e a senhora? Aí eu falei: não se me derem um pedaço de terra daqui eu não saio, eu não tenho pra onde ir com 12 moleques eu não vou morar debaixo de uma ponte. Ele falou: a senhora tá certa. O meu marido não queria, eu falei se você não quer eu quero, não vou sair com 12 por aí. E ele disse: não vou dar esse desgosto pro patrão. Eu falei: o patrão nunca vai te dar nada, se a gente perder esse pedaço de terra que tão dando nós nunca vamos conseguir mais nada. Porque o patrão não vai te dar nada, ele só quer o seu suor. Aí mostramos a carta pra eles, eles falaram vocês podem continuar trabalhando, continua na sua roça, aí ele voltou continuamos trabalhando, ele perguntou: você quer ficar ou quer sair? Aí ele falou, bom, a mulher falou que quer ficar eu também fico, se os outros tem direito a gente também tem.”

Uma segunda invasão ocorreu há oito anos, em uma área próxima e que demorou mais tempo para assentar as famílias. Uma entrevistada contou como ficaram 2 anos acampados nesta segunda invasão, concentraram-se 205 famílias na mata que era área de preservação, de

lá foram para a estrada. Ela ficou na cidade com as crianças, trabalhando de bóia-fria e vinha para o acampamento a cada 15 dias. Somente o marido ficou no acampamento. Quando ganharam o lote de 1 e 1/2 alqueire se juntaram novamente. Estão há seis anos no lote.

5.2. As famílias em 1995

Das dezenove famílias entrevistadas 14 eram nucleares e 5 ampliadas, quinze mulheres são casadas, 1 é viúva, 2 mulheres foram abandonadas pelos maridos e 1 é separada.

Quanto aos filhos, a maioria tem entre 3 e 5 filhos, atualmente a principal faixa etária dos filhos é a acima de 18 anos, mas a maioria entrou no assentamento com os filhos ainda pequenos. Uma assentada contou como seus filhos foram nascendo um a um em determinado período do processo de assentamento.

“A primeira foi na beira da pista, outro foi na área de emergência e outro já foi aqui no definitivo, cada um tem uma história pra contar. Um eu tive em Teodoro e os outros dois aqui em Primavera.”

As crianças em idade escolar estão na escola; na faixa etária de 13 a 18, muitos estão terminando o primário ou cursando o segundo grau. Alguns saíram para terminar o segundo grau já que não há escola secundária no assentamento e alguns estão fazendo curso técnico em agricultura. Dentre os que já terminaram os estudos, muitos completaram apenas o primário, alguns fizeram o curso secundário e 2 terminaram o terceiro grau.

O assentamento da Gleba XV hoje é formado por 6 setores, os setores 1 a 4 foram destinados originalmente à agricultura, os setores 5 e 6 foram destinados à pecuária. Foram entrevistadas assentadas dos setores 1, 2, 3, 4 e 5. Dos setores com lotes destinados à agricultura com tamanho de 15 hectares, foram entrevistadas 13 assentadas, nos lotes de associação entre famílias, também destinados à agricultura, mas com 18 hectares cada, foram entrevistadas duas assentadas.

“7 alqueires porque o nosso era de grupo, quem era de grupo pegava lote maior. Era 6 famílias quando foi pra pegar as terras, nós tínhamos um trator; quem tinha trator podia pegar; eram 4 pessoas que trabalhavam.”

Dos lotes destinados à pecuária foram entrevistadas cinco mulheres.

Quanto à titulação, todos os títulos originais foram entregues para os homens em seus nomes. Por isso, em todas as famílias que permaneceram com sua formação original os títulos estão em nome dos homens. Só encontramos um casal em que o título estava no nome da mulher, mas talvez tenha haver com o fato do marido ser muito mais velho e viajar com frequência.

As mulheres que ficaram viúvas, se separaram e permaneceram no lote ou foram abandonadas por seu marido, tiveram que enfrentar um período difícil até que sua situação fosse regularizada, com o título passado para o próprio nome. Durante o período em que esperaram, não podiam comercializar legalmente e tinham que comprar notas dos chamados *picaretas*. A questão da titularidade do lote foi colocada como um grave problema pelas mulheres na reunião da Associação de Mulheres do Setor 2 da Gleba XV, pois já ocorreram vários casos de marido expulsar a mulher e filhos do lote, afirmando que a propriedade é dele. A sugestão delas é de que o lote é de quem toma conta dos filhos, esta questão envolve um fundamento jurídico, por que os assentados têm a posse, mas não o título definitivo da terra, no caso da Gleba XV esta é propriedade do Estado de São Paulo.

6. FAZER, PENSAR, DECIDIR: três momentos da participação das mulheres no assentamento, na visão de 1995

6.1. FAZER

Com este item pretendemos apontar de que forma as entrevistadas estão inseridas nas atividades produtivas. Quando perguntadas sobre como dividem as tarefas na família, quem realiza quais trabalhos, as mulheres entrevistadas responderam¹⁷:

Atividade	Homem	Mulher	Ambos	Filhos
Agricultura: todas as atividades	2	4	10	9
Agricultura: defensivos	4			
Pecuária: ordenha	2		1	
Pecuária: remédios		1	1	
Pecuária: todas as atividades	3	4	9	5
Horta		8	2	
Pequenos animais		9	2	
Pomar		3		
Só atividades domésticas		1		

17. Nem todas especificaram as atividades, portanto, estes dados não devem ser tratados como números absolutos, mas como um parâmetro de importância dado pelas entrevistadas sobre seus trabalhos.

No trabalho agrícola a maioria respondeu que ambos dividem as tarefas e realizam todas as atividades juntamente com os filhos. No entanto, aplicar defensivos parece ser tarefa masculina. Na pecuária a ordenha aparece como atividade masculina, mas as demais atividades, incluindo o “apartar” o bezerro da vaca, assim como a aplicação de remédios e vacinas, são atividades de ambos. No caso de mulheres sozinhas, estas cuidam de tudo, tanto na pecuária quanto na agricultura, contando com o auxílio dos filhos. A horta, o pomar e as pequenas criações são responsabilidades, na maioria das vezes, apenas das mulheres, duas afirmaram que ambos cuidam da horta e do pomar.

Apenas duas mulheres afirmaram não trabalharem na produção, uma porque está com problemas na coluna e a outra porque cuida de um bar que o marido construiu, mas antes trabalhava na roça. Todas as mulheres afirmaram que ou trabalham ou trabalhavam na produção agropecuária. Portanto, na divisão de trabalho os homens têm como tarefa específica os defensivos agrícolas, já as mulheres cuidam da horta, pomar e pequenas criações. Ambos realizam a maioria das tarefas.

“Nós dois, eu também ajudo, ajudo a prender bezerro, a vacinar, a passar veneno.”

“Eu pego na enxada direto, todos os dias, junto com ele, todos da casa trabalham. De lá pra cá cuido de tudo: casa, roça, criação... Se for veneno, aí é só ele, o trator quem mexe é o meu filho. Quando tinha horta, eu já molhava a horta, já corria tratava das galinhas e do porco, então na época (2 anos) eu tinha 50 cabeças agora tenho 1 porca prenhe. Aí quando era umas 6 da manhã eu ia pra roça...”

Em alguns casos o marido está doente e a mulher cuida de tudo:

“Acho que nunca trabalhei tanto quanto aqui, quando eu tava com três meses de gravidez (o filho ainda não tem um ano), eu arrancava três balaços de mandioca todo dia pra dar para os porcos, tinha muito, eram 100 cabeças, tinha dia que acabava tarde. Terminava o almoço eu ia arrancar mandioca, porque depois tinha que fazer jantar. Já tentei acabar com a criação, mas a gente acostuma e não quer acabar. Chegava a tarde você chamava dava gosto. Até perto de ter ele (o filho de um ano) eu apartava bezerro, cuidava da criação... a maior parte quem toca sou eu mesma, porque desde que a gente se

conhece que ele tá muito doente, tem diabetes, colesterol alto. Tudo eu gosto de plantar um pouco, quando eu arrumo alguém pra me ajudar aí fica lindo.”

Alguns elementos podem contribuir para a compreensão da divisão do trabalho no assentamento analisado. O passado de bóia-fria da maioria dos assentados pode ser um fator que leva as mulheres a terem uma participação tão fundamental na produção, realizando quase todas as atividades. Principalmente porque a maioria das entrevistadas afirmou já ter “destocado” ou “derrubado” mata, o que é considerado uma das tarefas mais pesadas no meio rural.¹⁸ Um fato curioso é a ordenha, que tradicionalmente é realizada pelas mulheres, ser uma atividade mais masculina, apesar de muitas vezes ambos tirarem o leite, da mesma forma que o “apartar” o bezerro da vaca, tradicionalmente uma atividade masculina, ser realizada na maioria das vezes por ambos. A maioria das entrevistadas afirmou que a família vinha de uma tradição agrícola, algumas ainda disseram que tinham mais conhecimento da criação de gado que seus maridos, por seus pais serem criadores. Dessa forma, o gado é uma atividade nova (a partir do assentamento) e talvez por isso não traga padrões culturais tradicionais, pois ao começarem a lidar com o gado ou estarem “partindo para o gado”, segundo muitas afirmaram, estejam também criando novos padrões culturais de como dividir as atividades de acordo com o que consideram “tarefa masculina” ou “tarefa feminina”. A ordenha é considerada por muitas mulheres entrevistadas uma tarefa dura, mas afirmam gostar de apartar o gado. Portanto, as mulheres parecem assumir uma diversidade maior de tarefas do que os homens.

Ao serem perguntadas sobre o tempo despendido com as atividades da produção, todas afirmaram administrar o tempo de acordo com as tarefas relativas ao trabalho doméstico.

“Eu acordo de manhã cedo, 4:30, o padeiro passou outro dia essa hora e falou a única casa que encontrei alguém de pé foi aqui, faço o café. Quando tinha horta, eu já molhava a horta, já corria tratava das galinhas e do porco, então na época (2 anos) eu tinha 50 cabeças agora tenho 1 porca prenhe. Aí quando era umas 6 da manhã eu ia

18. Ainda no período da colonização, quando as fronteiras agrícolas estavam em ampla expansão, muitas vezes os senhores de escravos contratavam famílias de camponeses livres para realizarem tal tarefa, por considerarem desgastante demais para ser realizada pelo escravo, podendo causar algum ferimento ou deterioramento ao seu patrimônio (Emília Viotti da Costa, “Da Senzala à Colônia, São Paulo, Difel, 1966).

pra roça, aí já deixava o almoço adiantado enquanto cuidava da horta, o arroz no fogo, a carne temperada, uma salada, as vezes ele ajudava. Ele acordava e ia mexer com trator, arado. Na hora do almoço vinha todo mundo... Agora sem a horta eu acordo mais tarde um pouquinho.”

“De manhã eu levanto 6 horas e vou pra mangueira, pra tirar leite, aí termina ..., quando vai tudo bem, quando não tem curativo pra fazer, aí vou cuidar de galinha, de porco, aí é que vem tomar café da manhã. E aí começa o serviço da casa. Depois tem a criação, apartar bezerro, botar ração, tocar vaca, prender bezerro, cuidar de pintinho, a gente só para às 7 da noite. Da casa eu cuido sozinha, a roupa tudo.”

Podemos afirmar a importância da mulher na produção no assentamento da Gleba XV. Das 19 entrevistadas, 11 participam intensamente da maioria das atividades, 4 cuidam de tudo sozinhas, contando com o auxílio dos filhos, 3 afirmaram participarem menos agora e apenas 2 afirmaram que as atividades são realizadas apenas pelo marido e filhos:

“Difícil mulher que não trabalha aqui.”

Ao longo da pesquisa foram investigadas também outras atividades realizadas pela mulher e/ou marido, atividades estas com a finalidade de compor a renda familiar e/ou atividades realizadas pela mulher para o bem-estar da família.

Segundo os depoimentos, o recurso mais usado para complementar a renda é cuidar do gado de outrem e é realizado por toda a família. Uma das entrevistadas contou como seu marido ia cuidar do gado de um outro assentado sem cobrar nada, ela interveio alegando que teriam gastos e exigiria trabalho, com isso o marido resolveu cobrar um aluguel mensal do pasto.

Uma observação interessante é que as iniciativas de produções alternativas parecem partir das mulheres, que muitas vezes cuidam de tudo sozinhas, como podemos ver no depoimento a seguir:

“Agora eu fiz um minhocário, mas aqui é um lugar tão difícil, que é difícil até pra vender o humos, porque ninguém pode pagar. Eu comecei agora, tô tirando o primeiro esse mês, tô tirando bastante, tô com 2.000 kg ali. Eu comprei a minhoca em Prudente, eu mesma, eu é que cuido.”

As atividades urbanas de complementação de renda apareceram nas entrevistas como uma alternativa das mulheres a uma situação financeira crítica, podendo estar relacionada à doença ou à crise na agricultura, estes fatos acabaram criando problemas difíceis de serem contornadas pelos assentados:

“A gente vende doce, vendemos muita geléia fora pra pagar gente pra trabalhar... A geléia a gente compra de uma mulher e vende. É caseira a geléia. A gente compra em Terra Rica no Paraná. Quando a gente tá muito apurada, sem dinheiro pra comprar comida, a gente compra a geleia vai na cidade e vende e já traz a comida, quer dizer que ajuda. A gente vende nas casas, varia, Euclides, Teodoro Sampaio, Mato Grosso do Sul... Esse ano se não tivéssemos trabalhando assim a gente tinha passado fome, muita gente aqui da gleba tá passando fome, nós não passamos fome porque a gente sabe vender pra trazer comida pra dentro de casa, se deixasse... Nós não temos ordenado, quem trabalha na roça não tem ordenado, toda quinzena, dependemos só do que sai da lavoura, esse ano não plantamos nada.”

Uma outra fonte de recurso que está se tornando uma forma de aumentar a renda familiar é a produção de queijo. Esta atividade é essencialmente feminina, nestes casos a mulher ajuda a tirar o leite e, em seguida, cuida da produção do queijo. Em um dos casos, a produção já é de 50 kg por semana, tendo a família adquirido um *freezer* horizontal para conservar melhor o produto que é escoado para o Paraná. A renda deste produto passou a ser a mais importante para a família.

Duas mulheres contaram que além das tarefas da produção e da casa, realizam atividades remuneradas: costuram, fazem queijo, manteiga e pão. Por último, uma das mulheres afirmou que até pouco tempo trabalhava no Posto de Saúde do assentamento, em tarefas administrativas, da mesma forma outra assentada contou como seu marido teve que continuar a exercer sua antiga atividade, construção de casa de farinha, para que pudessem se sustentar logo que foram assentados.

Se nessas atividades citadas acima a mulher é essencial, a comercialização dos produtos é de responsabilidade, na maioria das vezes, do homem ou de um dos filhos. Somente uma mulher afirmou ser sua a responsabilidade, foi o caso da presidente da Associação de Mulheres do Setor II, referindo-se ao produto da produção coletiva que o grupo tinha

realizado no ano anterior e que foi inteiramente comercializado e administrado pelas mulheres que participaram do mutirão.

O Trabalho Doméstico

Já no que se refere à atividade doméstica, as entrevistadas responderam que a realizam muitas vezes sozinhas:

Mulher sozinha	13
Mulher e filha(s)	4
Mulher e nora	2

Observa-se assim, que todas as mulheres realizam as atividades domésticas, sendo que algumas recebem a ajuda de filhas (em alguns casos filhos) e noras. A maioria ainda afirmou que conciliam o tempo despendido na produção com o trabalho doméstico e que realizar as duas coisas é muito cansativo. Apenas uma mulher afirmou só cuidar da casa, o que confirma a importância da mulher nas atividades reconhecidas como produtivas. Muitas afirmam que preferem as atividades na produção às atividades domésticas:

“Quando é colheita, plantação, carpir, que tem muito serviço, aí eu vou cedo, aí venho 10 horas faço almoço, ou uma das meninas vem, e a casa fica aí largada. Uma vez por semana junta eu e as 2 meninas pra por tudo em ordem, depois só na outra semana, aí vai pra roça e nesse meio tempo vai deixando acumular o serviço. Vou quase sempre, não sei se vou mais pra roça ou fico mais em casa.... Eu gosto mais do serviço da roça do que o da casa, porque você vai pra roça terminou você pode vir embora, o pior é que chega em casa e tem todo o serviço da casa pra fazer. Se me disserem: você vai acordar cedo vai pra roça e vai ficar numa boa, aí eu prefiro ir pra roça, de vez em quando eu troco com a (...) (filha), eu vou pra roça e ela fica em casa. De tarde ela vai pra escola, chega em casa e tem todo o serviço da casa.”

“É mais na roça, dificilmente eu venho em casa, se chover eu vou plantar; a casa fica mais é sem cuidar; eu acostumei na roça não gosto tanto da casa, a menina gosta mais da casa do que da roça. Quem tiver em casa faz comida, qualquer um que tiver; filho homem ou mulher; do mais novo ao mais velho.”

Uma das entrevistadas comparou a época em que trabalhava com seu marido como bóia-fria, e que ainda tinha que acumular boa parte do serviço doméstico, com a vida que leva desde que seu marido a abandonou, como sendo menos desgastante, já que agora ela administra seu próprio tempo:

“Eu era piã dele, acordava 6 da manhã fazia o café, nós ia pro... fazia qualquer serviço, tirava madeira. Nesse tempo a gente trabalhava pra fazenda daqui, tirava madeira, tocava roça, fazia de um tudo. Chegava em casa 2:30 pra fazer comida, deixava o moleque tomando conta de uma moleca pequena que eu tinha, não tinha nem 1 mês de idade, eu ia pra roça com 8 dias de dieta, puxar roçador. 2 da tarde eu vinha pra fazer comida, se a menina deixasse o menino fazia a comida, se não eu é que tinha que fazer, aí eu jogava um saco de bóia na carcunda e partia, voltava sem comer nem nada, ia dando tontura no meio da estrada, enrolando as pernas, mas eu chegava onde eles estavam. Chegando lá vinha todo mundo comer e eu não tinha vontade de comer, ficava enjoada, ali todo mundo trabalhava com a barriga cheia e eu com a minha vazia.... Nós chegava de volta no escuro, aí se a menina deixasse o menino fazer a janta ele fazia, se não tava tudo por fazer, aí ele ajudava eu fazer janta, eu e o marido, ele cuidava dos meninos e eu da janta.”

Com isso percebe-se que o trabalho doméstico é considerado feminino, com a ajuda das filhas. Já os homens só colaboram quando meninos. As mulheres não consideram esta tarefa a mais importante e nem a que mais lhes dá prazer de realizar.

8.2. PENSAR

Um segundo bloco de questões foi analisado buscando perceber a reflexão das mulheres sobre a vocação econômica do seu lote, levando em consideração como as mulheres se percebem, como avaliam a situação atual do lote, assim como qual o seu balanço e perspectivas.

“Eu sou piã dele.”

Para a pergunta: “como você se autodenomina?”, a maioria respondeu ser lavradora, uma respondeu ser doméstica e duas: “Eu sou piã dele.” e “Eu era piã dele...”. As respostas apontaram para o fato de todas se autodenominarem ativas, agentes da produção. “Eu sou piã dele” pode

ser interpretado como uma percepção da falta de poder de decisão sobre o trabalho, voltaremos a esta questão mais adiante, e de todas considerarem que já trabalharam ou trabalham muito.

Quanto à produção no lote, esta foi analisada a partir de um corte que teve por base o nível de informação dado pelas entrevistadas, divididas em:

a) Aquelas que descreveram em detalhes todas as questões envolvidas com a produção (safra atual, safra passada, produções anteriores, projetos futuros, empréstimos):

■ dez entrevistadas tinham pleno conhecimento da produção e dos fatores que a envolvem. Destas, uma entrevistada apresentou idéias interessantes e ao falar sempre em primeira pessoa, deu a entender que ela planeja mais do que o marido os próximos passos a serem tomados e os projetos futuros, principalmente quanto aos projetos alternativos.

“Um problema do lote é a falta de água. Quero ampliar o poço para 90 metros, para obter uma vazão de 10 mil litros por hora, o custo vai ser de R\$ 42,00 por metro, tudo vai ficar por R\$ 1.200,00. Com esta água vou construir um ranário e um tanque para camarão.”

As mulheres sozinhas apresentaram muito controle sobre a situação atual do lote e buscam planejar de forma segura os financiamentos a serem pedidos.¹⁹ Este é o caso de uma assentada que afirma que sua vida melhorou depois que o marido foi embora, na medida em que agora ela consegue ter noção e controle do lote e que antes “não sabia de nada que acontecia, pra onde ia o dinheiro.”

“Nós continuamos plantando a mesma coisa, mandioca, arroz, feijão, uns pro gasto, mas milho, algodão, mamona, a gente vendia, o que ficava pro gasto era arroz, feijão, um pouco de milho. No segundo ano que ele foi embora plantamos algodão e mandioca 750 toneladas, mas como eu não tinha nota eu não tenho prova. Naquele tempo eu não tinha gado e plantava a terra toda...”

Sobre os projetos futuros a mesma assentada explicita como vai administrar o empréstimo do Procerá:

19. O principal financiamento que estava sendo discutido na época da pesquisa era o Procerá de R\$ 7.500.

“Se usa a cabeça dá 12 cabeças de gado. Não sei se o meu pensar vai dar certo, com o leite eu vou tirando e vou guardando. Quando chegar no tempo de pagar tá faltando um pouquinho, aí pega um pouco dos bezerras e paga a diferença. Com a renda dos meus, que eu tenho agora dá pra ficar, e a renda do que entrar eu guardo. Os 3 meses atrás não deu nada, mês passado deu R\$45,00, mas agora vai dar.”

b) Conhecimento parcial do lote:

■ oito entrevistadas demonstraram ter um conhecimento parcial da situação do lote, no que tange à produção. Todas deram informação sobre a produção atual e as produções passadas, mas apenas 2 sabiam informar sobre os projetos futuros e nenhuma tinha clareza sobre os empréstimos contraídos. Um exemplo é o da assentada que mora com seu companheiro (não são casados legalmente), o lote está em seu nome, ela é quem trabalha na produção (o marido é doente e não pode ajudar), ela é também responsável pelos financiamentos já que é quem responde pelo lote, mas é seu marido quem tem conhecimento dos projetos futuros:

“Ele é que foi falar com o técnico, eu não fui, agora tão dizendo que tá saindo, a gente quer aproveitar par granja. O grupo que eu entrei, o técnico veio pegar o nome, identidade, CIC, agora tem que ver como fica.”

Quanto à comercialização

Outra questão analisada foi a comercialização, buscamos perceber se as entrevistadas sabiam como os produtos eram comercializados e qual a renda derivada das vendas:

Como descreveu	Renda	Como é feita a comercialização
Detalhadamente	12	12
Com poucas informações	4	3
Não soube dar informações	3	4

A maioria das mulheres tinha conhecimento de como eram comercializados os produtos e qual a renda obtida pela produção, assim como quanto era gasto e quanto lhes restava de lucro. Quase todas tinham, portanto, noção do cálculo econômico e do valor da renda, tanto quanto as noções do próprio processo de comercialização.

Balancos e Perspectivas

A última questão analisada neste ponto é quanto aos balanços e às perspectivas para o futuro do lote e de sua família. Todas as mulheres que estavam em lotes de agricultura se queixaram do pouco retorno e das dificuldades. Afirmaram que a vida melhorou, mas que o trabalho não vale a pena e que por isso querem mudar para o gado:

“Porque aí já é um motivo da gente trabalhar menos na roça, porque a gente trabalha na roça e não vê futuro. Eu acho que meu ponto de vista eu acho que a gente trabalha muito na roça e vende muito barato, o governo paga muito barato o preço da lavoura, então o que você faz é só pro consumo, não tem um futuro melhor. E não me interessa mais a agricultura não, trabalha de mais e no fim vai pagar as contas e não sobra nada, não adianta mexer com agricultura mais não. Tá todo mundo desistindo, a maioria fica devendo.”

Algumas afirmaram que a vida até piorou:

“Tá a mesma coisa, tá até pior.”

Mas, para as assentadas que estão nos lotes de pecuária a vida parece estar melhor:

“Ah melhorou bastante, agora a gente trabalha e tem estabilidade...”

Quanto às suas impressões sobre a realidade que estão vivendo, estas podem ser divididas em:

a) Aquelas que tinham idéias claras sobre os problemas e as possibilidades de desenvolvimento do lote:

■ 13 entrevistadas apresentaram um balanço de sua situação e idéias de projetos futuros. Destas, quatro entrevistadas cujos maridos estavam presentes na hora da entrevista²⁰ discordaram em seus depoimentos da avaliação de seus maridos quanto ao balanço, as mulheres afirmam que melhorou sua situação porque agora são donas de alguma coisa, mas que em termos de trabalho, muitas vezes trabalham mais e o retorno é

20. Foram casos em que mesmo após termos explicado a importância de entrevistarmos só as mulheres, os maridos insistiram em permanecer na sala, o que se por um lado pode ter causado certo constrangimento para algumas quanto às respostas sobre a divisão de trabalho, por outro lado permitiu que se comparassem suas respostas com as opiniões emitidas pelos maridos.

muito desigual. Isto pode ser percebido a partir de resposta à pergunta: “Você acha que sua vida melhorou?”, em que os casais discordavam:

“Marido - Olha eu acho que pra mim não melhorou não, até agora não.

Entrevistada - Eu já acho que sim, porque antes a gente não tinha nada, a gente morava num barraco de lona, não é nada a gente já tem onde morar; eu acho que melhorou.”

“Entrevistada - De serviço acho que aumentou, acho que não melhorou.

Marido - Não põe isso aí não, como que não é melhor, a gente tinha que acordar as 4 da manhã pra ser bóia-fria, e aqui levanta 7 horas...

Entrevistada - Mas o dinheiro homem...

Marido - Não acho não, saia de Cuiabá 5 da manhã, botavam a gente no meio da cana podia ser o dia que fosse, chuva, sol, tinha que ir direto...

Entrevistada - Mas de 15 em 15 dias recebia dinheiro, aqui trabalha o ano pra receber; a lavoura aqui não dá, Deus ajuda que vindo o gado melhora um pouco.”

b) Aquelas que tinham idéias pouco claras sobre sua situação atual e as perspectivas futuras:

■ três entrevistadas demonstraram terem idéias pouco claras sobre a situação atual.

c) Aquelas que não deram informações sobre as questões apontadas:

■ três entrevistadas não deram informações sobre estas questões

Pode-se perceber, no entanto, como a maioria tem clareza e opinião sobre sua situação atual e os projetos futuros pelo depoimento a seguir:

“Agora eu tenho vontade de fazer um poço artesiano, porque aqui é muito seco, com o artesiano dá pra fazer uma represa, fazer alguma coisa, porque vontade tem. Eu fazia uma lagoa, um tanque pra camarão, outro pra peixe, eu tenho muita vontade, um desejo muito grande. Ano que vem se der eu faço nem que seja um semi-artesiano, dá pra fazer de tudo, dá até pra fazer tanque de rã, que adianta muita terra. O que falta pra nós é água e vontade, porque fazer um criame de rã, um ranário, não vai muita coisa.”

O fator apontado como sendo o mais importante em relação à vida que levavam antes é a autonomia:

“A vida melhorou, a gente não é mais dependente.”

“Aqui não tem patrão nem empregado e outra a gente pega amor na terra da gente. A gente não quer sair não, tem as galinhas da gente, a gente gosta muito de criação... Então é melhor trabalhar pra gente do que para os outros.”

Uma das entrevistadas fez um balanço sobre sua vida quando estava casada e sua situação atual depois que o marido a abandonou.

“Ele foi embora há 5 anos e minha vida mudou. Agora tá melhor, eu não sei por que, mas tá. Acho que melhorou, antes eu não morava de baixo de um teto, se não tivesse melhorado eu não tinha conseguido essa casa. Quando meu esposo foi embora, lembra do nosso barracinho (pro técnico que faz que sim), era de prancha, essa casa eu fiz tem 3 anos. Eu paguei pra fazer. Eu morei 28 anos na casa do fazendeiro. Depois montamos aqui 2 barracinhos e moramos 6 anos assim. E ele tocava mais roça, era 25 alqueires de algodão, ele tirava vários caminhões de algodão, tudo com ajuda das crianças e era só um pouquinho de colheita que ele pagava o resto tudo eram as crianças, o dinheiro ninguém via, ninguém comia que prestava, ninguém calçava, ninguém vestia. Agora minha vida melhorou, porque pelo menos mais sossegada eu estou. Porque ele não era um homem muito ruim, mas também não era muito bom. Porque várias vezes eu tava puxando o traçador, eu falava pra ele: eu não tô agüentando, ele falava vamos você tá com manha. E ali em cima do traçador eu caía, uma pessoa dessa eu acho que ele não era um bom chefe. Os filhos quando tavam grandes ele nunca chamou, o meu filho, ou pelo menos pelo nome deles, ele só chamava: filho da peste...”

Outra comparação que apareceu muito nas avaliações foi a comparação campo/cidade. Como a maioria era bóia-fria, morava na cidade e trabalhava no campo, sentem que agora sua vida está mais sossegada.

“As pessoas falam da cidade, mas eu não gosto eu gosto da roça, principalmente desse lugar aqui, ninguém me torra a paciência,

ninguém me perturba. Eu não do que falar mal daqui. Eu vim pra cá eu tinha uma malinha na mão, a gente não tinha nada, hoje a gente tem tanta coisa, eu nunca passei fome aqui, sempre tive fartura. Eu não choro miséria que nem outros aí, eu não, porque eu trabalho, acho que se a pessoa trabalha, cria um porco, uma galinha, não tá passando fome, se tem uma abóbora, qualquer coisa. Eu acho que a minha vida melhorou, a lavoura toda vida sempre foi boa. Se o governo der uma força pra gente, com essa coisa de a gente não ter apoio de nada, aí fica difícil, dá pra desistir da roça. Na cidade não tem nada, mas na roça.... De dois anos pra cá piorou muito”

“Eu falo que naquele tempo a gente era rico, porque morava na cidade tinha: água, luz, a casa era pequena, mas eu acho que quando a gente mora na cidade, mesmo sem ter nada a gente fala que é rico. Mas agora em matéria de ter alguma coisa, a gente tá melhor. Até pras crianças... elas não tinham onde brincar, era tudo preso dentro de casa, apanhava mais porque eles ficavam só na rua. Aí era corô pra vir pra dentro de casa. O mais velho diz que eu batia muito e que agora bato menos, porque agora tem lugar pra brincar e eu fico sossegada.... Outro dia eu disse: nós vamos plantar agora só o que comer; o pessoal da cidade que plante. Eles ficam lá no bem bom e nós aqui plantando pra eles. ... Quando colhemos o feijão, a sorte é que foram só 3 sacos, o feijão tava R\$ 0,30. O atravessador é que leva a vantagem”

“No campo, é mais sossegado, que na cidade.... Eu acho que aqui tá melhor, porque onde eu morava era ilha e vivia sofrendo com as enchentes (quando morou numa ilha, área rural). Aqui dá pra comprar as coisas”.

Outro elemento que demonstra o quanto as assentadas estão inteiradas sobre a situação que estão vivendo e os problemas a serem enfrentados aparece no depoimento de uma assentada, preocupada com a mudança em massa dos lotes de agricultura para a pecuária, o que pode acarretar uma dependência em relação aos laticínios locais:

“Eu falei não dá pra ter só vaca, tá todo mundo mudando, o preço do leite caindo, eu falei ter vaca pra vender o litro a R\$ 0,20 não dá. Eu falei, vocês tem que montar um resfriador ou uma microindústria,

ficar tirando leite e vendendo pro laticínio, pode esquecer que não ganha nada. Mas o pessoal é tudo cabecinha, não tem nada na cabeça, o meu marido queria fazer uma cooperativa, pelo menos em 6 associados, fura um semi-arteziano, os lotes um perto do outro, aí o vizinho ali debaixo, falou a não tô em outro grupo. Quer todo mundo pegar o seu dinheiro e fazer que nem criança, essa bala é minha eu não divido, ah que ódio. O pessoal fala: vamos fazer a associação e a senhora é que vai ser presidente, ah se fosse vocês iam comer fino na minha mão. Eu já falei, que o leite tá abaixando, eu falei: quero ver quando todo mundo aqui tiver vaca, aí eles vão pagar R\$ 0,05, vocês são obrigados a vender o leite, porque vão fazer o que com esse leite, vocês depende disso pra viver. Falei trata de pegar esse dinheiro, comprar uma geladeira grande pra mim, com ela eu faço geladinho, garanto que eu pago a geladeira.”

Portanto, a maioria das entrevistadas parece ter uma visão clara sobre a situação dos lotes e se preocupa com projetos futuros.

6.3. DECIDIR

Este item diz respeito ao núcleo familiar quanto à gestão, administração e futuro do lote, assim como às relações com as instituições que interagem nos assentamentos: bancos, Incra, Itesp, cooperativas, sindicatos e prefeituras.

“A última palavra é dele”

Quando perguntadas sobre quem toma as decisões sobre a produção agropecuária as entrevistadas responderam:

	Primeira Resposta	Decisão Final
Homem	5	4
Mulher	4	1
Ambos	10	

No lote das famílias onde marido e mulher estão juntos, cinco disseram que o homem decide sozinho, já a maioria respondeu que ambos decidem sobre a produção, no entanto, quatro mulheres responderam que quando há controvérsia “a última palavra é dele”.

“Sempre pesa mais a palavra dele, ele é muito teimoso, parece uma

mula. Eu falo isso não vai dar certo, mas não adianta ele faz, depois quando não dá certo eu encarco na moleira dele, porque quando eu falo eu tenho razão (risos), ele não me escuta.”

“Eu dou opinião, mas quem decide é ele... eu dou minha opinião a gente conversa, mas ele é que decide”

“A gente sempre conversa e chega a um acordo. Mas ele é muito teimoso, homem é muito difícil. Plantar o segundo ano de algodão eu disse que não ia dar certo, ele teimou e não deu certo.”

Mas, em alguns casos parece que a mulher é quem de fato está gerindo o lote. É o caso de uma das entrevistadas cujo discurso foi todo em primeira pessoa:

“...eu tenho um pedaço de terra lá embaixo pra preparar, mas eu só posso preparar quando tiver o calcário. A gente tem que tomar e jogar o calcário pra gradear de novo. Principalmente agora, que a gente quer preparar a terra para o maracujá a gente tem que por calcário.”

Nos lotes onde a mulher é “chefe-de-família”, todas afirmaram que decidem sobre a gestão do lote. Um dos casos que se destaca das demais entrevistadas é a mulher que atualmente está gerindo o lote, já que o marido está doente, ele lhe deu uma procuração, mas ela afirma que apesar dele estar em outra localidade se tratando, conversam sobre todas as decisões a serem tomadas. Afirmou ainda que antes ele tomava todas as decisões sozinho.

Quanto aos projetos futuros os depoimentos apontaram para uma decisão conjunta:

	Primeira Resposta	Decisão Final
Homem	3	3
Mulher	3	
Ambos	8	
Sem informação	5	

Sobre os empréstimos contraídos as mulheres responderam:

	Primeira Resposta	Decisão Final
Homem	9	3
Mulher	4	
Ambos	4	
Sem informação	2	

Nesta questão parece que as mulheres têm menos espaço de decisão, no caso a maioria respondeu que os homens decidem e das quatro que afirmaram decidirem juntos, três disseram que o marido toma a decisão final.

“Essa mandioca do Banco do Brasil, eu pelejei, “não planta essa mandioca, vamos plantar milho.” Ele disse tem seguro. Agora não deu nada e o Banco não quer pagar o seguro, pagou o seguro mas, o banco não cobre. Aí eu disse por que não põe no pau, aí ele disse porque se perder, além dos R\$ 600,00 que já tem que pagar, vamos ter que pagar mais R\$ 70,00. Aí eu falei qual foi o contrato que vocês assinaram, não foi se a mandioca não desse, não pagava, o sujeito não ficou todo dia aí dentro da roça olhando, então não deu. Nasceu uns pezinhos, eles queriam que a gente carpisse, a gente ia ficar perdendo tempo com isso. Agora eles alegam que nós perdemos o seguro por que não carpimos a mandioca. E os outros que carpiram perderam porque, era um grupo... umas 6 pessoas. Eu fui contra, depois ficou R\$ 300,00 pra preparar e tombar, aí eu falei vamos deixar no banco, se a mandioca não der pelo menos os R\$ 300,00 tem pra cobrir, ficou aqui, aí acabou.”

Portanto, parece que as mulheres têm uma participação maior nos projetos pensados a médio e longo prazo. Neste sentido seriam dois momentos: primeiro o planejamento em que ambos decidiriam e um segundo momento em que os empréstimos são contraídos e as decisões tendem a ser mais dos homens. Em relação a pergunta sobre quem decide quanto a gestão da produção, dos projetos futuros e dos empréstimos contraídos, a maioria respondeu ‘ambos’. Utilizando a pergunta: “no caso de discordância quem decide?”, muitas afirmaram que a palavra final é do homem. Pode-se perceber que a primeira resposta dada - “a decisão é de ambos” - pode explicitar uma situação de neutralidade frente a diversidade de poder entre homens e mulheres.

Diferente da resposta dada pela maioria sobre os temas acima, a questão da comercialização e da administração do lote e do orçamento familiar apareceu como sendo decidida e realizada, na maioria das vezes, pelos homens.

No caso da comercialização:

	Primeira Resposta	Decisão Final
Homem	11	3
Mulher	4	
Ambos	1	
Sem informação	3	

No que concerne à administração do lote e do orçamento familiar a maioria alegou que os homens decidem sozinhos. Um caso extremo é a de uma entrevistada que conta como a família trabalhava, mas não sabia para onde ia o dinheiro, agora depois que o marido a abandonou conseguiu organizar sua vida e construir uma casa:

“E ele tocava mais roça, era 25 alqueires de algodão, ele tirava vários caminhões de algodão, tudo com ajuda das crianças e era só um pouquinho de colheita que ele pagava o resto tudo eram as crianças, o dinheiro ninguém via, ninguém comia que prestava, ninguém calçava, ninguém vestia. Eu não tinha idéia de pra onde ia o dinheiro. Agora eu mudei. (...) Eu trabalho menos, administro o serviço melhor; eu administro os filhos, eu falo é pra trabalhar assim, assim, do jeito-tinho que eu mando eles faz, sobra tempo pra eles e pra mim. Eu vou bem menos pra roça, tem os grandes, e eu fico vou cuidar do serviço. Até dois anos depois que ele foi embora eu trabalhava a mesma coisa, depois eu ensinei os moleques a trabalhar só e falei é só vocês agora, eu já criei vocês e agora vocês vão me criar.”

Em outros casos a mulher participa da administração do orçamento, enquanto o marido administra as demais despesas do lote:

“Graças a Deus só eu, e mesmo assim... Uma vez a conta dele ficou bloqueada, eu tinha dinheiro que ficava em RDB, aplicado, aí o banco tirou o dinheiro da minha conta pra cobrir a dele, a eu virei uma arara, acabei com a conta no banco. A gente tinha conta separada,

não sei como (risos), uma vez ele vendeu uma vaca e o dinheiro dele ele comprou... e o resto ele me deu, era esse dinheiro que tava aplicado. Aí ficou com conta no Banco do Brasil, aí ele foi tomar uma cachaça e roubaram um cheque dele e assinaram de qualquer jeito e deu um rolo foi parar na delegacia, o banco queria pagar viu que a assinatura não era dele e fechou a conta. Agora não tem conta em banco nenhum. Agora ele pegou dinheiro no Banco do Brasil, é capaz de abrir outra. Eu tinha uma poupança, tirei o dinheiro pra pagar a mandioca, ele falou que quando vendesse a mandioca me dava, e agora que não deu nada como é que fica. Ele fala pega aquela vaca lá pra você. Eu tinha uma vaca que era minha, mas não sei que fim levou, mas ele vendeu. As vezes ele pegava um dinheiro e me dá pra eu gastar. As vezes eu falo “esse mês não tem dívida, o dinheiro é pra eu gastar.” Esse mês agora ele quer comprar milho selecionado pra plantar, aí eu falo olha ainda tem uma prestação do guarda-roupa pra pagar.”

Associações de Mulheres Unidas do Setor II

A ex-presidente e sócio-fundadora da **Organização das Mulheres Unidas do Setor 2** contou como começaram, tendo os problemas da comunidade como prioridade:

“Aí começamos a nos reunir com elas, para o corte/costura, foi quando teve a idéia da Associação. A gente começou pela luta da água que era muito difícil, essas coisas, e até hoje tamos com o grupo. Começamos com 8, 10 mulheres, chegou a um grupo de 32. As prioridades são se tiver um problema no setor a gente vai brigar naquilo pra comunidade, tipo a caixa d’água e da bomba, a gente foi falar com a Cininha (mulher do Prefeito de Primavera). O muro da escola, falamos com o Prefeito e ele cedeu o muro.”

Em um segundo momento partiram para o trabalho de roça comunitária:

“Aí começou a fazer roça no lote dos outros, em trabalho comunitário. A gente tomba e todas juntas prepararam a roça, um ou dois dias na semana a gente trabalha na roça da gente, uma roça pra todas as mulheres, só as mulheres que trabalham lá, pode ir algum filho. A gente teve uma boa safra com o trabalho comunitário, foi o maior

lucro que tivemos até hoje foi da roça comunitária, tem uns 4 anos que fizemos. Agora nós paramos, não tivemos terra pra fazer trabalho comunitário. O lote era do japonês aí ele negociou e passou para prima, aí foi cortado, aí a gente não pôde mais continuar. A presidente é a (...), mas eu é que corro mais atrás, era para marcar outra eleição, a turma queria que eu entrasse de volta, eu fui a primeira presidente e já tem 3 anos que fui. A gente montou a Associação em 92 que legalizamos, chama: Organização das Mulheres Unidas do Setor II.”

A roça comunitária apareceu como uma forma de complementar a renda, todo o serviço foi realizado pelas associadas podendo contar com o auxílio dos filhos. A idéia persiste e já conseguiram outro lote, apesar de terem enfrentado algumas dificuldades, buscaram a ajuda de outras autoridades e personalidades da cidade próxima para levarem adiante o projeto:

“Agora o grupo, nós ocupamos um lote e pretendemos ficar lá para fazer esse serviço. Já tá até tombado, nós pedimos o óleo e usamos o trator da Associação que até hoje tá quebrado, quebrou uma peça e não tivemos condições de arrumar, R\$ 45,00, nem tombaram o tanto que a gente queria, não pagamos para a Associação só precisou dar o óleo. O óleo conseguimos com a Cininha a primeira dama, não tudo que queríamos, mas deu. (...) Já pedimos várias coisas para ela. Já organizamos quermesse e ela emprestou o som, ela já doou material para pintura, pano, tinta, até hoje temos material, guardanapo...”

Atualmente se encontram uma vez por mês e fazem reuniões extraordinárias quando precisam tomar decisões sobre que rumos devem tomar. O próximo projeto é o de uma granja comunitária, que seria uma saída para as filhas das assentadas que estão tendo que se empregar como domésticas por não conseguirem ficar nos lotes. Com isso, se mudam para as agrovilas que existem em cada setor e se empregam na cidade. A presidente conta como conseguem trabalhar comunitariamente:

“Entre as famílias, o trabalho que nós fez comunitário nunca deu rolo, o dinheiro foi todo dividido, a gente plantamos o feijão, foi todo pesado e dividimos em partes iguais, a gente pegou semente e não

pagou até hoje, ficamos esperando um lugar para plantar, pega hoje, pega amanhã acabou estragando. Então repartimos entre as mulheres para não perder, depois vamos ter que pagar, a gente não tinha terra, não tinha como pagar, agora dá. Agora vamos plantar milho para granja, já conseguimos a semente, vamos começar essa semana plantando 2 alqueires e se Deus quiser, depois vamos plantar mais 2 ou 3. Trabalhamos as 25 mulheres no mesmo dia, a mulher do prefeito não deu nada ainda, temos que pedir ajuda a ela. Tem hora pra chegar, hora pro almoço e hora para largar, todas no mesmo dia, ninguém pode faltar, se faltar tem que outro ir assumir o lugar, o marido, o filho, só se ficar doente aí a gente dispensa. Na reunião já faltou muita gente, mas no trabalho é obrigado a ir ou vem ou paga se não estiver doente, R\$ 6,00, uma vez por semana, conforme o serviço, se precisar a gente faz 2 ou 3 dias seguidos. Para preparar a terra a gente paga, porque conseguimos o trator, mas o tratorista nós paga R\$ 10,00. A gente tinha dinheiro no banco, aí tiramos e deixamos na casa o próprio moleque do dono da casa roubou o dinheiro, aí a gente até hoje devemos o tratorista não deu para pagar. Era uma poupança, deixamos um dia guardado e com a chave, mas o menino arreventou a porta, já comunicamos a polícia, roubou o dinheiro e a bicicleta, a bicicleta conseguimos de volta, mas o dinheiro, R\$ 51,98, não. Então estamos com o serviço parado porque não podemos pagar a peça e com o tratorista devemos R\$ 15,00. Esse dinheiro foi de uma quermesse.”

Para a presidente, a participação nos movimentos reivindicativos de melhorias para o assentamento tem sido mais das mulheres:

“É mais as mulheres tem homem que vai, mas na hora, a gente prefere as mulheres mesmo. Foi mais as mulheres, a caixa d’água, a bomba, o muro, médico pro posto.”

7. CRUZANDO AS FALAS: agricultores e agricultoras descrevem a divisão sexual do trabalho familiar - comparação 1993/1995

Núcleo M e V

Este núcleo familiar composto de um casal, cuja geração beira os 50 anos, teve nove filhos. O marido sabe resgatar com clareza a rede de

relações familiares, que sustenta a distribuição das atividades agrícolas. Com relação à tomada de decisão, ele é efetivamente o gerenciador do lote, aceitando as orientações da esposa somente na decisão dos pequenos gastos e na educação dos filhos.

A esposa é responsável hoje, assim como quando tinha a gestão direta de sua família de nove filhos, dos afazeres domésticos. Hoje, com sua saúde debilitada, as atividades extra-lar são a horta e o pomar, ajudada pela filha e às vezes pelo marido. No orçamento de seu tempo é ainda hoje importante a criação de galinhas, que contribui apenas para o consumo familiar.

A tradicional estrutura temporal que prioriza o trabalho doméstico feminino frente ao trabalho voltado a agricultura comercial parece ter sido, e ainda é, a modalidade da divisão sexual do trabalho.

Núcleo G e A

Este casal, que beira os 60 anos, teve sete filhos dos quais somente dois filhos vivem hoje com eles. O gerenciamento do lote (pecuária e agricultura) é uma atividade quase que exclusivamente masculina e para os tratamentos agrícolas há uma contratação de mão-de-obra externa para a capina, aplicação do veneno e a colheita. Pelo relato do marido em 1993, a esposa se dedica em tempo integral à família. Mas ela também atua na criação de mais de 100 galinhas e na horta. No lote também vivem as duas novas famílias constituídas pelos filhos. Também parece que esta rígida divisão sexual do trabalho permeia os dois jovens casais.

A família chefiada por N e S

O casal é de uma geração entre 40 e 50 anos com quatro filhos. O marido parece ter formado uma verdadeira cooperativa sabendo distribuir e reconhecer a importância das atribuições e das responsabilidades da esposa e dos filhos homens.

N explicita, claramente, que a contribuição de sua esposa é indispensável para os trabalhos domésticos, para a horta e para a atividade pecuária. Durante alguns anos a esposa contribuía também com uma renda extra-agrícola: a costura. Juntos tomam as decisões sobre os pequenos e grandes gastos e planejam a produção da agropecuária.

Como ela afirma:

“A gente sempre conversa e chega a um acordo”

Esta maior abertura por atividades extra-lar da esposa é decorren-

cia do fato de que o marido e um dos filhos realizam serviços de motorista de caminhão e de tratorista. Esta família, que há tempo sabe complementar renda agrícola com renda urbana, tem reestruturado a divisão sexual do trabalho de forma a substituir o leque de responsabilidades exclusivamente domésticas da esposa com uma maior visibilidade de sua contribuição extra-domésticas.

A família chefiada por C e A

O casal que beira os 40 anos teve três filhos. Apesar dele trabalhar também fora do lote, ele assume sozinho todas as grandes decisões no gerenciamento e no planejamento do lote. Neste núcleo, a divisão sexual do trabalho evidencia com clareza a separação entre as atividades agrícolas das tomadas de decisão.

“Eu pego na enxada direto, todos os dias, junto com ele, todos da casa trabalham.”

Segundo o marido, a contribuição da esposa é indispensável para o trabalho doméstico, a horta e a criação de pequenos animais. Mas, na tomada de decisão, a esposa é incorporada apenas para pensar sobre a educação dos filhos.

8. Progresso ou estagnação? 1993/1995

A maioria tinha como tradição a agricultura e por isso optaram pelos lotes destinados à agricultura, mesmo os que aceitaram os lotes destinados à pecuária afirmaram que preferiam inicialmente os lotes agrícolas e que a pecuária foi um desafio. Hoje parece que é o futuro. Algumas assentadas afirmaram terem conhecimento de criação de gado desde a infância.

“Toda vida trabalhamos com lavoura, terra arrendada, destocando também, lavoura de mandioca, milho.... Eu queria criação, porque eu entendo um pouquinho, eu crio desde os 9 anos, meu pai tinha um sítio do lado de lá do rio no Estado do Paraná. Eu só sai pra casar, ele era mais agricultor.”

No entanto, após a última crise da agricultura que teve graves repercussões para o assentamento, a maioria está optando ou pela total transformação da produção agrícola em pecuária, ou em uma forma de

associação dos dois tipos de produção. Esta mudança está sendo incentivada pelo Itesp através do financiamento do Procera.

O plantio do milho, mandioca, algodão, arroz são as principais culturas e parece que estão intimamente relacionadas ao passado de bóia-fria. Destas, o algodão parece estar em baixa devido à pragas na lavoura. A experiência de criação de bicho-da-seda que foi implantado pelo Itesp no início do assentamento é considerado por todas um fracasso. “A amora quebrou o lote.” Em alguns casos a família se empenhou até 5 anos na tentativa de ter algum retorno.

Foram poucos os empréstimos e financiamentos nos últimos 10 anos, apesar de muitos terem recebido o fundo social para abrir um poço. Por isso, o Procera (R\$ 7.500,00) está sendo esperado com grande entusiasmo, muitos são os projetos, a maioria voltada para a criação de gado, mas muitos desejam ainda fazer um poço semi-arteziano em seus lotes. Cada setor tem um poço ou mais, mas sofrem de má conservação e não dão vazão às necessidades de todos os assentados. A seca parece ser uma constante. A maioria afirma que o principal recurso sempre foi próprio.

A principal renda monetária atualmente parece derivar da pecuária e da venda do leite, mesmo que a preços considerados muito baixos. A renda derivada da agricultura é considerada muito pouco e que mal cobre as despesas:

“Dinheiro da roça você sabe como é que é, mau o mente dá pra tirar uma roupinha, um calçado. Os gastos são muitos, é que quando nós colhemos tinha que contratar pessoas para ajudar a colher, algodão tem que por gente, então R\$ 2,00 a arrouba, vendendo a R\$ 5,00, tira R\$3,00 para pagar veneno, se puser no bico do lápis não deu pra repor o que investimos... Vendi a bicicleta da minha neta pra pagar camarada para trabalhar aqui, achei que ia dar pra comprar outra e não deu.”

O maior custo para a produção agrícola ainda é o trator utilizado para preparar o terreno, alguns conseguem o trator da prefeitura (parece haver uma certa troca de favores), mas a maioria paga. Algumas famílias associadas têm trator, mas nem sempre é feita a manutenção, e com isso alguns tratores quebraram e não estão em funcionamento.²¹

21. Segundo nos informaram, os tratores são da gleba, a prefeitura acordou de fornecer o óleo, manutenção e o tratorista, mas uma das entrevistadas afirmou que existe um arranjo político para conseguir o trator. Por isso muitos preferem pagar.

Certas famílias geram renda através de outras fontes, rurais ou urbanas, assim como trabalho agregado sobre produtos do próprio lote, como o leite. Neste caso, de acordo com os depoimentos, as mulheres são as principais responsáveis.

“A gente vende doce, vendemos muita geléia fora pra pagar gente pra trabalhar.. A geléia a gente compra de uma mulher e vende. É caseira a geléia. A gente compra em Terra Rica no Paraná. Quando a gente tava muito apurada, sem dinheiro pra comprar comida, a gente compra a geléia vai na cidade e vende e já traz a comida, quer dizer que ajuda. A gente vende nas casas, varia, Euclides, Teodoro Sampaio, Mato Grosso do Sul.”

“Faço queijo, manteiga, tudo do leite eu faço. Agora vamos começar a vender.”

“Agora a gente faz 50 kg de queijo por semana, a R\$ 2,80. Se não usassem a cabeça... antes vendiam tudo para o laticínio, mas agora tá melhor.”

Em alguns casos o beneficiamento de produtos para outros assentados também é fonte de renda, é o caso de uma família que tem uma beneficiadora de mandioca e cobra ou um valor estipulado ou uma parte da produção em troca da utilização da máquina.

Quanto à infra-estrutura do assentamento, todos afirmaram que no início foi muito difícil, mas que agora já conquistaram alguns benefícios através de movimentos dos próprios assentados. A energia elétrica parece ter sido instalada recentemente.

“Agora tem posto de saúde.”

“A vida na gleba foi muito sofrida, agoira tem luz e água, antes caçavam um copo d’água e não encontravam, agoira não saio para a cidade por nada.”

Quanto à situação dos assentados, podemos observar que varia muito, mas de um modo geral os assentados do setor 5, onde estão os lotes destinados à pecuária, têm uma situação mais estável e conseguiram adquirir mais bens, o que aparece já nas condições de suas mora-

dias. As piores moradias foram encontradas no setor 1, mas muitas afirmaram que estão conseguindo terminar de construir suas moradias agora após 15 anos, o que demonstra certo progresso econômico, porém uma capitalização muito lenta. Alguns conseguiram adquirir máquinas, mas tiveram que vender parte delas, o que demonstra instabilidade financeira. A maioria possui televisão e geladeira, mas as condições sanitárias ainda são muito precárias. Alguns possuem automóveis, caminhão e/ou motocicletas. Muitas assentadas trouxeram bens ou tiveram ajuda de parentes para adquiri-los. Mas, muitas afirmam que apesar das dificuldades consideram suas vidas melhores e têm esperança de que podem progredir ainda mais. A maior conquista para elas parece ter sido a autonomia.

CONCLUSÕES

ANTIGAS E NOVAS PERGUNTAS: Algumas Conclusões

Este relatório tinha como meta introduzir a análise da participação das mulheres no interior das unidades de produção familiar no assentamento da Gleba XV. Neste sentido, a nossa preocupação estava concentrada em perceber sob quais modalidades as mulheres acrescentam às clássicas atividades doméstico-familiares contribuições cotidianas nos lotes: participando na agricultura, na pecuária, na horta, nas pequenas criações e na gestão e tomadas de decisão sobre o desenvolvimento do assentamento.

Quando foi preparada a fase complementar da pesquisa - que nos estimulou a ouvir 19 trabalhadoras - já tínhamos analisado os resultados da pesquisa realizada em 1994.

A análise de gênero feita na pesquisa da FAO/Incrá de 1994 permite concluir que a renda dos assentados do Pontal tem como fatores determinantes a estrutura produtiva e a disponibilidade de mão-de-obra. Existe uma forte associação entre gado e outras culturas na definição da renda dos assentados: cada Real imputável ao gado está associado a 3,5 Reais de renda total.

Quanto ao trabalho, notou-se grande participação de *todos* os membros da família nos trabalhos da roça. A mulher trabalha e isto é extremamente importante para a geração de renda, mas, as decisões quanto à definição da produção agropecuária são preponderantemente tomadas pelos homens em quaisquer níveis de renda.

Apesar da amplitude do debate e da enorme diversidade de opiniões sobre a questão dos assentamentos rurais hoje, uma dimensão parece ter sido menos privilegiada: a relação homem e mulher no âmbito do núcleo familiar, no que diz respeito a divisão sexual do trabalho - a inserção produtiva, enquanto mão-de-obra ou no que tange as tomadas de decisão quanto à organização da produção e da práticas domésticas.

Neste estudo exploratório sobre a questão de gênero na agricultura familiar tratou-se o tema através de dois eixos. Inicialmente, a relação homem/mulher no que se refere à organização interna do trabalho produtivo, da casa e da administração do lote. Um segundo eixo são as relações estabelecidas entre a família e os órgãos (governamentais e não-governamentais) que contribuem para a estruturação dos assentamentos e dos núcleos familiares.

No primeiro eixo pode-se perguntar qual a participação das mulheres na produção agropecuária, na composição de renda e no trabalho doméstico. É também importante se referir ao nível de participação da mulher quanto à administração dos lotes e as decisões tomadas em relação ao futuro da organização produtiva do lote.

No que tange ao segundo eixo pode-se perguntar quais as relações estabelecidas entre os órgãos que implementam projetos de estruturação e de organização produtiva no interior dos assentamentos e do núcleo familiar. Neste sentido, podemos perceber que os representantes destes órgãos tendem a recorrer ao “chefe-de-família”, que na maioria das vezes é representado pelo homem e muitas vezes deixam de dialogar com as esposas.

Estas questões por si só já são relevantes, mas tornam-se mais complexas se percebidas enquanto elementos que podem gerar tensões internas aos núcleos familiares. Lembramos que este assentamento, como a maioria, é um espaço rural que foi delimitado pelo Estado, assim como os seus lotes foram demarcados por órgãos governamentais responsáveis pela questão fundiária (Incrá e órgãos estaduais). Os assentados foram cadastrados pelos mesmos órgãos como núcleos familiares. Os lotes não podem ser ampliados ou divididos, com isso gera-se um problema em potencial: as famílias não podem se expandir dentro do lote ou o casal não deve se separar, já que neste caso um dos cônjuges teria de sair da terra.

Desta forma, pode-se afirmar que o núcleo familiar foi tomado pelo projeto de assentamento como homogêneo e estanque. A relação entre homens e mulheres passa a ser demarcada por estas limitações impostas pela estrutura do projeto.

Como o assentamento foi formado a partir de processos de ocupação de terra, muitas mulheres tiveram uma participação fundamental na organização. Em alguns casos pode-se mesmo falar em uma divisão de tarefas, em que a mulher permaneceu mais tempo no acampamento demarcando espaço e o homem buscou formas alternativas para o sustento da família enquanto o assentamento não era formado. A partir da conquista e da formação do assentamento, a participação feminina nas decisões gerais e na organização interna do assentamento e do lote parece diminuir.²²

A partir dessas colocações, por nós introduzidas em 1995, podemos, portanto, tentar responder as questões apontadas no início deste relatório:

As intervenções sócio/econômicas dos assentamentos rurais têm algum tipo de impacto sobre a condição das mulheres?

1) A realidade deste assentamento exige uma atuação direta e cotidiana das mulheres enquanto trabalhadoras, donas de casa, mães, responsáveis pela roça, pela horta e pequenas criações, produção de derivados do leite e algumas atividades externas ao lote. Disto resulta que elas não abandonaram nenhuma atividade anterior, mas ao contrário, acrescentaram novas atividades no assentamento. Considerando o fato de que nas atividades doméstico-familiares elas não receberam nenhum apoio coletivo, nem tampouco uma colaboração masculina, seu cotidiano é profundamente sobrecarregado de trabalho.

2) Frente a anterior experiência de bóia-fria e assalariada temporária, atividades freqüentes das entrevistadas, hoje as mulheres valorizam o fato de “ter a terra para plantar”. Com efeito, sua participação ativa nas atividades agrícolas lhe possibilita ter uma noção clara do conjunto das responsabilidades, da necessidade de planejamento e da dificuldade da tomada de decisão. Se por um lado elas reconhecem que a autonomia do núcleo familiar é importante, por outro percebem que ser produtor rural, nesta conjuntura, implica um alto grau de insegurança financeira. A falta de uma política agrícola que dê conta dos desafios da produção voltada ao mercado, da comercialização, do crédito, da assistência técnica, isto é, sua inserção no mercado, foi destacada em muitos depoimentos como fonte de preocupações e de dificuldades nesta conjuntura de 1995, e mais ainda, as inquietações quanto ao futuro de seus filhos.

22. A participação da mulher nos acampamentos e processos de conquista da terra, e no próprio assentamento formado, foi abordada na comparação de dois assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro (Castro, 1995).

3) As entrevistadas demonstraram diversas vezes estarem preocupadas quanto à atual situação e as perspectivas futuras, sobretudo, em relação aos filhos. Neste sentido, pode-se perceber que existe em primeiro lugar uma seleção, que não é imposta pelos pais, sobre a possibilidade de permanência e estabilidade deles nos lotes. Os filhos homens que ficam contribuem na produção e muitas vezes seu cotidiano é subdividido entre atividades internas e externas ao lote, à agricultura, à atividades de subsídio técnico (tratoristas, mecânico, motorista). Dos filhos que saem para atividades urbanas muitos conseguiram uma escolaridade média que lhes permitem uma inserção mais qualificada em relação às atividades urbanas dos pais. Para as filhas a realidade é outra. As perspectivas concentram-se no casamento, com saída do lote sem com isso sair do assentamento, ou trabalho urbano morando no assentamento. Devemos lembrar que as recentes atividades e projetos da Associação das Mulheres do Lote 2 estão relacionados ao oferecimento de alternativas de renda para as jovens do assentamento.

4) A atual situação é valorizada tendo em conta o recente passado de luta para a conquista da terra. Muitas mulheres lembraram as dificuldades e o sofrimento do período de ocupação e do acampamento, marcado por condições penosas de vida e por uma incerteza quanto ao futuro. Este período de espera que, para muitas, foi de cerca de dois anos, ainda hoje é recordado contrastando com a situação atual de certa estabilidade.

De que maneira as mulheres assentadas tem conseguido participar na tomada de decisão na agricultura familiar?

Como resultado, deve-se aceitar a idéia de que a participação das mulheres é um conjunto diversificado de atividades que as confronta com a tradicional autoridade do marido. Neste sentido, é importante separar a sua incorporação na realidade do lote em três momentos: *Fazer*, *Pensar* e *Decidir*. Ao longo da pesquisa notou-se que a relação de gênero no interior do assentamento está marcada por diferentes modalidades de participação, o que faz com que a sua inserção seja fragmentada nestes três momentos.

O seu poder de decisão é bem menor do que sua participação efetiva na produção, em relação ao poder do homem sobre a gestão do lote. Um discurso que pode estar escamoteando esta diferença seria a idéia corrente de que *ambos decidem tudo*, “ambos trabalham”, “ambos discutem”. Mas, a palavra final muitas vezes é só dos homens. Podemos também interpretar o “ambos” no discurso como uma primeira sinaliza-

ção de uma mudança no tradicional comportamento masculino, agora admitindo uma parceria.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. (1994), O mundo desencantado dos assentamentos, in *Assentamentos Rurais uma visão multidisciplinar*. SP, ed. Unesp.

BERGAMASCO, S.M.P.P. (1994), Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo, in *Assentamentos Rurais uma visão multidisciplinar*. SP, ed. Unesp.

BRITO, M.N. & REIS, C. Movimentos de mulheres no Sul do Brasil: 1975 - 1987. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 1987.

CARNEIRO, M.J. (1994), *Pluriatividade: uma resposta à crise da exploração familiar*. APIPSA, RS, Mimeo.

CASTRO, E. (1995), *Entre o Rural e o Urbano: dimensões culturais dos Assentamentos rurais do Estado do Rio de Janeiro*. Tese de Mestrado, PPGS/IFCS/UFRJ.

CASTRO, M. H. M. (1994), A Mensuração da Renda nos Assentamentos Rurais: contribuição ao debate, in *Reforma Agrária produção, emprego e renda - o Relatório da FAO em debate*. IBASE/FAO/Ed. Vozes.

D'INCAO E MELLO, M. C. *O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria*. Petrópolis, Vozes 1976.

D'INCAO, M. C. (1991), A experiência dos assentados: contribuição ao debate político da Reforma Agrária, in *Lua Nova (Revista de Cultura e Política)*, nº 23/83-106, março, Ed. Cedec/Marco Zero.

ESTERCI N., et alli. (orgs. 1994), *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. SP, Ed. Unesp.

ESTERCI N., MEDEIROS L., FRANCO M., LEITE S. (1992), Assentamentos Rurais: um convite ao debate, in *Reforma Agrária*, Campinas, 4-15, set/dez.

FAO, *Les femmes dans le développement agricole*. Roma, 1991

FAO, *Plan d'action Fao pour l'integration des femmes dans le developpement*. Roma, outubro de 1995.

FAO/Incrá, *Evolution and Planning of Development Support Activities for Settlement Areas in the State of São Paulo*, Roma, 1994 (Mimeo)

FERRANTE, V.L.B. (1994), Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisas, in *Assentamentos Rurais uma visão multidisciplinar*. OP. Cit.

GAIGER, L.I. (1992), *A Praxis Coletiva dos Sem-Terra: rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural?* ANPOCS/GT Estado e Agricultura.

GARCIA, A. R. *Terra de trabalho; trabalho familiar de pequenos produtores*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GARCIA, M. F. *O Bacurau: estudo de uma feira de usina*, Rio de Janeiro, UFRJ. Tese de Mestrado, 1977 (Mimeo)

GARCIA, A. (1994), Geração de Rendas, sua Distribuição e Trajetórias Diferenciais em Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil (1985-1989): comentários sobre um estudo da FAO, in *Reforma Agrária produção, emprego e renda - O Relatório da FAO em debate*. SP, editora Unesp.

GRAZIANO DA SILVA, J.F. *A modernização dolorosa*, Rio de Janeiro, Zahar 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J.F. (Coord.), *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*, S. Paulo Ed. Hucitec 1978.

GRZYBOWSKI, C. (1987), *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Ed. Vozes, RJ.

GUANZIROLI, C.E. (1994), Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária, in *Assentamentos Rurais produção, emprego e renda - O Relatório da FAO em debate*. SP, ed. Unesp.

HEREDIA, B. *A morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

IANNI, O. *A luta pela terra*, Petrópolis, Vozes, 1978

Jornal *A FOLHA DE SÃO PAULO*, 2 de março de 1996.

LAVINAS, L. & CAPPELLIN, P. *Gênero e classe: as mulheres trabalhadoras rurais*, S. Paulo, CUT/CEDI, 1991.

LAVINAS, L. (Coord), *Mulher rural: identidades na pesquisa e na luta política*, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 1987.

MARTINE, G. (1991), A Trajetória da Modernização Agrícola: A Quem Beneficia?, in *Lua Nova (Revista de Cultura e Política)*, n° 23/7-37, março, Ed. Cedec/Marco Zero.

MEDEIROS, L. S. de. (1989), *História dos Movimentos Sociais no Campo*. RJ, FASE.

MELO, H. P. & SERRANO, F. - *A Mulher como Objeto da Teoria Econômica*, trabalho apresentado no IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos sobre o Trabalho (ABET), São Paulo, 1995.

MENASCHE, R. *Mulheres na produção de leite*, Curitiba, DESER/CEMRT/PR 1995 (Mimeo)

MIELE, N. *A mulher na palha da cana*, UFPb, Tese Mestrado, 1985 (Mimeo)

MIELE, N. e GIULIANI, P. *Silenciosas ou combativas? Mulheres no sindicalismo rural na Paraíba*, UFRJ/IPPUR, 1987.

MMA/Sc e DESER, *A mulher agricultora em S. Catarina*, Florianópolis, 1994 (Mimeo).

MOURA, M. M. (1988), *Os Deserdados da Terra*. Ed. Bertrand Brasil, RJ.

N. AGUIAR (Coord), *A mulher na força de trabalho na América Latina*, Petrópolis, Vozes, 1984.

NOVAES, R. R. (1994), *A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização*, in *Assentamentos Rurais uma visão multidisciplinar*. SP, ed. Unesp.

OLIVEIRA, M. C. DE, *O trabalho feminino e o trabalho familiar: um estudo sobre trabalhadoras agrícolas em S. Paulo*, ANPOCS, 1982 (Mimeo)

PALMEIRA M., ROMEIRO A., GUANZIROLI C., LEITE S. (orgs. 1994), *Reforma Agrária: produção, emprego e renda - O Relatório da FAO em debate*. IBASE/FAO/Ed. Vozes

PALMEIRA, M. (1994), Burocracia, política e Reforma Agrária, in *Assentamentos Rurais uma visão multidisciplinar*. Ed. Unesp, SP.

PAULILO, M.I. A mulher e a terra no brejo Paraibano, in *Trabalhadoras do Brasil*, F. C. Chagas, S. Paulo, Brasiliense 1982.

POLÍTICA de ASSENTAMENTO, (1987), Mirad/Incrá.

PUREZA, J. (1982), *Memória Camponesa*. Ed. Marco Zero, RJ.

ROMANO, J.O. (1994), Poder, valores e conflitos nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate, in *Assentamentos Rurais uma visão multidisciplinar*. São Paulo, Editora Unesp.

ROMEIRO, A.R. (1994), Renda e Emprego: a viabilidade e o sentido da Reforma Agrária, in *Reforma Agrária produção, emprego e renda - o Relatório da FAO em debate*. São Paulo, Ed. Unesp.

SAFFIOTI, H. *O processo de individualização da trabalhadora rural*, UFRJ/IPPUR 1987.

SAFFIOTI, H. *O trabalho feminino sob o capitalismo dependente; opressão e discriminação*, Anais da ABEP, 1979.

SAFFIOTTI, H. & BOTTA FERRANTE, V. *A mulher e as contradições do capitalismo agrário*, S. Paulo, Perspectiva, 1983

SIGAUD, L. *Os clandestinos e os direitos*, S. Paulo, Duas Cidades, 1979.

SILVA, J. G. da. (1987), Mas, qual Reforma Agrária?, in *Reforma Agrária*, Campinas, 11- 60, Abr/Jul.

SORJ, B. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*, Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1980.

SOUZA MARTINS, J. DE. *Os camponeses e a política*, Petrópolis, Vozes 1981.

STOLCKE, V. *As mulheres do caminhão da turma*, Debate e Crítica, S. Paulo 1975.

TEIXEIRA, Z. A. & CARVALHO, H. M. DE & SUAREZ, M. *Perspectivas de gênero na produção rural brasileira*, IPEA/PNUD (TD) 1994.

TORRENS, J.C.S. (1994), O processo de construção das linhas políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, in *Assentamentos Rurais uma visão multidisciplinar*. São Paulo, Editora Unesp.

VIANNA, A. (1994), Sobre o lugar dos governos estaduais em o processo de Reforma Agrária. Considerações sobre o debate., in *Assentamentos Rurais uma visão multidisciplinar*. São Paulo, Editora Unesp.

WANDERLEY, M.N. B. *Capital e propriedade fundiária*, S. Paulo, Paz e Terra, 1979.

ZIMMERMANN, N. de C. (1989), *Depois da Terra a Conquista da Cooperação*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNB, Mimeo.

ZIMMERMANN, N. de C. (1994), *Os desafios da organização interna de um assentamento rural*, in *Assentamentos Rurais uma visão multidisciplinar*. São Paulo, Editora Unesp.



Um Olhar de Gênero nos Assentamentos da Reforma Agrária

Um Olhar de Gênero nos Assentamentos da Reforma Agrária*

::: Hildete Pereira de Melo

::: Alberto Di Sabbato¹

Introdução

O objetivo desse trabalho é propiciar um olhar feminista sobre o processo de reforma agrária e suas conseqüências na vida das mulheres rurais. No Brasil, a reforma agrária tomou a forma de uma forte intervenção do Estado, no sentido de atualizar o latifúndio mudando suas funções (Palmeira, 1994), mas este aspecto não será analisado por este trabalho. O foco é a análise da questão sob o prisma de gênero, isto é, observar as mulheres nesse processo de luta pelo acesso a terra e, ao mesmo tempo, relacionar gênero e propriedade como uma das questões fundamentais para transformar as relações de subordinação das mulheres aos homens.

A luta pela posse da terra no Brasil é longa e remete ao século XIX. Da Independência em diante tentou-se elaborar políticas de acesso a propriedade da terra, de maneira que a questão agrária passou a ser associada com desenvolvimento econômico depois da segunda guerra mundial. O debate entre a política de fomento a agricultura ou reforma agrária permaneceu intenso nas décadas seguintes e este embate culminou com o Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964, que tratava do Projeto de Reforma Agrária do Governo João Goulart. Este projeto, no entanto, nem chegou a ser analisado pelo Congresso Nacional devido ao golpe militar

* Artigo baseado no relatório "Reforma Agrária, terra e propriedade numa ótica de gênero", realizado pelos autores para o Projeto FAO/MDA.

1. Hildete Pereira de Melo, doutora em Economia, professora associada da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, Editora da Revista Gênero/UFF, hildete@economia.uff.br; Alberto Di Sabbato, Doutorando em Economia Rural, Professor Adjunto, Diretor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, alberto@economia.uff.br.

que derrubou o regime e culminou com aprovação do Estatuto da Terra, projeto do primeiro governo militar (Lei 4.504 de 3011/1964). Segundo Leite et alii (2004, 38) esta lei tentava conciliar uma política de defesa da propriedade e apoio a agricultura com o acesso a terra dos trabalhadores rurais.² O Estatuto estabeleceu formas de intervenção no setor, com possibilidades de caracterizar “áreas prioritárias de reformas agrárias”, que foram criadas e recriadas ao longo do tempo sem que fossem efetuadas desapropriações. Nesta trajetória, instituições foram fundadas e fechadas. Em 1970 foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), que sobrevive até os dias atuais, depois da extinção do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda).

Por último, depois de marchas e contramarchas ainda no Governo Figueiredo (1979-1985), foi criado o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários que acabou extinto. O revigoramento dos conflitos agrários e o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no início dos anos de 1980, junto com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, colocou com mais força na agenda política brasileira a luta pela posse da terra. Como resposta, o Governo Sarney (1985-1990) criou o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário – Mirad, que subordinou o Incra à sua estrutura. Este ministério foi extinto no Governo Collor (1990-1992), mas o Governo Itamar (1992-1994) resgatou a iniciativa de desenvolver projetos de reforma agrária. O Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), pressionado pelo massacre de Corumbiara (RO) em agosto de 1995 e o de Eldorado dos Carajás (PA) em abril de 1996, criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pela reforma agrária e a agricultura familiar.

Refletindo sobre o passado de instabilidade política relativa a política agrária pode-se concluir que a redemocratização colocou de novo a luta pela reforma agrária nas prioridades da política nacional, embora esta política tenha sido cheia de tensões. Foram feitas desapropriações sem planejamento, que aconteciam como consequência dos conflitos agrários, e estes se multiplicaram no país a partir de 1985. Pode-se afirmar que esta luta é secular no Brasil. No entanto, nos tempos democráticos a luta recrudesciu com maior ímpeto, como os exemplos históricos dos

2. Stedile (2005) publicou os projetos de reforma agrária apresentados no Parlamento brasileiro na segunda metade do século XX. Dentre eles está o famoso discurso do senador Luis Carlos Prestes pronunciado em 18 de junho de 1946 na Assembleia Nacional Constituinte, as propostas da Igreja Católica de 1950 e de 1961-62, o projeto do Deputado Coutinho Cavalcanti (PTB/SP) de 1954 e o primeiro projeto de reforma agrária unitária dos movimentos camponeses do Brasil de novembro de 1961, além do discurso e o projeto de reforma agrária do Presidente João Goulart apresentado no comício de 13 de março de 1964.

anos 1950 com o movimento das *ligas camponesas*, e retornou com vigor nos últimos vinte anos com o movimento dos *trabalhadores sem terra*.

Neste processo explodiu o movimento de mulheres trabalhadoras rurais que, ao longo dos anos 1980, arrancou o véu legal do poder masculino do controle sobre a propriedade da terra. A Constituição de 1988 representou uma conquista em todas as dimensões da vida feminina, assegurando direitos iguais para mulheres e homens rurais e urbanos em relação à legislação do trabalho e aos benefícios da previdência social, com exceção das empregadas domésticas, que até os dias atuais não têm assegurados todos os direitos previdenciários. Para provar que a mudança dos papéis não é tão rapidamente incorporada ao cotidiano social: a política agrária do Incra estabeleceu peso igual para o trabalho de mulheres e homens no sistema de pontuação, mas havia outros critérios que permitiam privilegiar os homens, tais como o número de filhos e a experiência nas lides agropecuárias.

Diante da política discriminatória, as mulheres rurais intensificaram suas lutas e o documento “*Pauta de Reivindicações da Marcha das Margaridas*”, em Brasília (10/08/2000), colocou com nitidez a problemática de gênero e luta pelo acesso a terra:

*“Temos 2000 razões para marchar contra a fome, pobreza e violência sexista, pois dentre a população mais pobre, somos as que mais sofremos a privação das necessidades básicas à vida. De 1964 a 1996, de todos os beneficiados com a Reforma Agrária, apenas 12,6% eram mulheres; de todos os beneficiados com o Pronaf – Programa Nacional de Assistência às Famílias, apenas 7% eram mulheres; e 81% das trabalhadoras em atividades agrícolas não receberam nenhum rendimento em 1998.”*³

Outro aspecto quase esquecido pela literatura socioeconômica nacional é o dos direitos de propriedade, sendo o acesso a terra uma questão das mais delicadas e conflituosas da nossa história. Como a discussão deste artigo gira em torno da reforma agrária, e como o enfoque é definido pelo prisma de gênero, trata-se de analisar os direitos de propriedade concernentes à população feminina para buscar respostas à masculinização do mundo rural, um tema crucial para a análise em tela.⁴ É claro que a litera-

3. Trecho do folheto que foi assinado por diversas entidades de classe e feministas: Contag, Fetags, CUT, SRTS, MMTR/NE, MNQC, CNS, MLT, UBM, SOF, TIJUPÁ, FASE e ESPLAR. Ver também CUT (1991).

4. Ver Melo & Marques, 2001 e 2005; Deere & León, 2001; Carneiro, 2001.

tura brasileira sobre os movimentos sociais no mundo rural já conta com títulos que desvendam a histórica invisibilidade da participação de mulheres e homens nessas lutas, mas a discussão dos diferentes papéis entre os sexos, sobretudo no controle do patrimônio, ainda é incipiente.⁵ A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 189 afirma que “o título de domínio ou concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos independentes de seu estado civil”. No entanto, esse direito constitucional tem sido morosamente implementado. Somente agora, na execução do II Plano Nacional de Reforma Agrária e depois de intensamente denunciado pelo movimento de mulheres rurais, foi implantada a titularidade conjunta e obrigatória da terra, através da Portaria 981 de 2003 do Incra/MDA.

Uma das expressões dessa luta pela terra é dada pelo conjunto de projetos de assentamento de Reforma Agrária⁶ que se ampliaram consideravelmente na última década. Segundo os dados ministeriais, no período de 1995 a 1999 foram assentadas 372.866 famílias (cerca de 75 mil por ano), o que significa um contingente em torno de 1,864 milhão de pessoas em 2.723 projetos de assentamento.⁷ Esses números contrastam com os dados dos trinta anos anteriores, nos quais, ainda de acordo com os dados oficiais, haviam sido assentadas cerca de 218 mil famílias (cerca de 7 mil por ano) em cerca de 800 projetos.

Os(as) formuladores(as) da política agrária nacional, leiam-se o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia e o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), conscientes de que é preciso enxergar as mulheres no mundo rural, possibilitaram o acesso aos microdados de uma pesquisa realizada no início dos anos 2000 nos assentamentos rurais. Este levantamento foi realizado entre janeiro de 2000 e dezembro de 2001 e foi uma iniciativa do MDA através do Nead. Esta pesquisa foi coordenada por uma equipe de docentes do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e o Núcleo de Antropologia da Política, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.⁸

5. Ver Spindel, C, Jaquete, J, Cordino, M., 1984; Lavinias, L. (coordenadora), 1987.

6. “Fruto de tensões sociais, pressão dos movimentos sociais, da ação sindical ou mesmo, em alguns casos, de iniciativas de autoridades locais, os assentamentos expressam na sua conformação e perfil não só a diversidade de processos sociais que lhes deram origem, como sua trajetória revela faces significativas das políticas públicas estatais relacionadas à questão da terra.” (Bruno & Medeiros, 2001, p. 2).

7. Em publicação de 2004, o Nead afirma que existem mais de cinco mil projetos de assentamentos rurais e mais de 500 mil famílias em todo o país envolvidas nesse programa. (Leite et alii, 2004).

8. Ver Sérgio LEITE, Beatriz HEREDIA, Leonilde MEDEIROS, Moacir PALMEIRA, Rosângela CINTRÃO (coordenadores), “Impactos dos Assentamentos – um estudo sobre o meio rural brasileiro”, 2004.

Recorte metodológico

A pesquisa de 2000 teve como propósito avaliar o significado e a importância dos assentamentos rurais no Brasil e seu objetivo era analisar os resultados das experiências recentes de projetos de reforma agrária. O banco de dados gerado por esta investigação, através dos seus microdados, é a base de informações utilizada pelo presente estudo. Este estudo utilizou como foco de análise as áreas com elevada concentração de projetos de assentamentos. Foram escolhidas cinco grandes manchas (Sudeste do Pará, Entorno do Distrito Federal, Zona Canavieira do Nordeste, Sul da Bahia e Oeste de Santa Catarina). Dentro de cada uma dessas manchas foi selecionada uma mancha amostral, que foram as unidades de referência para o levantamento dos dados analisados pelo presente trabalho.

Os projetos selecionados restringiram-se àqueles implantados pelo Incra no período de 1985 a 1997. Foram escolhidos 39 municípios, com 15.113 famílias assentadas entre 1985 e 1997 em 181 projetos de assentamento. Foi decidido que seriam entrevistadas 10% do total de famílias para permitir as comparações necessárias com os dados secundários. No total, foram analisados 1.568 questionários, em 92 projetos de assentamentos rurais. Cada questionário corresponde a uma família, e o responsável pelo lote foi o declarante.

Este trabalho analisa o cruzamento dos microdados referentes à caracterização da população ocupada nos assentamentos da amostra escolhida para a investigação de 2000.⁹ O artigo está organizado da seguinte forma: primeiro foi feita esta introdução com um breve recorte metodológico da pesquisa; em segundo será apresentada a variável sexo cruzada por idade e escolaridade para caracterizar o perfil dos assentados rurais; em terceiro será realizada uma avaliação da ocupação por sexo desta população; em quarto serão destacadas as informações referentes às mulheres responsáveis pelos lotes; em quinto será analisada a geração de rendimentos destes assentados; em sexto o acesso ao crédito pelas agricultoras familiares e, por último, os comentários finais.

Quem são as mulheres e homens nos assentamentos rurais?

A análise feita por este estudo, com esta amostra dos assentados rurais, abrangeu 5.341 pessoas com 10 anos e mais de idade ocupadas

9. Leite et alii (2004) no anexo 1 detalham os aspectos metodológicos da pesquisa.

nos assentamentos. Fazendo um recorte por sexo desta população, 42,2% eram mulheres e 57,8% eram homens. Esta taxa de participação reforça a tese de masculinização do meio rural, objeto de estudo da literatura socioeconômica atual (Tabela 1).

Os dados mostram que nos lotes vivem famílias nucleares, compreendendo pai, mãe e filhos, como demonstra a Tabela 1. Segundo Leite et alii (2004), essa é a composição de três quartos dos lotes investigados nas manchas pesquisadas, as famílias e as redes de vizinhança são as bases das relações sociais nos assentamentos. Esta família nuclear predomina nas manchas e cerca de dois terços delas têm filhos menores e maiores de 14 anos vivendo nos lotes. A pesquisa também apontou que aproximadamente um quarto dos lotes abriga outros parentes, em uma provável continuidade das famílias extensas de antanho.

O titular da terra era o responsável pelo lote, e fazendo um recorte por sexo observa-se que 85,9% eram homens e 14,1% mulheres. Aqui se confunde o responsável pelo lote e pela família (chefe de família) e aparece uma realidade doméstica na qual a figura masculina é a responsável pelo núcleo familiar. Esta família tradicional predomina entre os assentados pesquisados. A participação feminina como responsável pelo lote e pela família atinge a taxa de 14,1%, muito aquém da taxa de participação encontrada na população brasileira (26,7%) pelo Censo Demográfico de 2000. Esta baixa participação, provavelmente, deve ser explicada pela predominância dos homens na titularidade dos lotes e pelas dificuldades encontradas pelas mulheres para obterem o direito ao acesso a terra. Como já foi anteriormente discutido, a discriminação reflete a antiga legislação da reforma agrária, que privilegiava o sexo masculino no acesso a terra, e que foi motivo de grandes mobilizações de mulheres rurais para mudar essa postura do Incra relativa à titularidade da terra.¹⁰

A abertura das informações pelas manchas pesquisadas demonstra que no Entorno do Distrito Federal as mulheres, enquanto responsáveis pelo lote e pela família, apresentam uma taxa de participação similar àquela encontrada no meio urbano (28%). De forma singular, esta mancha é formada por grandes projetos distantes das cidades da região, e talvez isso tenha resultado em uma luta mais acirrada do movimento de mulheres rurais pelo acesso a terra, o que pode ter facilitado um empoderamento maior das mulheres no local. No Sertão do Ceará, onde ainda

10. Estas dificuldades foram em parte sanadas depois da Portaria 981 de 2003 do Incra, que implantou a titularidade conjunta e obrigatória da terra para lotes de assentamento constituídos por um casal em situações de casamento e de uniões estáveis (MDA, Nead, 2006).

predomina uma sociedade mais fechada e patriarcal, essa taxa é de apenas 9% (LEITE, et alii, 2004, Anexo 2, Tabela A.3.6). A Tabela 1 mostra também que 6% dos homens nos lotes são cônjuges, isso merece uma reflexão porque contraria os cânones da família tradicional. Uma explicação possível é que estes homens tenham casado ou vivam em união consensual com mulheres que herdaram o título do Incra, por morte do marido ou abandono.

A maior presença masculina na população assentada talvez também seja explicada pelo relativo peso da participação dos filhos em relação às filhas nos lotes: os primeiros representam 62% do total dos filhos das famílias assentadas. Estes dados corroboram a hipótese da masculinização do campo, devido à migração das mulheres do meio rural.

Tabela 1: Brasil, Assentamentos Rurais – Pessoal ocupado com 10 anos e mais segundo sexo e posição na família – 2000

Posição na família	Número de beneficiários			% sobre o total			% homem/mulher	
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Responsável	1.326	218	1.544	43,0	9,7	28,9	85,9	14,1
Cônjuge	186	1.037	1.223	6,0	46,0	22,9	15,2	84,8
Filho	1.305	790	2.095	42,3	35,0	39,2	62,3	37,7
Genro/Nora	51	59	110	1,7	2,6	2,1	46,4	53,6
Pais/Sogros	40	49	89	1,3	2,2	1,7	44,9	55,1
Irmãos/Cunhados	78	45	123	2,5	2,0	2,3	63,4	36,6
Outros parentes	73	48	121	2,4	2,1	2,3	60,3	39,7
Não parentes	27	9	36	0,9	0,4	0,7	75,0	25,0
Total	3.086	2.255	5.341	100,0	100,0	100,0	57,8	42,2

Fonte: Pesquisa de Campo 2000 – Questionário, tabulação especial

A Tabela 2 traz a tona à questão do trabalho infantil na ocupação agropecuária. De forma perversa, esta se caracteriza pelo emprego de crianças nas lidas do campo e, olhando os dados desagregados por faixa etária dos assentamentos, observa-se que há uma retração na ocupação de crianças, porém ainda pequena. Embora não sendo a mesma base de dados, vamos tecer alguns comentários fazendo comparações com os dados censitários da agropecuária. A comparação não é simples, mas mostra uma tendência. Veja-se: o censo agropecuário de 1940 mostra que

a população ocupada nessas atividades com até 14 anos de idade correspondia a 23% do pessoal ocupado na agropecuária da época, essa taxa cai para 17,7% em 1980 (IBGE, 1940 e 1980). Nota-se que é uma queda gradual, que não condiz com as mudanças ocorridas na estrutura social e econômica brasileira e no próprio processo de transição demográfica nacional. O interessante das informações da Tabela 2 é que aparentemente o perfil etário dos ocupados na agropecuária mudou pouco nesses anos. A ocupação da população assentada nessa faixa etária apresenta uma taxa de participação de 15,2%. Passaram-se mais de duas décadas e o mundo rural ainda continua com uma alta taxa de participação de menores nos trabalhos rurais. Um dirigente sindical assim coloca a questão: “É normal que os filhos dos agricultores ajudem em algumas tarefas na propriedade...tem mesmo que acompanhar o trabalho para ir aprendendo” (O Globo, 16/09/2006).

Olhando agora para o trabalho infantil feminino observam-se diferenças entre os sexos, mesmo que a tendência do Censo Agropecuário de 1980 permaneça presente: o dado censitário deste ano, sobre a estrutura etária das pessoas economicamente ativas (PEA) em atividades agropecuárias por sexo, mostra que a PEA agropecuária feminina entre 10 e 14 anos tinha uma taxa de participação de 12,5% da PEA feminina de 1980; enquanto a PEA masculina na mesma faixa etária, naquele ano, foi de 8,1%. Assim, em 1980 o peso do trabalho infantil era mais oneroso para o sexo feminino. A pesquisa nos assentamentos em 2000 (Tabela 2) mostra que esta tendência permanece: 16,8% das mulheres estão na faixa etária de 10 a 14 anos, enquanto os homens apresentam uma taxa de 14,1%. Portanto, meninas crianças e adolescentes ainda estão lá, para migrar em seguida para a cidade. Essas observações referentes ao sexo feminino não podem velar a questão da masculinização do meio rural também presente na Tabela 2: notem que em todas as faixas etárias os homens apresentam taxas de participação maiores que as mulheres.

Os ocupados dos assentamentos concentram-se na faixa etária de 30 a 59 anos, com uma taxa de participação de 41,9%. Considerando apenas os responsáveis pelos lotes, esta faixa etária concentra 74% destes (LEITE, et alii, 2004, p.73). Esta diferença entre a distribuição dos responsáveis e dos ocupados entre 30 e 59 anos provavelmente é devida à presença dos filhos e filhas no trabalho nos lotes. Os dados da Tabela 2 revelam que a maior frequência dos ocupados é na faixa etária de 17 a 24 anos. Esta faixa etária tem uma taxa de participação de 20,5% e isso talvez explicita a dureza do trabalho agropecuário.

Tabela 2: Brasil, Assentamentos Rurais – Pessoal ocupado com 10 anos e mais segundo sexo e idade – 2000

Faixas de idade	Número de beneficiários			% sobre o total			% homem/mulher	
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
10 a 14	435	378	813	14,1	16,8	15,2	53,5	46,5
15 a 16	225	163	388	7,3	7,2	7,3	58,0	42,0
17 a 24	681	415	1.096	22,1	18,4	20,5	62,1	37,9
25 a 29	240	203	443	7,8	9,0	8,3	54,2	45,8
30 a 39	482	392	874	15,6	17,4	16,4	55,1	44,9
40 a 49	437	348	785	14,2	15,4	14,7	55,7	44,3
50 a 59	330	247	577	10,7	11,0	10,8	57,2	42,8
60 a 64	132	67	199	4,3	3,0	3,7	66,3	33,7
65 e mais	124	42	166	4,0	1,9	3,1	74,7	25,3
Total	3.086	2.255	5.341	100,0	100,0	100,0	57,8	42,2

Fonte: Pesquisa de Campo 2000 – Questionário, tabulação especial

Na Tabela 3 foi calculada a idade média do pessoal ocupado nos assentamentos investigados, em que é possível observar o equilíbrio entre os dois sexos para as pessoas que permaneceram no lote.

Tabela 3: Brasil, Assentamentos Rurais – Pessoal ocupado com 10 anos e mais segundo sexo e idade média – 2000

Faixas de idade	Idade média		
	Homem	Mulher	Total
10 a 14	12,2	12,2	12,2
15 a 16	15,5	15,5	15,5
17 a 24	20,0	20,0	20,0
25 a 29	26,9	26,9	26,9
30 a 39	34,3	34,4	34,3
40 a 49	44,5	44,2	44,3
50 a 59	54,3	54,4	54,3
60 a 64	61,7	61,6	61,6
65 e mais	69,7	69,5	69,6
Total	32,3	31,2	31,8

Fonte: Pesquisa de Campo 2000 – Questionário, tabulação especial

Outra variável que esta investigação permite analisar é relativa ao nível de escolaridade dos ocupados nos assentamentos, sendo que 17,3%

destes assentados(as) nunca foram à escola e são, portanto, analfabetos(as). Comparando com os dados do Censo da Reforma Agrária de 1996/97, esta taxa de participação dos analfabetos caiu e muito, quase quinze pontos percentuais (ver Tabela 4). Estes e estas eram 30,2% dos(as) ocupados(as) naquele ano e foram reduzidos para 17,3% no ano de 2000/01. Mesmo tratando-se de bases de dados diferentes, essa diminuição expressa uma grande vitória da sociedade brasileira no combate ao analfabetismo, e isso se reflete na população assentada.

Leite et alii (2004) chamam a atenção para o fato de que uma das primeiras reivindicações dos assentados foi pela implantação de uma escola nos assentamentos. Nas manchas analisadas nesta pesquisa, em 86% dos 92 assentamentos investigados existiam escolas, embora não existissem escolas de ensino médio nem técnico. Nos assentamentos é ministrado ensino fundamental, e o estudo citado acima conclui que a existência dessas escolas foi praticamente fruto da demanda dos assentados; isso provavelmente explica a queda do analfabetismo que estes dados atestam.

Como acontece na sociedade em geral, a diminuição do analfabetismo deve-se ao aumento da escolarização das pessoas mais jovens. A população mais velha esforça-se para garantir à sua descendência um melhor nível educacional, e isso pode ser comprovado quando se analisa a escolaridade dos responsáveis pelos lotes: a taxa de participação dos analfabetos alcança 28%; 59% deles freqüentaram a escola, mas só até a quarta série do fundamental (Tabelas 4 e 5). No total das manchas investigadas, 87% dos responsáveis pelos lotes têm no máximo até a quarta série do ensino fundamental (LEITE, et alii, 2004, p.73 e Anexo 2 Tabela A 3.6).

Na sociedade brasileira atual as mulheres têm maior escolaridade que os homens, mas no meio rural a educação ainda é precária para ambos os sexos, embora os assentados tenham uma ligeira vantagem com relação aos ocupados rurais brasileiros (MELO E SABBATO, 2006). Nas manchas analisadas nesta pesquisa a percentagem de mulheres analfabetas é menor do que a masculina nas ocupações, e considerando um nível de escolaridade até a segunda série do fundamental, os homens têm uma taxa de participação de 26,3% e as mulheres de 18,9%. Não é uma grande diferença, mas o sexo masculino continua na desvantagem e essas pequenas diferenças aparecem ainda quando se consideram escolaridades mais elevadas, tais como o segundo grau completo, ou o curso superior incompleto (Tabela 4).

Por último, em relação ao indicador escolaridade foi feito um cruzamento com as variáveis sexo e idade. Estas informações estão mos-

tradas na Tabela 5. Estes dados referem-se ao ano 2000 e observa-se que os assentados mais jovens, tanto mulheres como homens, apresentam um melhor perfil educacional. A população assentada acima de 60 anos tem uma alta taxa de analfabetos; assentados homens acima de 60 anos são 25% dos analfabetos, enquanto esta mesma faixa etária concentra 18% das mulheres analfabetas. Porém, considerando apenas esta faixa etária para ambos os sexos nota-se que as mulheres acima de 60 anos são 62% analfabetas e os homens na mesma situação etária são 54% analfabetos, o que demonstra a preocupação atual da sociedade brasileira com a educação em relação ao passado.

Tabela 4: Brasil, Assentamentos Rurais – Pessoal ocupado com 10 anos e mais segundo sexo e escolaridade – 2000

Escolaridade	Número de beneficiários			% sobre o total			% homem/mulher	
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Nunca foi à escola	554	371	925	18,0	16,5	17,3	59,9	40,1
Alfabetização de adultos	62	30	92	2,0	1,3	1,7	67,4	32,6
Até a 2ª série primária	750	398	1.148	24,3	17,6	21,5	65,3	34,7
Primário incompleto (até 4ª série 1º grau)	544	424	968	17,6	18,8	18,1	56,2	43,8
Primário completo (4ª série 1º grau)	377	361	738	12,2	16,0	13,8	51,1	48,9
1º grau incompleto (até 8ª série)	557	477	1.034	18,0	21,2	19,4	53,9	46,1
1º grau completo (até 8ª série)	106	64	170	3,4	2,8	3,2	62,4	37,6
2º grau incompleto (ensino médio)	75	68	143	2,4	3,0	2,7	52,4	47,6
2º grau completo (ensino médio)	39	44	83	1,3	2,0	1,6	47,0	53,0
Curso técnico incompleto	0	0	0	0,0	0,0	0,0	.	.
Curso técnico completo	2	1	3	0,1	0,0	0,1	66,7	33,3
Curso superior (3º grau) incompleto	0	5	5	0,0	0,2	0,1	0,0	100,0
Curso superior (3º grau) completo	2	2	4	0,1	0,1	0,1	50,0	50,0
Não informada	18	10	28	0,6	0,4	0,5	64,3	35,7
Total	3.086	2.255	5.341	100,0	100,0	100,0	57,8	42,2

Fonte: Pesquisa de Campo 2000 – Questionário, tabulação especial

Tabela 5: Brasil, Assentamentos rurais – Pessoal ocupado com 10 anos e mais segundo sexo, escolaridade e idade – 2000

Escolaridade	Faixas de idade (em anos)									
	10 a 14	15 a 16	17 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 64	65 ou +	Total
	Homem									
Nunca foi à escola	0	5	53	28	79	109	140	67	73	554
Alfabetização de adultos	1	3	5	5	15	18	9	4	2	62
Até a segunda série primária	110	27	127	65	140	126	95	39	21	750
Primário incompleto (até a 4ª série do 1º grau)	148	48	106	38	85	60	38	7	14	544
Primário completo (4ª série do 1º grau)	44	14	80	46	77	64	31	10	11	377
Primeiro grau incompleto (até 8ª série)	117	105	205	35	47	35	9	3	1	557
Primeiro grau completo (até 8ª série)	13	12	34	11	25	9	1	1	0	106
Segundo grau incompleto (ensino médio)	1	10	55	1	5	2	1	0	0	75
Segundo grau completo (ensino médio)	0	0	11	10	4	11	3	0	0	39
Curso técnico incompleto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Curso técnico completo	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2
Curso superior (3º grau) incompleto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Curso superior (3º grau) completo	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Não informada	1	1	4	1	4	3	3	0	1	18
Total	435	225	681	240	482	437	330	132	124	3.086

CONTINUA ►

A Ocupação nos Assentamentos Rurais

A população assentada nas manchas analisadas neste estudo é de maneira geral originária da região na qual está localizado o assentamento; a baixa escolaridade marca essa população e sua precária inserção no mundo do trabalho. O trabalho no lote é praticamente da família, como demonstra a Tabela 2: cerca de 88,1% do pessoal ocupado com 10 anos ou mais de idade declarou trabalhar apenas no lote familiar.

Tabela 5: Brasil, Assentamentos rurais – Pessoal ocupado com 10 anos e mais segundo sexo, escolaridade e idade – 2000 (conclusão)

Escolaridade	Faixas de idade (em anos)									Total
	10 a 14	15 a 16	17 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 64	65 ou +	
Mulher										
Nunca foi à escola	1	5	19	16	55	95	112	38	30	371
Alfabetização de adultos	0	0	5	3	6	9	3	3	1	30
Até a segunda série primária	64	10	62	42	69	75	61	10	5	398
Primário incompleto (até a 4ª série do 1º grau)	126	26	53	36	84	59	31	7	2	424
Primário completo (4ª série do 1º grau)	49	17	76	39	90	63	21	5	1	361
Primeiro grau incompleto (até 8ª série)	132	82	121	44	56	25	11	4	2	477
Primeiro grau completo (até 8ª série)	3	10	26	4	11	8	1	0	1	64
Segundo grau incompleto (ensino médio)	3	12	36	5	7	3	2	0	0	68
Segundo grau completo (ensino médio)	0	0	10	11	10	9	4	0	0	44
Curso técnico incompleto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Curso técnico completo	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Curso superior (3º grau) incompleto	0	0	0	0	4	0	1	0	0	5
Curso superior (3º grau) completo	0	0	1	0	0	1	0	0	0	2
Não informada	0	1	6	2	0	1	0	0	0	10
Total	378	163	415	203	392	348	247	67	42	2.255

Fonte: Pesquisa de Campo 2000 – Questionário, tabulação especial

Tanto os homens como as mulheres têm praticamente o mesmo comportamento laboral, sendo que as mulheres têm uma taxa um pouco mais alta de trabalho no lote que os membros masculinos da família. Leite et alii (2004) alertam que esta informação pode possuir alguma distorção, porque os assentados têm receio de declarar outro tipo de trabalho além da ocupação no lote. Para estes autores a ocupação fora dos lotes são trabalhos temporários ou eventuais e as mulheres realizam relativamente mais este tipo de trabalho com os trabalhos agrícolas no lote, como mostra a Tabela 6.

Tabela 6: Brasil, Assentamentos Rurais – Pessoal ocupado com 10 anos e mais segundo sexo e local de trabalho – 2000

Local de trabalho	Número de beneficiários			% sobre o total			% homem/mulher	
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
No lote	2.607	2.097	4.704	84,5	93,0	88,1	55,4	44,6
No lote e fora do lote	442	123	565	14,3	5,5	10,6	78,2	21,8
Fora do lote	37	35	72	1,2	1,6	1,3	51,4	48,6
Total	3.086	2.255	5.341	100,0	100,0	100,0	57,8	42,2

Fonte: Pesquisa de Campo 2000 – Questionário, tabulação especial

Quem são as Mulheres Responsáveis pelos lotes?

Um dos temas mais debatidos na atualidade sobre a vida das mulheres refere-se ao crescimento da chefia feminina nas famílias brasileiras. Talvez isso espelhe a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho e o conseqüente aumento da situação feminina como provedora de renda.¹¹ Essas tarefas fora de casa não eximiram as mulheres do exercício de tarefas referentes aos papéis de mãe e esposa, mas na realidade expressam uma articulação delas com o mercado de trabalho. No meio rural houve ainda uma grande transformação vivida pelas mulheres relacionada à mudança constitucional de 1988, que permitiu a elas o acesso a terra. A pesquisa amostral analisada neste item permite fazer alguns cruzamentos dos microdados e gerar alguns indicadores para avaliar o papel feminino como titulares da reforma agrária, estas aqui consideradas (*proxy*) numa posição idêntica a da chefia feminina.

Como afirma a literatura feminista, a mudança do papel feminino nas últimas décadas processou-se numa articulação entre o papel tradicional e a nova realidade do mercado de trabalho (Melo et alii, 2007). Ter filhos e socializá-los é o grande desafio dessa articulação entre a maternidade e o trabalho fora de casa. Por isso, foi feito um cruzamento entre as mulheres detentoras de títulos da reforma agrária e o número de filhos delas: a Tabela 7 demonstra esta realidade. A média encontrada é de 2,6 filhos por mulher titular; há uma participação expressiva de beneficiárias que não têm filhos (16%) e a maior frequência é de beneficiárias com

11. Sabóia e Soares (2004) argumentam que a mudança no uso do termo "chefia" por "responsável" feita pelo IBGE no Censo Demográfico de 2000, embora tenham o mesmo significado, pode explicar um pouco este aumento, devido a que o conceito responsável está mais intimamente relacionado às tarefas femininas do que o termo chefia. Ver também sobre este tema Oliveira, Sabóia e Cobo (2002).

dois filhos, portanto, mesmo no meio rural pode-se afirmar que já existe um controle da fecundidade em padrões similares aos urbanos.

Tabela 7: Brasil, Assentamentos Rurais – Mulheres responsáveis pelos lotes segundo número de filhos – 2000

Número de filhos	Número de mulheres	% sobre o total
0	35	16,1
1	39	17,9
2	47	21,6
3	33	15,1
4	24	11,0
5	14	6,4
6	13	6,0
7	9	4,1
8	2	0,9
9	1	0,5
11	1	0,5
Total	218	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo 2000 – Questionário, tabulação especial

Outro indicador importante para traçar o perfil destas mulheres é dado pela escolaridade, como está mostrado na Tabela 8. Há uma grande participação de mulheres analfabetas (25,2%), praticamente um terço delas não sabe ler nem escrever e 83% só cursou até a quarta série do 1º grau. Estes números expressam uma precária escolaridade e é uma triste realidade do meio rural que só lentamente vai sendo mudada.

Um terço das mulheres titulares dos lotes está na faixa etária de 40 a 49 anos, e somando a faixa de 30 a 39 anos têm-se 56% das responsáveis pelos lotes, e esta taxa de participação atinge 81% quando agrega-se as cinquentonas ao grupo. A idade média dessas mulheres fica em torno de 45 anos como mostra a Tabela 9 e isso remete ao ciclo de vida feminino, porque nesta faixa etária uma parcela significativa das mulheres já tem filhos crescidos, adultos ou adolescentes, e pode liberar-se das atividades domésticas, o que possibilita maior dedicação aos trabalhos agropecuários nos lotes.

Porém, a fecundidade dessas mulheres põe um enigma nessa questão, como mostra o cruzamento das variáveis: idade e o número de filhos das beneficiárias dos lotes. O resultado aparece na Tabela 10. Vejam

Tabela 8: Brasil, Assentamentos Rurais – Mulheres responsáveis pelos lotes segundo escolaridade – 2000

Escolaridade	Número de mulheres	% sobre o total
Nunca foi à escola	55	25,2
Alfabetização de adultos	6	2,8
Até a segunda série primária	40	18,3
Primário incompleto (até a 4ª série do 1º grau)	38	17,4
Primário completo (4ª série do 1º grau)	42	19,3
Primeiro grau incompleto (até 8ª série)	26	11,9
Primeiro grau completo (até 8ª série)	3	1,4
Segundo grau incompleto (ensino médio)	2	0,9
Segundo grau completo (ensino médio)	5	2,3
Curso técnico incompleto	0	0,0
Curso técnico completo	0	0,0
Curso superior (3º grau) incompleto	1	0,5
Total	218	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo 2000 – Questionário, tabulação especial

que o esperado era que a opção “não ter filhos” fosse o caso das mulheres mais jovens na faixa de 17/24 anos, e não é isso que mostram os dados: 34,3% das mulheres sem filhos estão na faixa de 50 a 59 anos; e agregando as faixas acima de 60 anos esta taxa de participação atinge 60%. Será que no momento da pesquisa os filhos dessas mulheres já haviam falecido, ou elas nunca tiveram filhos? Não sabemos, mas concretamente este número de mulheres não tem filhos. Como interpretar essa constatação? As mulheres assentadas têm um maior engajamento político e isso condicionou sua opção pela maternidade? Fica no ar esta indagação!

O outro lado dessa moeda é que as mulheres com mais de cinco filhos estão concentradas na faixa etária de 40 a 49 anos com uma taxa de participação de 42,3%, e somando as mulheres de 30 a 39 anos a taxa de participação sobe para 77% das mulheres nessa situação. Na realidade, aparentemente há um grupo de mulheres com muitos filhos e outro que controlou com maior severidade sua reprodução.

Intrigados com essa constatação foi feito um novo cruzamento de dados, agora do número de filhos e os anos de estudos dessas mulheres, isso por que supõe-se que as mulheres com maior escolaridade controlam mais rigorosamente sua reprodução. A Tabela 11 mostra o resultado: as mulheres sem filhos apresentam baixa escolaridade e 31,4% delas são

analfabetas, o que desfaz o mito de que a escolaridade leva a um controle maior da fecundidade. Deve-se lembrar que estas mulheres são mais velhas, e talvez nisso esteja a explicação para essa participação das analfabetas entre as mulheres sem filhos. Da mesma forma, as mulheres com maior número de filhos também são analfabetas ou com baixa escolaridade como aponta a Tabela 22, assim deve haver outra razão para este comportamento. Arriscamos concluir que o envolvimento político seja um aspecto relevante e que não se tem um padrão de comportamento para este aspecto.

Tabela 9: Brasil, Assentamentos Rurais – Mulheres responsáveis pelos lotes segundo idade – 2000

Faixas de idade	Número de mulheres	% sobre o total	Idade média
17 a 24	8	3,7	21,8
25 a 29	11	5,0	27,5
30 a 39	54	24,8	35,0
40 a 49	68	31,2	44,5
50 a 59	54	24,8	54,6
60 a 64	16	7,3	61,6
65 e mais	7	3,2	69,4
Total	218	100,0	45,0

Fonte: Pesquisa de Campo 2000 – Questionário, tabulação especial

Tabela 10: Brasil, Assentamentos Rurais – Mulheres responsáveis pelos lotes segundo idade e nº de filhos – 2000

Faixas de idade	Sem filhos		Com 1 e 2 filhos		Com 3 a 5 filhos		Com + de 5 filhos	
	Nº mulh.	% s/ total	Nº mulh.	% s/ total	Nº mulh.	% s/ total	Nº mulh.	% s/ total
17 a 24	1	2,9	6	7,0	1	1,4	0	0,0
25 a 29	1	2,9	7	8,1	3	4,2	0	0,0
30 a 39	7	20,0	15	17,4	23	32,4	9	34,6
40 a 49	5	14,3	24	27,9	28	39,4	11	42,3
50 a 59	12	34,3	22	25,6	14	19,7	6	23,1
60 a 64	5	14,3	9	10,5	2	2,8	0	0,0
65 e mais	4	11,4	3	3,5	0	0,0	0	0,0
Total	35	100,0	86	100,0	71	100,0	26	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo 2000 – Questionário, tabulação especial

Tabela 11: Brasil, Assentamentos Rurais – Mulheres responsáveis pelos lotes segundo escolaridade e nº de filhos – 2000

Faixas de idade	Sem filhos		Com 1 e 2 filhos		Com 3 a 5 filhos		Com + de 5 filhos	
	Nº mulh.	% s/ total	Nº mulh.	% s/ total	Nº mulh.	% s/ total	Nº mulh.	% s/ total
Nunca foi à escola	11	31,4	16	18,6	19	26,8	9	34,6
Alfabetização de adultos	1	2,9	3	3,5	2	2,8	0	0,0
Até a 2ª série primária	8	22,9	15	17,4	9	12,7	8	30,8
Primário incompleto (até 4ª série 1º grau)	3	8,6	13	15,1	21	29,6	1	3,8
Primário Completo (4ª série do 1º grau)	7	20,0	18	20,9	9	12,7	8	30,8
1º grau incompleto (até 8ª série)	3	8,6	14	16,3	9	12,7	0	0,0
1º grau completo (até 8ª série)	0	0,0	2	2,3	1	1,4	0	0,0
2º grau incompleto (ensino médio)	1	2,9	1	1,2	0	0,0	0	0,0
2º grau completo (ensino médio)	1	2,9	3	3,5	1	1,4	0	0,0
Curso técnico incompleto	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Curso técnico completo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Curso superior (3º grau) incompleto	0	0,0	1	1,2	0	0,0	0	0,0
Total	35	100,0	86	100,0	71	100,0	26	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo 2000 – Questionário, tabulação especial

Tabela 12: Brasil, Assentamentos Rurais – Mulheres responsáveis pelos lotes segundo local de trabalho – 2000

Local de trabalho	Número de mulheres	% sobre o total
No lote	181	83,0
No lote e fora do lote	36	16,5
Fora do lote	1	0,5
Total	218	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo 2000 – Questionário, tabulação especial

Analisando a Tabela 12, nota-se que a maioria dessas mulheres se dedica às atividades vinculadas ao lote, ou seja, as atividades agrícolas, e

uma pequena parcela combina o trabalho no lote com prováveis trabalhos temporários ou eventuais no próprio assentamento, seja para outros assentados, seja em serviços em áreas comuns, como afirmam Leite et alii (2004) quando analisam esta pesquisa sobre os assentamentos.

Geração de Renda nos Assentamentos Rurais

As informações relativas às rendas geradas nos assentamentos são motivos de grande controvérsia na sociedade. O estudo dos rendimentos pode ser quantificado em indicadores dos “impactos internos” dos assentamentos rurais. Afinal, a agricultura familiar praticada pelos assentados é eficaz? Uma coisa é evidente: a propriedade da terra é o elemento que diferencia a questão da distribuição da renda como afirmam Ney & Hoffmann (2003). Ao estudar a distribuição da renda na agropecuária, estes pesquisadores avaliam que devido à concentração da propriedade da terra no Brasil, este setor apresenta a pior distribuição de renda de todas as atividades econômicas. Como a posse da terra é em parte determinada pela hereditariedade, o combate à pobreza no país somente será vitorioso com a realização da reforma agrária, que possibilitaria o acesso à posse da terra aos que nela trabalham. Os dados sobre a concentração da estrutura fundiária mostram que a área média dos empreendimentos agrícolas é de 221 hectares, enquanto para negócios agrícolas realizados por trabalhadores(as) por conta própria esta média fica em torno de 26,2 hectares. (NEY & HOFFMANN, 2003, 149).

Assim, as ocupações na agropecuária refletem melhor a riqueza das pessoas do que os outros setores econômicos, porque na agricultura o(a) empregador(a) é o(a) proprietário(a) da terra. De forma dramática, este processo tem-se acentuado nas últimas décadas com a concentração fundiária, reproduzindo-se e ampliando-se, devido à penetração do grande capital nos negócios agropecuários. Isso vem modificando as condições de vida no campo brasileiro, com expulsão de massas de trabalhadoras(es) rurais e o fortalecimento dos grandes proprietários, substituindo os(as) pequenos(as) até nos cultivos tradicionais. Este trabalho não pretende discutir esta questão, limita-se a identificar as diferenças entre os rendimentos masculinos e femininos nos assentamento rurais analisados nesta investigação.

A literatura socioeconômica afirma que as mulheres ganham menos que os homens não somente porque estão concentradas em ocupações que exigem menor qualificação, mas porque essa prática decorre da discriminação. Soares e Oliveira (2004), analisando as desigualdades

de rendimentos entre mulheres e homens no mercado de trabalho metropolitano nacional, concluem que existe menor desigualdade quando elas exercem ocupações tipicamente masculinas. As informações deste estudo mostram que no campo acontece o mesmo indicado por Soares e Oliveira, embora intermediada pelo acesso a terra. O indicador de rendimentos apresentado na Tabela 13 ilustra a consigna feminista “*salário igual para trabalho igual*” de modo paradoxal. No caso analisado neste item a renda média feminina das titulares do lote é idêntica à dos homens. Parece que a igualdade chegou ao meio rural, mas a diferença está na propriedade. Afinal, as atividades de ambos os sexos nesse caso são similares, ambos são agricultoras e agricultores, exercem ocupações idênticas na exploração da terra. Mas, a igualdade desses assentados construiu-se porque ambos são proprietários da terra.

Tabela 13: Brasil, Assentamentos Rurais – Renda bruta mensal familiar do lote segundo sexo do responsável pelo lote – 2000

Faixas de renda	Homem			Mulher		
	Nº de lotes	% s/ total	Renda média	Nº de lotes	% s/ total	Renda média
0	35	2,6	0,00	11	5,0	0,00
Mais de 0 a 100	418	31,5	42,51	53	24,3	40,52
Mais de 100 a 200	250	18,9	153,42	43	19,7	159,56
Mais de 200 a 300	170	12,8	249,11	39	17,9	251,48
Mais de 300 a 400	112	8,4	347,42	20	9,2	353,82
Mais de 400 a 500	81	6,1	441,85	13	6,0	463,90
Mais de 500 a 600	64	4,8	544,75	11	5,0	549,11
Mais de 600 a 700	51	3,8	651,66	4	1,8	649,09
Mais de 700 a 800	39	2,9	747,60	8	3,7	732,13
Mais de 800 a 900	19	1,4	840,81	1	0,5	807,21
Mais de 900 a 1.000	16	1,2	933,64	4	1,8	956,72
Mais de 1.000	71	5,4	1.630,53	11	5,0	1.598,49
Total	1.326	100,0	314,56	218	100,0	314,84

Fonte: Pesquisa de Campo 2000 – Questionário, tabulação especial

Agricultoras Familiares, Assentadas da Reforma Agrária e o Crédito

Para complementar a análise dos assentamentos rurais, este estudo faz uma breve avaliação sobre a participação feminina nos progra-

mas de financiamento da agricultura familiar, através do crédito do Pronaf. A introdução deste item deve-se a importância do crédito na promoção da autonomia econômica das mulheres, considerada pelo movimento feminista como a base para a construção de uma sociedade igualitária. Desde 2001 uma portaria do MDA tinha estabelecido uma cota de no mínimo 30% dos créditos do Pronaf para as mulheres agricultoras. Porém, foi só uma boa intenção. Esta política desconsiderou a tradicional discriminação da realidade rural e nenhuma estratégia foi elaborada para o acesso das mulheres a esta linha de crédito, assim, poucas foram atendidas. No governo Lula, o Pronaf foi revitalizado e foi pensada e implementada uma estratégia específica para assegurar as mulheres o acesso ao crédito (ver MDA, *Cirandas do Pronaf para as Mulheres*, 2005).

Essa política teve bons resultados. Claro que o desenho foi realizado devido à preocupação ministerial em atender as reivindicações do movimento social para que fossem criadas condições novas para as agricultoras ampliarem sua autonomia econômica. Este era um dos objetivos do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre) do MDA. Com esta perspectiva foram engendradas novas condições para o funcionamento do Pronaf. Levando adiante sua preocupação com a condição feminina o Ppigre levantou as informações referentes à participação das mulheres no Pronaf a partir das safras de 2001/2002 até a última safra de 2004/2005 com os dados existentes na Secretaria de Agricultura Familiar. Notem que as mulheres em 2004 eram cerca de 32% do pessoal ocupado na agropecuária (Melo & Sabbato, 2006), levando-se em consideração que elas são cerca de um terço dos ocupados houve um crescimento das operações de crédito realizadas pelas agricultoras no Pronaf, comparando as safras de 2001 até 2005.¹²

Para as safras de 2001/02 e 2002/03¹³, as mulheres tomaram apenas 10,4% das operações de crédito do Pronaf, e em 2003/04 e 2004/05 esta taxa de participação aumentou para 16,4% e 16,6%, respectivamente. Avaliando o crescimento tem-se que as operações realizadas pelas agricultoras elevaram-se 84,5% a.a. entre 2001/02 e 2004/05. Analisando apenas a política para a agricultura familiar do atual governo, observa-se que as operações do Pronaf cresceram muito, mas esta foi decisivamente uma política de gênero: as operações realizadas pelos homens cresceram 100%, mas as das mulheres elevaram-se 240% no

12. Esta síntese esta baseada na publicação "Cirandas do Pronaf para as mulheres" (MDA, 2005).

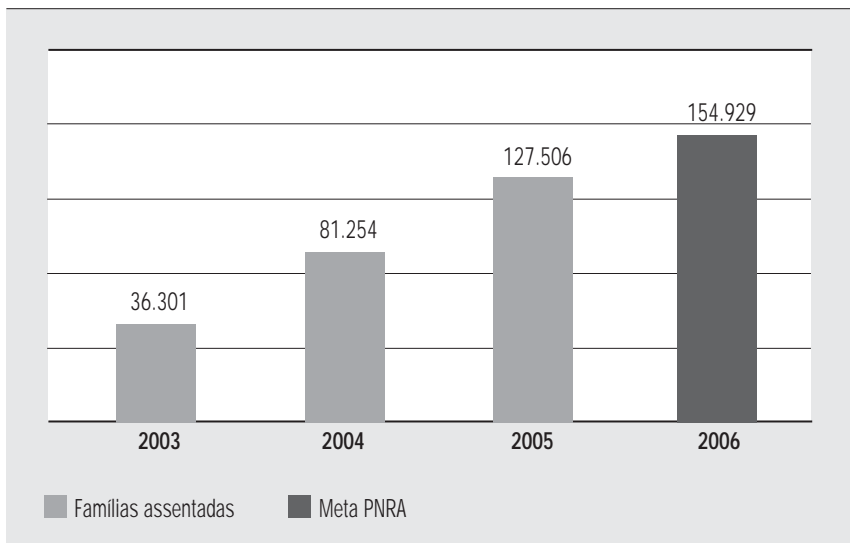
13. O Plano de Safra não equivale ao ano civil.

período 2003/05. Olhando pelo ângulo do dispêndio financeiro continua o destaque feminino. As mulheres foram responsáveis na safra 2001/02 pelo montante estimado de 5,5% do financiamento dessas operações e na safra 2004/05 a participação feminina subiu para 14,3% do total financiado pelo Pronaf. Provavelmente, este crescimento tão rápido deva-se a ação do MDA com a criação do *Pronaf Mulher* no Plano de Safra de 2003/04 e, posteriormente, expandido no plano de safra de 2004/05, quando este se tornou uma linha específica de crédito. Estes números alentam as possibilidades de que uma política pública pode fazer para melhorar o empoderamento feminino.

Entre os anos de 2003 e 2005, o Governo Lula assentou 245 mil famílias e garantiu 850 mil novos empregos no meio rural. O Gráfico 1 mostra essa evolução e destaca o ano de 2005, no qual foram assentadas 127.506 famílias. O Gráfico 2, por sua vez, expõe o desenvolvimento de medidas adotadas pelo governo para melhorar a qualidade de vida nos assentamentos: em relação aos investimentos em assistência técnica, esta foi reorganizada e ampliada e 472,6 mil famílias foram atendidas, recuperou-se cerca de 28.470 km de estradas, além de crédito e habitação para mais de 314 mil famílias. Através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) promoveu-se a escolarização de 155 mil assentados e foram concedidas 534 bolsas de capacitação profissional em assistência técnica, com objetivo de melhorar a educação da população assentada. O acesso ao crédito ampliou-se através da expansão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para **as safras de 2003/2004 e 2004/2005, em que 550.208 mulheres titulares de terra obtiveram um financiamento de cerca de 1 bilhão e 570 mil reais. Considerando apenas o crédito especial Pronaf Mulher, este financiou cerca de 11 mil trabalhadoras rurais num total de 80 milhões de reais para as safras acumuladas de 2003 a 2006** (www.mda.gov.br). Devido às dificuldades que as trabalhadoras rurais têm com a falta de documentação civil, necessária para ingresso nesta linha de crédito, o MDA organizou o Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, que através de mutirões por todo o Brasil expediu mais de 300 mil documentos, entre registro de nascimento, carteira de identidade e do trabalho, INSS e Cadastro da Pessoa Física (CPF), beneficiando mais de 165 mil mulheres trabalhadoras rurais.¹⁴

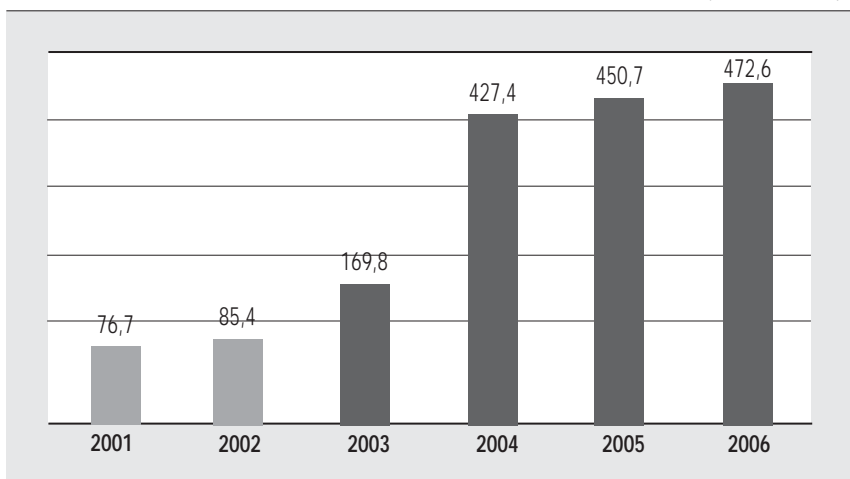
14. Até novembro de 2006 foram realizados 495 mutirões em 564 municípios brasileiros. Entrevista com Andréa Butto (MDA) em 13 de novembro de 2006. Ver também sites: secom.planalto.gov.br (janeiro de 2006) e mda.gov.br, acessos variados nos últimos quatro meses (junho/setembro de 2006).

Gráfico 1: Famílias assentadas



Fonte: MDA, 2006

Gráfico 2: Famílias assentadas beneficiadas com assistência técnica (em milhares)



Fonte: MDA, 2006

Considerações finais

Este trabalho constitui uma aproximação preliminar à questão da presença feminina nos assentamentos rurais. Como as(os) estudosas(os) dos problemas de gênero alertam, é preciso um olhar feminista para desvelar as mulheres que lutaram e hoje vivem a realidade dos assentamentos rurais. O número de famílias atualmente existente nos assentamentos rurais justificaria por si só que se empreendesse uma análise específica sobre o papel e a situação das mulheres assentadas.

Há uma significativa produção científica sobre a reforma agrária, mas estes estudos tratam sob diversos aspectos dos assentamentos rurais (MEDEIROS e LEITE, 1999; LEITE, et alii, 2000), no entanto, não levam em conta a separação entre os sexos, o que impede que se tenha uma visão acerca do papel da mulher na implantação e no desenvolvimento dos assentamentos rurais. A pressão social das organizações de mulheres pode mudar esta situação e os diversos relatórios de pesquisa feitos por Buainain et alii sobre este tema ilustra esse fato. Em 2001, um grupo de pesquisadores da Unicamp realizou um estudo para avaliar o Programa Cédula da Terra (PCT), que teve como principal objetivo acompanhar o desempenho dos beneficiários do PCT, dos assentados do Incra e dos(as) produtores(as) que não participaram de nenhum programa de Reforma Agrária; esta pesquisa foi coordenada por A.M. Buainain (2002). O relatório final produzido pela equipe não continha praticamente nenhuma informação relevante para uma avaliação do papel feminino nos assentamentos da reforma agrária. Mas, em 2004, este mesmo grupo produziu um relatório preliminar com cruzamentos específicos dos microdados dessa pesquisa para analisar os aspectos de gênero, intitulado “*Estudo de Gênero em Assentamentos de Reforma Agrária*” (BUAINAIN, et alii, 2004) e neste trabalho as mulheres apareceram. O relatório mostra uma análise acurada das questões relativas ao papel feminino nos assentamentos rurais, discutindo desde a divisão sexual do trabalho nos aspectos reprodutivos e produtivos, como a subordinação que cerca o papel feminino. Esta situação é reconhecida pelas próprias mulheres entrevistadas que denunciaram a desigualdade da divisão de tarefas e o pouco reconhecimento do esforço delas no trabalho doméstico e no campo. Fica explícito que as relações de poder no universo familiar reforçam a divisão de tarefas por sexo, cabendo as mulheres o trabalho reprodutivo e dificilmente este será reconhecido como produtivo. Assim, como Rua e Abramovay (2000), este relatório também enfatiza a questão da invisibilidade do trabalho femini-

no no mundo rural. Pode-se concluir que levantar as barreiras da invisibilidade do trabalho feminino na sociedade precisa ainda da denuncia sistemática do movimento de mulheres para que as informações sobre mercado de trabalho e reprodução da vida não sejam relegadas a um segundo plano.

Os resultados da pesquisa de campo de 2000, para avaliar os impactos dos assentamentos rurais, mostram que nos assentamentos da reforma agrária a posse dos direitos formais de acesso a terra entrou devagar na vida das mulheres do meio rural. Basta observar a pequena taxa de participação das mulheres como beneficiárias da reforma agrária nacional. Uma notícia alvissareira é que esta pesquisa sobre os assentamentos mostra que a situação melhorou quando se compara os resultados deste trabalho com os números do I Censo sobre a Reforma Agrária (Incrá, 1996/97): as mulheres titulares dos lotes chegam a 14,1%. Houve um pequeno avanço na luta pelo empoderamento feminino, e as trabalhadoras rurais sem terra usufruíram dele como revelam estes dados.

É evidente que o conceito de gênero e propriedade é uma das questões fundamentais na mudança das relações entre os sexos; e uma das expressões da luta pela terra em nosso país são os projetos de assentamento de Reforma Agrária. Estes se ampliaram consideravelmente na última década, mas ainda é uma luta em curso na sociedade brasileira. Ecoando as reivindicações das inúmeras “*Marcha das Margaridas*” organizadas sistematicamente pelas trabalhadoras rurais, foi criado dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) um programa especial para promover uma política de ações afirmativas femininas: com atenção para as questões de acesso das mulheres rurais a terra e ao título, ao treinamento, à assistência técnica e financeira e aos benefícios da seguridade social. O ponto alto dessa gestão foi a Portaria nº 981 de 2003 do Incra, que regulamenta a *titularidade conjunta e obrigatória da terra* para as situações de casamento e de união estável e no caso de separação a terra ficará com a mulher desde que ela tenha a guarda dos filhos. **Vitória da luta dos movimentos sociais brasileiros – trabalhadoras rurais e feministas.**

Os indicadores analisados neste estudo traçam um perfil dos assentados e das atividades desenvolvidas por elas e eles, com o objetivo de retirar o véu que encobre o viver feminino. As mulheres e homens presentes nos assentamentos apresentam uma distribuição etária bastante similar: são adultos nas faixas de 30 a 49 anos, portanto, pessoas em plena capacidade laboral, sejam de um sexo ou de outro. A masculiniza-

ção do meio rural é evidente também nos assentamentos. Mesmo quando se considera apenas as crianças, há um predomínio do sexo masculino, o que talvez seja explicado pelo êxodo muito cedo das meninas e moças para a cidade.

Os beneficiários da reforma agrária têm baixa instrução, como a grande maioria dos trabalhadores rurais. A escolaridade dos assentados mostra uma triste realidade: cerca de um terço (30%) são analfabetos, e as mulheres apresentam uma taxa ainda um pouco mais alta (32,5%). De forma contundente, 70% dos assentados declararam ser analfabetos ou ter cursado apenas até a terceira série do ensino fundamental. Embora a base de dados seja diferente, a pesquisa de 2000 mostra uma queda do analfabetismo para ambos os sexos, mas as mulheres avançaram mais que os homens no aumento de sua escolaridade. Esse aumento da escolaridade tem um resultado semelhante com os da pesquisa de Rua e Abramovay (2000), que constatou uma grande valorização da escola nos assentamentos. Estes vêem a instrução como uma forma de superar as barreiras sociais existentes na sociedade e lutam por ela.

Como aconteceu na sociedade brasileira em geral, a diminuição do analfabetismo deve-se ao aumento da escolarização das pessoas mais jovens. A população mais velha esforça-se para garantir à sua descendência um melhor nível educacional e isso pode ser comprovado quando se analisa a escolaridade dos responsáveis pelos lotes: a taxa de participação dos analfabetos alcança 28% dos titulares. Esta taxa amplia-se para 59% de participação quando se considera a freqüência à escola até a segunda série do fundamental, o que expressa uma escolaridade muito precária desse conjunto de pessoas.

Os assentados dedicam-se na sua grande maioria às atividades agropecuárias (88%), mas fazendo o corte de sexo nota-se que a participação dos trabalhadores rurais e camponeses aumenta um pouco mais, atinge a taxa de 92,3%. Praticamente todos os homens que vivem nos assentamentos ocupam-se destas atividades. Enquanto que as mulheres dividem-se entre estas e outras atividades não-agrícolas propriamente ditas, tais como as tarefas vinculadas à reprodução humana. Aparentemente todos, com raras exceções, trabalham nas atividades agrícolas, esposas, filhos(as) e os agregados familiares. Chamo a atenção para o fato de que 83% das mulheres cônjuges declararam realizar trabalhos na agropecuária. Esta expressiva taxa de participação mostra a grande contribuição feminina nessas tarefas, seja como trabalhadora familiar, seja como produzindo para autoconsumo.

Este estudo fez ainda uma avaliação das mulheres titulares dos lotes da reforma agrária. O interesse era verificar as articulações entre o papel tradicional feminino e a nova realidade do século XXI, diante do avanço da luta feminista. Encontraram-se donas de casa e agricultoras pobres com filhos e sem filhos. Como um paradoxo, as assentadas responsáveis pelos lotes sem filhos não eram as mais jovens, mas as mulheres mais velhas. Este olhar feminista sobre os assentamentos rurais indica que o trabalho reprodutivo e produtivo marca a vidas das agricultoras, que são sobrecarregadas com afazeres domésticos e cuidados com a roça e quintais, e a dureza desses encargos contribui para o processo de migração feminino rural-urbano que torna o campo um território masculino. Por último, os rendimentos auferidos pelos assentados são dos mais baixos da sociedade, mas, em um resultado não esperado, foi calculado um indicador de rendimentos para os responsáveis pelos lotes e observou-se que a renda média feminina e masculina é similar. Parece que a igualdade ocorre quando vem junto com o acesso a propriedade. Essa constatação pode ser corroborada pelos dados da linha de crédito específica da agricultura familiar – Pronaf. A expansão do número de operações e o montante do financiamento ocorrido de 2003 em diante mostram o potencial da política pública quando ela está marcada pelos objetivos da construção de uma sociedade mais justa e equitativa entre mulheres e homens.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Censos Agropecuários, 1940, 1980 e Censo Demográfico de 2000*.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra), Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead), microdados dos *Relatórios da Pesquisa de Campo, 2000*.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Nead, 2006.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), *Cirandas do Pronaf para as Mulheres*, Brasília, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead), Debate 6, 2005.

BRUNO, R., MEDEIROS, L., *Percentuais e causas de evasão nos assentamentos rurais*, Brasília, MDA/Incrá, 2001.

BUAINAIN, A. M., SILVEIRA, J. M. F. J.da; MAGALHÃES, M. M; ARTES, R.; SOUZA FILHO, H. M.; NEDER, H. D.; LEON, F.; PLATA, L. A. (2002). *Perfil dos Beneficiários PCT e Incra*, 2001, Relatório de Pesquisa Convênio Fecamp/Nead-MDA. Mimeo, 393p.

BUAINAIN, A.M., & SILVEIRA, J. M, & MAGALHÃES, M. M, & ARTES, R, & SOUZA FILHO, H. M, *Estudos de Gênero em Assentamentos da Reforma Agrária*, Relatório Preliminar, Campinas, Unicamp, setembro de 2004.

CARNEIRO, Maria José, Herança e Gênero entre agricultores familiares, em *Revista Estudos Feministas*, CFH/CCE Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vol. 9 n° 1/2001.

CUT, Central Única dos Trabalhadores, Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais, *Mulheres Trabalhadoras Rurais – Participação e Luta Sindical*, São Paulo, CUT/ Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais, maio de 1991.

DEERE, Carmen Diana & LÉON, Magdalena, Derechos de propiedad, herencia de lãs esposas e igualdad de género: aspectos comparativos entre Brasil e Hispanoamérica, em *Revista Estudos Feministas*, CFH/CCE Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vol. 9 n° 2/2001.

JORNAL O GLOBO, 16 de setembro de 2006 – Economia, página 29.

LAVINAS, Lena, (org). *Mulher Rural – identidades na pesquisa e na luta política*, *Anais* do seminário realizado no Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, dezembro de 1987.

LEITE, S., HEREDIA, B., MEDEIROS, L., PALMEIRA, M., CINTRÃO, R., *Impactos dos Assentamentos – Um estudo sobre o meio rural brasileiro*, Brasília, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead), São Paulo, Editora Unesp, 2004. Microdados da Pesquisa de Campo 2000.

MARQUES, Teresa C.de N. & MELO, Hildete Pereira de, Que sejam felizes para sempre! A mulher e seus direitos na sociedade conjugal. Do Código Civil à luta pelo Estatuto Civil da Mulher Casada, em *Anais* do VI Congresso Brasileiro de História Econômica e VII Conferência Internacional de História de Empresas, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), Conservatória, Rio de Janeiro, setembro de 2005.

MELO, Hildete Pereira de & CONSIDERA, C.M., & SABBATO, Alberto Di, Os Afazeres Domésticos Contam?, em *Economia e Sociedade*, Campinas, Unicamp, outubro/dezembro de 2007.

MELO, Hildete Pereira de & SABBATTO, Alberto Di, Mulheres Rurais – invisíveis e mal remuneradas em *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Nead, 2006.

MELO, Hildete Pereira de & MARQUES, Teresa C.de N., A partilha da riqueza na ordem patriarcal em *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, IE/Universidade Federal do Rio de Janeiro, vol. 5, n° 2, julho/dezembro de 2001.

NEY, Marlon Gomes & HOFFMANN, R., Desigualdade de renda na agricultura: o efeito da posse da terra, em *Economia*, vol. 4, n° 1, janeiro/junho de 2003.

OLIVEIRA, Sonia, SABOIA, Ana Lucia, COBO, Bárbara, *Dimensões Preliminares da Responsabilidade Feminina pelos Domicílios – Um estudo do fenômeno a partir dos Censos Demográficos 1991 e 2000*, Rio de Janeiro, IBGE, Diretoria de Pesquisas, Texto para Discussão, n° 7, 2002.

PALMEIRA, Moacir, Burocracia, política e reforma agrária, em MEDEIROS, L. et alii (orgs), *Assentamentos Rurais – uma visão multidisciplinar*, São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), 1994.

RUA, Maria das Graças & ABRAMOVAY, Miriam, *Companheiras de luta ou Coordenadoras de Painéis? – As relações de gênero nos assentamentos rurais*, Brasília, Unesco, 2000.

SABÓIA, Ana Lucia e SOARES, Cristiane, O conceito de chefia nas pesquisas domiciliares através do recorte por sexo e presença do cônjuge – uma contribuição à discussão da “feminização da pobreza”, *Revista Gênero*, UFF, 1/semestre de 2004, vol. 4, n° 2.

SOARES, Cristiane e OLIVEIRA, Sonia, Gênero, estrutura ocupacional e diferenciais de rendimento, em *Econômica*, vol. 6, n° 1, junho de 2004.

SPINDEL, C., JAQUETTE, J., CORDINI, M., (organizadoras), A mulher rural e mudanças no processo de produção agrícola – estudos sobre a América Latina, *Anais*, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Brasília, julho de 1984.

STEDILE, João Pedro (org), *A questão agrária no Brasil – Programa de reforma agrária – 1946-2003*, São Paulo, Editora Expressão Popular, 2005.

Sites utilizados

■ www.nead.org.br; acesso nos meses de maio a setembro de 2006, dias variados.

■ www.secom.planalto.gov.br; acesso 26 de janeiro de 2006.

■ www.mda.gov.br; acessos meses de junho a setembro de 2006, dias variados.



Ruídos com Marcas de Transgressões Ancoradas em Mulheres Assentadas

Ruídos com Marcas de Transgressões Acoradas em Mulheres Assentadas¹

::: Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo²

INTRODUÇÃO

No Brasil, os assentamentos rurais são espaços construídos, a partir da década de 1980, por famílias de trabalhadores rurais sem terra³. Esses assentamentos são mediados pelos governos federal e estadual, pelos movimentos sociais rurais, como o movimento sindical rural, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e por outros movimentos sociais rurais organizados⁴ e que lutam pela reforma agrária no país.

Essa ordenação territorial se origina a partir de lutas, de conflitos, de reivindicações, de negociações, de consensos que envolvem homens, mulheres, jovens, crianças e idosos. Estes são sujeitos que forjam existências como quem costura novas trajetórias num chamado para uma vida nova. Nas tramas de uma ordem instituída, se reinventam como seres no mundo da vida real, como arquitetos da própria vida, resgatando memórias e alterando destinos.

1. Este texto tem como base os dados da pesquisa "Cartografia de Lugares e de Tempos Sexuados nos Assentamentos Rurais: Escavando rupturas à ordem binária", financiado pelo CNPq em 2005/2006.

2. Professora no Departamento de Economia Doméstica/UFC, doutora em Sociologia/UFC, pesquisadora do CNPq, Coordenadora Executiva da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR. Agradeço às bolsistas e estudantes do Curso de Economia Doméstica/UFC, Debir Soares Gomes, Maria Valdelice Nunes da Silva e Maria Albaniza Santiago Lima, que me acompanharam aos dois assentamentos e compartilharam comigo as enormes alegrias de todos os passos da pesquisa.

3. Trabalhadores rurais sem terra são trabalhadores inseridos na categoria de moradores, que se materializa nas condições de moradia e de trabalho; na de trabalhadores arrendatários, que não moram na propriedade; na de pequenos proprietários, que possuem áreas limitadas e insuficientes para produzirem para a subsistência da família e na de trabalhadores que vendem sua força de trabalho para propriedades rurais. Nessas categorias se inserem os rendeiros, os meeiros, os parceiros, os arrendatários, os moradores, os assalariados rurais dentre outros.

4. Veja as siglas dos movimentos sociais, organizações e entidades em Conflitos no Campo Brasil 2005, p. 252.

Os trabalhadores são atraídos e afetados pelo discurso da libertação da terra e do trabalho assujeitado. Os fragmentos desse discurso se fundamentam nas práticas vivenciadas historicamente nas terras do patrão, do proprietário de uma herança fundiária de memória colonial e perpetuada no latifúndio, na monocultura e nas relações trabalhistas espoliativas.

O desejo de alterar o caráter precário da realidade vivida, de criar e reinventar existências autônomas marca os ritos de iniciação e de construção de novas territorialidades. As ocupações de terra, os acampamentos, as marchas, as ocupações de prédios públicos são algumas das manifestações políticas experimentadas pelos movimentos organizados para consentir materialidade à luta pela reforma agrária e permanência digna às famílias assentadas.

Construir um texto/pensamento que possa criar vivências que renovem práticas, e também reproduzam modelos de vida, que alterem destinos, mas também restituem ritmos tradicionais de vida, constitui uma obra em permanente desconstrução no sentido atribuído por Derrida⁵ apud Ramond (2001, pág. 20-23).

Ancorando-se na ordem, na permanência, e também nas marcações destoantes, este texto produz cartografias de tempos e lugares que forjam subjetividades de gênero, de sujeitos sexuados que transitam nas casas, quintais, nas áreas de produção, nos espaços de trabalho e da fala política. Realiza um exercício de diálogo com as estruturas e os mecanismos históricos que se reproduzem, se perpetuam e se naturalizam na ordenação do conhecimento e das ações, dos pensamentos e das práticas e, num saber-fazer que orienta a vida cotidiana das famílias camponesas⁶ nos assentamentos.

Esse texto/pensamento faz ainda problematizações nas relações de gênero fundadas na ordem binária, tradicional e faz ausculta sobre ruídos e fragmentos de subversões e transgressões para a percepção de novas trajetórias para mulheres e homens descoladas de seu destino identitário de mulher e de homem.

Um estudo de caso alimenta esse diálogo problematizador que foi realizado na Sub-Região de Beberibe, situada na Região Metropolitana do

5. Desconstrução para Derrida apud Ramond (2001, p. 20-23) significa destruir e construir de forma simultânea; significa a composição e decomposição pelas margens, pelas fronteiras de um texto, de uma realidade. Significa levar em consideração o outro, o que está em situação marginal, fora da ordem.

6. Os trabalhadores rurais e os assentados serão denominados nesse texto de assentados e também de camponeses. Sobre essa categoria consulte Carvalho (2002, 2005, 2007), Chayanov (1987), Wolf (1976).

Ceará, no Projeto de Assentamento/PA São José, denominado pelos assentados de Che Guevara, e no Projeto de Assentamento/PA Lagoa do Serrote II, chamado pelas famílias assentadas de Denir. Os dois PAs⁷ localizam-se no município de Ocara, há cerca de 100 km da capital do Estado do Ceará, Fortaleza.

O município de Ocara situa-se numa região onde predomina a exploração da monocultura do caju⁸ em médias e grandes propriedades rurais, que mantêm uma relação de trabalho de caráter assalariado e sazonal com trabalhadores rurais residentes na periferia da cidade de Ocara e em cidades próximas.

Essa e outras categorias de trabalhadores rurais procuram nas redondezas por pequenas áreas de terra de médios e grandes proprietários⁹ para a exploração de culturas de subsistência como o feijão, o milho e a mandioca. Essa iniciativa, utilizada pela maioria, se constitui em uma estratégia voltada para garantir uma alimentação básica para os membros da família.

Buscando cumprir um papel cíclico para a reprodução da vida familiar, os trabalhadores submetem-se e realimentam relações de assujeitamento nas propriedades rurais. Nas duas áreas estudadas observou-se que 95% das famílias do PA Che e 96% das famílias do PA Denir trabalhavam com agricultura de subsistência e com o patronato rural da região antes de se tornarem assentados.

A sobrevivência da família em uma nova relação com a terra e com o trabalho é o centro do discurso do MST, de outros movimentos sociais rurais e da Comissão Pastoral da Terra/CPT no chamamento dessas categorias de trabalhadores para adentrarem¹⁰ a terra. A participação de todos os membros da família na ocupação é expressiva nos dois assentamentos estudados (81% no PA Che e 96% no PA Denir).

A promessa de terra e de trabalho livre afeta os corpos de trabalho e os desejos de uma vida familiar autônoma também nas mulheres, que influenciam e, na sua maioria, definem a presença de toda a família no

7. O PA Che Guevara possui 1.522 hectares e 45 famílias cadastradas, mas a pesquisa foi realizada com 42 casais. As três famílias não consideradas na pesquisa não constituem um núcleo familiar, com casal, critério definido para as entrevistas. O PA Denir possui 843 hectares e 30 famílias assentadas. Foram aplicados 26 questionários, pelos mesmos motivos. A pesquisa entrevistou casais assentados e oficialmente cadastrados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária/Incrá. Neste texto os PAs serão nominados como Che e Denir.

8. A monocultura do caju foi estimulada por condições climáticas e de solo da região, através de incentivos creditícios de políticas governamentais.

9. Nessas propriedades as relações de trabalho são estabelecidas na forma de moradores, reideiros ou meeiros.

10. Nas duas ocupações e no acampamento, o MST e a CPT são estratégicos no apoio aos trabalhadores.

dia da ocupação e durante o acampamento. A sobrevivência humana é impulsionadora de sonhos e de projetos por novas relações de trabalho e de produção.

Estudos¹¹ sobre o trabalho da mulher rural e as relações de gênero em assentamentos rurais no país vêm sendo realizados desde a década de 1980 e trazem dimensões analíticas com base nas relações constitutivas entre os gêneros, na divisão sexual do trabalho, na segregação ocupacional, na dicotomia entre produção e reprodução, no patriarcado e nas relações de poder.

Este texto adiciona novas reflexões acadêmicas a essa temática dialogando com a lógica da organização da vida da família camponesa. Nesse sentido busca conhecer¹² e problematizar o trabalho realizado nos espaços das unidades produtivas, os chamados roçados nas áreas dos assentamentos estudados, os trabalhos realizados nas áreas de produção de caju (considerada a cultura agrícola voltada prioritariamente para a comercialização) e o trabalho realizado na unidade doméstica no espaço casa/quintal, onde se faz o trabalho doméstico e a criação de pequenos animais.

A categoria do trabalho não será tratada aqui a partir de sua lógica capitalista de caráter econômico e produtivista, mas será feito um exercício de ausculta com outros sentidos e valores atribuídos pelos gêneros masculino e feminino à terra e à casa da família camponesa, através de cartografias do lugar, do tempo e das relações do trabalho realizado por homens e mulheres nos dois assentamentos.

Para essa análise, uma aproximação com o texto de Woortmann (1990) e de Bourdieu (2003) é inspiradora.

Woortmann (1990, p. 11-12) realiza um ensaio, *a partir da etnografia brasileira do campesinato*, que chama de *ética camponesa*, esta constitutiva de uma ordem moral, isto é, de uma forma de perceber as relações dos homens entre si e com as coisas, notadamente, a terra. A terra não é tida como *objeto de trabalho*, nem como mercadoria, mas, *no contexto de valorizações éticas*, como *patrimônio da família*, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor.

E se Woortmann (1990) não examina no seu trabalho a existência de possíveis relações de dominação entre homens e mulheres camponeses, Bourdieu (1998, 2002 e 2003) traz a reflexão da *constatação da cons-*

11. Consultar Ferrante (1998), Rua; Abramovay (2000), Deere; Leon (2002), Silva (2004), Salvaro (2004), Brumer (2005), Esmeraldo (2006). Pimenta (2006).

12. Nos dois assentamentos foram entrevistadas 68 famílias de um total de 75. Essas famílias responderam a um questionário com perguntas fechadas e abertas.

tância relativa de estruturas sexuais e recobertas por práticas de dominação masculina, ao estudar a sociedade cabila, grupo tribal da Argélia, situado no Norte da África. Nesse sentido, os dois autores oferecem elementos teóricos e complementares para alimentar este texto/pensamento.

OLHARES E AUSCULTAS SOBRE LUGARES E TEMPOS DE SUJEITOS SEXUADOS

Após a conquista da terra, gestada nos moldes de uma des(ordem)¹³ social, a organização e gestão política e produtiva dos assentamentos ocorrerão na Associação, modelo de organização definido pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária/Incra. Essa é uma estrutura política, exigida pelo aparelho estatal para: propiciar uma interlocução formal com as entidades externas, governamentais e não governamentais; permitir a realização de convênios com as mesmas; garantir um espaço de debate, de planejamento e de avaliação coletiva; potencializar a participação de todos os assentados sobre a gestão política, produtiva e financeira dos projetos para os assentamentos, que vai ser regida por um estatuto que explicita os direitos e deveres de cada associado, que passam a ter direito à voz e voto nas reuniões e assembléias da associação.

A organização política (Associação) de cada assentamento estudado recebe como associado àquela pessoa devidamente cadastrada no Incra como titular do lote¹⁴. A mulher não é percebida pela família nem indicada naturalmente para ser a titular. Somente em casos como o de aposentadoria do marido, por viuvez, existência de filhos homens de menor idade, a mulher assume o cadastro em nome da família.

As primeiras discussões da Associação se voltam para a definição dos lugares para a produção agrícola de uso familiar; para a área de reserva legal e a construção das moradas organizadas em pequenas vilas. A Associação nasce assim, para fortalecer as relações de dominação masculina e reforçar o caráter patriarcal entre os gêneros. Reduz o exercício da participação política da mulher nas decisões sobre a gestão produtiva das culturas agrícolas e inibe seu acesso à informação e relações institucionais.

13. Des(ordem) no sentido atribuído por Foucault (1995, p. 5-6) remete a acontecimentos, pensamentos, ações que perturbam todas as familiaridades do pensamento, que é o limite do nosso, que é impossível pensar, que transgride toda imaginação.

14. No Assentamento Che foram encontradas três mulheres solteiras tituladas e quatro mulheres casadas tituladas, sendo duas com maridos aposentados (por isso impedidos de receberem a titularidade do lote), ou seja, sete mulheres para 38 homens com o título da terra. No Assentamento Denir foram encontradas três mulheres com titulação contra 23 homens com o título da terra.

As Culturas Alimentares e a Produção da Honra Masculina

Nos assentamentos Che e Denir, os espaços de produção agrícola de culturas alimentares, ou os roçados como são chamados pelos assentados, se localizam fora da área de moradia das famílias e em geral a uma distância de pelo menos 2 km das casas. Os homens se deslocam diariamente (no período sazonal) para esses roçados, com o objetivo de realizarem atividades do ciclo produtivo das culturas do feijão (95% das famílias do PA Che e 100% do PA Denir fazem esse cultivo), do milho (95% das famílias do PA Che e 100% do PA Denir fazem esse cultivo) e da mandioca (50% do PA Che e 77% do PA Denir realizam essa exploração).

As mulheres também fazem o caminho para os roçados no ciclo produtivo das culturas alimentares, embora, de forma diferenciada. São poucas as mulheres que acompanham o marido no preparo da terra. O trabalho agrícola (como o preparo da terra, o plantio, os tratamentos culturais e a debulha do feijão), antes realizado por membros da família, vem sendo substituído, ano a ano, pelo trabalho do trator e da máquina de debulha de grãos, alugadas ou de propriedade da associação, nas áreas produtivas dos assentamentos (hoje o trator atinge 90% das áreas). Nesses casos o homem administra e orienta os filhos do sexo masculino para a realização desse serviço.

O plantio do feijão é uma atividade em que a participação da mulher também começa a diminuir. Isso ocorre devido ao uso da máquina de plantio direto, chamada matraca, operada principalmente pelo homem e seus filhos. A mulher reduz suas atividades na roça quando a máquina substitui o trabalho humano ou diminui a necessidade de trabalho humano.

São visíveis as mudanças na organização do trabalho na unidade produtiva dos roçados, com reflexos na redução da participação do trabalho da mulher nesses espaços. O homem, ao contrário, intensifica sua ação e se qualifica para a gestão de novos equipamentos, para a contratação de maquinários, de controle de custos, dentre outros arranjos incorporados nos padrões de produção agrícola nos assentamentos.

As Tabelas¹⁵ 1 (PA Che) e 2 (PA Denir) apresentadas a seguir trazem as atividades realizadas no sistema de produção do feijão, por gênero.

15. A organização e a apresentação das Tabelas se fazem por cultura agrícola e por assentamento com o objetivo de preservar as especificidades de cada uma das áreas e por se tratar de um estudo de caso envolvendo dois assentamentos rurais.

Tabela 1: Atividades relativas ao Trabalho Agropecuário, situadas no espaço do roçado, por gênero. Cultura: Feijão (em %)

Atividade	Mãe	Filha	Pai	Filho	Outra Pessoa	Remuneração
Preparar a terra	7	2	90	19	10	Não
Plantar o feijão	60	10	90	24	7	Não
Tratos culturais	10	2	90	17	7	Não
Colher o feijão	71	7	90	24	7	Não
Debulhar o feijão	21	7	19	12	76	Não
Catar o feijão	90	26	52	29	7	Não
Armazenar o feijão	14	2	86	7	7	Não
Comercializar o feijão	-	-	36	-	2	Sim

Fonte: Pesquisa direta junto ao Projeto de Assentamento Che Guevara/Ocara em 2007

Tabela 2: Atividades relativas ao Trabalho Agropecuário, situadas no espaço do roçado, por gênero. Cultura: Feijão (em %)

Atividade	Mãe	Filha	Pai	Filho	Outra Pessoa	Remuneração
Preparar a terra	4	-	85	38	27	Não
Plantar o feijão	15	-	92	46	15	Não
Tratos culturais	8	-	92	46	8	Não
Colher o feijão	73	4	92	38	23	Não
Debulhar o feijão	4	-	12	-	96	Não
Catar o feijão	81	27	69	38	4	Não
Armazenar o feijão	35	-	92	12	8	Não
Comercializar o feijão	4	-	73	-	-	Sim

Fonte: Pesquisa direta junto ao Projeto de Assentamento Denir/Ocara em 2007

A cultura do feijão é considerada a mais importante dentro do conjunto das culturas alimentares produzidas pelos camponeses. O feijão é uma cultura alimentar que precisa ser cultivada pelas mãos do trabalho do agricultor. É um alimento considerado essencial na mesa da família que faz uso diário do mesmo. Um camponês que não planta feijão nas suas terras de trabalho, não possui a segurança de alimentação para a sua família durante todo o ano. Com seu trabalho o camponês deve prover e ser responsável pela sobrevivência familiar. Deve guardar parte da semente para o plantio do ano seguinte e vendê-la apenas em casos de extrema necessidade.

Esse produto fundamental e básico guarda um valor simbólico e imaterial para os homens considerados provedores da família. O cultivo da cultura do feijão garante o reconhecimento da qualidade de homem diante de si, de sua família e da comunidade.

Aqueles que não fazem sua roça anual de feijão sofrem censuras nas conversas entre os homens, pois violam regras de conduta e de costume camponês. Fala-se que esses estão fadados a terem necessidades materiais e a passarem pelo constrangimento de pedir ou de comprar o alimento nos períodos de entre safra. São considerados trabalhadores que violam as regras do trabalho camponês, estas regidas pelo sentido de trabalho voltado para produzir alimentos para a família.

Não tendo oportunidade de acesso à escolarização, a relação que se estabelece entre os assentados e a natureza, a terra, o clima, a água, a chuva, a semente, as pragas, as ervas daninhas, a produção, envolvem os mesmos em uma relação de positividade específica e de produção de um saber-fazer. Esta terminologia é usada por Woortmann, que afirma:

Os meios intelectuais são o saber e este é um código lingüístico reprodutível pela transmissão e pelo aprendizado [...] A transmissão do saber para o trabalho faz-se no próprio trabalho – pois o saber é um saber-fazer; parte da hierarquia familiar – subordinado ao chefe da família, via de regra o pai. Se for este quem governa o trabalho, como dizem os sitiantes, é ele também quem governa o fazer-aprender. A transmissão do saber é mais do que a transmissão de técnicas: ela envolve valores, construção de papéis, etc. (1997: 11).

Nos espaços dos roçados, os homens engendram sociabilidades, se assumem nas suas diferenças em relação a outras profissões. Aprendem, adquirem e tomam uma profissão, um ofício. Apropriam-se de um saber. Se gestam camponeses, trabalhadores rurais como um assentado, pois *para o homem, o sentido da vida é esse, trabalhar na roça. Até hoje é o que sei fazer. Nossa vida era mesmo do roçado pra casa, da casa pro roçado.* É nesses espaços onde aprendem a trabalhar, que se fazem representar como sujeitos-homens. É com o trabalho que se credenciam para o casamento, se fazem provedores e ganham respeito da família, da vizinhança e do assentamento. É pelo trabalho que alimentam desejos, sonhos, que iluminam a vida, dão sentidos à sua existência humana.

O trabalho do camponês permite um contato diário, por horas, com a terra. Nessa relação o mesmo atribui outros significados à chuva, à semente, ao produto da colheita. A relação com o roçado se reveste de outros sentidos. Plantando alimentos para abastecer a mesa (como o arroz, o feijão, a fava, o milho, a mandioca), esses são mais do que um mero produto final de trabalho. O trabalho materializado na produção

de culturas alimentares é provisão de vida. Nessa relação não circula apenas interesses pela reprodução familiar. Circulam elementos simbólicos para os trabalhadores. Transitam elementos constituintes de uma ordem subjetiva, inseridos no plano dos afetos, dos sentimentos, das interações, que são vivenciadas no processo de construção do ciclo de sua produção agrícola e da formação de sua subjetivação enquanto homem e trabalhador.

O trabalho ressignifica e realiza um devir - criador de vida. Através do domínio do ciclo produtivo agrícola, de um saber-fazer, os homens assentados produzem uma outra lógica, um discurso de verdade para si e entre seus pares. Forja-se uma memória afirmativa, valorativa a um trabalho (agrícola) que se mede muito mais pelo seu valor imaterial do que pelo valor monetário, de troca.

A ordem social é violada, paradoxalmente, no próprio trabalho, na apropriação de uma técnica agrícola, de um saber-fazer que se amplia, se reelabora e se apropria de uma potência não material, “onde a vida é posta em produção” como afirma Negri, que completa: “*E pôr a vida em produção significa essencialmente pôr em produção os elementos de comunicação da vida [...] constituídas de todas as potências da ferramenta: as linguagens e os afetos*” (2001: 28-29).

E se o trabalho do homem no roçado guarda um sentido de honra e de produção de subjetividade masculina, para as mulheres não é nesse espaço que o seu reconhecimento se constrói, apesar das Tabelas 1 e 2 indicarem a participação da mulher e da filha em sete das oito atividades relacionadas no ciclo da cultura do feijão, que são nominadas pelas mesmas como ajuda ao trabalho do marido. Um grande número de condutas e de costumes materializados na vida cotidiana camponesa sacraliza o sentimento da honra masculina, embora coexista com desigualdades não percebidas pelas suas vítimas.

Ao longo da história da formação da vida camponesa, estruturas materiais e simbólicas se objetivam e se naturalizam, e perpetuam uma ordem e uma divisão sexual na unidade produtiva e na unidade doméstica ordenando papéis sociais sexuados.

As Tabelas 9 e 10 (em anexo) apresentam as atividades do ciclo produtivo da cultura do milho que é produzida na maioria dos roçados de forma consorciada com o feijão. Foram identificadas 95% de famílias no PA Che e 100% de famílias no PA Denir que produzem a cultura do milho. Sua produção se volta principalmente para a alimentação dos pequenos animais, do gado e dos animais de serviço. O uso alimentar se dá, prin-

principalmente, na forma de milho cozido e assado na brasa. Nos assentamentos poucas mulheres mantêm em casa um pilão ou um moinho para o preparo de alimentos a base de milho, como o xerém, o cuscuz, a pamonha, dentre outros.

Embora o milho produzido no roçado esteja pouco presente na mesa da família, pois está sendo substituído pelo milho industrializado, o mesmo mantém seu valor simbólico, pois alimenta os animais do núcleo familiar, que se constituem componentes do mesmo sistema de valores da família camponesa.

As Tabelas 11 e 12 (em anexo) mostram as atividades do ciclo produtivo da cultura da mandioca. A mandioca é produzida para alimentar os animais e para a preparação de farinha e goma. A goma é usada para o preparo da tapioca usada no café da manhã e no jantar, e a farinha para o consumo familiar e para venda. Nos dois assentamentos não há casas de farinha para a produção da farinha e da goma. Mesmo assim, foram identificadas 50% de famílias do PA Che e 77% famílias do PA Denir que realizam a exploração da mandioca. Os assentados justificam que a farinha é um hábito alimentar tradicional das famílias camponesas e que sua reserva é poupança/dinheiro para socorrer o grupo familiar em casos de doença, e que utilizam casas de farinha localizadas nas proximidades dos assentamentos.

Como a cultura do milho, a da mandioca também tem uma participação reduzida das mulheres nas atividades em que se utilizam maquinários.

Socialização do Corpo Feminino: O Corpo se faz Verbo

Nos assentamentos, as casas são edificadas e nesse trajeto se tece uma memória afetiva e simbólica, que remonta ao caráter cíclico da vida familiar. Para Esmeraldo (2006, 102),

A casa, digo, a morada da família assentada, parece retomar o seu funcionamento nos moldes de uma prática secular. Nesse espaço parecem exercitar-se e elaborar-se princípios para refundar a ordem das coisas, para reorganizar o espaço e o tempo das pessoas. Na casa nomeiam-se coisas, autorizam-se lugares, constroem-se familiaridades. A sua superfície parece funcionar numa ordem que articula e entrecruza um fazer, um falar e um pensar ordinário.

A Tabela 3 (PA Che)¹⁶ indica que das 21 atividades realizadas pelas mulheres, 12 se realizam no interior da unidade doméstica e 7 no seu

16. Para essa análise foi selecionado o PA Che por apresentar similaridades com os dados do PA Denir, que também pode ser analisado pelo leitor nesse texto na Tabela 4.

entorno, na área do quintal; que são realizadas 16 atividades diariamente e 5 mais de duas vezes na semana; que em 9 atividades as mulheres são as principais responsáveis (90%) pelas mesmas; que os homens não participam em 12 das 21 atividades e em 4 essa participação está abaixo de 6% e em 4 abaixo de 37%.

Tabela 3: Atividades relativas ao Trabalho Doméstico, por gênero (em %)

Atividade	Mãe	Filha	Pai	Filho	Outra Pessoa	Frequência	Período	Remuneração
Fazer o café da manhã	90	2	14	-	5	Diária	Manhã	Não
Preparar cuscutz/ café da manhã	95	2	2	-	7	Diária	Manhã	Não
Lavar louça do café da manhã	88	14	-	2	5	Diária	Manhã	Não
Pegar água para abastecer a cozinha	57	14	36	26	2	Diária	Manhã	Não
Pegar água para beber	69	19	31	17	5	Diária	Manhã	Não
Fazer o almoço	98	7	-	-	5	Diária	Manhã	Não
Pegar água para abastecer o banheiro	26	7	36	31	10	Diária	Manhã	Não
Lavar o banheiro	95	17	-	-	2	Diária	Manhã	Não
Arrumar a casa	88	33	2	-	2	Diária	Manhã	Não
Lavar louça do almoço	93	21	-	-	5	Diária	Tarde	Não
Arrumar a cozinha	93	17	-	-	5	Diária	Tarde	Não
Preparar o lanche da tarde	57	5	-	-	2	Diária	Tarde	Não
Lavar a louça do lanche	52	5	-	-	7	Diária	Tarde	Não
Fazer o jantar	98	5	-	-	5	Diária	Tarde	Não
Lavar a louça do jantar	90	19	-	-	5	Diária	Manhã	Não
Varrer o quintal	93	10	5	2	2	Semanal	Manhã	Não
Lavar roupa da família	95	12	-	-	5	Semanal	Manhã	Não
Estender a roupa	90	24	-	-	5	Semanal	Manhã	Não
Passar roupa	19	2	-	-	2	Semanal	Manhã	Não
Recolher lenha para uso doméstico	7	-	69	19	7	Semanal	Manhã	Não
Cuidar das crianças e idosos da família	71	10	5	5	2	Diária	Integral	Não

Fonte: Pesquisa direta junto ao Projeto de Assentamento Che Guevara/Ocara em 2007

Tabela 4: Atividades relativas ao Trabalho Doméstico, por gênero (em %)

Atividade	Mãe	Filha	Pai	Filho	Outra Pessoa	Frequência	Período	Remuneração
Fazer o café da manhã	100	15	15	-	-	Diária	Manhã	Não
Preparar o cuscuz/ café da manhã	100	12	4	-	-	Diária	Manhã	Não
Lavar a louça do café	88	23	-	-	4	Diária	Manhã	Não
Pegar água para abastecer a cozinha	38	12	42	50	8	Diária	Manhã	Não
Pegar água para beber	77	15	23	19	4	Diária	Manhã	Não
Fazer o almoço	96	19	4	-	-	Diária	Manhã	Não
Pegar água para abastecer o banheiro	23	4	46	50	8	Semanal	Manhã	Não
Lavar o banheiro	73	35	-	-	4	Diária	Manhã	Não
Arrumar a casa	65	46	-	-	4	Diária	Manhã	Não
Lavar louça do almoço	96	27	-	-	-	Diária	Tarde	Não
Arrumar a cozinha	92	23	-	-	-	Diária	Tarde	Não
Preparar o lanche da tarde	81	19	-	-	-	Diária	Tarde	Não
Lavar louça do lanche	81	19	-	-	-	Diária	Tarde	Não
Fazer o jantar	100	12	-	-	-	Diária	Tarde	Não
Lavar a louça do jantar	92	23	-	-	4	Diária	Manhã	Não
Varrer o quintal	92	8	4	-	4	Diária	Manhã	Não
Lavar a roupa	92	23	-	-	-	Semanal	Manhã	Não
Estender a roupa	92	23	-	-	-	Semanal	Manhã	Não
Passar a roupa	23	-	-	-	-	Indeterminado	Não	
Recolher lenha para uso doméstico	4	-	81	-	8	Mensal	Manhã	Não
Cuidar das crianças e dos idosos da família	62	12	-	-	4	Diária	Integral	Não

Fonte: Pesquisa direta junto ao Projeto de Assentamento Che Guevara/Ocara em 2007

As 21 atividades identificadas nas Tabelas 3 e 4 fazem parte de um conjunto de ações que conformam a casa como espaço sexuado. O tempo investido e permanecido no espaço da unidade doméstica constrói um trabalho material e imaterial que forma subjetividades nos corpos das mulheres. Os objetos da casa se sexualizam e passam a fazer parte do mesmo sistema de representações e de valores que integram a lógica das oposições binárias sexuadas.

O tempo e o espaço integram a estrutura normatizadora e criadora de disciplina, de aprendizado de condutas e de *habitus* produtores de um saber e um fazer nas e para as mulheres e os homens que regem a organização e o funcionamento da unidade doméstica e a produção de funções e papéis sociais para as mulheres e homens.

Como o espaço, o tempo também é usado para organizar e dar vida social e sexuada aos corpos de homens e de mulheres. São construções que se eternizam na história, na economia e na cultura e são transmitidas na forma de normas, condutas, comportamentos e valores. Encobertas e naturalizadas, fazem uso de bens simbólicos que se corporificam nos objetos, nas coisas e criam gêneros. Dão a homens e mulheres destinos, funções e representações.

Espaços, tempos e corpos agem integrados, de forma complementar num *longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social* que geram *uma construção social naturalizada (os “gêneros” como habitus sexuados)* (BOURDIEU, 2003, p. 9).

E se o princípio de socialização do corpo do homem se estrutura no fora e no produtivo, o corpo da mulher se socializará na casa, no uso de um tempo que parece se eternizar em um trabalho – o doméstico, que a cada dia é retomado, em uma rotina e ordem constantes. Em uma lógica que conforma um fazer e um saber em que a experiência das mulheres vai construindo reconhecimentos e legitimando divisões, binarismos de caráter sexuada.

Bourdieu (2002, p. 98-99) fazendo referência ao trabalho da mulher e ao trabalho do homem afirma:

Considerada em sua relação com o mundo exterior, mundo propriamente masculino da vida pública e do trabalho agrícola, a casa, universo das mulheres, mundo da intimidade e do segredo. [...] Entende-se que todas as atividades biológicas, comer, dormir, procriar, sejam banidas do universo propriamente cultural e relegadas ao asilo da intimidade e dos segredos da natureza que é a casa, mundo da mulher, votada à gestão da natureza e excluída da vida pública. Por oposição ao trabalho do homem, realizado fora, o trabalho da mulher está destinado a permanecer obscuro e escondido.

O menino, ainda criança, acompanha o pai ao trabalho nos roçados. Ajuda a organizar os instrumentos de trabalho, a preparar o animal de serviço, a dar água e alimento ao animal. Aprende fazendo e recebendo

do os aprendizados do pai, do modelo masculino. Na casa, assume e substitui o pai nas atividades de abastecimento de água e de lenha para o fogão. A socialização do corpo masculino é iniciada cedo e para o trabalho. O homem é feito para o trabalho que lhe prepara para a formação de uma família e lhe imprime honra e reconhecimento público.

Com o casamento, as trocas matrimoniais são colocadas em prática sem a necessária verbalização ou normalização legal. Fazem parte de acordos não ditos, mas vividos e transmitidos culturalmente. Fazem parte de códigos indiscutíveis, que se manifestam no cotidiano, mas principalmente, pelas condutas dos pais e avós, nos tempos do namoro, do noivado e do casamento dos filhos e netos.

Surgem na discussão do lugar da morada do jovem casal, onde o debate se volta para as condições de trabalho do noivo. A preocupação da família do noivo em encontrar alternativas para dar ao filho condições de trabalho agrícola orienta-se em variadas soluções buscadas no interior do assentamento e fora do mesmo. Se o pai tem poucos filhos, uma saída imediata é a da destinação de uma área de terra no seu lote para o filho, que se torna um agregado¹⁷. Uma outra saída é a inscrição do filho, junto à associação, para participar do sorteio de lotes desocupados no próprio assentamento. E por último, o estímulo para participarem de novas ocupações de terra nas redondezas, considerada uma solução mais apropriada e definitiva, pois pode garantir a autonomia do filho em um longo prazo.

Na casa, os códigos simbólicos se materializam nos objetos de uso e nos lugares de trânsito de mulheres e de homens. A mulher permanece mais tempo na cozinha e o homem quando está em casa usa mais o quintal e a varanda. *O homem que se dá o respeito deve se mostrar, se colocar sem cessar sob o olhar dos outros, afrontá-los, fazer-lhes frente. Ele é homem entre os homens. Daí a importância que se revestem os jogos de honra* (Bourdieu, 2002, p. 99).

Após o almoço, o homem descansa na sala, mas preserva a porta de entrada e de saída e as janelas fechadas. Uma medida necessária para resguardar a privacidade do homem.

Sobre a unidade doméstica repousa a mesma lógica da unidade produtiva: a de alicerçar as oposições entre homem e mulher, entre público e privado, entre casa e rua. Os dois sistemas criam princípios que se ampliam e se aplicam nas relações do homem com o mundo exterior e político e no espaço que se limita à mulher, o mundo da família, da intimidade e do segredo.

17. Sobre o conceito de agregado utilizado pelos assentados consulte Esmeraldo (2004, p. 187).

Quintal: o fora que matiza hierarquias

O quintal é uma extensão da unidade doméstica onde a mulher exercita algumas atividades produtivas como a criação de galinhas, de guiné¹⁸, de suínos. Onde faz pequenos canteiros para a produção de hortaliças e de ervas medicinais e onde cultiva algumas fruteiras. No quintal e nas proximidades da casa são instalados tanques para a lavagem da roupa e varais para a secagem das mesmas.

Nos dois assentamentos o quintal compreende uma área de 50 metros de profundidade, que também possui cajueiros nativos, área para a guarda dos animais de serviço e pequenos e rudimentares galpões para acolher os equipamentos agrícolas, além de galinheiros.

O quintal é um espaço de compartilhamento de atividades de trabalho produtivo entre os gêneros masculino e o feminino. É lugar de trabalho adicional e complementar ao trabalho realizado pelo homem na unidade de produção agrícola. Nesse espaço, o homem alimenta e limpa os animais de serviço, organiza e faz a manutenção dos implementos agrícolas usados nos roçados.

Tabela 5: Atividades relativas ao Trabalho Agropecuário, situadas no quintal, por gênero (em %)

Atividade	Mãe	Filha	Pai	Filho	Outra Pessoa	Frequência	Remuneração
Alimentar: galinhas	60	5	19	2	5	Diária	Não
Pôr água: galinhas	60	5	19	2	5	Diária	Não
Limpar galinheiro	10	2	5	2	2	Diária	Não
Vacinar galinhas	5	-	14	5	7	Indeterminado	Não
Abater galinha (consumo)	48	-	21	-	-	Indeterminado	Não
Comercialização de galinhas	21	-	7	-	-	Indeterminado	Sim
Venda de ovos	7	-	2	-	-	Indeterminado	Sim
Alimentar suínos	19	2	24	10	2	Diária	Não
Abater suíno (consumo)	2	-	12	-	2	Indeterminado	Não
Comercialização de suínos	2	-	12	-	-	Indeterminado	Sim

Fonte: Pesquisa direta junto ao Projeto de Assentamento Che Guevara/Ocara em 2007

18. Também conhecido como Galinha de Angola.

Como se pode observar na Tabela 5 (PA Che) e na Tabela 6 (PA Denir), a mulher utiliza esse espaço para realizar atividades agrícolas e pecuárias que lhe rendem algum retorno financeiro.

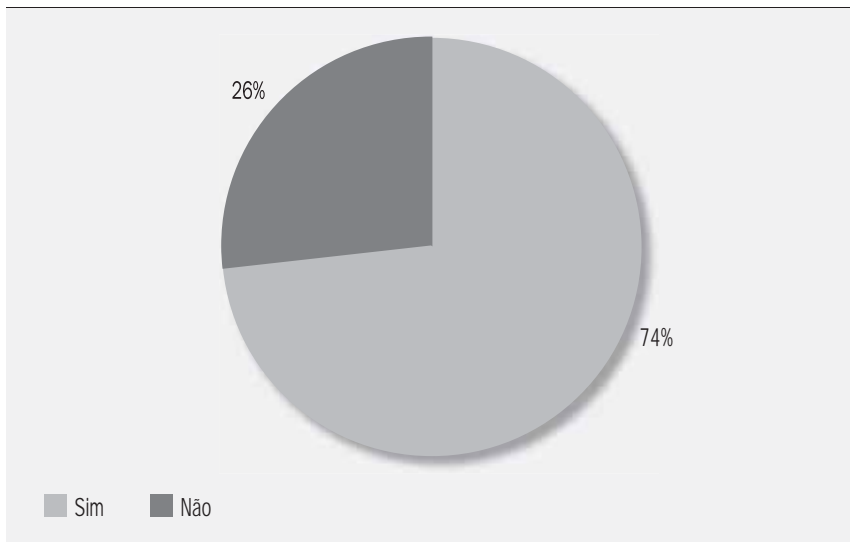
Tabela 6: Atividades relativas ao Trabalho Agropecuário, situadas no quintal, por gênero (em %)

Atividade	Mãe	Filha	Pai	Filho	Outra Pessoa	Freqüência	Remuneração
Alimentar: galinhas	85	12	38	8	-	Diária	Não
Pôr água: galinhas	85	12	35	8	-	Diária	Não
Limpar galinheiro	8	-	12	-	-	Semanal	Não
Vacinar galinhas	4	-	-	-	-	Indeterminado	Não
Abater galinha (consumo)	54	4	19	-	-	Indeterminado	Não
Comercialização de galinhas	19	-	8	-	-	Indeterminado	Sim
Venda de ovos	15	-	-	-	-	Indeterminado	Sim
Alimentar suínos	35	4	35	15	4	Diária	Não
Abater suíno (consumo)	-	-	12	-	4	Indeterminado	Não
Comercialização de suínos	-	-	8	4	-	Indeterminado	Sim

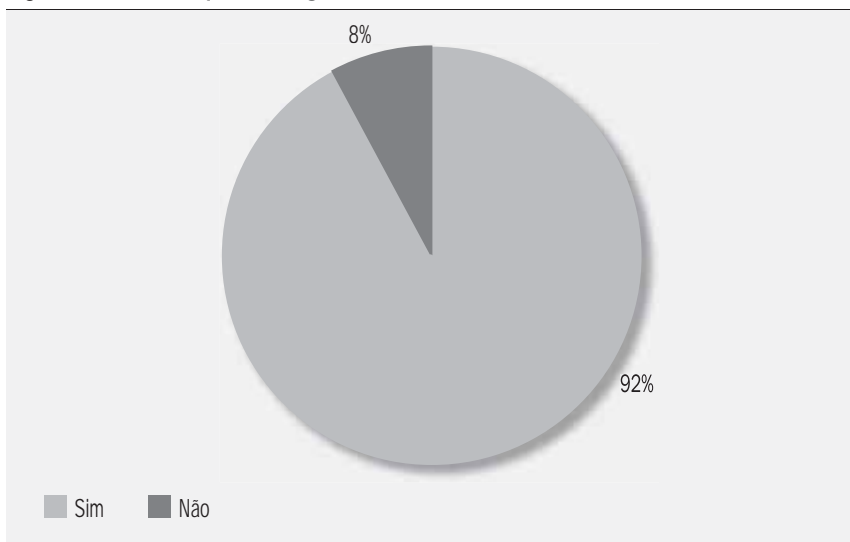
Fonte: Pesquisa direta junto ao Projeto de Assentamento Denir/Ocara em 2007

No quintal, a mulher planta e cria animais para fazer variações na dieta alimentar da família. Garante a hortaliça, o suco de frutas, a proteína do ovo e da galinha. Socorre dores e mal estar com suas ervas medicinais ou das amigas vizinhas. Faz provisões de roupa, calçado, material escolar com a venda de galinhas, ovos e do suíno que é criado para anualmente ser vendido e prover a família de novos bens de consumo.

As Figuras 1 (PA Che) e 2 (PA Denir) indicam que a maioria das mulheres desenvolve a criação de galinhas.

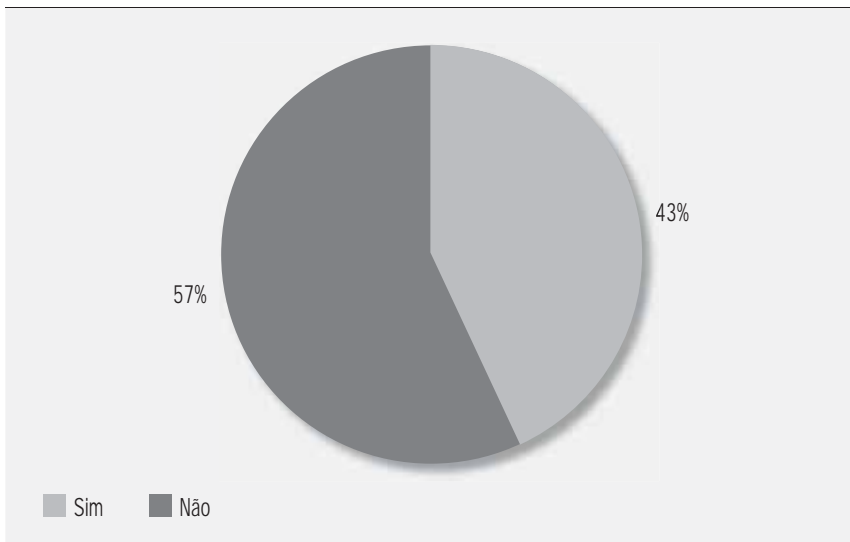
Figura 1: Mulheres que criam galinhas

Fonte: Pesquisa direta junto ao Projeto de Assentamento Che Guevara/Ocara em 2007

Figura 2: Mulheres que criam galinhas

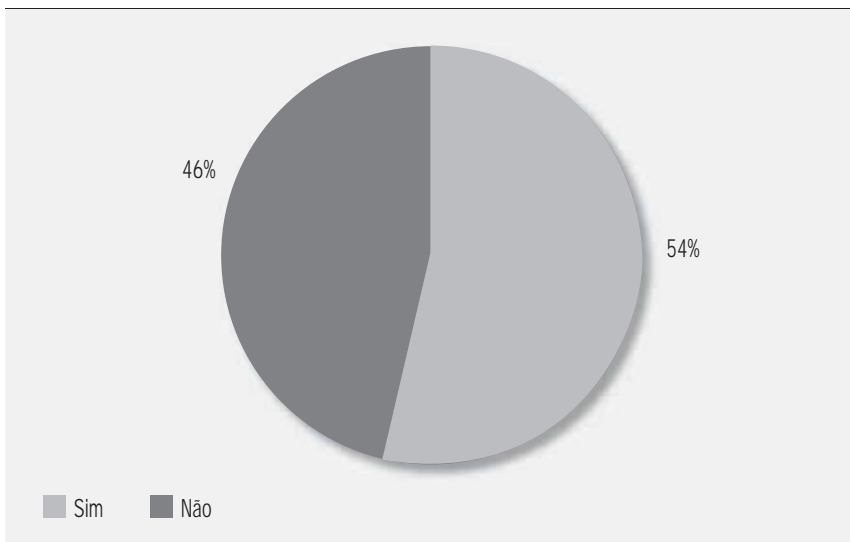
Fonte: Pesquisa direta junto ao Projeto de Assentamento Denir/Ocara em 2007

Figura 3: Mulheres que criam suíno



Fonte: Pesquisa direta junto ao Projeto de Assentamento Che Guevara/Ocara em 2007

Figura 4: Mulheres que criam suíno



Fonte: Pesquisa direta junto ao Projeto de Assentamento Denir/Ocara em 2007

O suíno é um animal de baixa manutenção e de pouco trabalho investido. Por isso, é escolhido pelas mulheres como fonte de renda anual para cobrir despesas realizadas nas festas de final de ano. Elas compram roupas, calçados, algum presente, alimentos industrializados para a Ceia de Natal. As mulheres são as que mais facilmente incorporam novos hábitos de consumo na família.

Conforme Bourdieu, as mulheres:

Menos apegadas do que os homens (e os próprios filhos mais moços) à condição camponesa e menos empenhadas no trabalho e nas responsabilidades de poder, logo menos presas pela preocupação com o patrimônio a «manter», mais dispostas em relação à educação e às promessas de mobilidade que ela contém, elas incorporam para o coração do mundo camponês o olhar citadino, que desvaloriza e desqualifica as «qualidades camponesas». Assim, é o mesmo que o fim da autarquia psicológica, mantida coletivamente, que fazia do mundo fechado da existência familiar uma referência absoluta (2000, p. 105).

Os homens ficam presos ao mundo da produção agrícola e as mulheres ligadas ao mundo do consumo familiar, por isso são mais abertas à introdução de novos hábitos alimentares na família. Ao feijão, o milho e a mandioca, alimentos tradicionalmente considerados de consumo diário e básico na alimentação da família camponesa, se somam produtos como o macarrão, o biscoito, o pão, a bolacha, os produtos do milho industrializado, os enlatados e os refrigerantes artificiais. As mulheres também incorporam na unidade doméstica os produtos de limpeza e de higiene familiar. Passam a interessar-se pela compra de móveis para os ambientes da sala de estar, de jantar, do quarto do casal e dos filhos, além de eletrodomésticos para facilitar o trabalho na cozinha¹⁹. Equipamentos como TV, DVD e Micro system integram os ambientes das unidades familiares e são adquiridos com recursos de rendas extras adquiridas pelo casal. E se o consumo requer renda, são as mulheres as primeiras a tomarem a iniciativa de buscar novas formas de rendimento que satisfaçam a novas necessidades de consumo.

19. O fogão a gás é um equipamento encontrado na maioria das casas, embora o seu uso seja pouco freqüente devido ao custo do gás. Utilizam o fogão à lenha diariamente em todas as refeições e o fogão a gás apenas em casos emergenciais e para a preparação de alimentos rápidos.

É o mundo do consumo mais do que o da produção que começa a interferir nos modos de vida da família camponesa. A autonomia dos hábitos camponeses começa a se relativizar diante do acesso aos meios de comunicação, do sistema de transporte diário para as cidades, das redes de parcerias que se constroem com os movimentos sociais e Organizações Não Governamentais/ONGs, que introduzem valores e comportamentos citadinos no ambiente dos assentados.

A casa, unidade doméstica voltada para a reprodução familiar, começa a incorporar mudanças enquanto unidade de consumo. Esta, embora se realize no interior da casa, passa a construir novas relações de troca com o Fora. Essa relação absorve elementos simbólicos, com valorações novas que estão alterando as bases culturais da família camponesa.

POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO NAS TRILHAS DE TRANSGRESSÕES DE MULHERES

Antes da desapropriação das duas fazendas havia nas mesmas duas grandes áreas de exploração agrícola da cultura do fruto - a castanha e do pedúnculo - o caju, que com a Imissão de Posse foram distribuídas entre os assentados e passaram a fazer parte de suas áreas produtivas.

Na cultura do caju (cultura explorada para fins de comercialização da castanha), 90% das famílias do PA Che e 96% das famílias do PA Denir participam diretamente das atividades do ciclo produtivo com destaque na colheita da castanha. Essa cultura possui um ciclo produtivo diferente do ciclo das culturas alimentares. Inicia-se em junho (quando a colheita do feijão e do milho está sendo finalizada) e perdura até dezembro com a colheita dos últimos frutos e pedúnculos. A exploração da castanha fornece aos assentados a principal fonte de renda para a aquisição de outros produtos alimentares, de bens materiais e de uso doméstico.

Nos períodos de colheita toda a família é mobilizada para separar o fruto (castanha) do pedúnculo (caju) para garantir o máximo de aproveitamento da castanha, que possui venda assegurada para comerciantes e intermediários ou atravessadores no próprio assentamento. O pedúnculo é perdido em mais de 80% de sua produção, por possuir uma maior perecibilidade e pela falta de condições e de demanda para a sua comercialização.

E se não se percebem ações de mulheres nos roçados de culturas alimentares para extrair rendimentos financeiros para si, pois isso incorreria em um tensionamento e na violação de regras simbólicas da honra masculina, que resguardam a responsabilidade pela exploração de

todo o ciclo produtivo das culturas alimentares dos roçados para os homens, ao contrário, nas áreas de cajueiros observam-se iniciativas de mulheres²⁰ voltadas para a extração do pedúnculo, o caju, para a venda direta ao comerciante, fazendo assim, uso de uma atividade econômica e geradora de renda para si e sua família.

Quais as regras que regem simbolicamente as culturas alimentares e a cultura do caju? Por que no âmbito do ciclo produtivo das culturas alimentares as mulheres têm o seu trabalho como complementar ao do homem e na cultura do caju estas podem fazer uso de seu produto de trabalho para a venda, sem ferir os laços de solidariedade familiar entre os gêneros masculino e feminino?

Ora, a cultura do caju²¹ é rígida por outra lógica produtiva. Ela não é uma cultura essencialmente alimentar e para a família. Ela é produzida para virar mercadoria, ganhar valor de troca, de venda no mercado. E nessa lógica não há violação de condutas e de costumes da cultura camponesa. Nesse caso, as mulheres atuam de forma mais livre e independente do homem. Esse trabalho gera renda para melhorar as condições de vida da família que agrega novos valores e novos desejos de consumo. Custeia algumas despesas para a escolarização dos filhos, para a viagem de visita aos familiares na cidade e para o atendimento de outras necessidades incorporadas a nova vida.

As Tabelas 7 (PA Che) e 8 (PA e Denir) trazem as atividades realizadas no ciclo de produção do caju/castanha, em que se observa a participação das mulheres do PA Che em nove atividades e no PA Denir em oito atividades de um total de nove.

A cultura camponesa não está imune nem isolada de contatos com a sociedade capitalista. Os meios de comunicação adentram nas casas camponesas e criam interesses, desejos de novas necessidades que, como nas cidades, produzirão a busca de novas alternativas para a geração de renda e de adicionais financeiros para fazerem jus às novas demandas dos filhos, das mulheres e dos próprios homens.

E embora as instituições, os homens e as mulheres construam

Lugares de elaboração e imposição de princípios que fundamentam

20. Na safra do caju do ano de 2006 houve procura por parte de comerciantes da cidade para a compra do pedúnculo e as mulheres e filhas se mobilizaram para a sua colheita diária. O pedúnculo é colhido no turno da manhã para ser entregue aos compradores no final da manhã. Essa iniciativa rende até R\$ 100,00 por venda semanal para cada mulher.

21. Na maioria dos quintais existem cajueiros que são tratados pelos homens, mas a produção é colhida pelas mulheres que fazem preparações como sucos e doces para a família, e também realizam sua venda, mantendo autonomia no uso dos rendimentos adquiridos com a comercialização.

Tabela 7: Atividades relativas ao Trabalho Agropecuário, situadas na área de cajueiros, por gênero. Cultura: Caju (em %)

Atividade	Mãe	Filha	Pai	Filho	Outra Pessoa	Remuneração
Tratos culturais (cajueiros)	2	-	88	19	21	Não
Separar castanha do caju	90	14	83	33	17	Não
Colher o caju	57	10	71	26	14	Não
Comercializar o caju	29	2	57	7	7	Sim
Processar o caju (consumo)	79	-	2	-	-	Não
Colher a castanha	74	12	20	40	12	Não
Armazenar castanha	17	2	81	12	12	Não
Comercializar castanha	12	-	90	7	10	Sim
Processar castanha (consumo)	21	-	29	7	-	Não

Fonte: Pesquisa direta junto ao Projeto de Assentamento Che Guevara/Ocara em 2007

Tabela 8: Atividades relativas ao Trabalho Agropecuário, situadas na área de cajueiros, por gênero. Cultura: Caju (em %)

Atividade	Mãe	Filha	Pai	Filho	Outra Pessoa	Remuneração
Tratos culturais (cajueiros)	-	-	88	31	12	Não
Separar castanha do caju	92	35	88	65	15	Não
Colher o caju	77	23	73	50	8	Não
Comercializar o caju	35	-	42	12	-	Sim
Processar o caju (consumo)	81	8	-	-	4	Não
Colher a castanha	96	38	88	69	8	Não
Armazenar castanha	12	-	58	15	-	Não
Comercializar castanha	8	-	88	12	-	Sim
Processar castanha (consumo)	12	4	27	38	4	Não

Fonte: Pesquisa direta junto ao Projeto de Assentamento Denir/Ocara em 2007

um acordo das estruturas sociais e das estruturas cognitivas e se reforçam com a violência simbólica, pela qual as estratégias e práticas determinam a construção social dos corpos e fazem do corpo uma realidade sexuada e depositário dos princípios de visão e de divisão sexualizantes (Kuhner, 2003),

são as mulheres as protagonistas de novas sociabilidades e de novos comportamentos que destoam de uma ordem instituída para seus corpos. Elas são diretamente afetadas por novas representações sociais, por objetos da cidade que adentram suas casas pela mídia e que circulam nas vilas através de vendedores ambulantes²².

A economia camponesa é afetada na sua capacidade de resistência e de recusa ao mercado consumidor e produtor de bens simbólicos que invadem seu território, e cujo funcionamento atravessa sua cultura. O mundo camponês parece abrir suas barreiras subjetivas e objetivas incorporando desejos e sonhos de uma vida de hábitos citadinos e urbanos. Os valores dominantes parecem ser interiorizados em detrimento dos valores camponeses. As conversões individuais têm nos jovens²³ e nas mulheres uma relação de aproximação maior e mais imediata do que nos homens, que guardam uma relação simbiótica e identitária com a terra e o trabalho camponês.

Bourdieu afirma que mudanças nas relações entre os gêneros masculino e feminino passam não só por uma

Revolução simbólica [...] uma subversão da ordem das coisas, das estruturas materiais, mas também uma sublevação mental, uma transformação das categorias da percepção, que nos levam a conspirar pela perpetuação da ordem social (1998, p. 25).

Embora o campo social da unidade doméstica se mantenha em uma ordem binária, a entrada das mulheres no campo social, econômico e político forja e amplia novas mobilidades para dentro e fora do assentamento e instiga desejos de novos investimentos materiais na formação para o trabalho e na ação política nas mulheres.

22. Não é difícil encontrar vendedores ambulantes circulando nas vilas e casas dos assentados vendendo desde vestuário para adultos e crianças, roupa de cama e de banho, objetos decorativos, produtos de padaria, enlatados, refrigerantes e até fotografos.

23. Chamou a nossa atenção o depoimento de um jovem casado e assentado que optou por não plantar as culturas alimentares. Ao invés disso, ampliou sua área de cajueiro e com sua venda adquiriu os alimentos para a família. Um exercício diferente de relação com a terra, com o trabalho e com a produção mais próxima da lógica capitalista.

A experiência das mulheres na ação produtiva da cultura do caju/castanha vai revelar às mesmas uma possibilidade de trânsito em outras arenas, de quebra de fronteiras, de movimentos em direção a outras práticas humanas negadas histórica e culturalmente ao gênero feminino.

Durante o ano de 2005, no Assentamento Che, um grupo de mulheres tomou a iniciativa e dirigiu a organização da Comissão de Criação de uma Cooperativa²⁴, que deveria assumir a compra da produção da castanha dos assentados e a instalação da Agroindústria para fazer o processamento e o tratamento da castanha para a venda direta ao consumidor e para a exportação.

No PA Che as mulheres tomaram a iniciativa de realizar capacitações em municípios vizinhos para assumirem o trabalho na cadeia produtiva do processamento da castanha na Agroindústria instalada no Assentamento, com o objetivo de se credenciarem ao trabalho de limpeza, de separação e de seleção das castanhas. Também lideraram a criação da COOPAC e integraram a sua primeira diretoria.

Para as mulheres, o sentido de novas possibilidades de ação produtiva, de relações com o mercado consumidor e com a política revela e desafia as orientações dominantes; quebra um silêncio sobre a capacidade de ações múltiplas e fora do contexto familiar; oferece pistas sobre novas evidências e novos significados de papéis; possibilita a produção de sujeitos ativos e em processo de emancipação e instiga o estudo da “diferença, como ela opera, como e de que forma ela constitui sujeitos que vêm e agem no mundo” (SCOTT, 1999, p. 26).

As mulheres adentram posições e lugares da identidade hegemônica, a masculina, e interagem compartilhando práticas e quebrando barreiras ao seu sexo socializado de mulher. A identidade marcada pela diferença se embaralha nos campos produtivos (de caju) e político (cooperativa). Fronteiras do Outro²⁵ começam a ser atingidas desmontando sistemas classificatórios sexuados e binários.

Novos padrões de vida doméstica emergem com as mudanças nos padrões de trabalho e de consumo. Os sistemas dominantes de representação do masculino e do feminino no mundo camponês já não estão mais assegurados diante da mobilidade da mulher para o campo produtivo e político. Nas trilhas dessas terras subterrâneas caminha a produção de novas subjetividades de um Devir Mulher, que se ancora no

24. A Cooperativa Agroindustrial do Assentamento Che Guevara/COOPAC foi criada no dia 16 de dezembro de 2006 e as mulheres foram eleitas para assumir cargos da cooperativa.

25. O Outro compreendido como a Diferença, como a Alteridade.

campo produtivo e político e aponta para uma reflexão acadêmica sobre a natureza da ação política e produtiva dessas mulheres, sobre sua relação com a esfera do poder que os estudos e visões tradicionais sobre a mulher na política não alcançam.

O que querem as mulheres com esses ruídos de marcas transgressoras à ordem binária? Há sinais de produção de sujeitos políticos em processo de emancipação? A identidade das mulheres assentadas ancorada na casa/quintal, na família, no trabalho reprodutivo ainda referenda e ordena os papéis sociais de caráter sexuado?

A ação das mulheres nos campos produtivo e político que se gesta nos assentamentos requer uma análise mais atenta e com um olhar Outro por parte da academia, pois traz um sentido novo à política, ao trabalho produtivo considerado de domínio masculino e à cultura camponesa. Esta está sendo atingida pelos tentáculos da economia capitalista principalmente pela sua face do consumo, que é para o novo paradigma capitalista o campo de maior investimento nas escalas global e nacional.

Essas mulheres trazem para os estudos de gênero e da mulher e para os gestores de políticas públicas voltados para as mulheres novas tensões que se ancoram na necessidade de inclusão e do reconhecimento da diversidade de sujeitos políticos e de suas formas e estratégias de inserção na vida social, produtiva e política. Requer uma construção analítica e política abrangente do conceito de participação; a iluminação das diferentes arenas onde a ação política das mulheres se realiza; a ausculta dos significados que as mulheres atribuem a suas práticas autônomas nos campos produtivos e políticos e a articulação de dimensões subjetivas, coletivas e individuais nos novos estudos de gênero e da mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. Reprodução proibida: A dimensão simbólica da dominação econômica. In: Lins, Daniel (Org.). *O Campo Econômico*. A dimensão simbólica da dominação econômica. Campinas/SP: Papyrus, p. 93-119.

_____. Conferência do Prêmio Goffman: A dominação masculina revisitada. In: LINS, Daniel (Org.). *A Dominação Masculina Revisitada*. Campinas/SP: Papyrus, 1998, p. 11-27

_____. Senso de Honra. In: CORRÊA, Mariza. *Ensaio sobre a África do Norte*. Campinas/SP: IFCH/Unicamp, Edição Revisada e Ampliada do Texto Didático nº 16, 2002, p. 51-87.

_____. A casa ou o mundo às avessas. In: CORRÊA, Mariza. *Ensaio sobre a África do Norte*. Campinas/SP: IFCH/Unicamp, Edição Revisada e Ampliada do Texto Didático n. 16, 2002, p. 89-112.

BRUMER, Anita. As dimensões Gênero e Idade em Assentamentos de Reforma Agrária. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; ALY JUNIOR, Osvaldo. *Assentamentos Rurais: Impasses e Dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. São Paulo: Incra/ABRA/UNIARA/CNPq, 2005, p.351-371.

CARVALHO, Horácio Martins de. *Comunidade de Resistência e de Superação*. Curitiba. 2002. (mimeo).

_____. *O campesinato no século XXI*. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

_____. *O campesinato na dinâmica contraditória das classes sociais no campo*. Curitiba. 2007. (mimeo).

CHAYANOV, Alexandre V.; KERBLAY, Basile; THORNER, Danil; HARRISON, Mark. *Chayanov y la teoría de la economía campesina*. Introducción de Santiago E. Funes. México: Siglo XXI Editores, 1987.

Conflitos no Campo Brasil 2005. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2004.

DEERE, Carmen Diana; Leon, Magdalena. *O empoderamento da mulher: Direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

ESMERALDO, Gema Galgani S. L. *O MST sob o signo de uma economia subjetiva. O Assentamento José Lourenço*. Tese de Doutorado defendida em 2004. Programa de Pós Graduação em Sociologia/UFC.

_____. *Relatório Final do Projeto de Pesquisa Cartografia de Lugares e de Tempos Sexuados nos Assentamentos Rurais: Escavando rupturas à ordem binária*. UFC/PIBIC, 2006/2007.

_____. Ressignificações do feminismo e da política em práticas de mulheres assentadas. In: VALE, Alexandre Câmara; PAIVA, Antonio Cristian Saraiva (Org.). *Estilísticas da Sexualidade*. Campinas: Pontes Editores, 2006, p. 95-113.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. São Paulo: Via Campesina do Brasil/Expressão Popular, 2005.

KUHNER, Maria Helena. Orelha do livro. In: BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NEGRI, Toni. *Exílio: Seguido de Valor de Afeto*. São Paulo: Iluminuras, 2001.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. Identidades em trajetória: gênero e processos emancipatórios na reforma agrária. In: WOORTMANN, Ellen F.; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata (Orgs.). *Margarida Alves coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: Nead Especial/MDA/IICA, 2006, p. 150-176.

RAMOND, Charles. *Le vocabulaire de Derrida*. Paris: Ellipses dition Marketing, 2001.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Mirian. *Companheiras de Luta ou "Coordenadoras de Painéis"*. As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: Unesco, 2000.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, Dossiê As Agricultoras do Sul do Brasil. Vol. 12, n 1/2004.

SCOTT, Joan W. Experiência. In: DA SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.) *Falas de Gênero: Teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, p. 21-55.

SILVA, Cristiani Bereta da. *Homens e Mulheres em Movimento*. Relações de Gênero e Subjetividade no MST. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

WOLF, Eric R. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral. In: *Anuário Antropológico/87*. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990, p. 11-73.

_____. *O trabalho da terra: A lógica e a Simbólica da Lavoura Campone-
nesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

Anexo

Tabela 9: Atividades relativas ao Trabalho Agropecuário, situadas no espaço do roçado, por gênero. Cultura: Milho (em %)

Atividade	Mãe	Filha	Pai	Filho	Outra Pessoa	Remuneração
Preparar a terra	7	-	90	17	7	Não
Plantar o milho	50	5	20	24	4	Não
Tratos culturais	7	-	90	24	10	Não
Colher o milho	36	-	90	29	12	Não
Debulhar o milho	12	2	17	12	79	Não
Armazenar o milho	-	-	88	7	5	Não
Comercializar o milho	5	-	52	-	-	Sim

Fonte: Pesquisa direta junto ao Projeto de Assentamento Che Guevara/Ocara em 2007

Tabela 10: Atividades relativas ao Trabalho Agropecuário, situadas no espaço do roçado, por gênero. Cultura: Milho (em %)

Atividade	Mãe	Filha	Pai	Filho	Outra Pessoa	Remuneração
Preparar a terra	8	-	85	35	19	Não
Plantar o milho	15	-	92	38	8	Não
Tratos culturais	12	-	92	38	4	Não
Colher o milho	23	-	92	38	15	Não
Debulhar o milho	-	-	15	-	85	Não
Armazenar o milho	15	-	92	12	4	Não
Comercializar o milho	4	-	92	8	-	Sim

Fonte: Pesquisa direta junto ao Projeto de Assentamento Denir/Ocara em 2007

Tabela 11: Atividades relativas ao Trabalho Agropecuário, situadas no espaço do roçado, por gênero. Cultura: Mandioca (em %)


Atividade	Mãe	Filha	Pai	Filho	Outra Pessoa	Remuneração
Preparar a terra	-	-	45	14	5	Não
Plantar Maniva	24	-	45	19	7	Não
Tratos culturais (limpeza)	2	-	45	14	7	Não
Esgotar mandioca	-	-	40	7	2	Não
Colher mandioca	10	-	45	14	7	Não
Raspar mandioca	29	10	14	7	7	Não
Extrair farinha	5	-	12	5	21	Não
Torrar farinha	-	-	7	-	31	Não
Extrair goma	7	-	7	2	14	Não
Armazenar a farinha	-	-	31	2	5	Não
Comercializar farinha	-	-	17	-	2	Sim

Fonte: Pesquisa direta junto ao Projeto de Assentamento Che Guevara/Ocara em 2007

Tabela 12: Atividades relativas ao Trabalho Agropecuário, situadas no espaço dos roçados, por gênero. Cultura: Mandioca (em %)

Atividade	Mãe	Filha	Pai	Filho	Outra Pessoa	Remuneração
Preparar a terra	4	-	69	23	23	Não
Plantar Maniva	31	4	73	38	15	Não
Tratos culturais (limpeza)	8	-	73	31	12	Não
Esgotar mandioca	4	-	62	23	4	Não
Colher mandioca	12	-	73	27	4	Não
Raspar mandioca	-	-	-	-	8	Sim
Extrair farinha	-	-	-	-	8	Sim
Torrar farinha	-	-	-	-	8	Sim
Extrair goma	-	-	-	-	8	Sim
Armazenar a farinha	-	-	8	4	-	Não
Comercializar farinha	-	-	4	4	-	Sim

Fonte: Pesquisa direta junto ao Projeto de Assentamento Denir/Ocara em 2007



Relações de Gênero em Assentamentos: a noção de empoderamento em questão

Relações de Gênero em Assentamentos: a noção de empoderamento em questão¹

Anita Brumer²
Gabriele dos Anjos³

Introdução

A forma de existência econômica e social – divisão sexual do trabalho, utilização e apropriação de recursos materiais, participação na tomada de decisões e representação social e política – de mulheres assentadas permite considerá-las como agricultoras familiares. No entanto, elas apresentam algumas especificidades, tais como a participação anterior em um processo de luta pela terra, que incluiu a experiência em acampamentos, e uma diversidade de origens sociais, o que significa que nem todas foram socializadas em famílias agricultoras.

A experiência de mobilização das mulheres assentadas em torno da luta pela terra constitui-se como uma ruptura social de sua situação anterior, tanto para aquelas originárias do meio rural, devido à precariedade de sua situação como membros de famílias de parceiros, arrendatários ou de agricultores familiares com dificuldade de reprodução, como para aquelas oriundas de periferias urbanas, em situação de subemprego ou desemprego.

O acesso a um lote de terra nos assentamentos, no qual as famílias podem trabalhar e garantir sua manutenção, e às políticas públicas e ações de organizações governamentais e não governamentais voltadas a esta população, significa seu reconhecimento como sujeitos de direitos, en-

1. Texto elaborado com apoio financeiro do CNPq, através do projeto "Mulheres agricultoras: reprodução social e representação política" (Edital 045/2005).

2. Professora Titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Bolsista de Produtividade em Pesquisa 1A do CNPq.

3. Doutora em Sociologia, Pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE).

quanto “assentados”. Nos lotes de terra, os assentados têm moradia e oportunidades de trabalho, viabilizando a melhoria nas condições de alimentação, residência, acesso à educação e a serviços públicos. Porém, como os lotes têm tamanho reduzido, as possibilidades de reprodução geracional como agricultores familiares são limitadas. Os lotes podem passar a absorver filhos adultos, casados e com filhos, envolvidos em atividades não agrícolas, com residência independente no próprio lote familiar.

Não existe homogeneidade entre os assentados quanto ao uso dos lotes. Em primeiro lugar, observam-se diferentes formas de explorar a terra: trabalho familiar, trabalho coletivo nas áreas comuns no assentamento ou arrendamento de lotes para assentados ou outras pessoas. Em segundo lugar, existem variações no sistema produtivo e na adesão a tecnologias modernas ou alternativas (como a produção agro-ecológica), com implicações para o modo como se inserem no mercado. Em terceiro lugar, há assentados que se ocupam do lote em tempo integral e outros que somam à atividade em tempo parcial no lote com uma atividade não agrícola. Além dessas possibilidades, há situações em que a pluriatividade envolve os membros da família.

O objetivo deste trabalho é examinar as perspectivas de mudanças nas relações de gênero em assentamentos, a partir de dois aspectos: a) a mobilização e a participação das mulheres nas lutas pela reforma agrária; b) a ação governamental, na forma de atuação direta e na implementação de legislação e de políticas públicas.

A análise destes dois aspectos tem como referência a noção de “empoderamento”, que vem sendo utilizada na avaliação do impacto de políticas públicas sobre as condições de gênero. Os assentamentos são um recorte empírico privilegiado no uso e discussão do “empoderamento da mulher”. Isto porque, na medida em que estão vinculados a mobilizações prévias de populações carentes, são objetos de variadas experiências de organização coletiva da produção, e de organização coletiva e política dos assentados, apresentando processos sociais similares àqueles que constituem a própria noção de empoderamento. Esta noção foi desenvolvida visando descrever “a alteração radical dos processos e estruturas” que garantem a subordinação feminina (DEERE; LEÓN, 2002, p.52; CORDEIRO, 2006, p.151), ou como “processo de transformação social”, “base” de “visões alternativas” ligadas às “mudanças nas próprias vidas das mulheres”, exigindo “espaços democráticos e participativos” e “a organização de mulheres” (DEERE; LEÓN, 2002, p.53).

Considerado como uma ampliação do poder, que tem caráter relacional, o empoderamento pode ser percebido nas dimensões econômica,

pessoal, social e política⁴. Na dimensão econômica, consideram-se as perspectivas de aumento da renda, da quantidade e qualidade nutricional dos alimentos e da qualidade de vida da família, assim como o controle das mulheres sobre os resultados econômicos de seu trabalho. A dimensão pessoal compreende o aumento da auto-estima e da autoconfiança. Nas dimensões social e política, focaliza-se a capacidade das mulheres de mudar e questionar sua submissão em todas as instâncias em que ela se manifesta, assim como a ampliação de sua participação em instâncias de poder.

Neste texto, procuramos apresentar e analisar dados que permitem contemplar o empoderamento de um ponto de vista crítico. Reconhecemos possibilidades de aplicação desta noção como “guia” para a avaliação de impactos de políticas públicas, mas também alguns limites de sua aplicação, a serem discutidos a partir dos dados disponíveis. Entre estes limites estão a dificuldade de obtenção de indicadores para algumas de suas dimensões e a captação de mudanças que necessitam de prazo relativamente grande para sua efetivação (CORDEIRO, 2006, p.150), além da percepção de todas as mudanças que ocorrem e de seus desdobramentos. Somam-se a essas a incapacidade de orientar a busca por aspectos negativos das mudanças nas relações de gênero que supostamente poderiam empoderar as mulheres. Muito embora na utilização da noção de empoderamento considere-se que ele “não é um processo linear com um começo bem definido e um final que seja o mesmo para todas as mulheres” (DEERE; LEÓN, 2002, p.55; ver também CORDEIRO, 2006, p. 152), esta noção tende a minorar os efeitos “negativos” das formas de empoderamento feminino, como o crescimento da “tensão no lar” ou o sobretrabalho feminino (DEERE, 2006). Principalmente, não contempla as relações entre homens e mulheres como dinâmicas e sujeitas a avanços e recuos (ANTUNES, 2006). Além disso, a noção de empoderamento, ao estabelecer a diferenciação entre “poder sobre, poder para, poder com e poder de dentro” (conforme DEERE; LEÓN, 2002, p.53-54), parte de um pressuposto de poder como algo positivo e potencialmente acessível, desconsiderando que o acesso ao poder por mulheres pode estabelecer outras hierarquias e relações de dominação entre elas. Desta forma, a noção de empoderamento também pode adquirir um uso político, na medida em que legitima a atuação de diferentes agentes externos que trabalham no desenvolvimento de lideranças femininas entre populações desprovidas de recursos sociais em nome do “empoderamento feminino”⁵.

4. Consulte Batliwala, 1997; Mayoux, 1998; Deere; León, 2002; Hofmann; Marius-Gnanou, 2004; Cordeiro, 2006.

5. Deere e León (2002, p. 53-4) apontam que a noção de “empoderamento” é parte da superação de uma posição feminista segundo a qual não existiam relações de poder entre as mulheres e que sim, havia “o exercício de poder nas atividades do movimento [feminista], e vê-lo como fonte de transformação”.

Impactos da mobilização das mulheres nas lutas pela reforma agrária: a constituição de lideranças femininas

Neste item, abordamos a mobilização e a participação das mulheres nas lutas pela reforma agrária e alguns de seus impactos. Em primeiro lugar, apontamos os efeitos da luta que antecedeu à vinda para o assentamento na adesão a problemáticas sobre a condição feminina, particularmente sobre a situação da mulher assentada, seus direitos e necessidades. Em segundo lugar, mostramos que a mobilização de mulheres resulta na diversificação de pautas nos movimentos pela terra, com a inclusão de seus “problemas” e reivindicações específicas. Em terceiro lugar, indicamos os impasses criados pela participação de mulheres assentadas nos movimentos voltados à “luta pela terra” e em organizações, no que diz respeito à ocupação e exercício de cargos e funções, ao espaço que ocupam na esfera de decisões e às dificuldades para a atuação de mulheres casadas nessas instâncias. Em quarto lugar, consideramos como a continuidade da mobilização das mulheres assentadas implica no seu reconhecimento como objeto de políticas públicas e ações de entidades governamentais e organizações não governamentais, de diferentes tipos.

Os efeitos da mobilização de mulheres para a obtenção de terras ou, de forma mais ampla, a militância feminina em movimentos pela reforma agrária, não foram ainda suficientemente explorados nos estudos sobre as relações de gênero em assentamentos. Para além dos resultados destas mobilizações em termos de inclusão social de mulheres “pobres” e suas famílias, a mobilização de mulheres *per se* significa seu acesso à política, como parte de um movimento de reivindicação de políticas públicas. Além disso, porque, tanto no acampamento, demandando terras, como no assentamento, atuam em esferas de tomada de decisões sobre o que é coletivo.

Assim, para entender as possíveis mudanças nas relações de gênero em assentamentos, assinalamos alguns processos sociais que dizem respeito à constituição de militantes e lideranças femininas em assentamentos e seus possíveis efeitos nas relações entre homens e mulheres assentados. Para isso, utilizamos dados obtidos em uma pesquisa de campo realizada em dois assentamentos no estado do Rio Grande do Sul. Um deles, mais antigo (assentamento A), é um dos primeiros assentamentos de reforma agrária surgidos neste estado, como resultado das primeiras mobilizações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e está localizado em sua região central. O outro assentamento (assentamento B), um dos maiores em área do estado, está localizado próximo à região metropolitana de Porto Alegre, e é resultado de mobilizações do MST na década de

1990, momento em que a atuação do MST na busca de implementação de assentamentos de reforma agrária se estabeleceu⁶. A pesquisa de campo nesses assentamentos contemplou a realização de entrevistas com mulheres mobilizadas pelo MST e observações de algumas reuniões de grupos de mulheres existentes nos dois assentamentos.

No assentamento A há diferentes instâncias ou “grupos” de mulheres, ou seja, as mulheres reúnem-se segundo diferentes interesses: um grupo de lazer, o “Clube de Mães”, um grupo de trabalho com ervas e chás, e também de reuniões de discussão, ligado ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). No Assentamento B havia, mais ou menos mobilizados, quatro grupos de mulheres, fruto de um trabalho anterior de uma “agente externa” que dava cursos e assessoria às mulheres dos grupos, para iniciativas de “geração de renda”. As mulheres entrevistadas são todas assentadas e atuam ou atuaram como lideranças femininas nos assentamentos em que residem, e participam ou participaram da organização de grupos de mulheres nestes assentamentos. Algumas também fizeram ou fazem parte de instâncias do MST ou ainda de outros movimentos, como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Em primeiro lugar, é necessário observar que, se a militância de mulheres em torno das “lutas” pela terra está relacionada a mudanças nas relações de gênero, a militância feminina implica em diferenciação entre as mulheres qualificadas nos assentamentos como “líderes” e a maioria das mulheres assentadas. Assim como em outros casos de lideranças femininas em classes populares⁷, é possível dizer que sua liderança é baseada na mediação de recursos, como informações de diferentes ordens (técnicas, conhecimentos de esferas sociais: burocracia, sindicatos, partidos políticos e outras) às demais mulheres assentadas. Uma das entrevistadas⁸, que atualmente também participa da direção municipal do MMC no assentamento A relata que, desde o acampamento, ela e outras de seu grupo, mais mobilizado, propiciavam às outras mulheres “reuniões, a gente fazia cursos de chás, de tricô, crochê, essas coisas, sempre preocupadas com alguma coisa. [Fazíamos] discussões também, sobre o acampamento, o que era o acampamento” (Ana, assentamento A). Já no assentamento, Ana, que sempre esteve envolvida nas diversas iniciativas de constituição de grupos de mulheres, realiza um trabalho de “buscar e passar informação”:

6. Consulte Navarro, 1996, p. 95.

7. Como por exemplo, a liderança comunitária de mulheres em periferias urbanas em Anjos, 2007.

8. Os nomes das entrevistadas foram modificados, a fim de preservar seu anonimato.

Faço parte do grupo do espaço da saúde; a gente sempre está nessa vida. A gente vai a reuniões, procura organizar as mulheres, vai para outras comunidades fazer discussões. Sabendo das nossas necessidades, [salientando] que nós temos direitos e que não sabíamos onde procurar. Então a gente foi procurando informações fora e passando-as para as mulheres. (Ana, membro da direção municipal do MMC no assentamento A).

Assim, mesmo aquelas que “*não participam do grupo, elas vêm te procurar, saber alguma informação. A gente sabe que as mulheres têm necessidade de saber. A gente procura, às vezes, até ajudar a encaminhar o auxílio-doença, salário-maternidade, essas coisas.*” (Ana, assentamento A).

A liderança de mulheres assentadas pode ser relacionada às condições culturais diferenciadas e à suas possibilidades de aquisição de capacidades, saberes e técnicas na mobilização pela aquisição de terra. Ou seja, há o que se pode chamar de “*formação militante*”, que habilita algumas mulheres ao exercício da liderança. Esta formação pode ser mais ou menos explícita enquanto tal. Assim, para algumas mulheres, a mobilização é resultado de uma militância anterior, como movimentos de juventude no meio rural e também a partir deste, o movimento sindical e/ou partidos de esquerda (particularmente o Partido dos Trabalhadores). Este é o caso da maior parte das entrevistadas mobilizadas pela luta pela terra por instâncias da Igreja Católica⁹ e movimentos de juventude ligados a esta, como a Pastoral da Juventude Rural (PJR) ou a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Estas mulheres já tinham uma formação militante a partir desta Pastoral, a qual “*ajuda a desenvolver certo nível de consciência crítica*” (Carla, liderança estadual do MMC, assentamento A). A mobilização para o acesso a terra e ao acampamento é parte de um *ethos* militante católico voltado à “*participação*”, “*atuação*” em diferentes lutas sociais do meio rural. De acordo com uma assentada, cujo marido era da direção do MST no assentamento, e ambos participantes do Partido dos Trabalhadores:

Eu ajudava o meu pai na lavoura e, em casa, a mãe. Mas daí surgiu a história do acampamento. Então eu participava de todas as reuniões que ocorriam na comunidade. Naquela época, em 1985, recomeçou a história da organização do Movimento Sem-Terra (...) Nós tínhamos um grupo bem ativo, um grupo de jovens. Aí eu comecei a participar, mas não [com intenção] de pegar um pedaço de terra, eu comecei a

9. Sobre o papel da Igreja Católica na mobilização de grupos sociais do meio rural em geral e pela Reforma Agrária em particular, e mesmo na formação do MST, consulte, entre outros, Navarro, 1996.

participar para ajudar. Eu queria ajudar as pessoas a melhorar de vida. (Maria, assentamento A)

Outra assentada, catequista em seu município de origem, a mãe ligada às Comunidades Eclesiais de Base e seu marido integrante da Pastoral da Terra, foi acampar por não “ter muita opção”, mas também porque ela e o marido estavam “muito envolvidos com esta questão da Pastoral” (Betina, assentamento B). Essas mulheres já chegam aos acampamentos e, posteriormente, aos assentamentos, com uma experiência de militância (cursos, participação em outras “lutas”, como no movimento sindical de trabalhadores rurais, e mesmo a militância partidária), que será utilizada no trabalho de organização de grupos, definição de pautas para o trabalho das mulheres e das atividades dos grupos, saberes e redes com outros espaços de militância.

Por outro lado, para aquelas mulheres não engajadas em espaços militantes, que participam dos acampamentos por “necessidade”, mobilizadas pelo MST, Igreja ou pelos Sindicatos locais, abre-se a possibilidade de investimento em militâncias em um contexto de rompimento com a antiga condição de vida, e de premência de organização do cotidiano em função de necessidades coletivas existentes no acampamento: os grupos (saúde, alimentação, educação, mulheres, coordenações, etc.), em que não só o problema fundiário, mas toda a existência social são politizáveis, e postos em discussão¹⁰. Assim, a partir da luta pela terra, no acampamento, as mulheres passam a discutir os problemas da condição feminina. A coordenadora do MMC no assentamento A relatou que, quando acampada, “já começou a ir para as reuniões, para assumir a liderança”:

As mulheres logo começaram a se organizar. A gente se reunia para discutir os direitos da mulher, porque ao mesmo tempo a gente lutava pela terra e pensava como a gente ia plantar; a gente pensava, ao mesmo tempo, que a nossa vida, a nossa saúde, o reconhecimento da nossa profissão de agricultora era difícil de ser reconhecido. E nós participávamos de tudo igual: na luta pela terra, nós, as mulheres, sempre estávamos à frente. Mas, quando dava uma folga, a gente fazia as nossas reuniões. E aí começamos a aproveitar o dia Oito de Março¹¹ para começar a reivindicar os nossos direitos. Quando podíamos, estávamos fazendo nossas manifestações. (Júlia, assentamento A).

10. Conforme Coradini e Navarro, 2007, p.27.

11. Data de comemoração do Dia Internacional da Mulher.

A partir da luta pela terra, portanto, as mulheres passam a perceber outras situações de dominação social como injustiças a serem corrigidas, o que pode ser exemplificado com o relato de uma assentada:

“Depois que comecei a participar do movimento, eu via tanta coisa! Eu via, por exemplo, a mulher em casa, trabalhando, enquanto o marido, logo que ganhava um ‘troquinho’, ia pra bodega gastar tudo; e ainda queria bater na mulher. E foi ali que eu comecei a notar que isso é errado.” (Marta, assentamento A).

Na situação de assentadas as mulheres não rompem a ligação com o MST, o que permite a algumas delas a continuidade da atuação militante e mesmo a profissionalização na militância no MST. Isto porque, tendo em vista a precariedade das condições de existência no assentamento, e a atuação do MST na pressão para a implementação de políticas públicas a ele direcionadas, há a continuidade de uma lógica de ação de “politização do cotidiano”, com a formação de grupos de saúde, higiene, produção e outros, além dos núcleos de base que discutem questões e problemas, e elaboram reivindicações. A partir disso, algumas assentadas têm a possibilidade de atuar no MST em suas diferentes instâncias e de representar este movimento nos assentamentos. Ao mesmo tempo, o próprio MST passa por um processo de diversificação de pauta, incorporando a questão de gênero como fruto, em primeiro lugar, da participação feminina em suas instâncias. Esta participação ocorre acompanhada da valorização do “papel da mulher na luta pela terra”, materializada nas diferentes iniciativas de “trabalho de gênero” nos acampamentos e assentamentos, levadas a cabo por militantes “especializadas” (conforme depoimento de Gessi, membro do Setor de Gênero do MST), através da Criação do Coletivo de Gênero, e depois no Setor de Gênero, ou ainda através da aprovação, pela Coordenação Nacional do MST, das “Linhas políticas de gênero do MST”, que incluem orientações como incluir o nome do casal no cadastro do Incra e no documento de concessão do uso da terra (JORNADA ..., 2006, p.25).

As militantes do MST apresentam toda uma problemática que enfatiza “a desigualdade de condições de participação de homens e mulheres nesta luta”, devidas às “dificuldades de participação”. Segundo as entrevistadas que atuam no MST, as “relações de poder dos companheiros com as companheiras” impedem que as mulheres abandonem papéis tradicionais de “fazer comida, lavar roupa e cuidar dos filhos”, enquanto os homens cuidam das “atividades em geral”, quer dizer, da militância (Gessi, membro do Setor de Gênero do MST).

As mulheres entrevistadas mais engajadas, no caso, no MST e no MMC, são as porta-vozes desta problemática, mas, ao mesmo tempo, escapam da definição tradicional dos papéis femininos, pois dedicam a maior parte de seu tempo à militância. No entanto, a gestão das carreiras militantes envolve arranjos familiares de diferentes tipos. Uma delas, Carla, do Assentamento A, e também liderança do MMC, e que atuou anteriormente na Pastoral da Juventude Rural, relata que tanto seu lote quanto sua casa são cuidados exclusivamente por seu marido, pois “eu sou uma militante do MMC, então minha prioridade sempre será essa”. Este caso extremo de profissionalização na militância convive com outras formas de gestão das carreiras militantes em conciliação com a atividade na agricultura. Entre as assentadas entrevistadas, predominam os arranjos familiares que possibilitam às mulheres tempo para investir na atividade militante. Nestes arranjos, há a possibilidade de obtenção de auxílio de outros membros da família (foram citados, por exemplo, o marido, a irmã que mora no lote, mãe ou a sogra, que têm um lote no mesmo assentamento, ou filhos na adolescência), para o desempenho das atividades domésticas, enquanto elas fazem “do jeito que dá, do tempo que sobra” suas atividades domésticas e agrícolas. Algumas ainda se deparam com eventuais “cobranças” dos maridos e mesmo críticas de vizinhos. A dificuldade de poder dedicar-se quase que inteiramente à militância e de fazer arranjos para dar conta de suas atribuições nas esferas produtiva (no lote) e doméstica constitui um dos limites práticos à atividade militante das mulheres assentadas, o que pode explicar a hiper seleção de mulheres nas militâncias pela terra e mesmo no meio rural.

O MST assume esta problemática, como se observa em um folheto de divulgação da mobilização de militantes do MST para o dia oito de março:

Para um grande número de mulheres, que estão presentes nos acampamentos e assentamentos, o MST ainda não criou as condições para que elas possam realmente participar da luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social. (...) É visível que as mulheres têm menos oportunidade de atuar nas instâncias, e quando isso acontece tem menos acesso à informações estratégicas, à estruturas, recursos (JORNADA ..., 2006: 16 e 17).

Isso porque o MST “trabalha com as famílias”, e assim, a discussão de gênero seria também uma forma de intensificar o trabalho de formação militante dos membros da família, e de garantir a reprodução das condições de mobilização para as lutas, incorporando as mulheres, e seus filhos,

neste trabalho. Segundo uma técnica da cooperativa de assistência técnica do MST que trabalha no assentamento B, os grupos de mulheres de assentamentos são:

o lugar de debate, de consciência, de formação de lideranças, que essas mulheres sejam participativas dentro da causa do Movimento, dentro do Movimento, vão estar atuando sempre. Nada se consegue individual, tudo se consegue em grupo. Tanto é que [as famílias] se uniram, ficaram dois, três anos acampados, para conseguirem terra. Então o mesmo processo, é que tu vais ficar dentro de um assentamento, tu tens que ter essa mesma mentalidade... tem que ter essa mesma formação na cabeça. Quando eles chegam [nos assentamentos] o individualismo toma conta, cada um fica no seu lote, na sua casinha, com os seus bichinhos, e a coisa se desmantela. Então, para o Movimento, é legal que existam esses núcleos de formação, esses núcleos de discussão (Simone, técnica da cooperativa de assistência técnica do MST, assentamento B).

Assim, esses grupos de mulheres, naqueles assentamentos em que não há uma organização coletiva do trabalho dos assentados, constituem-se em uma contraposição (fomentada em grande parte pelo MST) a uma tendência de retorno à lógica familiar de trabalho na agricultura, completamente diferenciada da experiência do acampamento. Durante o acampamento, as assentadas participaram de um esforço pela manutenção e sobrevivência geralmente organizado coletivamente¹². Já no assentamento, devido em parte ao distanciamento entre os lotes e à relativa redução dos espaços de sociabilidade coletiva, há uma divisão do trabalho mais acentuada entre homens e mulheres. Assim, embora tenha havido uma melhoria na renda e na qualidade de vida nos assentamentos, parece ocorrer um retorno à tradicional divisão sexual do trabalho.

Esses grupos de mulheres, cuja formação não se dá em todos os assentamentos e é diversificada, constituem o espaço de discussão de diferentes problemáticas, não só a “questão de gênero”, mas também a mobilização por diferentes recursos: “a gente consegue discutir lutas, a gente consegue mobilizar mulheres para ir à luta, como, por exemplo, na luta da anistia das nossas dívidas e individualização [dos lotes] a gente conseguiu reunir sete mulheres para ir junto à luta” (Betina, assentamento

12. Ver, por exemplo, o estudo de Fischer, 2006, sobre as relações de gênero em um acampamento onde se pratica a produção agrícola para o autoconsumo, no qual a participação das mulheres nas atividades produtivas envolve o plantio e a comercialização. “As tarefas agrícolas do acampamento são realizadas por homens e mulheres, sem que haja especificação por sexo ou hierarquia entre as atividades” (Fischer, 2006, p. 197).

B). A participação de mulheres em instâncias coletivas nesses dois assentamentos é similar à de mulheres em assentamentos do Rio Grande do Norte (ALVES, 2007), onde uma pesquisa revelou que quase dois terços de 715 mulheres entrevistadas participavam de algum grupo no assentamento. Estes grupos “cumprem um papel importante nos assentamentos e representam uma de suas maiores conquistas na região nos últimos dez anos” (ALVES, 2007, p. 14). A partir da atuação destas mulheres em vários momentos decisivos, foram obtidas conquistas importantes e foram impulsionadas ações dos sindicatos e das associações, bem como iniciativas de produção coletivas e de geração de renda para as mulheres (ALVES, 2007).

Os responsáveis pelo desenvolvimento dos grupos de mulheres nos assentamentos (militantes do MST que são lideranças no assentamento, técnicos e outros “agentes externos”) convivem com as necessidades práticas de mulheres inseridas em uma estrutura familiar e econômica típicas da agricultura familiar, e que buscam nestes grupos saberes e técnicas revertíveis em seu trabalho agrícola e familiar. Assim, “se eu fosse convidar para discutir gênero, elas não iam. Mas se eu digo ‘vamos lá, vai vir uma pessoa que vai nos ajudar a fazer um remédio para uma tal coisa, ou nos ensinar a fazer um bordado’, aí elas iriam” (Betina, assentamento B).

As “questões de gênero” explicitadas pelas militantes do MST e por outros setores sociais são, portanto, compatibilizadas com uma mobilização em torno da aquisição de conhecimentos práticos e de técnicas que lembram a extensão rural feita junto a mulheres pelos sindicatos e agências estatais em um momento anterior: o aprendizado de artesanato, costura, culinária, transformação de alimentos e fitoterapia, entre outros. Mas, segundo uma delas, trata-se de um trabalho “com outra proposta, de crescimento intelectual, de crescimento de vida” (Betina, assentamento B).

Desenha-se, então, a possibilidade de diferentes iniciativas de uma “extensão rural” moderna, que incorpora o discurso sobre a problemática de classe e de gênero, podendo, eventualmente, serem apresentadas pelos agentes externos responsáveis como parte de um trabalho militante em nome do “empoderamento” feminino, que não deixa de propor “educação” e “civilização” para as assentadas, consideradas como um grupo específico. Este trabalho mobiliza agentes externos ligados ao Estado, como a Emater, o próprio MST, a Igreja Católica e as organizações não governamentais, na introdução de recursos e saberes novos à mulheres assentadas. Tais recursos e saberes podem representar efetivamente “alternativas de geração de renda” e aquisição de saberes. No assentamento B, por exemplo, uma atividade de geração de renda com artesanato, e ao mesmo tempo de difusão de princípios ecológicos, envolveu um trabalho de “capa-

citação” das assentadas feito por duas voluntárias artesãs (OLIVEIRA, 2005, p.107-8). Mais recentemente, um grupo de mulheres do mesmo assentamento B estava tentando obter junto à Coordenadoria da Mulher do município em que residem máquinas de costura “para elas começarem a fazer algum trabalho” (Simone, técnica do MST, assentamento B).

É possível dizer, portanto, que a mobilização pela reforma agrária da qual as mulheres assentadas fizeram ou fazem parte contribui para uma espécie de conversão às problemáticas relativas à condição feminina. Isto porque a mobilização pela terra envolve uma problematização das relações sociais de dominação a partir do questionamento da estrutura agrária, e um formato organizativo que promove a militância em torno da questão de gênero. Além disso, este formato organizativo, fomentado pelo MST, ao circunscrever as mulheres assentadas como uma população alvo, permite a atuação de diferentes agentes externos junto a elas, e a contínua oferta por parte destes agentes de uma “formação” ligada às problemáticas de gênero. Assim, para algumas assentadas trata-se de seguir uma carreira militante, como liderança nos assentamentos em que vivem ou no próprio MST. Para outras mulheres, trata-se da participação maior ou menor em grupos de mulheres a partir dos quais adquirem certos recursos, entre eles uma formação nas questões de gênero, a serem utilizados em outras esferas, como por exemplo, na família ou em seu trabalho. Esta configuração permite identificar um empoderamento das assentadas a partir de sua mobilização e participação em coletivos. No entanto, essa configuração abre outras perspectivas de análise a serem exploradas, e que podem relativizar esse empoderamento, como os efeitos do estabelecimento de diferenças entre as assentadas líderes e não líderes, militantes e não militantes e mesmo entre agentes externos e assentadas.

Políticas públicas e mulheres assentadas

Na medida em que o Estado é responsável pela elaboração e implementação de políticas públicas que favorecem, de múltiplas formas, o aumento de recursos e de “poder de barganha” das mulheres, seu “apoio” é considerado como parte do processo de “empoderamento” feminino (DEERE; LEON, 2002, p.57). Assim, uma breve análise das políticas públicas das quais as mulheres assentadas são objeto, e que são em parte resultado de suas mobilizações, permite apontar alguns impactos e limites deste processo. Esta análise, apresentada a seguir, baseia-se em documentos, dados estatísticos disponíveis e pesquisas já existentes, bem como em entrevistas realizadas pelas autoras nos assentamentos já referidos do Rio Grande do Sul.

Desde a década de 1980, uma série de políticas públicas voltadas à mulher, incluindo as assentadas, foram implementadas no Brasil. O direito das mulheres trabalhadoras rurais à aposentadoria e o salário-maternidade foram contemplados na legislação de 1988. Nos últimos dez anos, foram criadas políticas que visam o desenvolvimento econômico das mulheres, o que causou um impacto direto entre as mulheres assentadas. Entre essas políticas estão: a legislação da titularidade conjunta do casal nos lotes dos assentamentos; campanhas de documentação; criação de uma linha específica de crédito para mulheres rurais; campanhas de esclarecimento e informação para o acesso ao crédito; eliminação de algumas barreiras junto a bancos e intermediários na elaboração de projetos para obtenção de crédito; oferta de cursos de capacitação para gestores do crédito e para as próprias agricultoras, assentadas ou não.

Acesso à Previdência Social Rural

Depois de uma ampla mobilização, envolvendo mulheres e homens, assim como sindicatos de trabalhadores rurais, órgãos de extensão e associações da Igreja Católica, as mulheres trabalhadoras rurais obtiveram o direito a benefícios como a aposentadoria rural. Muito embora a obtenção desse direito esteja associada a uma mobilização pela participação de mulheres nos sindicatos, ela em si não constituiu uma perda para os homens; ao contrário, permite um aumento da renda familiar.

Por outro lado, ao possibilitar o acesso das mulheres a uma renda própria, de caráter regular, depositada em uma conta bancária em seu nome e por elas administrada, a aposentadoria pode ter efeitos sobre as relações familiares, como o aumento da autonomia das mulheres e de sua auto-estima. Depois de décadas sendo consideradas como “membros não remunerados da família” e alijadas da administração dos recursos disponíveis, geralmente parte do domínio masculino, elas passam a ter “direitos” e uma identidade como trabalhadoras rurais (não mais como “domésticas”) e tornam-se provedoras, pois com frequência administram praticamente o único ingresso regular de recursos disponível na família (BRUMER, 2004, p.223).

No entanto, dada a rotinização desta política e mesmo sua relativa antiguidade, as novas gerações de mulheres trabalhadoras rurais (entre as quais estão as assentadas) podem não concebê-la como um direito conquistado, mas como uma “doação” feita pelo Estado. Isso pode ter efeitos diferenciados em relação à auto-estima e à própria identidade como “trabalhadora rural”, conquistada juntamente com o direito à aposentadoria. Além disso, a possibilidade de inclusão das mulheres no bloco do produtor;

mesmo quando se dedicam somente às atividades domésticas, pode intensificar sua passividade e subordinação aos homens, ao mesmo tempo em que elas percebem esta situação com um “ganho”, tendo em vista o acesso futuro à aposentadoria.

Há grande diversidade de arranjos quanto à divisão do trabalho entre os membros da família existente nos assentamentos, com alguns deles trabalhando fora do assentamento e mesmo fora da atividade agrícola. Essa “pluriatividade” pode entrar em contradição com a identidade de ‘trabalhadora rural’ das assentadas. Assim, a identificação das mulheres como trabalhadoras rurais, para fins de aposentadoria, pode ser questionada quando elas têm emprego como assalariadas fora do assentamento, com carteira assinada, ou têm registro como autônomas, perdendo então, as vantagens da identidade como trabalhadoras rurais.

O acesso a terra e à titulação conjunta dos lotes

Em 2001, graças à pressão dos movimentos sociais, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) adotou algumas medidas para ampliar a inclusão das mulheres no acesso aos lotes da reforma agrária. Foram promulgadas as seguintes medidas: mudanças nas normas de seleção de beneficiários para facilitar o acesso de mulheres aos benefícios da reforma agrária e a adoção de uma perspectiva de gênero em todos os procedimentos administrativos do MDA (conforme Resolução nº 6, de 22 de fevereiro de 2001); a institucionalização, dentro do Ministério, do “Programa de ações afirmativas para igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres” (Portaria nº 33, de 8 de março de 2001); o estabelecimento de uma meta de 30% na representação das mulheres na distribuição de créditos do Pronaf e do Banco da Terra (Fundo de Terras e da Reforma Agrária), bem como dos treinamentos do Pronaf e dos programas de extensão (Portaria nº 121, de 22 de maio de 2001); a fixação do objetivo de assegurar, progressivamente, 30% de representação de mulheres na estrutura administrativa do MDA (Portaria nº 120, de 22 de maio de 2001). (DEERE, 2004, p.193)

Em consequência da adoção afirmativa pela igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, “o Incra procedeu à revisão de quase todos os formulários utilizados no processo de seleção de beneficiários da reforma agrária, para que os nomes de ambos, esposos ou companheiros, apareçam na primeira página do formulário como co-candidatos ou beneficiários”¹³ (DEERE, 2004, p.193).

13. Anteriormente, os nomes das esposas ou companheiras apareciam na segunda página do formulário, iniciando a lista dos dependentes do chefe de família (DEERE, 2004, p.193).

No que diz respeito à titulação conjunta do casal nos lotes dos assentamentos, Deere e León (2002) defendem esta medida devido às desigualdades na distribuição de recursos existentes dentro da família e às diferenças na forma de utilização da renda por homens e mulheres. A fundamentação principal para isso está na expectativa de maior preocupação das mulheres, comparativamente aos homens, com o cuidado dos filhos, resultando em melhores índices de nutrição das crianças quando as mães têm acesso a recursos próprios. Ademais, a propriedade da terra condiciona a capacidade das mulheres de influenciarem as decisões econômicas da família, separar-se de um casamento infeliz e barganhar em termos de granjear a assistência dos filhos (DEERE; LEÓN, 2002, p.42). Podemos argumentar ainda que a titularidade conjunta da propriedade evita a possibilidade de venda da terra ou sua inclusão como garantia de empréstimos pelos homens, sem o conhecimento de suas esposas ou companheiras. Ela também garante os direitos das mulheres em caso de morte dos maridos ou companheiros, em situação de separação ou abandono. Destacamos, no entanto, que apesar destas medidas serem “progressistas” em relação ao gênero, as mulheres chefes de família não foram consideradas como objeto desta legislação (DEERE, 2004, p.194), o que está sendo revisto (consulte, por exemplo, o texto Reflexões, 2006).

A titulação conjunta dos lotes, ou a chefia dos mesmos, auxilia na comprovação da situação de “trabalhadoras rurais” das mulheres assentadas, facilitando seu enquadramento para fins de acesso aos benefícios da Previdência Social. Ao mesmo tempo, a participação das mulheres na titularidade da terra tem pouco efeito sobre as perspectivas de obtenção de renda própria pelas mulheres, caso não seja acompanhada de outras políticas, como por exemplo, de desenvolvimento de atividades produtivas por parte de mulheres. Isto porque, na agricultura familiar, há uma divisão de trabalho entre os sexos, com base na qual cabem aos homens as atividades consideradas “produtivas”, isto é, aquelas atividades destinadas à comercialização, e às mulheres as atividades consideradas “não produtivas”, envolvendo as tarefas domésticas, o cuidado dos filhos, o trabalho na horta, ordenha e cuidado de pequenos animais. As mulheres, porém, também trabalham nas atividades “produtivas”, nas quais sua participação é praticamente invisível, pois é considerada como “ajuda”, mais também porque seu tempo de trabalho é combinado entre as atividades “produtivas” e “não produtivas” (ver, por exemplo, LECHAT, 1996; BENEDETTI, 2004).

No assentamento B foi possível constatar a segmentação do trabalho por sexo e a escassa participação das mulheres nas atividades agropecuárias com caráter mercantil. Nas entrevistas realizadas em 2003 com

responsáveis por três lotes, nenhuma das mulheres envolvia-se ativamente na produção agrícola destinada à comercialização. Em um desses lotes, o titular era um homem solteiro de 35 anos, que não conseguia encontrar uma companheira disposta a partilhar o trabalho agrícola. Sua irmã, que morava com ele e trabalhava como professora na escola do assentamento, combinava esta atividade com as tarefas domésticas em sua casa. No outro lote, havia um casal jovem com um filho pequeno e somente o homem trabalhava na lavoura de arroz coletiva no assentamento, enquanto a mulher ficava em casa cuidando do filho e das tarefas domésticas. Finalmente, em um terceiro lote, a mulher “chefe” do estabelecimento encontrou dificuldades para assumir a esfera “produtiva”, porque o trabalho nas áreas coletivas é considerado como responsabilidade dos homens. Por este motivo, arrendou para outro assentado sua parte no lote trabalhado coletivamente pelos associados. Ela dedica-se às tarefas domésticas e ao cultivo da horta, cujos produtos são destinados ao autoconsumo da família.

Estas dificuldades das mulheres assentadas obterem maior renda podem ser compensadas com medidas como desenvolvimento da atividade feminina na agricultura a partir de programas de concessão de crédito a agricultoras. A permanência da divisão do trabalho por sexo leva a concluir que as atividades a serem realizadas por mulheres deveriam ser, preferencialmente, “alternativas” às dos homens, de forma a não colocá-las em competição com eles. Nestas atividades, enquadra-se a produção “orgânica” na horticultura, feita em áreas menores e utilizando técnicas agroecológicas, a produção fitoterápica ou de beneficiamento de produtos obtidos da agricultura ou da extração vegetal¹⁴, aproveitando os saberes e técnicas tradicionalmente detidos pelas mulheres, o que conferiria a elas um protagonismo nos processos de decisão relativos a estas atividades e que romperia com sua subordinação. Além disso, tais atividades podem ser desempenhadas por grupos de mulheres organizados, nos quais há uma divisão de funções que propicia ganhos de escala e melhores condições de comercialização¹⁵. A organização coletiva da produção feminina também minimiza as dificuldades de gestão e comercialização, bem como seus efeitos na capacidade de pagamento das dívidas (ALVES, 2007, p. 29).

Outro problema observado nos assentamentos pesquisados, e que pode ser generalizado, diz respeito ao tamanho dos lotes e às possibilidades de sucessão geracional como agricultor. Lotes de tamanho relativamente

14. Ver, por exemplo, como uma associação de assentados, a partir de verbas obtidas de projetos de cooperação internacional, conseguiu que assentadas garantissem uma fonte de geração de renda com a venda e beneficiamento de produtos de extração vegetal feita por mulheres em Antunes, 2006, p. 134-137.

15. Ver exemplos deste tipo de iniciativa em Alves, 2007, p. 29, nota 12 e p. 36.

exíguo podem não permitir o trabalho de todos os membros jovens da família nem projetar a continuidade destes na agricultura. Assim, estes jovens podem ter que sair do assentamento ou usá-lo como local de moradia enquanto trabalham fora dele. É possível que, como em outras formas de agricultura familiar, a impossibilidade de reprodução na agricultura atinja de forma mais intensa as mulheres.

O acesso das mulheres ao crédito rural

A partir de 2001, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) adotou algumas medidas para ampliar o acesso das mulheres a terra e aos recursos do crédito rural, estabelecendo uma meta de 30% na representação das mulheres na distribuição de créditos do Pronaf e do Banco da Terra (Fundo de Terras e da Reforma Agrária). Embora esta meta ainda não tenha sido atingida, a participação das mulheres entre os tomadores de crédito rural vem aumentando (passando de 10,4% e 10,5% nas safras 2001/2002 e 2002/2003 para 16,4% a 16,6% nas safras 2003/2004 e 2004/2005). A criação do Pronaf Mulher como linha específica resultou na diminuição das dificuldades existentes na operacionalização do crédito por parte dos agentes financeiros, facilitando o acesso de mulheres, principalmente daquelas pertencentes a famílias de rendas mais baixas. A ampliação do acesso das mulheres ao crédito rural também ocorreu através da reformulação dos trâmites burocráticos junto aos bancos e, na safra 2003/2004, da criação de um sobreteto de 50% ao valor de financiamento permitido para a família, no Pronaf, para um projeto específico em nome da mulher. Outras medidas incluíram a diversificação dos mediadores na formulação de projetos para a solicitação de crédito, tendo em vista a baixa cobertura dos serviços de assistência técnica em algumas regiões, e campanhas de informação e de documentação¹⁶.

Apesar destas medidas, constata-se a escassa participação feminina no crédito agrícola destinado à agricultura familiar, seja entre assentados ou não¹⁷. Uma avaliação do acesso ao crédito à agricultura familiar por parte de mulheres, feita em 2005 por um grupo de trabalho interministerial, concluiu que as mulheres ainda têm pouca autonomia econômica e possibilidade de gerenciamento dos recursos que são fruto de seu trabalho,

16. Desde 2004, o MDA e o Incra vêm fazendo uma grande campanha de documentação entre assentados e agricultores familiares, tendo em vista que a posse de documentos tais como certidão de nascimento, carteira de identidade e CPF, são necessários para a inscrição como eleitor, abertura de conta bancária e acesso aos programas da reforma agrária e da agricultura familiar.

17. Em pesquisa realizada em 1999, Grzybowski e Soares verificaram que entre os beneficiários do crédito 93% eram homens e 7% mulheres (Grzybowski e Soares, 1999).

uma vez que não dominam os espaços de gestão e comercialização da sua produção. Além disso, a falta de documentação pessoal básica e de título de propriedade da terra afeta a possibilidade das mulheres terem acesso ao crédito, pela inexistência de garantias. O endividamento do marido muitas vezes é desconhecido pelas mulheres e impossibilita seu acesso ao crédito, uma vez que o crédito do Pronaf é atribuído à unidade familiar. Antes mesmo desta avaliação, havia sido constatada uma dificuldade para o acesso das mulheres pelo fato de haver um único titular do estabelecimento agropecuário, que na maioria das vezes era o homem. Assim, já no Plano Safra 2004/2005, a solicitação do crédito passou a ser feita obrigatoriamente em nome do casal (Cirandas do Pronaf para Mulheres, 2005: p.18-19).

Soma-se a isso o medo das mulheres em assumir uma dívida que elas temem não poder pagar. Entre as mulheres que preencheram os questionários, 79,2% (no Brasil)¹⁸ nunca procuraram acessar o crédito do Pronaf. Destas, 31,8% justificaram sua ação pelo medo de endividamento e 18,5% pela falta de quem elaborasse o projeto (Cirandas do Pronaf para Mulheres, 2005: tabela 22, p. 76). Além disso, a Declaração de Aptidão exigida para ter acesso ao Pronaf representava uma barreira para as mulheres, já que considerava apenas um titular como representante da família na contratação da operação de crédito, o que na maioria das vezes resultava na representação das famílias somente pelos homens. Os debates travados no GT resultaram em novas mudanças na operacionalização do Pronaf (Cirandas do Pronaf para Mulheres, 2005, p.18).

Um dos principais entraves no acesso das mulheres ao crédito oficial está na atuação dos bancos, que funcionam segundo uma lógica voltada a atender principalmente os grandes empreendedores. Entre as dificuldades detectadas estão a imposição de atividades a serem financiadas; excessiva demanda de requisitos e documentos e a exigência de garantias vinculadas à concessão de empréstimos; a cobrança para a elaboração do cadastro, abertura do crédito e remuneração do agente financeiro, que se soma aos valores pagos, em muitos casos, para a elaboração dos projetos e para a remuneração das agências prestadoras de assistência técnica (PROCERA, 2003: p.8); e a ocorrência de atrasos na liberação dos recursos, em descompasso com as necessidades do calendário agrícola.

Outro entrave no acesso ao crédito são as dificuldades de elaboração do projeto, que é um pré-requisito para a obtenção dos recursos pretendidos. Esta dificuldade resulta da baixa cobertura dos serviços de

18. A variação entre as regiões é a seguinte: 69% das mulheres na região Sul, 77,6% da região Nordeste, 79,2% da região Sudeste, 84,0% da região Centro-Oeste e 91,7% da região Norte nunca tentaram tirar o crédito do Pronaf-Mulher (Cirandas do Pronaf, 2005: tabela 21, p.75).

assistência técnica e extensão rural em algumas regiões. Há também a percepção de que os profissionais que trabalham na área não detêm conhecimento sobre a realidade, promovendo uma atuação que não considera as potencialidades locais, tais como as atividades rurais não-agrícolas (artesanato, gestão de projetos, agroindústrias e comercialização de produtos), de grande interesse para muitos grupos de mulheres. Segundo eles, a rede de assistência técnica disponível no momento, no Brasil, não tem formação nem experiência para a realização de trabalhos voltados à inclusão positiva das mulheres nos projetos de assistência técnica. Isso decorre da falta de informação sobre as recomendações do MDA pelos(as) extensionistas e da falta de internalização das mesmas em sua prática cotidiana, resultando na baixa prioridade atribuída às atividades propostas por mulheres. Soma-se a isso a visão de que a maioria dos(as) extensionistas exclui as mulheres por ocasião de suas visitas aos estabelecimentos agropecuários, chegando até a rejeitar projetos propostos pelas mulheres (Cirandas do Pronaf para Mulheres, 2005, p. 32).

Uma deficiência do Programa é a falta de uma política de formação e capacitação técnica dos(as) beneficiários(as) do crédito, com vistas à auto-sustentação dos empreendimentos. Na visão dos participantes das Cirandas do Pronaf, alguns projetos elaborados têm tido a função de mero cumprimento de exigência para aprovação de crédito e não constituem real oportunidade de interação de conhecimentos, acompanhamento e avaliação (Cirandas do Pronaf para Mulheres, 2005, p.31).

Considerações finais

Fortemente ligada à intervenção de agentes externos (Estados, agências de cooperação internacional, organizações não governamentais, feministas “acadêmicas” ou não) junto a mulheres pobres, ou do Terceiro Mundo (DEERE; LEON, 2002, p. 52-53; Cordeiro, 2006, p. 150), a noção de empoderamento refere-se à mudança ou pelo menos melhoria das condições sociais de existência de mulheres com poucos recursos sociais e políticos.

Tanto as mobilizações em torno da reforma agrária, como aquelas pelos direitos das “mulheres trabalhadoras rurais” ou “camponesas”, e as políticas públicas específicas para estas populações possibilitam às assentadas a aquisição de recursos culturais, sociais, morais e econômicos que não possuíam antes, o que é salientado em diferentes estudos de caso (ver, por exemplo, ANTUNES, 2006; PIMENTA, 2006). No entanto, este acesso a recursos e mesmo a uma nova identidade, mais digna, é parte de processos sociais dinâmicos que uma constatação do “empoderamento femini-

no” pode mitigar. A maior autonomia feminina, em alguns casos, acirra os conflitos na esfera doméstica, com maridos que ou abandonam o trabalho, ou agredem as mulheres, ou mesmo deixam a família (ver especialmente ANTUNES, 2006, p.142-7). Além disso, as políticas públicas às quais as assentadas poderiam ser alvo podem não ter o impacto necessário ou podem até gerar a percepção de suas insuficiências e outros descontentamentos e necessidades, como no caso de assentados beneficiados com cursos universitários especiais, pelo Pronera, que não aplicam os novos conhecimentos nos assentamentos, ou de dificuldades de acesso ao crédito.

Não menos importante, a participação de mulheres assentadas em instâncias coletivas, sejam elas produtivas ou políticas, e o acesso a recursos através destas instâncias, pode inseri-las em outros tipos de hierarquias e relações de dominação social, seja nos movimentos sociais em que atuam, seja na relação com agentes externos. Desta forma, as análises do empoderamento feminino, que carregam implicitamente uma noção “positiva” de poder, são o ponto de partida para o estudo de como tais coletivos produtivos ou políticos são espaços em que se constituem hierarquias e “poderes sobre” ou entre mulheres.

Referências

- ALVES, Maria de Fátima Paz. *Gênero e crédito no Oeste Potiguar: uma experiência de inclusão e articulação*. Brasília: Nead, 2007.
- ANJOS, Gabriele dos. O trabalho “comunitário” feminino e suas retribuições. Porto Alegre: trabalho preparado para apresentação na *VII Reunião de Antropologia do Mercosul*, 2007.
- ANTUNES, Marta. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. WOORTMANN, Ellen; MENACHE, Renata; HEREDIA, Beatriz (orgs.). *Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, IICA, 2006, p. 123-149.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Anuário Estatístico do Crédito Rural* – 2001. Disponível em www.bancocentral.gov.br. Consulta em 06/02/2006.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Anuário Estatístico do Crédito Rural* – 2002. Disponível em www.bancocentral.gov.br. Consulta em 06/02/2006.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Anuário Estatístico do Crédito Rural* – 2003. Disponível em www.bancocentral.gov.br. Consulta em 06/02/2006.
- BATLIWALA, Srilatha. *El significado del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción*. En: LEÓN, Magdalena (comp.) *Poder y empodera-*

miento de las mujeres. Tercer mundo editores. Facultad de Ciencias humanas. Santa Fé, Bogotá, 1997, p. 187-211.

BENEDETTI, Adriane Cristina. Os impactos dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo; LEITE, Sérgio. *Assentamentos rurais: dinâmica social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004. p. 53-94.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, CFC/CCE/UFSC, Vol. 12, n. 1: p. 205-27, 2004.

CIRANDAS DO PRONAF PARA MULHERES. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

CORADINI, Odaci Luiz; NAVARRO, Zander. O Assentamento como Recorte Empírico: os assentados como uma população socialmente definida e selecionada. Porto Alegre: relatório de pesquisa inédito, 2007.

CORDEIRO, Rosineide de L.M. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (orgs.). *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. p. 145-171.

DEERE, Carmen Diana. ¿La feminización de la agricultura? Asalariadas, campesinas y reestructuración económica en la América Latina rural. In: *Análisis latinoamericano del medio rural*, revista de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural. ALASRU. México, n° 4, novembro 2006, p. 77-136.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (1): p. 175-204, janeiro-abril/2004.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. *O empoderamento da mulher; direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FISCHER, Izaura R. Relações de gênero na agricultura familiar no acampamento de Sem Terra no Engenho Prado. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (orgs.). *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. p. 193-204.

HOFMANN, Elisabeth; MARIUS-Gnanou, Kamala. *L'empowerment des femmes entre relativisme et instrumentalisation dans des évaluations de la microfinance em Inde*. Trabalho apresentado em Premières Journées du GRES, Bourdeaux IV, 16-17 de setembro de 2004.

JORNADA de Luta das Mulheres do MST: Mulheres Sem Terra na luta por reforma agrária, agricultura camponesa e por um Brasil sem desigualdades. São Paulo: MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Setor de Gênero, março, 2006.

LAGRAVE, Rose-Marie. Introduction. In: LAGRAVE, Rose-Marie (dir.) *Celles de la terre: agricultrice, l'invention politique d'un métier*. Paris, Éditions de École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1987, p. 11-29.

LECHAT, Noelle Marie Paule. Relações de gênero em assentamentos do MST (RS): a participação da mulher na produção e reprodução em unidades familiares e coletivas. In: PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Francesca Rodrigues; ALMEIDA, Joaquim Anécio (orgs.). *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Santa Maria: UFSM, 1996. p. 93-116.

MAYOUX, Linda. L'empowerment des femmes contre la viabilité? Vers un nouveau paradigme dans des programmes de micro-crédit. In: PREISWERK, Yvonne (org.) *Les silences pudiques de l'économie. Economie et rapports sociaux entre hommes et femmes*. Commission Nationale Suisse pour l'Unesco, Direction du Développement et de la Coopération, Institut Universitaire d'Études du Développement, 1998, p. 73-97.

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: Navarro, Zander (org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996, p. 62-105.

OLIVEIRA, Naia. Grupo Mulheres da Terra: abordagem fundamentada no ecofeminismo e na alfabetização ecológica. *Mulher e Trabalho*, vol. 5, 2005, p. 101-112.

PIMENTA, Sara D. C. Identidades em trajetória: gênero e processos emancipatórios na reforma agrária. In: WOORTMANN, Ellen; MENACHE, Renata; HEREDIA, Beatriz (orgs.). *Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, IICA, 2006, p. 150-176.

PROCERA. *Relatório de gestão*; consolidado. Brasília: Incra, 2003. In: www.incr.gov.br.

REFLEXÕES e Recomendações do Seminário Internacional sobre Políticas para as Mulheres na Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural à CIRADR. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/ciradr/index.php?ctuid=8790&scid=777&imprimir=t>. Acesso em 29 de outubro de 2007.

ROMANO, Jorge O.; BUARQUE, Cristina Maria. *Crédito e gênero no nordeste brasileiro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.



Programa de Promoção da
Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

